«TALANT DE BIEN FAIRE»

A DIVISA DO INFANTE E A CRIAÇÃO DO ESTADO DA INDIA

REPÚBLICA PORTUGUESA
MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

«TALANT DE BIEN FAIRE»

A DIVISA DO INFANTE E A CRIAÇÃO DO ESTADO DA ÍNDIA

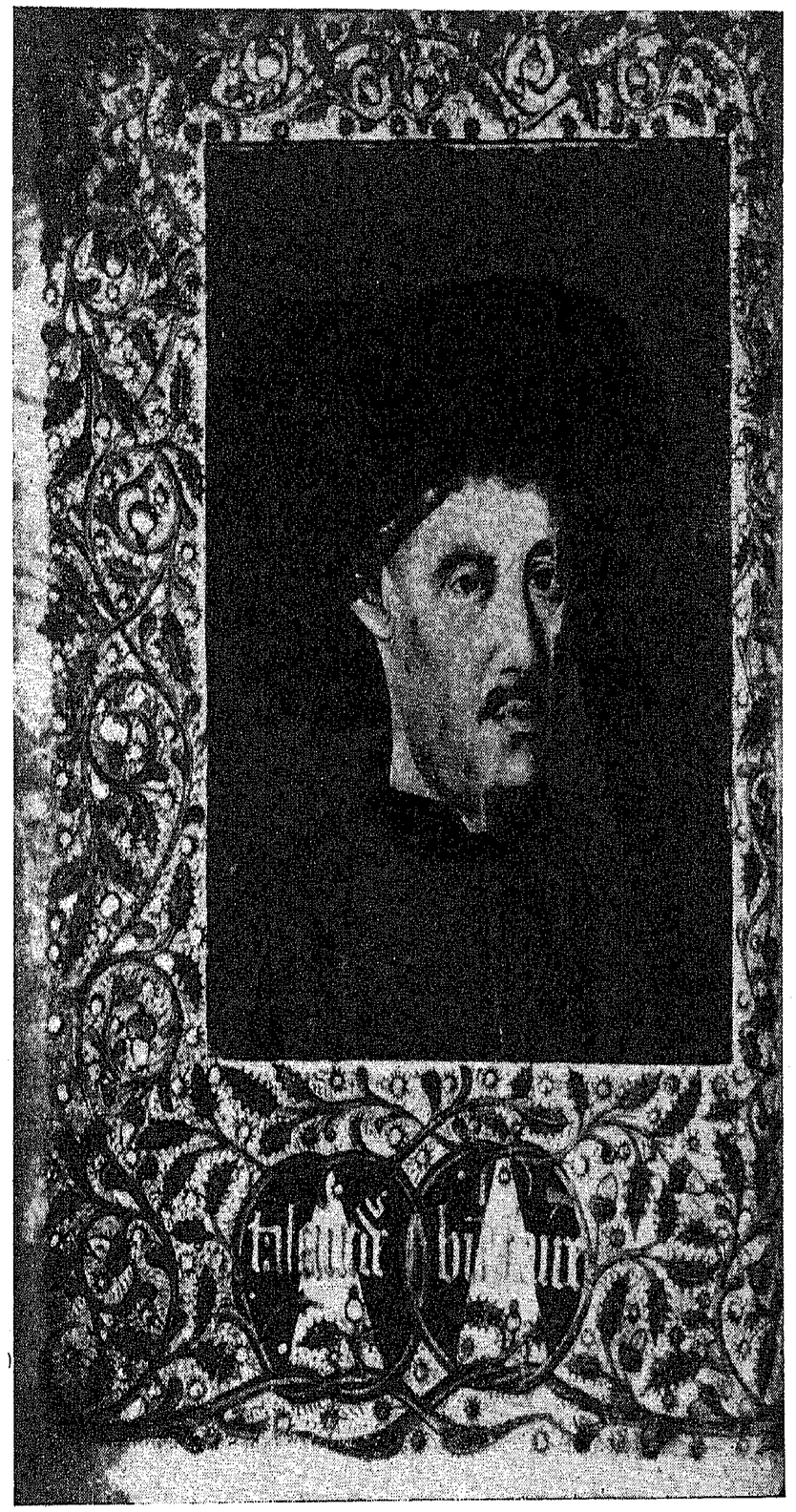
por

AMÉRICO CORTÊS PINTO

832 P

AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR
DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES E BIBLIOTECA
1955

Esta publicação foi autorizada por despacho de Sua Excelência o Ministro, de 14 de Dezembro de 1954



O INFANTE D. HENRIQUE *segundo a iluminura do Manuscrito de Paris da* «Crónica dos feitos de Guinee»

O «TALANT DE BIEN FAIRE» E O SENTIDO PORTUGUÊS DA PALAVRA «CONQUISTA»

«TALANT DE BIEN FAIRE». Foi à luz desta divisa do Infante Navegador, que se realizou a expansão portuguesa e a descoberta de Novos Mundos. Atravessando o Mar Tenebroso, surgiram as caravelas de Portugal nos longínquos mares do Levante, banhados pela radiosa luz do sol nascente.

Tanto a divisa famosa era sentida no País inteiro como expressão natural de todas as ansiedades portuguesas, que ao desembarcar nas terras virgens dos litorais atlânticos, — no deslumbramento de quem pela primeira vez se assenhoreia jubilosamente de mundos novos, que haviam ficado ocultos, entre névoas e lendas, desde a aurora da Criação, — logo os Nautas abriam nos troncos das árvores mais frondosas que bordavam a linha branca dos areais, aquelas palavras do Infante que todos traziam nos lábios e no coração: «*Talant de Bien Faire*»! E assim, conta-o ZURARA, deixavam marcada a sua presença nas cascas das árvores, como padrões vivos a orientar os navegadores que se lhes seguiam.

Na verdade, aquela divisa do Infante continuou a ser a palavra de ordem de todos os Portugueses da Renascença.

Foi com o «*talent de bien faire*» no campo das ciências da navegação e da cosmografia, que se fundou uma escola portuguesa de navegantes, destinada a preparar os nossos marinheiros para o descobrimento do Mundo. Cortando as águas misteriosas com as quilhas das caravelas e das naus, formaram com as linhas de navegação uma nova esfera armilar, que envolvia como numa rede, todos os oceanos da Terra.

Foi com os seus ensinamentos e com as verificações experimentais dos estudos e das hipóteses nascidas nos trabalhos dos nossos Cosmógrafos, que o Ocidente caminhou por desconhecidas e predeterminadas rotas que envolveram o Continente Negro, irradiaram depois para um continente desconhecido, e pontearam o Mar-Oceano com ilhas maravilhosas. Caminhando na Ásia, pela Índia, pela China e pela Insulíndia, navegaram os Portugueses ao encontro do Sol nascente. E ao cabo das navegações revelaram ao Mundo atónito a existência do Japão!

Iniciaram-se os descobrimentos seguindo um método eminentemente científico, destinado a substituir o primitivo espírito da aventura, por uma ciência criadora de técnicas para a Arte de Navegar.

É certo que a princípio fora o espírito da poesia e da aventura quem, fecundando a alma duma raça viril e ousada, lhe dera o impulso do sonho para o rumo das ondas e das estrelas! Porém só um admirável equilíbrio das faculdades do espírito, numa harmoniosa aliança entre a sensibilidade e a inteligência, conseguiria subordinar estes impulsos dominantes, nascidos do amor ao imprevisto e da sedução pelo desconhecido, até os disciplinar por um acto de fé na superioridade da ciência, e pelo vivo entusiasmo das verificações experimentais.

Foi com a criação duma *ciência náutica em latitude*, como a definiu JAIME CORTESÃO (em oposição àquela *ciência em longitude* que há muito tempo se mostrara incapaz de avançar em exuberância universalizadora) que os estudos e as navegações portuguesas realizaram a totalização da continuidade geográfica do Planeta.

Se o «*Talent de bien faire*» assentou definitivamente um rumo científico e experimental à Cosmografia, à Náutica e à Cartografia enriquecida com a curva loxodrómica de PEDRO NUNES, foi o mesmo «*talent de bien faire*» que dominou as relações ecuménicas dos Portugueses, com os povos que descobriram. Foi o «*talant*» da divisa do Infante que impôs aos aventureiros dos descobrimentos e das conquistas um complexo de normas espirituais, que ultrapassariam aqueles impulsos da ambição e do lucro material que já o cronista ZURARA tinha apontado como razão secundária na empresa das navegações.

Foi este pendor humanista que levou os Portugueses ao desejo constante de se dar, tentando sempre comunicar e universalizar a própria cultura, tanto nos domínios das actividades sociais e morais como nos domínios de uma civilização científica.

Todo este «*talent de bien faire*» se integra na aptidão missionária dos Portugueses, que desde a primeira hora são impelidos, nas suas relações com os nativos, por uma fraternidade tão viva que, por um lado, fez dizer ao sociólogo brasileiro GILBERTO FREIRE que «*ninguém contribuiu mais do que o Português para a fraternidade entre os povos*», e, por outro lado, o fez pasmar perante «*a aptidão igualmente espantosa em povo tão pequeno, de transplantador para os trópicos de valores essenciais de cultura europeia*».

É justamente este aspecto de transplantador dos valores essenciais da cultura, no seu mais amplo significado, que neste momento nos apraz recordar, numa série de apontamentos colhidos aqui e além em livros ou manuscritos. Simples transmissão de conhecimentos e de técnicas entre os povos africanos, que se mantinham num primitivismo inculto, volvia-se em transmissão e intercâmbio naqueles sítios em que existia, como na India, na China e no Japão, uma civilização intelectual a considerar.

Não foi a anotação de factos desta natureza o que mais entusiasmou os Historiadores da nossa idade de oiro, porque o prazer descritivo da revelação de mundos novos, o deslumbramento dos feitos de armas, o alarme esplendoroso das vitórias, as qualidades morais de fortaleza de ânimo, de desprezo pela vida e de sacrifício pleno à causa da Pátria, ofuscavam com o brilho espectacular da epopeia o interesse dos historiadores da Renascença, todos absorvidos pelo esplendor do heróico.

Mais ou menos por todo o Mundo se ocupavam apenas da vida guerreira e política, desinteressando-se de fixar nas Crónicas tudo quanto não fosse a descrição dos feitos gloriosos e a vida magnífica dos heróis.

Apenas os cronistas humildes dos conventos, ao comporem piedosamente a história panegírica da sua Ordem, narravam a biografia edificante dos seus Santos, para proveito e exemplo dos pecadores.

Existem, contudo, referências secundárias, dispersas por aqui e por além, pequenos elementos por vezes fugazmente anotados, e livros impressos para instrução dos nativos. Estes dados, embora pequenos, são entretanto suficientes para se verificar como a Política da Inteligência, sobretudo concebida por D. MANUEL (mas já iniciada por D. JOÃO II nos primeiros contactos com os povos estranhos), foi preocupação constante daqueles dos nossos Reis que superiormente dirigiram a empresa dos Descobrimentos e determinaram as normas de uma política a realizar entre os povos das Conquistas.

O SENTIDO PORTUGUÊS DA PALAVRA «CONQUISTA»

E antes de mais nada necessário se torna definir o significado exacto que ao tempo continha a palavra «Conquista», cujo sentido é tão diverso do que actualmente nos sugere. No desconhecimento desta diferença entre o conceito cristão e português da época medieval e renascentista, e o conceito internacional, despótico e desumano, dos últimos séculos, filiam-se numerosas confusões que importa esclarecer.

Só o conhecimento do significado exacto de que a palavra «conquista» se revestia naquele tempo, pode

explicar a coesão admirável conseguida e mantida entre povos de raças tão diferentes e espalhadas por territórios tão distantes.

Não significava o termo, na linguagem portuguesa medieval e renascentista, a ideia actual de domínio absoluto com aniquilação da autonomia dos povos autóctones. Não implicava a absorção da independência do Estado, com a destruição ou transferência total dos seus povos, nem mesmo o estrangulamento ou confiscação da sua vida económica. Muito pelo contrário, a palavra definia o estabelecimento de relações de aliança e prestação de serviços úteis a ambas as partes.

E de tal maneira se impunha o conceito dos valores morais, que o próprio comércio era submetido a disposições éticas firmemente impostas pelos governantes.

Os benefícios eram conquistados em perfeito acordo de interesses; e o privilégio comercial e supremacia diplomática defendidos por El-Rei, constituíam um direito natural de quem pela primeira vez organizara e levara a cabo a empresa dos descobrimentos, estabelecendo relações políticas e morais com os povos da Ásia e da África.

Ninguém melhor define o conceito social desta palavra do que SIDNEY WELCH ao analisar no «*South Africa under King Manuel*» o valor exacto das designações em que se alargou o título que o Rei de Portugad comunicou às Cortes Europeias: — *Senhor da Conquista, da Navegação e Comércio, da Etiópia, Pérsia, Arábia e Índia.*

Nota SIDNEY WELCH, com perfeito conhecimento do valor da terminologia e dos conceitos morais e sociais daquela época em Portugal: — «*Conquista» para os Portugueses não significava depor o Rei existente ou substituí-lo pela autoridade do Rei de Portugal (...). No sistema feudal, vassalagem era uma condição honrosa. Não mera sujeição, mas sim protecção mútua baseada na amizade e numa escala graduada da realeza*».

Assim é que as lutas havidas na India são sempre menos contra os povos locais, em cujo auxílio quase sempre acudíamos a seu próprio pedido, do que contra os *Rumes*, ou sejam os estranhos com quem íamos competir no comércio do Oriente, e que não tinham, como os Reis locais, qualquer título de direito que houvesse de ser respeitado.

É certo que MACHIAVEL, contemporâneo de D. MANUEL, escrevia no tempo do Venturoso o seu «*Príncipe*», onde se justificam pelas razões de Estado os conceitos e práticas pagãs da Renascença Italiana. Porém, em Portugal o Estado mantinha vivo e inflexível o conceito cristão das relações com os povos nativos. E essas relações eram dominadas pela tradição medieval de um Direito submetido à lei de Deus, o qual constantemente se sobrepôs à criação de um Direito simplesmente de facto, a legitimar ùnicamente pela força. Prepotências em todo o tempo se cometeram. Porém nunca elas foram sancionadas pela lei, antes constantemente profligadas e severamente punidas pelos Reis e Vizo-Reis.

Este escrúpulo fora já longamente considerado em

relação à primeira expansão portuguesa ultramarina, principiada com a conquista de Ceuta. Aparece como um caso grave de consciência, que se define superiormente na Carta de Conselho dos Infantes, principalmente de D. João, ao Mestre de Avis. E o próprio Infante D. Henrique, no tempo em que a escravatura era um comércio natural (e como tal se prolongaria entre Franceses e Ingleses até ao Século XIX), já naqueles recuados tempos das primeiras incursões dos descobrimentos no Continente Negro resolvera suspender o comércio esclavagista, determinando, como escreve Ca Da Mosto, que o trato com os gentios se reduzisse «*a paz e trato de mercancia*». E logo acrescenta: «*e não consente o Senhor Infante que se faça dano a nenhum deles*».

Edgar Prestage lembrou a propósito, em lição proferida no *King's College*, que na Inglaterra só em 1807 foi aprovada a lei abolicionista. E é oportuno lembrar que o sentimento expresso pelo Infante no século de Quatrocentos, representava de tal modo a sensibilidade portuguesa, que foi Portugal o país do mundo que primeiro aboliu a escravatura.

O *trato de mercancia* nunca poderia exercer-se pela força, como afirmava João de Barros ao referir-se particularmente ao nosso comércio com o Oriente, considerando, com a sua particularíssima autoridade de Feitor da Casa da India, *que não é lícito comerciar em termos que não sejam baseados num justo e mútuo interesse.*

O que caracteriza as nossas relações oficiais com os povos do Oriente é que elas não se resumem ao desejo

de receber, mas ainda e sempre, como já notámos, ao desejo de *se dar*. Esta foi a dominante característica da psicologia afectiva das gentes de Portugal, mesmo daquelas gentes guerreiras em face das quais Welch podia escrever que raras vezes se terá visto o pacifismo tão intimamente ligado a acções bélicas do mais espantoso heroísmo.

Este sentimento de simpatia humana não se manifesta apenas em obras de protecção aos nativos, entre as quais avultam as Misericórdias que a exemplo da primeira instituição fundada pela Rainha D. Leonor, mulher de elRei D. João II, se iam instaurando também nas terras do Ultramar, pela África e por toda a Ásia. Torna-se ainda mais significativa pela instituição de certas funções que se oficializaram, como a do «Pai dos Nativos», nome que bem se poderia aplicar ao «Pai dos Cristãos». Era esta a designação do funcionário judicial encarregado de pugnar oficialmente em defesa das gentes desprotegidas, sempre que os legítimos interesses dos naturais das Conquistas estivessem em causa, ou ameaçados pela ambição ou prepotência individual de qualquer dos Reinois.

E ainda para além desta demonstração de simpatia afectiva que os leva a interessar-se pelas obras de assistência, os Portugueses por toda a parte se empenham em ensinar e instruir, procurando constantemente elevar até si a dignidade e cultura intelectual dos povos com quem convivem.

O ENSINO DAS LETRAS, ARTES E OFÍCIOS E A ELEVAÇÃO SOCIAL DOS POVOS DAS DESCOBERTAS

Na África Ocidental — Um centro de estudos para os Povos de Além-Mar — A expansão da Língua Portuguesa — A Cultura Ocidental na Abissínia — A Tipografia, as Artes e os Ofícios — No Subcontinente e nas Ilhas Asiáticas

De todos os modos se manifesta este pendor humanista dos Portugueses. Outras Nações pensariam talvez que um estado de ignorância era condição propícia a uma sujeição mais ou menos inconsciente. E desta maneira colheriam fáceis benefícios comerciais, sem se interessarem pela dignificação dos povos que lhos proporcionavam. Os Portugueses muito pelo contrário, cuidaram sempre de universalizar a própria cultura.

Assim foi que ensinaram a construir palácios e pontes na Abissínia; que elevaram o ensino ao mais alto grau de todo o Oriente, na India; que ensinaram Matemática, Astronomia e Mecânica, na China; Cartografia e Náutica, Medicina e Belas-Artes, o fabrico da pólvora

e a indústria do vidro, no Japão; que revelaram o livro impresso e a tipografia a todos os povos das Conquistas.

NA ÁFRICA OCIDENTAL

Este desejo de elevar pela cultura os povos de além-mar principia logo com as primeiras conquistas na Guiné, e encontra-se mais largamente esplanada e documentada na nossa obra «Da Famosa Arte da Imprimissão».

Como ali pormenorizadamente expusemos, data de 1488 o primeiro envio de livros para a costa ocidental da África. E quando, em 1490, El-Rei D. João II mandava regressar ao Congo alguns indígenas, já eles iam convenientemente instruídos na leitura e na escrita; e a acompanhá-los seguiam alguns frades *bons letrados* e muitos livros, entre os quais se encontrariam necessàriamente as «Cartilhas» para o ensino da leitura. Eram estas «Cartilhas», segundo todas as probabilidades, aquelas celebradas «Cartinhas de D. Diogo», que foi o Primaz das Áfricas e Presidente da Junta dos Matemáticos, as quais, como procurámos demonstrar no trabalho acima mencionado, deveriam ter sido impressas em Portugal, na Imprensa pré-hebraica de Leiria.

Levavam os Padres Mestres o encargo de irem ensinando e industriando os pretos por forma a prepará-los para instruirem eles próprios os outros gentios.

O certo é que dentro em pouco tempo já os Mestres desembarcados tinham lá um professor negro a auxiliá-los no ensino.

CATALDO SÍCULO e MUNZER testemunham que não só se procurava cultivar os negros nos rudimentos da nossa língua, mas ainda no ensino do latim, que era ao tempo a língua da grande cultura internacional.

Em 1504, o Rei D. MANUEL que procurámos fazer reconhecer como um dos mais intelectuais e voluntariosos monarcas de toda a nossa História, — o qual, mais do que nenhum outro se notabilizou no duplo comando, superiormente conjugado, da empresa das navegações e da política ultramarina — enviava para o Congo mais Mestres de ler e de escrever, encarregando-os de multiplicarem as escolas para ensino dos gentios.

A iniciativa frutifica de tal maneira que em 1514 já as escolas se haviam multiplicado de forma tal que existiam algumas a 80 e 90 léguas da costa, com mestres negros, leccionados uns em Lisboa, outros em S. Salvador. E a própria irmã do Rei ensinava numa escola de meninas!

Este Rei africano, homem excepcional de que demos desenvolvida notícia, de tal maneira se interessava pela leitura que, em 1516 se encontrava notàvelmente versado nas Escrituras Sagradas, e estudava atentamente a legislação dos 5 Livros das «*Ordenações do Reino*», à procura de uma reforma com que mais civilizadamente pudesse reger os súbditos dos seus domínios.

UM CENTRO DE ESTUDOS PARA OS POVOS DE ALÉM-MAR

Ao mesmo tempo que se vai ministrando o ensino pelo continente negro e se alarga a nossa influência aos povos civilizados da India, começa-se a influir uma fei-

ção particular ao Colégio de Santo Elói, que se especializa como um Centro de Estudos para os povos de Além-Mar.

Principiara por instruir os negros do Congo e acabava por se especializar no ensino dos nativos da India, que a Portugal vinham receber a nossa cultura para regressarem depois às suas terras tornando-se naturalmente agentes magníficos da nossa Pátria e da nossa civilização nos Estados donde provinham.

Frequentavam o Colégio de Santo Elói, príncipes do Congo, Padres sirianos vindos de Coulão, Naires de Calecut, Paravás do Malabar...

Com o desejo de nobilitar o mais possível os povos das Conquistas, procura-se elevá-los, sem distinção de raças nem de cores, à mais alta categoria social e moral que se podia atingir, fazendo deles Príncipes da Igreja. Assim é que El-Rei D. MANUEL insiste com o Pontífice LEÃO X para conseguir que o Papa, vencendo a resistência do Sacro Colégio, nomeasse Bispos de Útica e de S. Tomé o filho e um sobrinho do Rei do Congo. Ordenaram-se ali ainda vários padres negros e muitos autóctones da India.

Se este prazer de comunicar os nossos conhecimentos e a nossa civilização era já notável perante os selvícolas africanos, mais se eleva e afervora naturalmente ao encontrar nas regiões orientais aqueles povos de elevada cultura que tanto contrastavam com as gentes primitivas da África, e até muito se distanciavam ainda dos povos do Reino legendário daquele Preste João das Indias, que afinal ficava situado na Etiópia.

É sobretudo no Oriente asiático, na India prestigiosa, na China insidiosa e exótica, e no Japão maravilhoso e imprevisto, que se vai realizar uma obra notável de ensino e de intercâmbio, em que a língua se comunica, a Imprensa se revela, a civilização se transfunde, as almas se aliam e (particularmente na India) as raças se conjugam.

É necessário não nos confinarmos apenas ao âmbito filológico, se quisermos interpretar o alto significado da expansão da nossa língua em todo o Oriente.

A persistência do português não é sinal de uma influência apenas linguística, mas, além de tudo, e sobretudo, sinal de uma simpatia e admiração que no desejo de aprender a nossa fala encontra a sua expressão natural. É certo que a nossa actividade no ensino e propaganda da linguagem foi realizada com uma orientação admirável, em obediência à política da inteligência estabelecida pelos nossos Reis e, particularmente, por el-Rei D. MANUEL. Porém, nada se teria conseguido sem a simpatia humana das nossas relações com os povos estranhos. Haja em vista o inêxito da imposição da sua língua feita pela Holanda nas Indias Orientais. Apesar de terem proibido o uso da nossa fala, obrigando os nativos, por decreto, ao uso da deles, nem mesmo nas cidades que fundaram conseguiram fazer vingar o seu próprio idioma. E séculos depois a língua portuguesa continuava a ser falada pelos próprios insulares. Só com o poder de muito tempo as outras civilizações conseguiram substituir pela sua a lín-

gua portuguesa, que se constituira em Língua Internacional da Ásia num período que já hoje poderemos considerar relativamente afastado, mas sobre o qual ainda se mantêm dispersos por todo o Oriente vestígios vivos do seu esplendor.

A CULTURA OCIDENTAL NA ABISSÍNIA. A TIPOGRAFIA, AS ARTES E OS OFÍCIOS

A acção civilizadora baseada em relações de amizade confirmadas por vezes com o sacrifício generosíssimo das nossas vidas em defesa dos Reis com que nos aliavamos, ilustra-se nas terras do Oriente com o auxílio prestado por D. MANUEL ao Rei dos Reis. A constância da nossa amizade prolonga-se de tal maneira, que, em defesa do Negus, perderam a vida em luta heróica na Abissínia muitos dos nossos antepassados. E perdura na sua história, nimbada de heroísmo e de martírio, a figura lendária de D. CRISTÓVÃO DA GAMA, filho do 1.º Almirante dos Mares das Índias.

Era assim, com uma simpatia forjada e caldeada pelo sacrifício das almas e dos corpos, que se preparava em todo o Oriente a primeira acção civilizadora e cultural dos Portugueses. E era com os olhos na Abissínia que se iniciava um facto histórico que deve considerar-se proeminente e sem par na história da cultura universal: — a primeira expansão da Tipografia para fora da Europa e a sua introdução nas terras desconhecidas do Levante.

Estávamos em 1513. A descoberta da Imprensa mantinha-se na infância da técnica dos caracteres móveis. Na própria Europa as tipografias são ainda em número

restrito. Poucas cidades as possuem. As edições são ainda numeralmente escassas. Pois bem. A primeira embaixada mandada à Abissínia por El-Rei D. MANUEL caracteriza-se já por esta feição eminentemente intelectual: — a oferta duma tipografia. É a política do espírito no seu mais alto e generoso significado! O problema dos interesses materiais resta inteiramente na sombra em face dos problemas espirituais.

Com o Embaixador, vão artistas e letrados: um Músico, um Pintor, e Mestres de ensino da nossa Língua. Entre os ricos presentes que acompanham DUARTE GALVÃO na primeira embaixada, segue a mais alta dádiva de natureza puramente intelectual que o mundo do Ocidente ofereceu até hoje aos povos do Oriente: — aquela Tipografia era a primeira que no Mundo atravessava os mares para ser revelada nos outros Continentes. E com essa primeira tipografia, uma oferta de livros, entre os quais avultam pelo menos 1.000 *Cartinhas*, ou Cartilhas, encadernadas em pergaminho e destinadas ao ensino da nossa Língua entre os Etíopes.

Tanto a primeira embaixada, dirigida por um intelectual, o Cronista Mor do Reino, como a segunda, dirigida por D. RODRIGO DE LIMA, podem considerar-se puras missões de ordem política, realizadas no plano superior de uma acção ainda exclusivamente intelectual.

Anos depois havia de se imprimir em caracteres abexins. Ensinam-se as Artes e Ofícios. Constroem-se as primeiras pontes da Etiópia. Edificam-se os primeiros palácios. Abrem-se escolas de Amárico e de Português.

Estudam-se os cartórios da Abissínia. Fundam-se Colégios e Seminários em que se estuda a Língua, as Artes e a Música. Compõe-se a Gramática Amárica.

Vão de Portugal artífices que os iniciam no conhecimento e no uso das ferramentas e nas artes de pedreiro e de marceneiro, de canteiro e de ourives, na arte de construção e em todos os mesteres e artes profissionais. Ensina-se a morar um povo essencialmente nómada. Ensina-se a edificar. Palácios, torres, fortalezas e pontes, ainda hoje dão testemunho da nossa acção civilizadora, e ainda hoje subsistem construções portuguesas daqueles tempos, nomeadamente os castelos de Gondar e de Gipub e a ponte de Dildi: — a primeira ponte que se constrói sobre as águas do Nilo!

João de Bustamante, Jesuíta, e um dos nossos tipógrafos quinhentistas, é designado pelo «Impressor do Preste». Compõem-se e imprimem-se na India, em caracteres abexins, livros destinados à Etiópia. Encarrega-se um dos residentes portugueses, bom letrado nas letras abissínias (tanto em amárico como em geez), de estudar os livros abexins e trasladar na língua literária dos etíopes os livros proveitosos da nossa língua.

A obra mais célebre da arte pictural realizada na Etiópia foi o admirável Cristo da Abissínia, que existia em Magdala, no Palácio do Negus, e do qual Sir Richard Holmes se apoderou, levando-o para Inglaterra. Era perante esta formosíssima imagem que reproduzimos em extra-texto no livro «Da Formosa Arte da Imprimissão» que se proclamavam e faziam o seu juramento solene

todos os Reis da Abissínia que vieram a ser coroados depois da memorável visita da Embaixada de D. Manuel.

NO SUBCONTINENTE E NAS ILHAS ASIÁTICAS

Logo a seguir, no decurso do nosso magnífico itinerário em direcção e ao longo do Mundo Asiático, surgem as terras daquela India maravilhosa onde havia de florescer o melhor da nossa humaníssima comunicação com os povos orientais.

Espalham-se as nossas gentes pela India inteira, seguindo a princípio as terras mais próximas do litoral, a partir de Cochim, até à Pérsia e à Arábia Feliz. Descem o Malabar e, abrangem Ceilão. Dobrando o Cabo Comorim, sobem pela costa de Coromandel e atingem Meliapor ou Calcutá. Atravessam o Rio Sagrado, avançam pela Birmânia, Arakan, Pegu, Cambodja, Sião, depois de se terem já fixado em Malaca, e vão formando núcleos mais duradoiros ou mais fugazes por toda a península da Indochina.

A sedução do Oriente não tem limites geográficos. E a partir de Malaca descobrem novos mares, novas terras e novas ilhas. Percorrem a Indonésia, costeiam a China, estabelecem-se em Macau e Liampó e vão iniciar um período áureo na cultura e progresso industrial do Japão.

Portugal não é, porém, apenas um País de Navegadores. É também um País de Pioneiros, ávidos de sensações, curiosos de percorrer as terras nunca dantes desvendadas e de estabelecer relações com povos desconhecidos; ansiosos por observar as raças estranhas e

os costumes exóticos e por lhes desvendar não só a novidade da nossa civilização mas ainda, — o que eles consideram do maior benefício, — de lhes proporcionar a salvação das almas pela nossa fé.

Deixando os litorais, sobem às terras mais nórdicas e centrais do Indostão e, internam-se para além da Península, já no maciço do continente asiático. Instalam-se no Império do Grão-Mogol, desde Agra a Delhi e a Lahore, atingindo Srinagar, no interior de Cachemira, à vista dos píncaros montanhosos do Himalaia. Em face das montanhas e do seu mistério, exalta-se a sedução aventureira de BENTO DE GÓIS, que em demanda do Cataio havia de alcançar a construção ciclópica e quase inconcebível da muralha da China, e cresce o fervor missionário de ANTÓNIO DE ANDRADE, que há-de ser o primeiro ocidental a devassar o Tibet, e a estabelecer ali a primeira missão religiosa para propagação da fé de Jesus Cristo.

O ENSINO NA INDIA

Intercâmbio com o Oriente — Pensamento e Cultura—Cultura e Civilização—Pensamento Oriental — Primeiras Escolas e Colégios — António Galvão e a Expansão da Língua Portuguesa na Insulíndia — Mais Colégios Secundários — A primeira Universidade do Oriente — Outros Colégios Jesuíticos e mais Colégios de Ensino Secundário e Superior — Franciscanos — Dominicanos — Agostinhos — O Problema da ordenação dos Nativos e o Regime das Castas — A Escola Agrícola e de Ofícios de Taná — Largueza do Plano Educativo

INTERCÂMBIO COM O ORIENTE

É certamente neste capítulo da Instrução, que mais notàvelmente se faz sentir a acção de Portugal no exercício do que noutro lugar chamámos: — O Preceptorado Português do Oriente.

Duma conferência, por nós realizada no Curso de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, transcrevemos as seguintes palavras:

«Por todo o Mundo se tornou notável a descoberta do caminho marítimo para a India feito pelos Portugueses nos alvores da Renascença. O nome de Vasco da Gama foi repetido desde então em todas as línguas, com a admiração devida ao prestígio do navegante que acrescentara ao título dos Reis de Portugal o de Senhores da Navegação e Comércio da Etiópia, Pérsia, Arábia e India.

«A descoberta do caminho marítimo para a India fazia surgir nas imaginações da Europa renascentista, ávida de fausto e de esplendor, um tumultuar de imagens deslumbrantes de maravilha.

«Porém todo o encanto das imaginações se desenvolvia ao redor das paisagens exóticas onde floresciam as especiarias aromáticas e saborosas, a pimenta do Malabar, o cravinho da India a noz moscada das Molucas, a canela de Ceilão... e onde se colhiam as pedrarias riquíssimas do Oriente. Era como se a India tivesse nascido para servir todos os requintes de uma vida de esplendor: — as iguarias para os manjares de sumptuosos banquetes, e as jóias preciosas para ornato das formosas mulheres e dos ricos Senhores...

«Só em Portugal a India era alguma coisa para além de tudo isto. Para os nossos Reis ela era sobretudo a terra onde havia de se desenvolver a nossa vocação espiritual de profunda simpatia humana, onde havia de se exercer aquele espírito de missão que, mesmo nos tempos da aventura heróica, se sobrepôs à sedução do lucro material, e fez de nós maus comerciantes mas admiráveis civilizadores.

«Na verdade, o que de mais belo havia na rota das caravelas e das naus não era o que da India se transportava para o Ocidente, mas sim o que de Portugal partia para o Oriente. Os novos caminhos por onde haviam de chegar à Europa os diamantes da Golconda, os rubis do Pegu, as pérolas e aljôfares de Tutorim e de Manar, as especiarias da India e da Insulíndia, são as mesmas que hão-de conduzir para o Oriente alguma coisa de mais valor do que todas as riquezas da Ásia portentosa: a Civilização Europeia, transmitida na obra humaníssima de comunicação entre as almas de dois mundos; a cultura ocidental com o equilíbrio e a serenidade do seu pensamento, a estrutura social cristã sem párias intocáveis, o amor pelo ensino e transmissão dos nossos conhecimentos.

PENSAMENTO E CULTURA — CULTURA E CIVILIZAÇÃO

«Existe um velho aforismo espalhado por todo o Mundo, segundo o qual a marcha da civilização através dos tempos se faria sempre do Oriente para o Ocidente, seguindo a marcha luminosa do Sol.

«Há certamente neste aforismo um equívoco, uma confusão de palavras, em virtude da qual o significado da palavra *cultura* seria igual ao significado da palavra *civilização*. A verdade porém é que, nem hoje nem através da história, estes dois vocábulos foram sinónimos. E ninguém definiu melhor a distinção entre os dois con-

ceitos do que CHAMBERLAIN na sua *Génese do Séc. XIX* estabelecendo o confronto entre Grécia e Roma:

«— A Grécia, mais culta, porém socialmente inorgânica e incapaz de uma estrutura civilizada; e Roma, inferior em *cultura*, mas superior em civilização.

«Pode ser que do Oriente se antecipasse a marcha do pensamento. Mas nunca a da civilização! E mesmo o próprio pensamento, se fez a sua marcha para o Ocidente foi porque esse caminho se lhe tornava absolutamente necessário para a organização de uma verdadeira *cultura*, para a purificação da inteligência, para a disciplina da imaginação.

PENSAMENTO ORIENTAL

«O Oriente poderia criar fantasias teosóficas mas era impotente para erguer construções filosóficas de perfeito equilíbrio devido ao excesso do delírio imaginativo sobre a medida e a regra do pensamento racional. No campo da sua inteligência especulativa ergue-se um tumultuar de ideias que se esboçam e deformam como se fossem metamorfoses fantásticas de misteriosas larvas, cujas polimorfias não chegam a estruturar-se antes de se dissolverem num niilismo de nirvana, ou de se multiplicarem delirantemente sem atingir uma finalidade construtiva.

«Só no Ocidente o pensamento especulativo encontraria a harmonia que mereceu o nome de clássica, o humanismo intelectual, o senhorio da regra e do equilíbrio, capaz de produzir uma verdadeira cultura do espírito. E assim, se é certo que o labor especulativo das ideias se propagou da Ásia para a Europa, tal facto deve-se

apenas à circunstância de os povos asiáticos serem mais antigos. A verdade porém é que foi na Europa que essas ideias se definiram e estruturaram superiormente, para poderem fixar-se e refluir em luz de civilização sobre os povos orientais.

«Foi a Portugal que coube este privilégio de revelar ao Oriente, à India, à Insulíndia, ao Grão-Mogol, à China e ao Japão, a civilização e a cultura ocidental».

De entre todas as terras desvendadas, foram as terras da India aquelas onde mais vivamente perdurou a nossa civilização, o foco donde irradiou a primeira luz da cultura ocidental por sobre todas as Nações e por sobre todas as Ilhas banhadas pelos mares do Oriente.

De tal modo os Portugueses ali se quiseram sentir como no pátrio Lar, que em Goa estabeleceram, pela primeira vez, e logo a seguir à conquista, o mesmo regime administrativo da Casa Lusitana.

Nos pontos mais distantes da península indostânica e no Império do Mogol se fundam Colégios para o ensino da nossa Língua e propaganda da nossa civilização; e introduz-se na India a primeira tipografia que imprime no Oriente.

PRIMEIRAS ESCOLAS E COLÉGIOS

Desde fins de 1511, princípios de 1512, que El-Rei D. MANUEL enviava para Cochim, dirigida a AFONSO DE ALBUQUERQUE, uma remessa de Cartilhas destinadas a ensinar a nossa língua aos meninos indianos. E logo ALBUQUERQUE abriu uma escola para 100 moços, filhos das melhores famílias. E na sua carta de 1 de Abril de 1512

comunicava o facto jubilosamente a El-Rei: «...*são muito agudos e tomam bem o que lhe emsynam e em pouco tempo*».

Estava iniciada a obra cultural dos Portugueses na India, a qual ràpidamente havia de atingir o maior esplendor até culminar no grande Colégio de S. Paulo, a primeira Universidade do Oriente.

Em 1514 (documenta SILVA REGO, na *Hist.ª das Missões do Padroado Port. do Oriente*) era RUI PEREIRA quem exercia as funções de Mestre-Escola de Cochim. Durante o Vice-Reinado de LOPO SOARES foi extinto o subsídio que ALBUQUERQUE estabelecera para garantir o seu funcionamento, porém os Franciscanos não deixariam extinguir a pequenina chama espiritual acesa pelo organizador do nosso Império. E, pelo menos em 1518 era-lhes fornecida uma grande remessa de livros de religião, teológicos e canónicos, e mais um novo lote de 150 «Cartilhas» entregues pelo Feitor de Cochim, PERO QUARESMA a Frei ANTÓNIO DO LOURO.

Começava o ensino a ser ministrado pelas Ordens Religiosas. E em boa verdade era esta a melhor forma de garantir a sua larga expansão por toda a India. Eram os Missionários os grandes pioneiros do espírito; quase sempre dos primeiros a chegar e os que mais se faziam amar. E o problema económico e burocrático do ensino deixava de preocupar a vida administrativa.

A esta Escola outras se vão seguindo. Os frutos são de tal ordem que em 1545 El-Rei D. JOÃO III, querendo intensificar o trabalho desenvolvido pelas Ordens Religiosas, determina que se abram Escolas em todas as ilhas de Goa. Já nesse tempo os Franciscanos haviam fundado vários Colégios, sobretudo na parte ocidental.

São eles principalmente quem durante quarenta anos, antes da chegada dos Jesuítas, se ocupam em missionar e em ensinar. Era Frei ANTÓNIO DO PORTO homem dotado de um fervor evangélico e de um poder de comunicação que faziam dele um iluminado. Ia direito ao fim. O pagode subterrâneo de Kanheri, no Salcete, era dos mais venerados pelos crentes hindus. Frei ANTÓNIO DO PORTO penetra no templo e dirige-se aos seus sacerdotes. E a força da sua fé e do seu verbo são tão comunicativos, tão persuasiva é a convicção da sua alma e a clareza especulativa da sua inteligência, que logra convencer e converter 50 *Yogues* da religião hindu!

A sua acção, porém, não se confinava apenas à prègação da doutrina. Ele desejava derramar a instrução entre os índios, a quem dedicou, cheio de fraternal amor, a sua vida inteira!

Em 1534 estabelece em Agaçaim o Colégio de Nossa Senhora da Luz, destinado a 40 meninos órfãos que ali aprendiam a ler, escrever e contar. Seis anos depois foi este Colégio destruído pelos Mouros. Mas já em 1535 ele havia fundado outro Colégio, o de Caranjá. Em 1547 institui um terceiro Colégio, este, mesmo em Baçaim, capital de um formoso e rico território insular que compreendia numerosas ilhas, entre as quais as de Salcete e Bombaim. E em 1560 instituía o Colégio Real do Salcete, no pagode abandonado do Manazaper. Este

Colégio obedecia já a um plano mais vasto e era construído para receber 100 alunos.

A par de Frei ANTÓNIO DO PORTO, outro franciscano, Frei VICENTE DE LAGOS, se apaixona igualmente pela obra da instrução. A sua acção desenvolve-se, sobretudo, na missão de Tuticorim. Em 1540 fundava um Colégio em Cranganor, o Colégio de Santiago, onde educava sob a sua direcção 80 meninos, compreendendo gentios e cristãos da terra, a quem não sòmente ensinava as primeiras letras, mas ainda Latinidades, e dos quais muitos acabavam por se ordenar. Foi neste Colégio que se formaram os padres nativos que mais trabalharam na evangelização dos cristãos nestorianos de S. Tomé.

ANTÓNIO GALVÃO E A EXPANSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA INSULÍNDIA

Era por esta mesma altura que numa das ilhas da Insulíndia, em Ternate, o célebre ANTÓNIO GALVÃO, Governador das Molucas, tão esforçado capitão no manejo das armas e no comando das batalhas como protector carinhoso de todos os nativos, notável cientista dos Descobrimentos e das Descobertas, naturalista e geógrafo que o almirante inglês BETHUNE considera o fundador da Geografia Histórica, fundava o primeiro seminário do Mundo.

Nascido já na India e filho de DUARTE GALVÃO, o primeiro embaixador de Portugal à Abissínia, ANTÓNIO GALVÃO é bem o representante do espírito missionário que presidia superiormente à acção dos Portugueses na India. Soldado heróico, é, ao mesmo tempo, administrador e pacificador tão dedicado ao bem dos gentios que

eles o quiseram escolher para seu Rei, e lhe chamaram o «Pai das Molucas».

Dedica-se de alma e coração ao ensino dos povos da Indonésia, ligando-se de amizade com Reis e Príncipes das Celebes, de Mindanao, de Geilolo, de Amboino e Maçacares.

Com jovens de todas estas nações organizou o grande Colégio de Ternate, e o ensino literário ali recebido espalhou a língua portuguesa, tornando-a familiar por todo o Arquipélago. Introduziram-se mesmo numerosos portuguesismos no Malaio e em vários dialectos da Malásia. De tal maneira, que HEILINGERS, no seu estudo das línguas neerlandesas, encontrou 270 palavras de procedência nìtidamente portuguesa, e outras de atribuição provável; MARRE e FOKKER reconhecem que, a par dos numerosos lusitanismos, são mínimas as palavras de procedência holandesa, apesar da ocupação durante séculos mantida pela Holanda, e insignificantes as de origem inglesa. EMERSON TENNENT (cuja qualidade de inimigo dos portugueses FARINHA faz ressaltar a propósito), escreve na sua «*História de Ceilão*»: «a língua dos Holandeses, que eles procuravam propagar com cominações penais, deixou há muito de ser falada, mesmo pelos seus descendentes directos, enquanto que um português correcto é, até ao presente, a língua vernácula das classes médias em todas as cidades de importância».

Se considerarmos que durante séculos a Holanda exerceu o seu domínio nas mesmas ilhas, e que a Inglaterra manteve até aos nossos dias a grande supremacia

ocidental sobre Malaca e as mais vastas regiões do Oriente, compreenderemos, como já salientámos a página 21, que o facto da assimilação e persistência da nossa Língua nos dialectos orientais é profundamente revelador do interesse espiritual e não apenas comercial que os nossos colonizadores dedicaram, em perfeita confraternização, aos povos do Oriente.

MAIS COLÉGIOS SECUNDÁRIOS

O ensino não se limitava, pois, aos estudos primários. A «*Relação*» de FERNÃO GUERREIRO dá nota das «*três sortes de ocupações em que se empregam e gastam sua vida estes padres* (da Companhia) *conforme o seu instituto e vocação*», e explica: «*em segundo lugar é, juntamente com a virtude e bons costumes, ensinarem aos moços estudantes, letras humanas e divinas, scilicet, Latim, Artes, Filosofia e Teologia moral e especulativa, e em muitas partes também, os meninos a ler e escrever*».

Já desde 1535, senão antes, que na Sé de Goa se ia ministrando um ensino mais desenvolvido que ia até à ordenação de nacionais e de nativos. Era o primeiro passo no caminho dos estudos superiores que mais tarde conduziria à fundação de um Colégio Universitário que havia de estabelecer uma influência vastíssima por todo o Oriente, e viria a ser frequentado por dezenas de povos asiáticos.

Nascido da iniciativa do Vigário-Geral MIGUEL VAZ, homem ilustrado e formado em Direito Canónico, e do P. DIOGO DE BORBA, cujo nome se tornou célebre na his-

tória do ensino na India, começou a construir-se o Colégio de Santa Fé, em 1541, nos moldes do Seminário de Ternate; e nem os seus fundadores, que destinavam a obra a um seminário apenas, poderiam prever logo de início a luminosa projecção que do pequenino Colégio havia de irradiar por todo o Oriente!

Começou a funcionar 6 meses depois do início da construção, com 60 colegiais, sob a reitoria do P. DIOGO, que, no dizer de GASPAR CORREIA, «*per sua industria apanhou moços pagãos e mouros de todalas nações que poude aver (...) o Mestre os ensinou a ler e escrever e depois o latim e a toda a ciência*». É tão dedicado aos asiáticos o novo Colégio dirigido pelo P. DIOGO DE BORBA, que, segundo SEBASTIÃO GONÇALVES, dos primitivos alunos *nem um sequer era português!* Todos nativos!

Em 1544, a pedido instante do Padre Mestre DIOGO DE BORBA, era este Seminário entregue a S. FRANCISCO XAVIER, tão querido entre os índios de todas as religiões, e que nessa altura regressava da Costa da Pescaria trazendo consigo alguns colegiais daquela região.

Logo se começam a construir dois edifícios novos. O primeiro, que era pròpriamente o Seminário de Santa Fé, compreendia duas estâncias. A primeira para os estudos rudimentares, destinada a 100 estudantes orientais e aos meninos órfãos dos portugueses que ali receberiam instrução, sendo todos alimentados e vestidos gratuitamente; a segunda, para acesso dos alunos mais distintos que passavam aos estudos da Gramática e da Retórica, Latinidades, Filosofia, Teologia e Música.

Os que não mostravam vocação ou suficiência para continuar os estudos, procurava-se que «pudessem ao menos servir de línguas e fiéis intérpretes», como escreve F. DE SOUSA no «*Oriente Conquistado*». Ou então ocupavam-nos em qualquer ofício fazendo preencher a vaga por outro aluno.

A PRIMEIRA UNIVERSIDADE DO ORIENTE

No outro edifício, que foi pròpriamente a fundação do Colégio de S. Paulo, dava-se maior desenvolvimento ao ensino; e de tal maneira este se foi aperfeiçoando que passados pouco mais de 16 anos os estudos deste colégio se elevaram a uma categoria verdadeiramente universitária.

D. JOÃO III, o Rei cuja acção cultural mais se fez sentir nos altos estudos, e foi louvado, entre outros, por ERASMO e FERNEL, não se desinteressou da vida intelectual portuguesa depois de estabelecer e dirigir superiormente, e com intervenção directa, a reforma da Universidade de Coimbra. A India era aquela parcela de Portugal a que os nossos Reis dedicavam mais persistente carinho, desde que a política de D. MANUEL concebera pela primeira vez no Mundo a experiência da realização de uma etnia fundada ao mesmo tempo na transfusão da nossa cultura e na comunicação do nosso próprio sangue através dos casamentos de portugueses com as jovens indianas.

Depois de fazer a reforma, tão profunda e superiormente concebida e realizada, na Universidade e Colégios Universitários da Metrópole, elRei não perde de vista

aquele distante Colégio do Vice-Reinado das Indias. Tanto mais que ele sempre pensara em juntar o ensino das Letras ao ensino da Fé, como anunciara em carta ao nosso embaixador em Roma ao tratar de organizar as missões dos Jesuítas para a India: «*Eu sempre trabalhei por haver letrados (...) em toda a parte que senhoreio*».

Para consegui-lo, não podia o Rei encontrar melhores colaboradores do que os Jesuítas. E em 1560, um ano antes da sua morte, elRei, que tão zelosamente cuidara de estabelecer uma sociedade moralmente e socialmente elevada que fosse no Oriente a continuação da vida social portuguesa, envia ao grande D. JOÃO DE CASTRO, por intermédio do novo Reitor do Colégio de S. Paulo, uma reforma dos seus estudos superiores.

Compreendiam agora os estudos de S. Paulo uma Faculdade das Artes, três classes de Latinidades, um curso de Filosofia, lições de Teologia Moral e Especulativa e de Escritura Sagrada. Esta organização científica era semelhante à das grandes universidades europeias.

Já anteriormente e por iniciativa do Físico-Mor DIMAS BOSQUE se sustentavam no Colégio conclusões de Medicina, que tiveram lugar pela primeira vez no Vice-Reinado de D. CONSTANTINO DE BRAGANÇA.

Celebravam-se numerosas solenidades, distribuições de prémios, representações teatrais em latim, festas de várias espécies, onde se desenvolvia o gosto dos alunos pelos passatempos intelectuais.

É de notar que por ordem de D. JOÃO III este Colégio

admitia não só alunos internos, mas ainda alunos externos que se não destinavam à vida eclesiástica.

Com o seu rápido e incessante desenvolvimento, a frequência do Colégio de S. Paulo aumenta de ano para ano. Já num Rol manuscrito da Colecção Lusitânica da Biblioteca da Ajuda, e referente ao ano de 1563, descoberto e transcrito por D. MARIA JOSÉ PALMA BRITO, na sua tese de licenciatura, se contam 645 alunos.

Em 1580 o Colégio transferia-se para o Monte do Rosário, onde se instalou em edifício majestoso conhecido pelo «Colégio Novo», digno de um instituto cujo ensino ganhara a extensão e perfeição que o punha a par das Universidades europeias.

A sua fama estende-se de cada vez mais e o seu ensino abrange alunos naturais dos mais longínquos territórios. Há Cafres de Madagáscacr, de Moçambique e de Sofala; Abexins, Arábicos, Arménios, Persas e Guzarates; Mogóis; Patanes, Canarás, Paranás e Malabares; Chingalás e Bengalas; Pegus, Siameses e Malaqueses; Malaios, Jaus e Molucos; Chineses, e até, mais tarde, Japoneses.

Em 1580 falavam-se entre os alunos desta Universidade goesa, pelo menos dezasseis línguas orientais!

O célebre escritor e viajante francês PYRARD DE LAVAL ficou maravilhado ao ver aquela grande Universidade da India, que, segundo o seu testemunho, contava no seu tempo cerca de dois mil estudantes, funcionando na magnífica e sumptuosa Goa perante cujos palácios «*tantas e tão soberbas edificações de egrejas, mosteiros, palácios, fortalezas e outros edifícios ao modo da Europa*» ele confessa que «*muitas vezes se espantou*».

Tanto na grandeza do edifício, como na elevadíssima frequência, como no nível do ensino, dizem os contemporâneos, não podia ser excedida por nenhuma Universidade da Europa. Se considerarmos porém a expansão da cultura que dele dimanava, e tão largamente se difundia por todas as costas e ilhas banhadas pelo Pacífico, e desde os países do litoral até às regiões mais interiores, teremos de reconhecer que nenhuma se lhe comparava na largueza ecuménica da sua acção.

Não eram apenas estudantes do Oriente que frequentavam aquela Universidade. Também entre os alunos houve além dos reinóis alunos ocidentais provenientes de diversas nações.

Para se poder avaliar quanto os estudos do Colégio de S. Paulo representavam como fonte de cultura, e como era admiràvelmente desinteressado o esforço que Portugal dispendia na sua obra civilizadora em prol dos povos que descobrira (obra generosíssima que não tinha precedentes, nem sei que tivesse consequentes em parte nenhuma do Mundo), basta saber-se que toda esta instrução e cultura eram absolutamente gratuitas, à custa do erário da Nação!

OUTROS COLÉGIOS JESUÍTICOS E MAIS COLÉGIOS DE ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR

A par deste Colégio mantinham ainda os Jesuítas o ensino rudimentar. Em Margão tinham outro centro de estudos no Colégio de Salsete, onde ministravam o ensino primário (ler, escrever e contar) e onde funcio-

nava outro Seminário, também para meninos pobres, com o ensino da língua canarina e uma classe de Teologia Moral. Foi este Colégio mudado para Rachol em 1610.

Em 1569 já tinham um Colégio em Cochim com 260 alunos de instrução primária e de Gramática. Havia sete anos que ali haviam fundado o primeiro noviciado.

Em 1584 fundavam no Malabar um Seminário em Vaipicota. Em 1663 novo Colégio e Seminário em Ambalacate.

Só na Província de Goa fundou a Companhia nos primeiros trinta e cinco anos, 14 Institutos de Ensino, e no Malabar, até aos fins do Séc. XVII, dezanove, entre Colégios e Seminários.

Em Ormuz abriram em 1553 uma Escola Primária com 50 crianças.

FRANCISCANOS

Os Franciscanos, por seu lado, não deixavam decair a sua acção de primeiros fundadores de Colégios da India e esforçavam-se por elevar a categoria do seu ensino. Em 1556, Frei BELCHIOR DE LISBOA abriu em Cochim os estudos de Gramática, Artes e Teologia para ensino das gentes da terra e formação de Clérigos que ajudassem ao alargamento do trabalho das Missões. Em 1602, fundavam o Colégio de S. Boaventura para ensino de Filosofia e de Teologia, que de resto já ensinavam também no Bardez, no Colégio dos Reis Magos, desde 1555. Ao lado deste Colégio fundaram em 1595 um Seminário para meninos órfãos.

DOMINICANOS

Por seu lado os Dominicanos fundavam em Pangim o Colégio de S. Tomás, também chamado Colégio Académico, aberto a todos os estudiosos, com ensino de Línguas, Filosofia e Teologia. Mais tarde foi este colégio transferido para Benguenim.

AGOSTINHOS

Os Agostinianos por sua vez, estabeleciam em 1622 na aldeia de Neura o Colégio do Pópulo, onde ensinavam pùblicamente Gramática, Latim, Filosofia e Teologia.

O PROBLEMA DA ORDENAÇÃO DOS NATIVOS E O REGIME DAS CASTAS

O admirável empreendimento de ordenar os jovens Indianos obedecendo àquela ideia que sempre foi tão cara aos Portugueses e particularmente a D. MANUEL, de evangelizar os povos estranhos fazendo-os ouvir a palavra de Deus da boca de sacerdotes da sua própria raça, nem sempre dava os necessários frutos naqueles trabalhos iniciais da evangelização das Indias. E a razão era fácil de encontrar. É que estávamos trabalhando entre povos que dificilmente se sujeitavam à monogamia, quanto mais ao celibato; e cujos bárbaros preconceitos de casta não tinham igual em todo o Mundo.

É necessário olhar para a índia de hoje e verificar que por todo o Indostão, onde se não fez sentir a continuidade da acção civilizadora dos Portugueses, ainda hoje se mantém aquele regime de castas que DUARTE BARBOSA em 1516 especificou em 18 categorias. Entre estas havia 6, a última das quais era a dos párias (*pareens*), que viviam afastados como réprobos de todas as outras. «*Sòmente de os ver se hão* (os outros) *por sujos*

excomungados», escreve DUARTE BARBOSA. No vértice da escala estavam os Brâmanes que blasonam da sua origem divina entre as 5 castas nobres. Quando algum destes, ou de qualquer das outras castas, passava nos caminhos, os das castas inferiores afastavam-se para não empestar o ar por onde haviam de passar! E os de algumas das mais baixas castas eram compelidos a fazê-lo sob pena de morte!

Pois ainda hoje as castas existem, e com as subcastas atingem o número extraordinário de 4.800 categorias de indivíduos, segundo informa o Dr. ALBERTO XAVIER em «*A Boceta de Pandora*».

Compreendemos o cuidado das castas nobres em zelarem a pureza das suas estirpes. O que não é admissível porém é que ainda hoje, os párias continuem de facto *intocáveis* naquela União Indiana de NEHRU, que anda muito comovido por a justiça na India Portuguesa abranger os criminosos de delito comum, a quem ele protege fraternalmente... Ali são mais tocáveis os criminosos do que os párias! Segregados da sociedade para aldeias afastadas e misérrimas, 60 milhões de intocáveis continuam ainda hoje a viver como seres infra-humanos, em plena *democracia nerusiana*.

Compreendemos assim a dificuldade dos sacerdotes indianos em fazer a evangelização da India. Cada um deles era desprezado pelas castas que lhe eram superiores. E desta maneira a ordenação de muitos criava entre os outros um motivo de desprezo pela própria Fé Cristã, tornando a sua acção contraproducente. Só os que se

ordenavam nas castas nobres prestavam relevantes serviços. Entretanto a formação do clero indígena continuava intensamente. E embora os Jesuítas se mostrassem mais cautelosos, ainda assim dedicavam à sua formação Seminários em Goa, Salsete, Baçaim, Coulão, Vaipicota e Tuticorim.

A obra merecia bem a pena, porque, apesar dos inconvenientes de origem geral que apontámos, o certo é que se conseguiam ordenar sacerdotes brâmanes e mestiços do mais edificante e fervoroso apostolado.

A ESCOLA AGRÍCOLA E DE OFÍCIOS DE TANÁ

Havia, pois, castas menos nobres a quem uma instrução mais desenvolvida não beneficiava sob o ponto de vista social. O ensino da Instrução Primária ou Secundária não tinha para eles grande finalidade.

Funda-se então a Escola Agrícola de Taná. Obra quase desconhecida e verdadeiramente admirável, que não é possível enaltecer tanto quanto lhe é devido.

Com uma visão verdadeiramente notável em épocas tão distantes, e reveladora de paternal simpatia pelos Indianos de todas as condições, os Evangelizadores Portugueses baixavam os olhos do convívio dos potentados e senhores, para carinhosamente ensinarem os mais pobres dos nativos a melhor cuidarem da sua vida no meio social de que não podiam desprender-se. Criava-se-lhes assim um novo meio social com uma nova comunidade de espírito e de interesses materiais.

Destinava-se a Escola e Colónia Agrícola de Taná a instruir nas primeiras letras e na vida da lavoura as

gentes humildes e desamparadas que habitavam nos campos. Obra admirável de instrução especializada, era também uma obra enternecedora de assistência, pois ali se educavam crianças indianas das castas mais desgraçadas, filhos de gentios que os pais costumavam vender aos Mouros, e que o P. MELCHIOR conseguia comprar, para os libertar da escravidão e lhes dar, com os rudimentos de instrução primária, a preparação para os trabalhos agrícolas ou para diferentes mesteres. Porque, depois de criada aquela Comunidade Agrícola, passavam a ter ali cabimento diversas artes e ofícios, tais como alfaiates, sapataria, serralharia, tecelagem, etc. E ali eram ensinados segundo as suas vocações os que preferiam o artesanato às lides da lavoura.

Foi esta certamente a primeira Escola Agrária de todo o Oriente, se é que, mesmo no Ocidente, já existiam escolas assim especializadas.

Fundada em 1551 por iniciativa desse admirável missionário que foi o P. MELCHIOR GONÇALVES, da Companhia de Jesus, foi, por diligência sua, fornecida de todos os gados e alfaias agrícolas necessários ao ensino da lavoura e ao cultivo das terras.

Logo no primeiro ano do funcionamento subiu a 500 o número de habitantes da Colónia Agrícola de Taná. Porém, de tal maneira progrediu a sua acção, que dentro em pouco subiam a 3.000 os educandos e colonos.

Fizeram-se trabalhos de irrigação que permitiram realizar culturas extensivas, com a exploração de largas hortas e magníficos pomares. A região de Taná trans-

formava-se numa formosa granja, que pelo seu valor modelar se tornava, ela mesmo, um grande campo de ensino.

Construíam-se casas nos sítios julgados mais higiénicos. Uma administração modelar distribuía trabalho adequado a todos os membros daquela comunidade, por forma que ninguém estivesse desempregado; e permitia ainda um serviço médico e hospitalar privativo, e assistência aos órfãos, às viúvas, a velhos e inválidos.

Para que a Escola pudesse exercer uma acção ainda mais vasta no arroteamento de terras mais distantes, emprestava-se dinheiro aos que pretendessem explorar directamente incultos a adquirir e forneciam-se gratuitamente as sementes e plantas necessárias!

Desta forma, além de Escola e de Obra de Assistência, a Colónia Agrícola de Taná era ainda uma obra de fomento agrário nas nossas terras da India.

Dir-se-ia que os Jesuítas haviam tomado a lição e a regra dos monges de Cister, fazendo na India o que os filhos de S. Bernardo haviam feito em Portugal, particularmente na Abadia de Alcobaça.

Tudo isto se manteve enquanto POMBAL não expulsou os Jesuítas, que era quem dirigia, administrava e mantinha esta formosa obra iniciada pelo P. MELCHIOR mais de dois séculos antes! A obra ràpidamente se desorganizou com a saída dos seus mentores e administradores. Entretanto, a sua existência durante aqueles dois séculos prestou inestimáveis serviços na Instrução e na Assistência, vinculando à civilização dos Portu-

gueses mais uma obra de instrução que foi, segundo creio, a primeira Escola Agrícola e de Artes e Ofícios que naqueles tempos se fundou no Mundo.

LARGUEZA DO PLANO EDUCATIVO

Neste afã de actividade educativa manifestado por todas as ordens Religiosas, é necessário salientar a visão superior com que os Jesuítas abarcaram todo o complexo problema do Ensino.

Eles visionaram a influência da instrução para além do caso individual, concebendo um plano geral onde a cultura filosófica ocupava um lugar proeminente, destinado a estimular a renovação intelectual do pensamento.

Pela formação filosófica abriam-se novos horizontes à propensão metafísica da inteligência indiana. Era verdadeiramente um espírito novo que se procurava introduzir para dominar a cultura existente, de maneira que a acção educativa ultrapassasse a actividade imediata e por forma a remodelar na sua essência as bases filosóficas e morais da cultura hindu.

O Dr. DOMINGOS MAURICIO ocupa-se particularmente deste aspecto da acção missionária dos Jesuítas, na «Revista Portuguesa de Filosofia», num magnífico estudo *Para a História da Filosofia Portuguesa do Ultramar.*

O Imperador Acbar presidindo a uma controvérsia entre os Jesuítas da 1.ª Missão e os Cacizes Mussulmanos — Quadro de Narsingh, pintor Mogol da Corte de Acbar. Séc. XV

A INSTRUÇÃO PORTUGUESA NA CORTE DO GRÃO MOGOL

Viagens ao Cataio e ao Tibet — O Teatro no Grão Mogol — O Colégio de Agra e as suas vicissitudes

Era nesta atmosfera de tão paternal e fraterna simpatia humana, que o ensino procurava chegar a toda a parte, internando-se pelo interior do subcontinente indostânico. E a fama das virtudes e do saber dos Mestres portugueses comunicou-se por todo o Oriente e subiu para o Norte, já no maciço do continente asiático.

O intelectualíssimo ACBAR, a quem o nosso FERNÃO GUERREIRO chamava EQUEBAR, grande Imperador da Mogólia, encanta-se de tal forma com a cultura dos Portugueses que, depois de os chamar para junto de si os cumula de honrarias, instalando-os no seu próprio palácio enquanto lhes não destina instalações próprias. E já em 1580 se exprime em português. Segundo MACLAGAN, faziam parte da sua biblioteca os *Comentários* de ALBUQUERQUE, um livro das *Ordenações Manuelinas* e a célebre *Gramática Latina* de MANUEL ÁLVARES.

Figura cheia de sedução a deste grande Rei ACBAR, tão agudamente inteligente, largamente versado e profundamente atraído pelos problemas filosófico-teológicos, cuja discussão insistentemente provoca entre os ministros das diferentes religiões: — maometanos, budistas, tibetanos, hinduistas e zoroastristas. O P. FERNÃO GUERREIRO faz o relato de várias destas controvérsias na sua «*Relaçam anual*».

Espírito livre e amável, ansioso da verdade e cheio de simpatia pela concepção cristã da divindade e pela figura de Cristo, manda traduzir para a língua persa os quatro Evangelhos, mas fica sempre hesitante entre a inclinação do seu espírito e as tendências eclécticas da sua inteligência.

A religião dos Missionários parece-lhe superior a todas as outras. Abjura a religião maometana e manifesta por várias vezes a intenção de adoptar e oficializar a religião cristã para os seus numerosíssimos súbditos. Porém, temperamento dominantemente intelectual e racionalista, não logra nunca ser iluminado pela Fé, e desta forma não chega a cumprir o desejo tantas vezes manifestado. É possível que para isso tivesse concorrido em grande parte o custar-lhe a abandonar as suas mulheres para submeter-se ao preceito religioso da monogamia.

Em todo o caso o interesse pelos problemas teológicos e filosóficos é nele tão constante que o P. JERÓNIMO XAVIER, que fez parte da missão de 1595, escreveu para ele em português e traduziu para o persa, entre

várias outras obras, um diálogo sobre a doutrina cristã, intitulado «*Espelho da Verdade*» ou, em persa, «*Á-ina-i--Haqq Numa*».

Nesta vasta obra, de profunda erudição, composta em 1600, um dos interlocutores é o próprio ACBAR na figura de um filósofo em busca da verdade. E nela se faz uma larga exposição teológico-filosófica do cristianismo confrontando-se vitoriosamente a doutrina dos Evangelhos com a das outras religiões, principalmente com o Alcorão.

Teve este livro uma grande influência na Corte, provocando uma larga polémica com um autor islamita, SAIAD AHMAD, que escreveu um livro a procurar rebater a exposição doutrinária do «*Espelho da Verdade*», e acabou por se converter ele próprio à fé cristã. Como a argumentação do P. JERÓNIMO XAVIER era sobretudo de natureza filosófica e dirigida mais à inteligência do que à sensibilidade, podemos por aqui avaliar da larga influência intelectual exercida pelas missões portuguesas entre os povos do Oriente.

Escreveu o P. JERÓNIMO várias outras obras na nossa língua, que traduziu igualmente para persa por ser o idioma mais vulgarizado entre os Mogóis. Encontram-se vários manuscritos seus em diversas Bibliotecas (entre as quais a do Museu Britânico, Sociedade Asiática de Bengala, Escola de Estudos Orientais de Londres, Biblioteca Nacional de Paris), e muitas delas com o selo de ACBAR.

Embora não tivesse chegado a abraçar a fé cristã,

como dissemos, de tal maneira venera Cristo e se afeiçoa à sua doutrina e aos missionários que a divulgam, que nomeia o P. MONSERRATE mestre de Língua Portuguesa e de Moral de seu filho, o Príncipe PAHARI ou MURAD.

Na sua Corte de Lahore abriram os Jesuítas em 1591 uma Escola cujos discípulos, entre os quais se encontram príncipes e nobres, começam a aprender a ler e a escrever na nossa Língua.

VIAGENS AO CATAIO E AO TIBET

Em 1594 chega a Lahore uma nova missão da qual fazia parte um pintor português e aquele célebre BENTO DE GÓIS que por ter acompanhado o Imperador a Caxemira de tal maneira se sente atraído pelas montanhas do Himalaia e pelos mistérios das terras ocultas do Cataio, que em 1602 se lança na sua descoberta realizando uma das mais ousadas e celebradas explorações que até hoje se fizeram em todo o Mundo. Seguindo de Lahore por Cabul e Iarcanda, até Su-Cheu, atingiu por fim pelo Norte a muralha ciclópica da China!

Foi também desta missão ao Grão Mogol que 22 anos depois outro Jesuíta português, o P. ANTÓNIO DE ANDRADE, partiu para o descobrimento do Tibet, levando a bom fim a primeira incursão europeia naquelas regiões misteriosas. Atravessa as neves eternas do Himalaia e o deserto perigoso e agreste que se interpunha ao país onde assentava o Tecto do Mundo. Regressado à India, volta no ano seguinte ao Tibet e logra fundar a sua missão entre os conventos de Lamas, na capital do reino tibetano de Tsaparang, missão que se man-

tém durante 25 longos anos, até 1650, no isolamento glacial de tão longínquo e temeroso desterro.

O TEATRO DO GRÃO MOGOL

À data da chegada da 3.ª Missão ao Grão Mogol, em 1594, frequentavam a Escola de Lahore um filho e um neto ou sobrinho de ACBAR, alguns filhos de príncipes feudatários, e os filhos do Rei de Badakshan nos caminhos do Tibet. O entusiasmo dos discípulos pelo ensino e pelos Mestres de tal forma os atrai, que dois deles pedem o baptismo e um outro vai mesmo ao ponto de desejar receber ordens sacras.

O Príncipe herdeiro SALIM ou JAHANGUIR, filho de ACBAR, custeia, em grande parte do seu bolso particular, a Igreja maior edificada em 1604.

Além do ensino e da revelação da pintura do Ocidente, ainda a missão portuguesa inicia os Mogores na Arte Teatral. Na época do Natal representam-se os Autos da Natividade e outros Mistérios bíblicos, a que os Mogóis assistem com o mais vivo interesse.

Os espectáculos e o Presépio eram montados com grande aparato e dispunham de complicada mecânica de jogos e cenários. Entre os diversos engenhos figuravam neles imagens de pássaros que cantavam artificialmente; as figuras dos Reis Magos choravam lágrimas de água; mil invenções mecânicas e hidráulicas enchiam de admiração os espectadores surpreendidos. Para isto vinham peritos de Goa, e entre os próprios Padres havia homens de grande engenho e apurada técnica. Estas habilidades serviam-lhes para aumentar o seu

prestígio entre os Senhores, como aconteceu na corte imperial da China, onde construíram jogos de água nos jardins do Imperador, a quem ofereciam autómatos, como o do P. GABRIEL DE MAGALHÃES, que marchava durante um quarto de hora armado de espada e escudo, e outros engenhos como a caixa de música accionada por um passarinho que «tangia várias danças tártaras e chinas» e que o seu fabricante, o P. TOMÁS PEREIRA, ofereceu ao Imperador Kam-hi.

Tanto o entrecho dos Autos, que para poderem ser compreendidos pelo numerosíssimo público eram traduzidos e representados na língua persa, como os artefactos maravilhosos que enriqueciam os espectáculos, constituíam atractivos franqueados a toda a gente: — cristãos, pagãos e muçulmanos. E era tão grande a afluência dos espectadores, que logo da primeira vez, conta FERNÃO GUERREIRO, a representação foi repetida durante 40 dias, acorrendo muitos estrangeiros, entre os quais vários Rajás e o Catual «*com grande matinada de gente*».

No ano seguinte foram avaliadas em 4.000 as pessoas de todas as classes e credos que vinham diàriamente visitar o Presépio e assistir às representações. O mesmo se fazia em Agra, onde o P. XAVIER contou num só dia 14.000 pessoas.

Com estas festas, procissões públicas, representações de Autos e fantasias bíblicas e de apologética, arraiais com fogos de artifício, etc., se iam introduzindo os nossos costumes e aumentando a fé e o prestígio do nome português naquelas terras distantes. Como referem todos

os autores e, particularmente neste ponto, Sir EDWARD MACLAGAN, todos os missionários, mesmo os estrangeiros que serviam nas nossas missões, usavam unânimemente a língua portuguesa. E com o tempo a nossa língua vai-se tornando tão conhecida que nas Igrejas os missionários começam a fazer os seus sermões em português.

O COLÉGIO DE AGRA E AS SUAS VICISSITUDES

Outro Colégio no Grão-Mogol se deve a um grande potentado da Corte, homem poderosíssimo, admirado e respeitado em todo o Império pelas suas qualidades intelectuais e morais — MIZRA ZULQARNAIM. Era músico notável e tão grande poeta que o P. BOTELHO compara a sua reputação entre Árabes e Mogóis com a de CAMÕES entre os Portugueses. De tal maneira este grande senhor cristão se interessa pelos nossos missionários, que manda construir para lhes oferecer o grande Colégio de Agra, destinado a ser o centro de todas as nossas missões no Império do Mogor.

Este Colégio de Agra estava possìvelmente fadado para mais longos destinos se não tivessem ocorrido contingências bastante imprevisíveis no tempo da sua fundação.

Desejando MIZRA ZULQARNAIM garantir os rendimentos necessários para assegurar a vida do colégio contra quaisquer vicissitudes, dada a inconstância dos sucessores de ACBAR, ofereceu aos padres da nossa Missão a quantia necessária para comprarem duas aldeias em Bombaim, cujos rendimentos foram julgados bastantes para a manutenção do Colégio, e ainda para o sustento

dos cristãos pobres que já formavam uma vasta colónia em Agra.

Parecia desta forma garantido o futuro deste Colégio que se apresentava como um núcleo de portugalidade em terras do Grão-Mogol. Porém, alguns anos depois, a Coroa de Portugal viu-se obrigada a ceder a certas exigências para garantir a defesa da independência, posta em perigo pela assinatura do tratado de paz entre a Espanha e a França.

Da necessidade de tornar eficiente a aliança inglesa que se mostrara até aí inoperante nas agruras da nossa Restauração, nasceu, agora que já não podíamos contar com a França, o plano superiormente concebido de realizar uma aliança familiar colocando uma princesa portuguesa no trono da Inglaterra. Era na verdade um rasgo de visão diplomática verdadeiramente ousada para uma Nação cuja independência estava ainda de certo modo periclitante.

A Inglaterra porém exigia um dote. E apesar da soma esmagadora de dois milhões de cruzados, exigia-nos a oferta de bens de raiz na África e na Ásia, para revalidar os tratados anteriores e definir as garantias do tratado de casamento e aliança de 1661. Esses bens de raiz, eram Tânger e Bombaim.

Por esta forma ficaram as propriedades pertencentes ao Colégio de Agra fora do território português. Bem quiseram os proprietários fazer vingar o seu direito de propriedade que ainda mantiveram por alguns anos. A Inglaterra acabou porém por considerar aqueles bens

particulares como coisa sua, instalando na residência dos donos o Palácio do Governo. E ainda hoje é ali que funciona o Laboratório Oficial de Bacteriologia.

E assim se acabou a garantia económica da presença de Portugal nas terras do Grão-Mogol, onde exercera aquela missão cultural que os Portugueses se não dispensavam de efectuar por toda a parte onde se estabeleciam.

A EMBAIXADA CIENTÍFICA DO GRÃO-MOGOL A PORTUGAL EM 1729

Não se julgue porém que de todo se extinguiu o nosso preceptorado entre os descendentes de Acbar.

Muitos anos depois ainda os Missionários Portugueses mantinham por ali o prestígio da nossa sabedoria. E por tal forma que em 1729, o Imperador MAHAMED XEA e o Rajá AMBER, o maior Príncipe da Mogólia, mandavam ao Rei de Portugal, como seu Embaixador o Jesuíta Manuel de Figueiredo, que vinha vestido à maneira dos Mogoes, e com uma comitiva de súbditos daquele Império. Entre eles destacavam-se o mogol convertido PEDRO GY e o Xeque maometano GUY, que traziam por missão especial conferir directamente com as nossas as tábuas astronómicas em uso na Mogólia, conferenciar com os nossos matemáticos, e tomar conhecimento dos mais modernos instrumentos astronómicos usados pelos nossos cientistas (Ant. Caetano de Sousa, *Hist.ª Gen. da Casa Real, Tomo VIII*).

ROSÁRIO DE COLÉGIOS

Variedades de Ensino

É consolador para o nosso espírito verificar quanto os Portugueses se dedicaram ao ensino dos nativos por todas as terras de Além-Mar! Considerava-se a instrução como um dever sagrado inerente à acção missionária. O ensino primário, secundário e superior ministrava-se por toda a parte onde houvesse padres, quando não era exercido por leigos.

As escolas vão-se instalando como contas de um grande rosário, seguindo primeiramente as linhas da costa. Mas breve invadem o interior.

Já vimos com quanta profusão se estabeleceram no Congo até noventa léguas do litoral. Como se introduziram no interior da Abissínia. Vimo-los depois florescer e multiplicar-se pelas costas da India, como quem encontra terreno mais adequado à cultura do espírito. E assim vão debruando as costas da península para logo florescerem nas ilhas da Insulíndia, penetrarem no Indostão e subirem no Grão-Mogol. Vivem precàriamente em Mo-

çambique, em Sofala e Mombaça, e em Mascate. Mas vicejam na Pérsia, em Ormuz, em Dio, Damão, Agaçaim, Baçaim, Taná, Caranjá, Chaul, Pangim, Goa, Margão, Rachol, Angediva, Mangalor, Cananor, Calecut, Cranganor, Cochim e Coulão. Alastram pela ilha de Ceilão, onde os Jesuítas ensinam a instrução primária e o Latim nos colégios de Colombo e Janafapatão, enquanto os Dominicanos ensinavam Gramática pelo menos num dos seus dois conventos e os Franciscanos tinham quatro. Em meados do Século XVII eram cerca de cem mil os Ceilanenses ou Chingalás que frequentavam as 134 igrejas portuguesas abertas ao público.

Na costa de Coromandel ensina-se em Punicale, Tuticorim, Negapatão, S. Tomé de Meliapor (que foi mais tarde absorvida pela povoação de Madrasta fundada pelos Portugueses), e em Bengala. Caminham mais para além até ao Arracão, na Birmânia e acabam por se espalhar por toda a Indochina depois de florescerem em Malaca.

Por sua vez, como já fizemos notar em «*Da Famosa Arte de Imprimissão*», os gentílicos instruídos e ordenados por tantos Colégios e Seminários da India e da Insulíndia, onde sobressaiu o Seminário de ANTÓNIO GALVÃO em Ternate, eram outros tantos polinizadores que «iam fundindo com a palavra divina as vozes da língua pátria, fazendo vicejar a nossa linguagem entre vergéis perfumados de especiarias e os bíblicos palmares daquela India que foi para o nosso entusiasmo de civilizadores ocidentais, uma nova Terra de Promissão».

O ensino, nunca é demais frisá-lo, não era apenas literário e catequístico. Ensinavam-se como vimos, Artes e Ofícios, Construção, Agricultura, Matemáticas, Cosmografia, Cartografia, Náutica, Música, Belas-Artes, Artes Gráficas e indústrias novas.

FERNÃO GUERREIRO fala-nos da lição dada na fortaleza de Velur ao Rei de Bisnagá, a quem se oferece «um formoso mapa com letras badagás». O ensino da Música persiste ainda em todas as igrejas de Goa, e de tal maneira que, segundo MARIANO SALDANHA, os artistas dali saídos se espalham pelas outras partes do Oriente, «*onde se destacam como sendo quase os únicos asiáticos capazes de assimilarem a música ocidental sacra e profana*». No campo das Artes, a nossa influência fez surgir na Marcenaria, na Talha, na Pintura, na Tapeçaria e na Escultura, um novo estilo Luso-Indiano.

Pela China ensinam-se Matemáticas Superiores, Geografia, Cartografia e Mecânica Celeste. Preside-se ao Tribunal das Matemáticas, dirigem-se observatórios astronómicos; estampam-se mapas, divulgam-se livros. E funda-se em Macau um Colégio onde se confere o grau de Mestre em Artes, como nas Universidades europeias.

No Japão dão-se lições de Música, ensina-se a fazer a pólvora e a fabricar o vidro. Funda-se um verdadeiro «seminário» de pintura e de gravura em cobre, (arte que eles por completo desconheciam) o qual era frequentado por numerosos Japoneses na povoação de Nangasaki. E surge da nossa civilização um novo estilo na pintura japonesa. Ensina-se Cartografia, desenham-se Portula-

nos, escrevem-se Roteiros, divulgam-se manuscritos de Cartas de Marear e Livros de Pilotos. Escreve-se uma obra sobre Medicina e funda-se a primeira Escola Médico-Cirúrgica do Japão. Introduzem-se globos e ensina-se a Astronomia. F. GUERREIRO descreve uma cena passada em Osaka em que se explicam os movimentos do Sol e da Lua com o auxílio de uma esfera armilar, ficando o Príncipe e todos os presentes *muito satisfeitos e não menos admirados do engenhoso e raro artifício com que se mostrava o dito movimento*».

Tanto nos adiantamos sempre a todas as outras nações ocidentais, no papel de pioneiros da instrução no Continente Asiático, que a Escola Médica e de Farmácia por nós fundada em Goa, e a que fundámos no Japão e ali subsistiu até aos fins do Século XVIII, foram as primeiras de todo o Oriente. E podem ainda ostentar este título de prioridade do Ensino Secundário segundo as normas pedagógicas dos nossos tempos, o Liceu e a Escola Normal de Pangim, as primeiras escolas desta categoria que os Europeus fundaram no Oriente, segundo MARIANO SALDANA, in «*História da Expansão Portuguesa no Mundo*».

Por todo este formosíssimo trabalho de comunicação da cultura do Ocidente, pela manutenção constante desta obra nas escolas da India e ainda pela frequência indiana das escolas da Metrópole, a India Portuguesa é ainda hoje a grande flor da latinidade nas terras milenárias do sânscrito e do tâmil.

Razão tinha GILBERTO FREIRE para pronunciar estas palavras:

«*O Oriente e o Ocidente encontram-se tão bem na Índia Portuguesa, que ela é hoje um milagre ao mesmo tempo da cultura oriental e ocidental, uma flor de latinidade a florescer no solo do Oriente*».

AS PRIMEIRAS GRAMÁTICAS DO ORIENTE E PARA O ORIENTE

A Primeira Gramática da Língua Portuguesa — As Primeiras Gramáticas Orientais — Os Missionários estrangeiros e a Língua Portuguesa — No Japão — Na África — Pombal e o Ensino — Reforma Pombalina do Colégio de S. Paulo — Pombal e as Línguas nativas — A Inquisição — Permanência do amor pelos nativos — As Escolas Paroquiais

A PRIMEIRA GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Para o ensino das letras e da cultura ocidental dos povos das Descobertas, compuseram-se numerosas Gramáticas das línguas nativas. Antes disso, escrevia-se em Portugal a primeira Gramática da nossa própria língua. E o que se torna verdadeiramente digno de nota é que ela foi justamente escrita para ensinar Português aos povos do Ultramar e, particularmente, do Continente Asiático.

Escreveu-a o Cronista JOÃO DE BARROS. E se bem que a Gramática de FERNÃO DE OLIVEIRA, impressa qua-

832

tro anos antes, em 1536, seja considerada anterior à de JOÃO DE BARROS, que apenas viu a luz da publicidade em 1540, já no n.º 46 da Revista «*Liceus de Portugal*» tivemos ocasião de expor as razões que nos levam a sustentar que a Gramática de JOÃO DE BARROS foi a primeira a ser escrita e utilizada na pedagogia da nossa Língua.

Compô-la o grande Cronista da Ásia quando já era Feitor da Casa da India, para que fora nomeado em 1533. E logo começou a servir no Colégio de Santo Elói, a que anteriormente nos referimos, o qual, como já pusemos em evidência noutro trabalho nosso, funcionou como Instituto de Cultura para os Príncipes e homens notáveis de Além-Mar. Dali saíam ao cabo de poucos anos, conhecedores da vida ocidental e instruídos na nossa língua e na língua latina, vários africanos e asiáticos, alguns dos quais ordenados e até nomeados Bispos por Sua Santidade para as terras do Ultramar.

Ordenados ou não, os Magnates ou simples nativos que em Portugal recebiam esta cultura literária e social lusíada, regressavam ao seu País e tornavam-se naturais elementos de propaganda da nossa grandeza e convictos agentes do nosso prestígio.

O certo é que de tal maneira os intelectuais portugueses ardiam no desejo de transmitir a nossa cultura, que se deu este facto singular e bem significativo de se escrever a primeira Gramática da nossa Língua para ensino dos povos asiáticos. O próprio autor confessa esta intenção, ao escrever estas palavras: «*O certo hé*

que não ha hi gloria que se possa comparar a quando os meninos Etiopes, Persianos, indos (Indos) *de aquem e de alem do Gange, em suas próprias terras, na força dos seus templos e pagodes, onde nunca se ouviu o nome romano, por esta noss arte aprenderem a nossa linguagem*».

AS PRIMEIRAS GRAMÁTICAS ORIENTAIS

Não bastava, porém, o ensino da Língua Pátria, do Latim e da cultura ocidental. Empenhavam-se os Portugueses de tal forma no estudo das línguas exóticas, que no dizer de Frei JOÃO BAPTISTA, «*o missionário que não sabe a língua das suas ovelhas está em pecado mortal...*» E vão-se escrevendo Cartilhas, Dicionários, Vocabulários, e *põem-se em Arte*, isto é, compõem-se Gramáticas, em várias línguas orientais, umas que chegaram até nós impressas, (e quantas se perderiam...), outras manuscritas, que se foram utilizando em vários Colégios. Sucedem-se os Compêndios de ensino da linguagem tamúlica, (a mais nobre e perfeita de todas as línguas dravídicas), bengala, marasta, concani, indostana e pérsica, não contando com as da Indochina e do Japão.

Ainda há dias o ilustre Professor da Universidade de Ceilão Dr. THANI NAYAGAM me comunicou a descoberta na nossa Biblioteca Nacional de um manuscrito precioso para a história da Língua Tamúlica. Trata-se da primeira Gramática daquela língua escrita pelo célebre P. HENRIQUE HENRIQUES, à qual o ilustre Professor, editor da publicação «*Tamil Cultur*» atribui uma data anterior a 1555.

Foi o P. HENRIQUE HENRIQUES um filólogo eminente das línguas indianas, e particularmente do tâmul, para cujo ensino fundou uma Escola em Punicale na costa de Coromandel. O P. ANTÃO PROENÇA compôs um Vocabulário desta língua, e JOÃO DE CERQUEIRA o seu primeiro Dicionário. Não há língua importante na India para a qual os padres das nossas Missões não tivessem composto Gramáticas, Vocabulários e Dicionários.

Para além da península indostânica os Portugueses continuam a propagar a civilização e cultura cristãs. Faziam-no como já vimos nas regiões altas do Império Mogol. A seguir à região da língua bengala, de que Frei MANUEL DA ASSUNÇÃO escreveu o Vocabulário e a Gramática, penetram na Indochina, onde GASPAR DO AMARAL e ANTÓNIO BARBOSA compõem o Dicionário Português e Anamita, mais tarde acrescentado com a parte latina pelo P. ALEXANDRE DE RODES, discípulo do Colégio de S. Paulo.

Tão profundamente os Portugueses haviam conquistado o senhorio das Letras Orientais, que os que depois vêm na sua esteira, e se apossam, tantas vezes traiçoeiramente, das relações euro-asiáticas por eles criadas, se vêem obrigados a seguir o seu exemplo de actividade cultural. E não conseguem fazê-lo senão escrevendo eles próprios também em Português, ou tomando a Língua Portuguesa como intermediária para os Vocabulários e Gramáticas das várias línguas do Oriente.

Assim compõem por exemplo o Vocabulário Português, Indostânico e Persa; a Gramática da Língua Pérsica; um Vocabulário Latino, Português e Persa. Foram os membros das Missões do Grão-Mogol, os ocidentais que pela primeira vez estudaram a fundo a língua persa, ou perseana, como lhe chama FERNÃO GUERREIRO. Fizeram-no os Jesuítas das nossas Missões, por ser esta a língua da Corte e dos grandes senhores do Mogol. Foram peritos nesta língua sobretudo os padres da 3.ª Missão, da qual fazia parte o P. JERÓNIMO XAVIER, sobrinho de S. Francisco, o célebre BENTO DE GÓIS, e o P. MANUEL PINHEIRO. Conhecia este o Persa tão correctamente que espantou os Mogores; e tanto se afeiçoou aos costumes da terra que os Jesuítas o tratavam pelo «Mogol».

Muitas Gramáticas das línguas orientais existiam nos Colégios portugueses, e ainda o MARQUÊS DE POMBAL, ao extinguir a Companhia de Jesus (e por consequência os Institutos que a Companhia sustentava e dirigia) ao dar por esta forma o mais desastroso golpe na obra da instrução tão florescente na India, recomenda na «*Minuta dos Estatutos*» do colégio que havia de substituir (mas não foi capaz), o Colégio de S. Paulo: — «*As primeiras cadeiras de estudos devem ser as da instrução das línguas próprias das terras onde temos igrejas e missões, buscando-se no sequestro dos Jesuítas, as Artes por onde eles ensinam as referidas línguas*».

OS MISSIONÁRIOS ESTRANGEIROS E A LÍNGUA PORTUGUESA

Os missionários protestantes dinamarqueses da Missão estabelecida em Trangambar, na costa de Coromandel, queixavam-se em 1705 de não terem estudado conve-

nientemente o Português antes de sair da Europa, pois nada conseguiam fazer na India sem o conhecimento da nossa língua.

Seguindo a acção tradicional das Missões portuguesas, abrem duas Escolas, uma de Tâmul e outra de Português, e mandam imprimir na Europa o Novo Testamento e uma Cartilha na nossa língua. Em 1712 já imprimiam em oficina própria, chamada «*Estampa dos Missionários del Rey de Dannemark*» os seus livros de ensino literário e religioso. Mas fazem-no sempre em língua portuguesa.

Em Batávia e Colombo ainda no Século XVIII se tornava necessário o uso de um Vocabulário Português-Holandês, impresso em Amesterdão, para que os dominadores pudessem entender-se, não obstante dois séculos de domínio sobre as populações autóctones! E os padres protestantes imprimiam os livros de doutrina e de ensino em língua portuguesa.

Em Vepery, povoação que actualmente está incluída na cidade de Madrasta, os protestantes ingleses viam-se também obrigados a imprimir na nossa língua.

Estes factos atestam a qualidade de trabalho realizada pelos Portugueses. É ainda a Língua Lusitana que continua a servir de veículo à instrução e civilização ocidental, mesmo na boca de estrangeiros, mesmo na propaganda de religiões diferentes!

NO JAPÃO

No Japão continuou intensamente a obra de cultura dos Portugueses com a abertura de Escolas e Colégios

e com o ensino de Belas-Artes e novas indústrias, como já referimos. Ali se compõem numerosos Vocabulários e Gramáticas, avultando entre as obras linguísticas aquele famoso *Dicionário Português, Japonês e Latino*, verdadeiro monumento linguístico, pasmo de todos os estudiosos da especialidade. Escrito em 1595, ainda no século XIX era o único de que lançavam mão os estudiosos da língua nipónica, tendo sido reimpresso em Roma e dicionarizado para a língua francesa na edição de Paris, nos fins do século passado.

NA ÁFRICA

Também no Continente Africano se escreviam Cartilhas e Gramáticas. O franciscano Frei GASPAR DA CONCEIÇÃO escreve a Cartilha de Português-Quicongo, impressa em 1556, que o Sr. P. ANTÓNIO BRÁSIO revelou. O P. MARCOS JORGE compõe aquele Compêndio de Doutrina impresso em 1624 e que, por ser impresso em grupos bilineares bilingues, deverá ser também considerado como um compêndio de ensino de línguas. O jesuíta PEDRO DIAS publica a primeira Gramática de Quimbundo.

Na Abissínia, como anteriormente referimos, organiza-se largamente a acção cultural. O P. LUÍS AZEVEDO compôs a Gramática Amárica, a primeira que se escreveu naquela língua, em que os nossos missionários compuseram numerosas obras.

Não fazemos menção de numerosíssimos livros escritos nas línguas nativas, por nos circunscrevermos neste momento a falar apenas de algumas obras linguísticas, sem o intento, aliás, de fazer uma bibliografia

completa que nos levaria longe e não está nos intuitos deste trabalho, onde apenas se pretende dar um panorama geral da nossa acção civilizadora no Ultramar.

Esta acção não se limitava, de resto, a difundir a nossa cultura.

Toda esta acção civilizadora dos Portugueses, quer de leigos quer das diversas Missões, representa um título de glória para Portugal, mesmo quando realizada por missionários estrangeiros, pois esses indivíduos agem segundo um plano delineado logo nos primeiros tempos das Descobertas pelos Reis D. MANUEL e D. JOÃO III, que superiormente presidem, comandam e subsidiam a acção cultural e cristianizadora. E esses Missionários de tal maneira compreendem o portuguesismo indiscutível desta grande obra em que se integram, que, embora pertençam a outras nações, todos eles falam e ensinam em língua portuguesa.

POMBAL E O ENSINO

As Escolas e Colégios mantêm-se como obra de civilização sustentada e mantida pelo nosso erário, e realizada com um louvável fervor pela dignificação espiritual e intelectual dos Indo-Portugueses de sangue e dos Gentios. Até que o MARQUÊS DE POMBAL resolve secularizar o ensino expulsando os Jesuítas, que eram os principais propugnadores e mestres do Magistério Primário, e os únicos que ministravam o ensino superior naquele Colégio Universitário de S. Paulo de Goa e no de Macau a que atrás fizemos particular referência.

REFORMA POMBALINA DO COLÉGIO DE S. PAULO

Entre as cadeiras que ficam a constituir o curso estabelecido por Pombal para o novo colégio, contam-se as de Língua Latina, Retórica, Moral Cristã, História e Disciplina Eclesiástica, e uma de História das Conquistas do Oriente, na qual se mandava fazer a condenação das actividades dos Jesuítas!

Entretanto, nas instruções para os «*Estatutos do Colégio de Meninos e Clérigos naturais do Oriente que Sua Magestade manda restabelecer na Cidade de Goa*», (e que mais não é do que uma nova organização a funcionar no Colégio de S. Paulo, que pela expulsão dos Jesuítas ficava sem Mestres), o Marquês acusa a Companhia de se preocupar apenas com o ensino de jovens de raça metropolitana, exprobando-lhes o terem desvirtuado as primitivas normas estabelecidas por ALBUQUERQUE e pelos Padres MIGUEL VAZ e DIOGO DE BORBA!

Não era justo o espírito do grande Reformador, sobretudo quando se tratava dos Jesuítas, que odiava rancorosamente.

POMBAL E AS LÍNGUAS NATIVAS

Tão desvairado era este ódio pelos Ignacianos, que, ao mesmo tempo que lhes dirige estas falsas acusações de desinteresse pelos nativos (a eles que entre outras escolas haviam fundado a Colónia Agrícola de Taná!), os acusa, por outro lado, em outros documentos, de só se preocuparem em os ensinar, desligando-os da comunicação com os Reinóis por lhes falarem nas suas línguas! À publicação de livros e gramáticas nas línguas autóctones chamava ele a «malícia com que os

chamados Jesuítas procuram extinguir a língua portuguesa...» *(Códice 472 do Arq. Hist. Colonial)*. Dizia-se isto dos homens que haviam escrito Vocabulários e Dicionários de tantos idiomas ultramarinos, auxiliando mais do que ninguém a propagação da Língua Pátria por todo o Oriente!

Os livros publicados nos idiomas gentílicos eram «*os papéis infamemente maquinados para impedirem toda a comunicação*» com os Portugueses!

E para desfazer tais «*malícias*», manda fazer «*autos de fé*» (o Marquês era membro devotado do Santo Ofício) a várias obras deste género publicadas em Angola, e *destruir* todas as tipografias da Índia, porque nelas se haviam impresso muitos destes negregados livros!

A INQUISIÇÃO

Para substituir os Jesuítas e evitar os seus malefícios, mandava-os substituir no Colégio de S. Paulo pelos Congregados de S. Filipe de Nery e... pelos Inquisidores!

Justamente aquela Ordem que ele amava particularmente, da qual fizera Inquisidor-Mor o próprio irmão, e cuja actividade (pela estreiteza e intolerância do espírito religioso que presidia às suas funções) constituiu um dos maiores males de toda a nossa actividade de civilizadores da India. Foi o Santo Ofício quem comprometeu, perverteu e destruiu em grande parte a obra magnífica da nossa colonização, revelando aos nativos o espectáculo odioso daqueles métodos bárbaros e cruéis tão contrários à pregação de uma doutrina de amor e

de uma superioridade moral dos costumes e sentimentos que estavam expressos nas nossas leis, e em uso nas nossas terras.

PERMANÊNCIA DO AMOR PELOS NATIVOS

Seja como for, o certo é que ainda nesse documento se manifestam os sentimentos de simpatia pelos nativos tão próprios dos nossos governantes. O MARQUÊS DE POMBAL condena todas as distinções entre os naturais e os Reinóis; e na 3.ª disposição, manda: *dispor as coisas de tal sorte que o útil domínio das terras, o exercício dos empregos políticos e ainda militares, e o ministério sagrado das missões e paróquias se confiem sempre, na maior parte, ou a naturais da terra ou a filhos e netos destes, posto que sejam na cor mais brancos ou escuros.* E comenta que o contrário: «*He uma injustiça que clama ao mesmo ceu!*»

Quer dizer que apesar do derimir de ódios e lutas intestinas, uma coisa permanece inalterável e constante no espírito do perseguidor e dos perseguidos: — é o amor e interesse pelos nativos da Índia!

AS ESCOLAS PAROQUIAIS

É curioso de notar que, ainda hoje subsiste a tradição missionária nas Escolas Paroquiais de Goa. Além das Escolas Primárias oficiais, persistem aquelas Escolas sob a direcção episcopal, e como organização complementar, em todas as igrejas de Goa. Nelas se ministra, além do ensino rudimentar da instrução primária, o ensino da Música; e de tal maneira que, como noutro lugar referimos, os seus músicos são ainda hoje notáveis nas outras partes do Oriente.

INTERCÂMBIO CULTURAL E INTEGRAÇÃO DE COSTUMES RELIGIOSOS

Uma Tradução Portuguesa de Confúcio — Adaptação de Textos e Costumes à Evangelização Cristã — Outros Livros Sagrados dos Hindus — As Religiões e a Lei Civil

UMA TRADUÇÃO PORTUGUESA DE CONFÚCIO NO SÉCULO XVII

A acção dos missionários não se limitava porém a difundir a nossa cultura.

Não se fechavam os Portugueses à aquisição de conhecimentos e ao estudo das obras intelectuais dos povos cultos com os quais entrávamos em convívio. Foi com este espírito de interesse pelo que pudesse haver de intelectual na cultura dos povos exóticos e com o desejo de o revelar à Europa, que se imprimiu em Goa no ano de 1669 uma tradução de CONFÚCIO, cuja existência, desconhecida entre nós, foi há anos revelada em «Da Famosa Arte da Imprimissão»: — *ao passo que introduzíamos no Oriente a civilização ocidental, não deixávamos de admirar e transportar para o conhecimento da nossa*

civilização uma das obras mais caracterìsticamente intelectuais e espirituais do povo missionado.

Particularmente os Jesuítas se dedicavam a estudos desta natureza, dada a importância que sempre atribuíram à inteligência como elemento decisivo para abrir o caminho da Fé entre os intelectuais. O seu plano era convencer estes em primeiro lugar, atendendo a que a conversão dos sacerdotes e dos magnates era conquista que facilitaria a propaganda da Fé, frutificando em facilidades de apostolado que derivavam espontâneamente do exemplo apontado às multidões incultas.

Na Abissínia, na India, no Grão-Mogol, na Indochina, na China e no Japão, os nossos missionários estudavam as obras religiosas e filosóficas dos seus pensadores, por toda a parte se dispondo a controvérsias públicas, principalmente perante os Reis e grandes Senhores.

Tomando conhecimento dos livros e doutrinas estranhas maometanas, zoroástricas, búdicas e bramânicas não deixavam de apreciar o que neles e nos costumes que dos seus escritos procedia, pudesse haver de louvável.

ADAPTAÇÃO DE TEXTOS E COSTUMES À EVANGELIZAÇÃO CRISTÃ

Particularmente CONFÚCIO, foi autor cuja elevada intelectualidade lhes mereceu especial simpatia. E pareceu-lhes que a sua própria doutrina, vinculada profundamente nos espíritos, poderia ser hàbilmente conduzida por exegeses acomodadoras, transformando-se em auxiliadora para a penetração da nossa Fé. Em vez de levantar barreiras, eles procuravam ocupar e adaptar

à própria cidadela. Recordando-se de como o aceitamento de certos usos e costumes pagãos, com a simples mudança de significado, facilitara a assimilação de Gregos e Romanos do paganismo, admitiram alguns, como atitudes perfeitamente integráveis na religião cristã, certas cerimónias, como as realizadas em honra dos mortos, que consideravam, como dizia o jesuíta FRANCISCO PIMENTEL, na «*Breve Embaixada de Manuel de Saldanha á côrte Manchu de Pekin*», «*uma acção meramente civil e política, instituída sòmente para honrar os mortos*», reconhecendo que os Chinas os respeitavam e veneravam mais do que nenhuma outra nação.

Esta transigência com determinados usos estava também no espírito do jesuíta AFONSO MENDES, e de uma maneira geral era a opinião dos missionários da Companhia que formavam o corpo principal das nossas Missões, e que, como já acentuámos, se ocupavam mais profundamente das culturas asiáticas e da conversão dos seus intelectuais.

Chegou mesmo esta simpatia missionária a tornar-se suspeita particularmente na interpretação de CONFÚCIO. Espíritos mais intolerantes acusavam os Jesuítas de perturbarem a pureza da Fé, imiscuindo os usos pagãos em detrimento do ritual católico. E não queriam distinguir aquela diferenciação entre o político e o religioso, sobre a qual os Jesuítas insistiam, e que eles consideravam herética e capciosa.

Houve por tal motivo azedas controvérsias de que são exemplo a do dominicano espanhol DOMINGOS NA-

VARRETE com o jesuíta português ANTÓNIO DE GOUVEIA. Alegava este que não se devia proceder condenando todos os usos *in limine*, mas, «*apartando o precioso do vil, o culto divino e justo, do supersticioso e idolátrico*». Desta maneira, prosseguia inteligentemente ANTÓNIO DE GOUVEIA, «*se foi abrindo a porta a toda a sorte de gentios*» que fàcilmente iam sendo atraídos à nossa religião, sem que fossem repelidos pela proibição daqueles usos cujo conteúdo moral se ajustava tão perfeitamente aos preceitos da lei de Deus.

Esta disputa encontra-se documentada num interessante livro xilogravado em Pequim pelos Jesuítas, nos princípios de Setecentos, e novamente dado à estampa por BOXER.

A coisa vinha de longe. Já o P. RICCI, que estudara primeiro nos estudos de Coimbra e depois nos Colégios de Goa e em Macau, seguia uma orientação idêntica mais de um século antes, na Missão da China. Estudara profundamente CONFÚCIO e LAO TSEU e demonstrava aos Mandarins letrados, em hábil especulação filosófico-teológica, que o Cristianismo era a fórmula perfeita, a conclusão lógica para onde tendiam as doutrinas de Budistas e Confucionistas.

Sabe-se como na India os Jesuítas tentaram os estudos de alto Bramanismo chegando o P. NOBILI a frequentar, disfarçadamente, o Centro de Estudos Indostânicos de Madurá para melhor poder penetrar nos segredos esotéricos da sua teologia.

O próprio S. FRANCISCO XAVIER dera o primeiro

exemplo, visitando os Conventos Brâmanes logo que chegara à India, para tomar conhecimento da sua filosofia e da sua teologia.

Em conversações mais filosóficas do que teológicas expunha-lhes por sua vez a filosofia ocidental e a religião cristã, procurando convencê-los da superioridade intelectual e moral da nossa filosofia e da nossa Fé.

Antes mesmo de chegar a Goa, iniciara já as discussões filosóficas com os chefes maometanos de Melinde.

Seguindo o seu exemplo, os Padres FRANCISCO RODRIGUES, conhecido pelo Mangainho, e GONÇALVES DA SILVEIRA, sustentam em Goa discussões públicas do bramanismo.

O mesmo faz o P. HENRIQUE HENRIQUES, no Malabar e os Padres NOBILI e S. JOÃO DE BRITO, no Maduré.

No mesmo sentido se imprimem numerosas obras que se espalham entre os letrados.

Por seu lado os missionários do Japão publicavam em Canzuca, em 1593, as «*Fábulas de Fedro*»; e nos comentários, que serviam para as lições dos seus Colégios, utilizavam variadas transcrições de CONFÚCIO, extraídas de diferentes obras clássicas da literatura japonesa.

Compreende-se quanto a obra do asceta chinês podia exercer de atractivos para espíritos ilustrados na filosofia ocidental, apesar de se tratar dum autor mais moralista do que filósofo. Lembremo-nos quanto alguns séculos depois se apaixonaram por ela e pelos livros bu-

distas certos filósofos e moralistas do século XIX, entre os quais o nosso ANTERO.

Foi através dos seus escritos que o Ocidente se iniciou na moral e filosofia do Oriente. Sinal deste apreço foi a publicação em Goa, em 1669, daquela tradução de CONFÚCIO, obra não citada em qualquer bibliografia da Imprensa Indiana, mas cuja existência na Biblioteca Real de Viena de Áustria tivemos ocasião de revelar.

OUTROS LIVROS SAGRADOS DOS HINDUS

Porém já mais dum século antes, como vimos, os nossos missionários se tinham ilustrado no conhecimento das religiões hindus. Obedecendo ao plano de converter os intelectuais em controvérsias doutrinárias nas quais discutiam as suas doutrinas à luz da teologia e da filosofia, os Jesuítas estudavam a fundo os livros sagrados do Oriente, seguindo o exemplo de S. Francisco Xavier.

Encarregaram por isso um brâmane convertido de fazer a tradução para português de algumas das obras mais veneradas da religião indiana.

Segundo a nota que me ofereceu o ilustre Director do Arquivo Histórico de Goa, Dr. P. PISSURLENCAR, os primeiros livros traduzidos foram *Episódios do Mahabarata, Bhagavat-Purana, Tulsi Mahatma* e o *Yoga-Raja-Tilak.*

Estas traduções encontram-se no Arquivo Geral da Companhia de Jesus, em Roma. Os textos usados devem ser os que se encontram na Biblioteca de Braga.

AS RELIGIÕES E A LEI CIVIL

Por outro lado, no campo civil verificava-se quanto a religião era respeitada e garantida no «*Foral dos Usos e Costumes*». Efectivamente, a nossa legislação admitiu desde sempre, com excepção dum relativamente pequeno lapso de tempo, o juramento sagrado nos pagodes da religião hindu.

O artigo XXII do *Foral* dos Gancares, determina mesmo qual o pagode escolhido oficialmente para tais juramentos legais no departamento de Goa: — o de Uzoo.

E este facto só por si, é suficientemente demonstrativo da perfeita compreensão e respeito dos portugueses por todos os indianos, quaisquer que fossem as suas crenças.

Esta compreensibilidade não excluía porém o ardente zelo de cristianização dos nossos governantes e missionários. E isso a diferencia do cepticismo com que outras nações se comportavam para com os povos do Oriente não se preocupando sequer em se opor a práticas bárbaras e auto-homicidas, que faziam parte dos seus cultos e costumes.

Tal atitude não representava respeito, mas indiferença pelos autóctones.

Considerando-se em regime colonial, a indiferença estendia-se a tudo quanto se não traduzisse em obras materiais e lucros de comércio.

Os Portugueses porém mantinham o mais vivo interesse pela alma e pelo futuro espiritual dos nativos, muitos dos quais eram degradados até na vida terrena pela divisão inumana das castas. E ainda que uma vez

ou outra pudesse haver um excesso de zelo apostólico, esses mesmos excessos servem contudo para demonstrar que os Portugueses não viam na India e nos Indianos, mero objecto de exploração comercial.

A terra não era para estabelecer uma colónia, mas para prolongar a Pátria; a catequese representava o fraternal interesse pela salvação das almas; e os Portugueses não hesitavam entre serem hábeis comerciantes ou espirituais civilizadores.

A INTRODUÇÃO DA TIPOGRAFIA NO ENSINO DOS POVOS DAS DESCOBERTAS

O Didactismo nas Artes Gráficas — A chegada da Imprensa e as Primeiras Impressões — Os Primeiros Caracteres exóticos — Efemérides da Imprensa Asiática — Gratuitidade das Publicações

À obra realizada através das Missões e dos Colégios portugueses, em breve se junta um elemento de cultura que, pela primeira vez também, foi revelado a todo o Oriente pela acção de Portugal.

Desde a primeira hora que o Livro começa a ser proveitosamente utilizado no ensino da nossa língua e da nossa doutrina. A seguir às «*Cartinhas*» enviadas por D. MANUEL (e que deviam ser, como noutro lugar tentámos demonstrar, as célebres «Cartinhas» de D. DIOGO, Primaz das Áfricas e presidente da Junta dos Matemáticos nomeada por D. João II), multiplica-se por todas as formas o ensino através dos livros. Até que, levados pelo tropismo vocacional do espírito lusíada, que polarizava

para o Além-Mar todas as nossas ansiedades, embarcávamos, com destino à India, a segunda tipografia que, em navios portugueses, se apartava do Velho Mundo. A primeira tinha sido a que nós enviáramos para a Abissínia.

O DIDACTISMO NAS ARTES GRÁFICAS

O destino desta Imprensa era inteiramente didáctico: um instrumento de ensino que Portugal, na sua missão de Preceptor de Ocidentalismo, ia pôr ao serviço das almas do Oriente. E é este destino puramente didáctico, que lhe inspira, cremos que pela primeira vez no Mundo, processos originais de pedagogia das línguas. A técnica das artes gráficas amolda-se por dispositivos de composição, combinações de corpos diferentes e variações de cores, a um método novo e verdadeiramente modelar.

No livro que publicámos sobre a «*Famosa Arte da Imprimissão*», revelámos a existência do exemplar único de uma Cartilha notabilíssima sob este aspecto, da qual se não conhecia mais do que o nome. Foi impressa em 1554. Ali publicámos em extra-texto quatro páginas facsimiladas a cores, e chamámos a atenção para a excelência daquela forma de pedagogia realizada por adaptação das artes gráficas.

A impressão é feita em grupos trilineares. A linha do meio é composta em corpo maior. A de baixo em corpo sensìvelmente inferior. A de cima, impressa em corpo muito mais pequeno, ainda se diferencia mais por ser impressa a vermelho. A linha do meio, a de corpo maior, é escrita na língua tâmul, a mais importante das línguas

indianas do grupo dravídico. A linha superior, estampada a vermelho, contém, sobre cada palavra do texto tamúlico a palavra que lhe corresponde na língua portuguesa, sem qualquer preocupação de ordem sintáctica. Na linha inferior encontra-se a tradução corrente, na sintaxe portuguesa, sem deixar contudo de se procurar ajustar a correspondência linear, o que se obtém gràficamente pelo irregular espacejamento das palavras.

Empregam-se já sinais para indicar os valores fonéticos. Como então fizemos notar, ia-se muito além do que GUSTAVO LE BON preconiza na sua *Psicologia da Educação*, e a que chama o processo sobre todos excelente para a aprendizagem de qualquer língua. Cremos que a invenção do método e as inovações da adaptação gráfica realizadas tantos séculos antes, podem ser proclamadas como admirável concepção da pedagogia portuguesa. E tal invenção foi feita, como notámos, para servir a cultura dos povos indianos que os Portugueses amavam acima de todos os povos do Oriente, e os únicos com os quais estabeleceram preceitos para realizar uma raça luso-asiática.

Tão alta perfeição na utilização didáctica dos dispositivos gráficos da tipografia, ainda não teve certamente até aos nossos dias, nenhuma obra que a suplantasse ou mesmo talvez que a igualasse.

Por tudo isto podemos afirmar que Portugal tem neste capítulo da História da Imprensa um lugar único no Mundo e logo a seguir à Alemanha, pois tendo impresso o seu primeiro livro, 6 ou 9 anos apenas depois do pri-

meiro incunábulo de GUTENBERG, é sem contestação o primeiro país que revela a Imprensa ao Continente Africano e a todo o Continente Asiático.

Portugal, antes de todas as nações, revela e utiliza o livro no ensino dos povos não-europeus; embarca tipografias para o Oriente a bordo das suas naus; e, o que é mais, funde e imprime pela primeira vez em caracteres exóticos, — abexins, indianos e japoneses — e compõe as primeiras Cartilhas e as primeiras Gramáticas das línguas orientais.

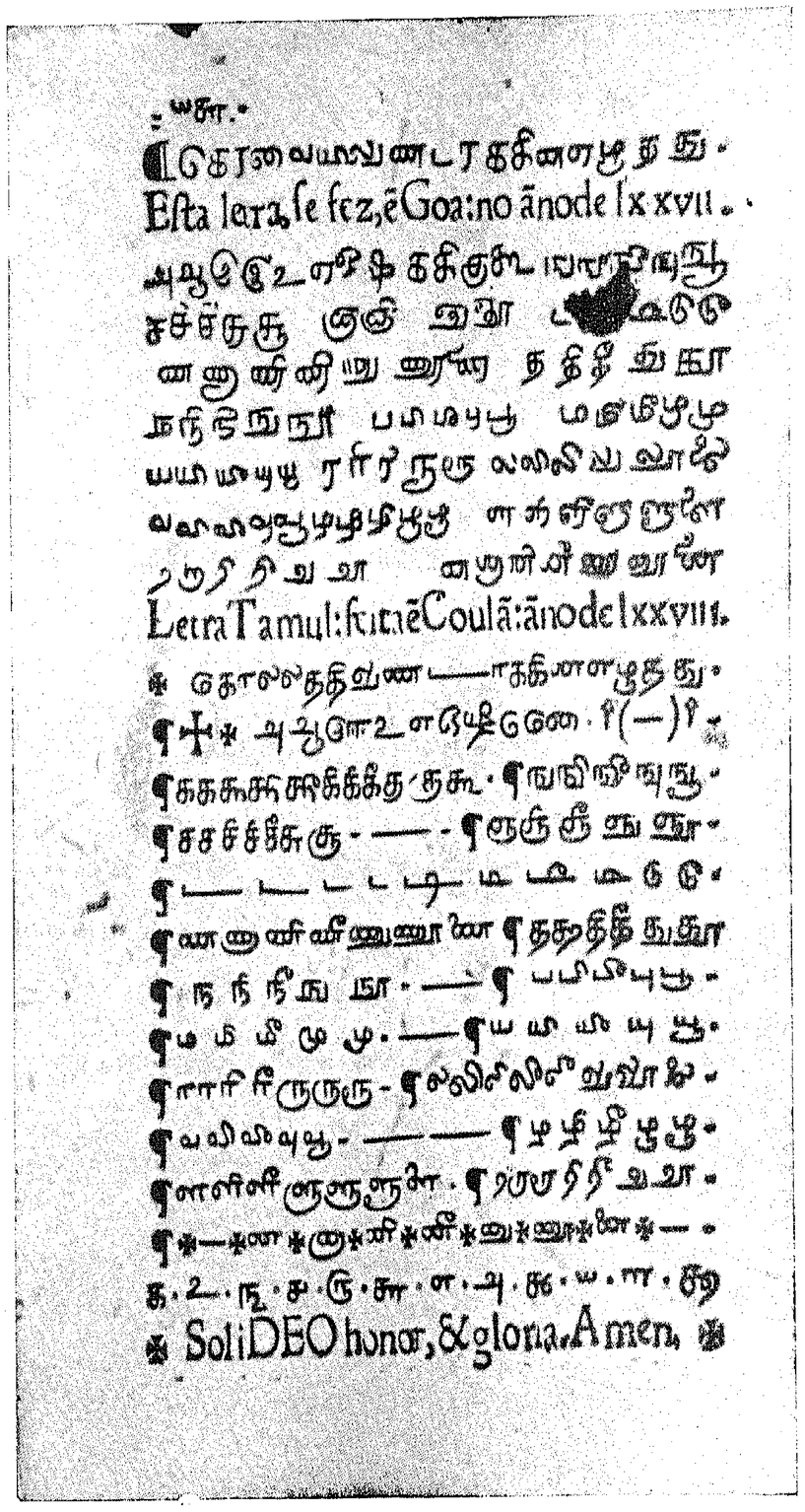
A CHEGADA DA IMPRENSA E AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Numa das naus do Reino que aportaram a Goa no ano de 1556 e na qual veio a reforma ordenada por D. João III para os Estudos de S. Paulo, desembarcava o PATRIARCA DA ETIÓPIA com a tipografia destinada à India, que nesse mesmo ano imprimia o seu primeiro livro. Dois anos depois instala-se em Goa pelo menos uma nova tipografia. No ano seguinte aparecem mais dois prelos na capital da India e imprime-se pela primeira vez em Cochim.

Em 1559 faz-se a primeira impressão numa língua oriental: a língua malabárica. Em 1560 imprime-se em língua concani. Em 1563 a tipografia da Ásia imprime os primeiros versos de um dos maiores poetas da Latinidade, que na imprensa de Goa se estreia: LUÍS DE CAMÕES.

OS PRIMEIROS CARACTERES EXÓTICOS

Em 1577, o arquitecto jesuíta JOÃO DE FARIA, instala uma nova tipografia em Vaipicota, perto de Cranganor,



Reprodução de uma página da «Doctrina Christiana» *impressa em 1578* en Lingua Malauar Tamul. *É este por enquanto o exemplar mais antigo que se conhece impresso em caracteres exóticos dum alfabeto indiano. Os caracteres foram abertos pelo arquitecto e Jesuíta P. João de Faria*

na serra do Malabar, e imprime em caracteres *tâmul* as primeiras letras exóticas estampadas no Mundo, e cujos tipos ele próprio abriu por sua mão, *com rara habilidade*, segundo a apreciação de FRANCISCO DE SOUSA. Ao mesmo tempo o seu companheiro JOÃO GONÇALVES fundia caracteres da língua *malayaiam*. Ali saem à luz diversas obras em língua *suriana* que era a língua culta ou eclesiástica, a par de outros livros dados à estampa no idioma popular.

SCHURHAMMER e G. W. COTTRELL publicaram em 1952 um trabalho intitulado «*The First Printing in Indic Characters*». Este livro a que os dois bibliógrafos, com agrande autoridade dos seus nomes, atribuem a primazia das impressões em caracteres indianos, intitula-se «*Doctrina Christaã*», e são seus autores o P. HENRIQUE HENRIQUES e o P. MANUEL DE S. PEDRO.

Saiu à luz em Coulão no ano de 1578, e, segundo se declara no próprio texto, os caracteres tamílicos foram feitos no lugar da impressão no mesmo ano de 1578, e parte em Goa no ano anterior.

Seria este efectivamente o primeiro dos livros escritos em caracteres índicos? Em «*Da Famosa Arte da Imprimissão*» atribuímos ao ano de 1577 a primeira impressão do mundo em caracteres exóticos, e fizemo-lo de acordo com as informações de FRANCISCO DE SOUSA em «*O Oriente Conquistado*». A data da estampagem desta «*Doctrina Christaã*» é de 20 de Outubro de 1578.

Havendo já em 1577 caracteres tipográficos em tamul e malayalam, não parece natural que só um ano de-

pois fossem utilizados os primeiros e ficassem entretanto sem aplicação as letras malayalam. Certamente que se FARIA e GONÇALVES as fabricaram, foi por necessidades imediatas do seu emprego. Por isso nos mantemos na convicção de que a obra a que SCHURHAMMER e COTTREL se referem é apenas o mais antigo dos livros *existentes* em caracteres tamílicos, mas que não foi o primeiro livro que existiu impresso em alfabetos dravídicos.

Reforça-nos esta convicção a circunstância de os caracteres da «*Doctrina Christaã*» terem sido feitos em Goa e em Coulão, segundo referência do próprio texto, enquanto que os caracteres de JOÃO DE FARIA e de JOÃO GONÇALVES foram abertos no Malabar e para a tipografia de Vaipicota.

Uma outra obra com um título semelhante: — «*Doctrina Christtam en Lingua Malavar Tamul*», e também trasladada pelo P. HENRIQUE HENRIQUES, foi descoberta em 1928 na Livraria da Sorbone por Fr. ROBERTO STREIT, O. M. I. Trata-se da célebre Cartilha do P. MARCOS JORGE «*a maneyra de dialogo*» e é igualmente impressa em caracteres tamúlicos. Foi naturalmente considerada como a primeira impressão dravídica antes da descoberta a que SCHURHAMMER e COTTRELL atribuem a primazia.

Basta esta circunstância para se verificar quanto é falível o critério que se fia demasiado nas datas dos livros de que restam exemplares para os considerar como os primeiros que se imprimiram. Já no trabalho a que nos temos referido demos exemplos vários de como é

vulgar a desaparição de edições inteiras, e a quantos erros tem levado este critério de diversos bibliófilos.

As razões apontadas confirmam a nossa convicção da existência de, pelo menos, uma edição dravídica no ano de 1577, inclinando-nos mesmo para que fossem duas, para justificar a produção dos caracteres malayaiam.

Tal é o êxito das edições e o encanto dos Indianos que pela primeira vez contemplam encantados os caracteres tipográficos da sua própria língua, que novos prelos se vão montando; e as impressões feitas nas novas oficinas instaladas em Ambalacate, elevam este novo centro editorial a uma categoria semelhante à de Goa, a cidade incunábula de toda a Ásia.

Nunca se imprimira no Mundo senão em alfabetos clássicos. É nas nossas Descobertas e particularmente na India que a História da Imprensa se enriquece com a estampagem de línguas asiáticas e de caracteres exóticos que abrangem além dos idiomas indianos, os caracteres e línguas abexim e japonesa. Os nossos historiadores da índia referem-se a livros publicados em canarim, tâmul, malabar, malayaiam, marasta, suriana, brâmane vulgar e concanim.

Por outro lado muitos destes livros bilingues dedicavam-se à cultura dos Europeus nas línguas orientais. E o interesse do livro não se resumia aos conhecimentos linguísticos. A publicação de CONFÚCIO a que nos referimos no capítulo precedente, mostra o desejo de transmitirmos ao Ocidente os melhores aspectos do espírito oriental.

Imprimia-se em prosa e compunha-se em verso para satisfazer o gosto poético dos Indianos, oferecendo novos *Puranas* à sua propensão para os livros místicos.

EFEMÉRIDES DA IMPRENSA

Sete datas da Imprensa Portuguesa do Oriente devem ficar registadas para a História Universal da Tipografia:

1556 — Introdução da Tipografia no Oriente.

1559 — Primeira impressão em língua asiática.

1563 — Estreia, numa Imprensa da India, de um dos maiores poetas da Humanidade: LUÍS DE CAMÕES.

1577 — Primeira fundição e impressão com tipos exóticos da Ásia.

1588 — Introdução da Imprensa de Tipos Móveis na China.

1590 — Introdução da imprensa e do livro no Japão.

1598 — Primeira publicação com caracteres e sinais ideográficos japoneses.

GRATUITIDADE DAS PUBLICAÇÕES

Era de tal forma obcecante o amor ao ensino dos nativos da India e o desejo de os fazer participar espiritualmente na nossa vida intelectual e moral, que *todos os livros ali publicados eram fornecidos gratuitamente,* pelos Colégios e nas fortalezas, não só a quantos os pediam, mas ainda mesmo àqueles que os não pediam, como nos informa F. DE SOUSA no «*Oriente Conquistado*».

Esta obra de divulgação e de ensino entusiasma de tal maneira o Papa, que Ele se resolve a fazer à Imprensa

da Índia a oferta dum fornecimento completo de caracteres caldeus, para instrução dos cristãos nestorianos, que eram espiritualmente dirigidos pelos padres sírios.

Mais tarde o valor destas edições em línguas nativas havia de ser violentamente malsinado, como já vimos, pelo Marquês de Pombal, que afirmava que dar aos Indianos livros na sua língua era impedi-los de aprender a nossa. Esta observação pode à primeira vista impressionar os espíritos desprevenidos, não os deixando reparar em que esta interpenetração de culturas mais os aproximava e familiarizava connosco. Ligavam-se Mestres e discípulos com laços de simpatia intelectual e moral que naturalmente intensificavam convívios e levavam os nossos admiradores a desejar familiarizar-se com a língua do povo sábio que tão dedicada e desinteressadamente os estimava.

Por um acto de violência contrário à admirável obra de valorização das relações espirituais que a imprensa tornava possível, o Marquês verbera indignadamente as impressões, manda inutilizar as tipografias, e até em África mandou «*extirpar*» os Catecismos, fazendo autos-de-fé a vários livros em línguas nativas. Esta razão explica a falta de muitas das obras deste género que as nossas imprensas produziram.

Rodaram os anos. O critério dos nossos primeiros missionários prevaleceu. CUNHA RIVARA procura fomentar entre os indianos as imprimissões em língua concani. E deste impulso ressurgiu na India a impressão em línguas nativas, iniciada pelas tipografias do sé-

culo XVI, a qual exerce actualmente uma larga faina editorial de livros, revistas e jornais. Por outro lado, na própria Metrópole se ensina hoje a língua Concani que constitui uma cadeira integrada no plano de estudos da Escola Superior Colonial.

Muito haveria a dizer sobre as impressões feitas por nós na China e sobretudo no Japão, onde a obra editorial dos Portugueses é verdadeiramente monumental. O desejo porém de focar principalmente a nossa acção na India, para não nos afastarmos do objecto deste trabalho, obriga-nos a não passar das ligeiras referências que acessòriamente se vão fazendo.

PREPARAÇÃO DO CLIMA ESPIRITUAL EM QUE SE DESENVOLVIA A POLÍTICA DA INTELIGÊNCIA

A) A POLÍTICA DOS CASAMENTOS
B) A ORGANIZAÇÃO DA VIDA CIVIL
C) A QUESTÃO RELIGIOSA

Se é certo que toda a acção desenvolvida pelas nossas gentes obedece desde o princípio a uma Política de Inteligência, não é menos certo que se ela se tornou possível e frutuosa, foi porque desde logo se havia de apoiar em laços de simpatia criados por uma aproximação espiritual e por uma assistência material e moral profundamente afectivas.

Assim o determinava o «*talent de bien faire*», aquela divisa do Infante que para sempre ficou projectada na consciência dos nossos colonizadores.

É certo que entre os rudes homens de armas, endurecidos pela vida áspera da aventura, havia muitos em cujo espírito as ambições exasperadas pretendiam aproveitar sôfregamente o tempo e as oportunidades, de molde a permitir-lhes regressar à Pátria longínqua para

aqui viverem uma vida fácil que os compensasse das agruras bravamente sofridas.

Não são porém os casos individuais que marcam a atitude e o espírito de uma nação. O que importa é ver como os Reis e os Vice-Reis estavam vigilantes protegendo o nativo e castigando os prevaricadores, conforme se verifica constantemente no estudo dos arquivos referentes à nossa administração. Adiante procuraremos explicar a razão pela qual os nossos Cronistas exageraram muitas vezes a narrativa das injustiças e violências cometidas.

A nossa política afectiva era tanto mais eficaz quanto é certo que ela não obedecia a intuitos reservados, mas era antes a expressão espontânea da nossa simpatia humana. Por isso MAURICE DE COLLIS escrevia em «*The Land of the Great Image*» (História dos pioneiros do Reino de Arracão — Arrakan —, já na Península Birmânica) que enquanto outras nações tinham o único ideal de fazer comércio, os Portugueses se ocupavam sobretudo em civilizar.

O extraordinário continuador da obra de D. João II, D. MANUEL I, *o Rei Venturoso, cuja inteligência superior, energia forte e tenacidade reflectida presidiram à organização da Pátria Portuguesa nas terras de Além-Mar*

a) *A POLÍTICA DOS CASAMENTOS*

A Ideia Manuelina de opor à Ocupação Colonial a realização duma Etnia que prolongasse a Pátria no Oriente — Conceitos genéticos do Séc. XVII — Genética e Moral — Renovamento das Estirpes — As Luso-Descendentes na Colonização Francesa da Índia — As Luso-Descendentes na Colonização Britânica da Índia — As Mulheres na Epopeia e na Vida Social — Os Luso-Descendentes na Defesa da Índia Portuguesa — Portugueses da Índia na Metrópole

O primeiro cuidado de ALBUQUERQUE depois da tomada de Goa, foi o de fixar os Portugueses na India. Na sua carta de 20 de Agosto o grande Governador dizia a elRei que desejava que «*na Índia vissem os Portugueses por vizinhos* (moradores) *e não por hóspedes e caminhantes*».

Assim é que logo de entrada inicia a famosa política dos casamentos, determinada por esse extraordinário político e fautor dos Descobrimentos que foi D. MANUEL, o grande mentor da civilização ocidental dos povos do Oriente. Seguindo as suas instruções, aos jovens casais luso-asiáticos é oferecido como dote «*a cada um seu cavalo e casas e terras e gados*», e ainda a isenção de quaisquer contribuições à Fazenda Real.

Na realidade, embora o justo entusiasmo pelo extraordinário espírito que foi ALBUQUERQUE, leve quase todos

os autores a atribuir-lhe a iniciativa dos casamentos, o certo é que a ideia foi concebida por esse homem extraordinário que na epopeia dos Descobrimentos e da expansão portuguesa não encontra ninguém que o supere: — elRei D. MANUEL.

Quase sistemàticamente desconhecido, ofusca-o injustamente a figura de D. JOÃO II. Injustamente porque D. MANUEL está bem à altura do seu antecessor, tanto no que respeita às iniciativas dos descobrimentos, como à energia com que impõe a sua vontade forte e os seus planos de político excepcional. A ideia da fixação de Portugal pela criação de uma raça luso-asiática é na verdade bem sua, embora ALBUQUERQUE a tivesse adoptado com entusiástica adesão do seu espírito, e a tivesse realizado com a mais perfeita eficiência.

Das próprias cartas de ALBUQUERQUE se depreende como ele obedece à vontade de elRei. A primeira, data de 1510, logo que a conquista de Goa se efectua, e nela se refere ao casamento de algumas mouras, segundo o que havia sido «*ordenado por Vossa Alteza*». Outra carta escrita em 1 de Abril de 1512 principia assim: «*Senhor — Falando a Vossa Alteza na gente que mandais casar...*»

É indubitável que esta iniciativa entra no complexo plano daquela «Política da Inteligência» a que tão largamente nos referimos em *Da Famosa Arte da Imprimissão*.

É necessário insistir na ousadia desta concepção em referência a um país como a India, onde os preconceitos das castas eram então, como são ainda hoje, os mais rígidos, e, digamos, os mais bárbaros existentes em todo o mundo. Naquele tempo e sob a direcção dos seus Reis, já Portugal projectava a 5 séculos de distância lições práticas de demofilia ao actual Governo de NEHRU, que ao mesmo tempo que se proclama democrático, pretende aniquilar entre os outros povos da península indostânica o único Estado em que o preconceito das castas totalmente desapareceu, substituído por uma fraternidade social perfeita.

A IDEIA MANUELINA DE OPOR À OCUPAÇÃO COLONIAL A REALIZAÇÃO DUMA ETNIA QUE PROLONGASSE A PÁTRIA NO ORIENTE — CONCEITOS GENÉTICOS DO SÉCULO XVI

Este plano de D. MANUEL que pela primeira vez no mundo procurava substituir a ideia de *colónias* pela de *prolongamentos da Pátria* — a qual passava a considerar-se para além da ideia estreita da continuidade territorial — continua-se no tempo de D. JOÃO III por uma forma notabilíssima no que respeita ao conceito genealógico da supremacia hereditária da varonia.

O problema da transmissão dos caracteres em relação com as gónadas masculinas e femininas, constitui uma incógnita que a ciência actual ainda não conseguiu definir, apesar dos altíssimos progressos que nos últimos tempos se têm acentuado nos estudos genéticos.

Naqueles tempos, porém, o conceito das genealogias assentava totalmente no princípio, então indiscutido, do domínio dos caracteres transmitidos pelo varão, a quem por isso cabia, para todos os efeitos, a representação da família. Desta certeza empírica proviera a aplicação da tão discutida Lei Sálica à descendência dos Reis, no tempo de Filipe o Belo, em fins do Séc. XIII.

E é curioso notar como este princípio, estabelecido para a filogenia, orientou o plano da organização social tendente ao prolongamento duma Pátria Portuguesa em substituição do estabelecimento dum Domínio. Assim é que se não perdeu de vista que eram os pais e não as mães os transmissores daqueles caracteres morais dominantes que aliavam às qualidades afectivas e éticas comuns aos dois sexos, as qualidades consideradas especìficamente varonis: — vontade indomável, energia, capacidade de resistência, brio, desprezo da vida, conceito mais complexo dos deveres para com a Pátria. Se bem que estas qualidades possam existir acessòriamente nas mulheres (e a História de Portugal na India está cheia de belos exemplos) elas não eram consideradas especìficamente femininas. E assim a sua transmissibilidade não se considerava por forma alguma assegurada.

O escrúpulo da Nobreza em manter as linhagens através do casamento, obedecia ao desejo de valorizar de cada vez mais estas qualidades ao longo da descendência.

Ora os portugueses não podiam deixar de se considerar uma raça superior, naquelas épocas magníficas em que, perante o pasmo da Europa, descobriam o Mundo e o ocupavam por toda a parte, com uma fé sem limites nos desígnios de Deus, e nas suas virtudes de descobridores e de nautas, de pioneiros e de soldados, de missionários e civilizadores.

À luz da sua Fé e do contacto com os povos dos outros continentes, não podiam deixar de considerar a

civilização europeia como a mais adiantada tanto no campo das ciências como no das concepções morais.

No seu desejo de elevar os outros povos ao mesmo grau de civilização, pretendiam transmitir-lhes as suas qualidades superiores pela fusão das raças.

GENÉTICA E MORAL

Estes conceitos de genética não estavam porém tocados daquela amoralidade com que a ciência de hoje irmana o humanismo com a zoologia, reduzindo o problema do homem à categoria grosseira do do animal. Julgava-se imprescindível que os filhos fossem gerados em perfeita dignidade moral, para que na fusão dos sangues se transmitissem espiritualmente as qualidades superiores da raça. Creio que sob este ponto de vista, ALBUQUERQUE e os nossos Reis podiam dar lições a muitos dos mais modernos eugenistas.

Com uma inteligência e uma moral superiores a orientar a fundação duma nova etnia, repelia-se logo de princípio a ideia de que o futuro se podia entregar apenas à licenciosidade animal dos costumes, com a fecundação acidental e sensual das nativas.

Muito pelo contrário considerava-se imprescindível a criação dum meio moral, para que nos filhos, quer pelo nascimento, quer pela criação e educação familiar, se reproduzissem as virtudes características do progenitor. Desta maneira, à futura raça luso-indiana, poder-se-ia transmitir o próprio espírito nacional.

De tal maneira esta preocupação presidia ao plano do estabelecimento da nova etnia lusíada, que AFONSO

DE ALBUQUERQUE, para impor bem na consciência dos seus súbditos a consideração que exigia pelas vírgens da India, foi ao ponto de condenar à morte um fidalgo da sua armada, RUI DIAS, porque ousara desrespeitar as moças indianas, que ele destinava aos casamentos. E aos capitães que por isso tentaram sublevar-se, prendeu-os na sua nau, demitindo-os das capitanias.

Tão grande foi o interesse por esta moralização dos costumes baseada nas ligações honestas de casais luso-indianos, que dois meses depois de ALBUQUERQUE entrar em Goa se tinham já celebrado para cima de duzentos casamentos. Ele escolhia as noivas entre as raças mais brancas e virtuosas. Repelia as negras e as «*corruptas em seu viver e costumes*». Explica a elRei «*as mulheres que foram mouras são alvas e castas,* (...) *e as mulheres de brâmanes e filhas deles, também são castas mulheres e de bom viver, e são alvas e de boa presença*».

Dava dotes, almoxarifados e escrevaninhas aos noivos, honrava-os com as suas visitas e demonstrações públicas de deferência pelas jovens esposas indianas, de tal maneira que estas provas de consideração serviam de incentivo a novos casamentos.

Porém — e é necessário pôr-se este ponto em relevo para bem se considerar a forma como os casais se organizavam —, *só se privilegiavam as uniões entre varão português e mulher indiana,* e não entre mulher portuguesa e varão indiano. Certamente em obediência às ideias filogenéticas a que atrás nos referimos, se era o progenitor quem havia de transmitir as qualidades a

fixar nas gerações, impunha-se naturalmente que a descendência fosse de pais portugueses e não de pais indianos. Era natural que se pretendesse garantir a supremacia do sangue lusíada. Os casamentos de indianos com as mulheres portuguesas, iriam naturalmente falsear, segundo as noções de hereditariedade fixadas pela tradição, a finalidade genética nacionalista que presidia à concepção da nova etnia. Não quer dizer que não se fizessem alguns casamentos de portuguesas com orientais. Mas não eram estes casamentos, aliás raros e feitos geralmente com príncipes e reis, os que se previam e privilegiavam em obediência a este plano genético luso-indiano.

RENOVAMENTO DAS ESTIRPES

Entretanto os anos vão passando, e com eles vão surgindo os frutos desta experiência humana. Nas guerras em que o patriotismo era posto à prova, verificava-se a transferência das qualidades lusitanas aos jovens luso-indianos. E agora, quando as primeiras gerações haviam atingido a maioridade, vemos acrescentar uma nova prática a esta grande experiência de genética humana que pela primeira vez se realizava no mundo, metòdicamente.

Era o que poderíamos chamar o revigoramento das fontes genéticas por uma nova introdução das estirpes originárias.

Desde 1545 D. JOÃO III começara a enviar para a India, com todas as honras e distinções, numerosas órfãs, nobres ou plebeias, mas todas de boas famílias, que prè-

viamente mandava educar em Colégios especialmente orientados para esse fim, interessando-se vivamente pela realização dos seus consórcios com os bravos portugueses da India. O mesmo fazia para o Brasil. E desde logo garantia aos filhos e aos netos ali nascidos, todos os direitos e prerrogativas que haveriam se nascidos foram em terras da metrópole.

O seu grande desejo, explicava elRei, era povoar a India «*de gente nobre portuguesa*». E para isso mandava para lá «bem acompanhadas e assistidas, muitas donzelas nobres e pobres».

Este envio das noivas de Portugal opunha-se às primeiras determinações de D. MANUEL. Para não obstar ao rápido desenvolvimento da nova raça luso-indiana, D. MANUEL dificultara o embarque para a India das senhoras de Portugal.

Parece à primeira vista que a política de D. JOÃO III era diametralmente oposta. Mas não o era na realidade, porque estamos em 1545. Haviam passado já 35 anos depois dos primeiros casamentos, e por consequência havia agora uma larga população de luso-descendentes que asseguravam a continuidade da Raça. Nestas condições, a chegada das noivas nobres de Portugal não só não impedia a criação da nova etnia, mas vinha, pelo contrário, revigorar as fontes lusitanas da raça luso-indiana.

É de notar (como no-lo conta GERMANO CORREIA na sua obra monumental sobre os luso-descendentes) que não foram as órfãs de elRei as primeiras Portuguesas

que foram organizar os lares lusitanos em territórios da India. Já desde 1505, (ano em que desembarcou a primeira mulher de Portugal, que chegou a Cochim na armada do primeiro Vice-Rei), que várias outras Portuguesas iam chegando àquelas terras do Oriente.

Algumas eram indubitàvelmente moças levianas, aventureiras de costumes fáceis, como aquela afamada Marquesa, designação que longe de ser aristocrática não passava de alcunha pomposamente irónica. Outras, porém, eram de nobre linhagem e acompanhavam seus maridos, como D. MARIA DE MASCARENHAS, a primeira de todas, que foi para a India casada com GASPAR DE ANDRADE, capitão de Mascate.

Foi também para impedir o desregramento da vida dissoluta com mulheres de mau porte, indianas ou portuguesas no género da «Marquesa», que elRei começou a enviar as «*órfãs boas filhas e criadas em toda a virtude e bom ensino*», e que «*em idade, ensino e bons costumes parecessem mais aptas para casarem*».

E tanto amor D. JOÃO III dedicou a esta obra, procurando elevar de cada vez em maior dignidade a vida social da India, que, só no Século XVI, segundo averiguou GERMANO CORREIA, passaram de oito mil as noivas que, sujeitando-se aos grandes perigos de tão longas viagens, demandaram aquele pedaço da Pátria, para organizarem os seus lares e criarem as gerações que haviam de formar a grande família portuguesa da Lusitânia do Oriente.

AS LUSO-DESCENDENTES NA COLONIZAÇÃO FRANCESA DA ÍNDIA

Foi nas descendentes destas portuguesas, as «*fort jolies portugaises*» — na expressão de MARGUERITTE LABERNADIE, ao fazer a história de Pondichery — que os Franceses que foram constituir as colónias da India encontraram as noivas que lhes «*fesaient assez chérir le pays pour qu'ils ne souhaitaient pas retourner en France*».

No tempo de Napoleão III, o Marquês FLEURIOT DE LANGUE, almirante de uma esquadra que aportou na India em 1860, falava com encanto das «*belles lusitaniennes*» de Goa, que «*si loin de leur patrie n'ont rien perdue de la grâce de leurs mères*». Estas belas lusitanas que tanto encantaram este grande senhor, habituado às elegâncias aristocráticas da Corte esplendorosa da Imperatriz Eugénia, eram justamente as luso-descendentes das portuguesas nobres que, sob a protecção de elRei, iam para a India cuidadosamente educadas para ali poderem fundar uma sociedade distinta.

De tal maneira se distinguiram essas grandes Senhoras, dotadas da mais perfeita educação e gentileza, que duas delas foram nada menos do que Vice-Rainhas da India Francesa!

Uma, a luso-indiana D. JOANA DE CASTRO, natural de Baçaim, veio a ser, pelo casamento, a Marquesa de Dupleix, e como tal, brilhou como grande dama na Corte de Luís XV. Segundo numerosas monografias e biografias históricas de diversos autores, — nomeadamente, entre outros, de MASTINEAU, GODAR, MARGUERITE LABERNARDIE e GAEBELS — D. JOANA DE CASTRO foi a maior Vice-Rainha da História Francesa da India.

A outra, D. JOANA DE CARVALHO, casada com o Governador-Geral JEAN LAW LAWRISTON, teve o mérito de organizar no Palácio Real de Pondichery uma vida do melhor nível social e artístico, e de ser a mãe de um Marechal de França, ajudante de campo de NAPOLEÃO I.

AS LUSO-DESCENDENTES NA COLONIZAÇÃO BRITÂNICA DA ÍNDIA

Se durante muitos anos a colonização francesa foi realizada com casais luso-franceses, o mesmo se deu com a colonização inglesa, pois só dois séculos e meio depois das portuguesas, chegaram à índia as primeiras filhas da Inglaterra. Até então — escreve THEODOR GEORGE num estudo sobre as relações raciais da India — os ingleses realizavam os seus matrimónios com as *Portuguese ladies*.

Cumpre-nos salientar que, desta maneira, todo o admirável florescimento das raças europeias que introduziram a India Inglesa e Francesa no plano da civilização ocidental, se filia nos casais portugueses que elRei D. João III tão cuidadosamente estabeleceu no Oriente, mandando educar para esse fim as jovens de reconhecida virtude filhas da nobreza, ou mesmo plebeias, e prendando-as com todos os requisitos de boas donas de casa, indispensáveis à organização dos lares.

Não usou Portugal a India como tantas nações o fizeram em diversas colónias, como um vazadouro de indesejáveis, degredo de desclassificados que era conveniente afastar das respectivas metrópoles. A nobreza

portuguesa fixou-se por toda a parte. Era um povoamento de famílias escolhidas. Só em Colombo, na ilha de Ceilão, habitavam 900 famílias nobres que durante vinte anos defenderam heròicamente a ocupação portuguesa, até que em 1656 a cidade caiu em poder dos Holandeses.

AS MULHERES NA EPOPEIA E NA VIDA SOCIAL

Não só no lar mas ainda fora do lar se revelaram as formosas virtudes destas educandas de elRei cujas descendentes merecem ainda hoje a designação genérica de *Portuguese ladies*. Nos hospitais, carinhosas, tratando dos doentes; na paz das cidades e das capitanias, dignas e senhoris, impondo, com o respeito pela sua presença, a moralização da vida social e o exemplo dos seus lares honestos; no fragor e perigos das guerras, intrépidas e varonis, transportando pólvora e munições, animando os combatentes, distribuindo a água e os mantimentos, socorrendo os feridos, reparando as muralhas, estabelecendo as ligações, substituindo nas brechas os soldados mortos; por toda a parte, dignas, incansáveis, fortes e piedosas como as célebres heroínas do cerco do Dio, que dir-se-iam figuras de lenda, se não pertencessem à história documentada.

Porém ao lado dos nomes gloriosos que os Cronistas perpetuaram, quantos outros não menos dignos de glória ficaram no olvido ou obscuramente perdidos nas sombras de documentos esquecidos! Os altos feitos das heróicas Portuguesas da India sucedem-se através dos séculos. Em 1738 o Vice-Rei CONDE DE SANDOMIL fala

com a maior admiração de ROSA MARIA, de Baçaim, cujos feitos aponta com exaltada admiração, para servirem de exemplo a todos os soldados!

Toda esta admirável raça de Lusíadas e Luso-descendentes se ergue da sombra dos séculos para a perpetuidade dos Tempos nas páginas dessa admirável *História da Colonização Portuguesa da India*, resultado de investigações exaustivas feitas nos arquivos de toda a India e Insulíndia, e em Lisboa, Paris e Londres pelo Dr. GERMANO CORREIA.

OS LUSO-DESCENDENTES NA DEFESA DA ÍNDIA PORTUGUESA

Naquele espantoso cerco de Dio, que excede as epopeias mais fantasiosas da literatura homérica, combatiam já, ao lado dos lusíadas de Portugal, os descendentes luso-indianos que não desmentiam as previsões da transmissão de caracteres através da varonia.

De tal modo se houveram, que o Vice-Rei D. JOÃO DE CASTRO, ao vê-los combater contra os Mouros e Turcos do Rei de Cambaia, comandados pelo tredo mas valoroso aventureiro COGE ÇOFAR, logo resolveu mandá-los *assentar em soldo*, o que nunca tinha sido concedido senão a Portugueses do Reino.

De tal maneira se vão distinguindo os luso-descendentes no seu valor, na sua lealdade, no seu fervor patriótico e na bravura dos seus feitos, que, no decorrer do tempo vão sendo distinguidos com as melhores condecorações, armados cavaleiros, agraciados com foros de nobreza, e, ainda hoje, entre os luso-indianos do Es-

tado da India se encontram muitos dos mais heráldicos apelidos da nossa nobreza.

PORTUGUESES DA ÍNDIA NA METRÓPOLE

Por outro lado também na Metrópole os Portugueses naturais da India se encontraram sempre, desde os primeiros tempos, no solar natural da sua própria Pátria. Oiçamos a seguir as palavras dum desses portugueses da India que em Portugal tem ocupado situações de alto relevo: — o ilustre escritor Dr. ALBERTO XAVIER:

«Do seio desse território da Pátria vieram para a «Metrópole, de geração em geração, individualidades de «alto relevo moral e mental, ocupando posições no Go«verno da Nação, no professorado universitário e secun«dário, na magistratura dos Tribunais superiores, nos «postos militares e diplomáticos, nos elevados cargos de «administração civil, nas assembleias parlamentares, «nas academias literárias e cientíifcas, nas funções «hierárquicas da Igreja Católica, tornando-se notáveis «e impondo-se à consideração geral. Alguns mereceram «o justo título de autênticos homens de ciência. Quase «todos, salvo os eclesiásticos, contraíram matrimónio «com senhoras portugueses de boas famílias, ampliando, «desta sorte, os laços de solidariedade moral e comunhão «afectiva. Estabeleceu-se assim a unidade nacional. «Quando se diz que a India Portuguesa é uma porção «territorial da Pátria, não é uma metáfora. Quando a «Constituição declara que os cidadãos de Goa, Damão «e Dio fazem parte da Nação, tal declaração não é uma «ficção jurídica, mas um facto positivo, uma realidade «viva».

b) *A ORGANIZAÇÃO DA VIDA CIVIL*

A Câmara de Goa — Adopção das Instituições Tradicionais — Diplomas de Protecção aos Nativos — O Pai dos Cristãos — Legislação Pombalina — Relações com os Indianos não convertidos — Os Autóctones na Vida Administrativa

Aquela atmosfera moral tão profundamente afectiva que permitiu realizar a obra da civilização ocidental por todo o Oriente, foi criada pela impregnação de simpatia humana característica de todas as nossas instituições.

Se a política dos casamentos a que acabamos de nos referir, e o carinho e assistência prestados às crianças nos Colégios e aos pobres nas Missões, prepararam a simpatia que havia de conduzir à assimilação dos Indianos à nossa cultura, o próprio regime instaurado por AFONSO DE ALBUQUERQUE logo depois da primeira tomada de Goa, ao organizar a vida administrativa da India, estabelecia um perfeito entendimento entre os povos nativos e o novo Estado que com a sua colaboração se ia fundar.

Em todos os campos o «TALENT DE BIEN FAIRE» da divisa do Infante ficara para sempre projectado e integrado na consciência moral e política dos homens das Descobertas.

TIMOJA, caudilho dos povos oprimidos que pediam a intervenção dos Portugueses, foi o primeiro Governador dos naturais de Goa; e perante ele o Vencedor tomava o compromisso de respeitar não só os direitos, mas ainda

os usos e costumes daqueles povos. Depois da segunda conquista substituiu-o o príncipe indiano, MEL RAU, pertencente à família reinante de Onor, e muito querido por toda a população dos hindus.

A CÂMARA DE GOA

Entretanto aquele desejo de dar expressão ao sentimento de que a India era bem um prolongamento do território e da sociedade da Pátria, levou ALBUQUERQUE a estabelecer em Goa, logo no início do seu governo da India, uma organização civil semelhante à do Reino.

Era a primeira vez que tal acontecia. Pelos outros territórios de Além-Mar, nas ilhas e arquipélagos, como depois no Brasil, um regime de Capitanias organizava a primeira estrutura da vida social. É que por toda a parte onde os havia, os íncolas, estavam longe de poder constituir uma sociedade civilizada capaz de ingressar numa organização civil de estrutura mais elevada.

Na India porém tudo era diferente. E assim se estabeleceu logo de início o Senado da Câmara de Goa, o primeiro que existiu fora da Metrópole, o qual foi organizado com a mesma constituição do Senado de Lisboa: — seis Vereadores e os Representantes dos Mesteres, eleitos como na Capital do Reino, os quais ali se elevavam a vinte e seis.

Porém ALBUQUERQUE não queria que o sistema administrativo da India deixasse de conservar, tanto quanto possível, as instituições locais. E conseguiu-o por um acoplamento perfeito das nossas instituições à organização tradicional dos nativos. E até neste sentido procurou organizar os quadros da administração com funcionários escolhidos de entre os naturais.

Até meados do Séc. XVIII o que caracteriza as nossas instituições administrativas é justamente a sua diversidade. A multiplicidade dos sistemas é resultante do desejo de adaptar às necessidades e conceitos da metrópole, as condições locais económicas e políticas das diversas regiões, e o respeito pelo espírito, usos e costumes dos diferentes povos.

JOSÉ GONÇALO DE SANTA RITA faz notar que *«na realidade empregámos na administração local todos os tipos que a moderna ciência da colonização determina»*.

É certo que no Século XIX se tende para impor em todo o Ultramar um padrão único, igual ao da Metrópole. Julgamos errada esta uniformização, sobretudo no que respeita à administração da justiça. E recorda-nos um impressionante artigo de HIPÓLITO RAPOSO sobre os inconvenientes desta uniformização aplicada aos indígenas africanos. Porém, a Índia não é a África. Os autóctones milenarmente civilizados da península indostânica nada têm de comum com as mentalidades primitivas dos aborígenes africanos. E é necessário frizar que depois de mais de três séculos de vida comum e de intercâmbio constante, os usos e costumes se haviam adaptado gradualmente aos nossos hábitos e conceitos, tornando o Estado da India apto para receber naturalmente as nossas fórmulas e sistemas.

ADOPÇÃO DAS INSTITUIÇÕES TRADICIONAIS

No princípio porém da instituição política territorial iniciada por ALBUQUERQUE, impunha-se espontâneamente ao nosso «*talent de bien faire*» o respeito pela organização administrativa e até pela magistratura tradicional dos povos indianos.

À frente da ilha de Goa colocou-se pois um Governador indígena com a oficialização do designativo local de *Tanadar-Mor*. E deu-se-lhe o direito de escolher e nomear os seus funcionários para a administração e cobrança dos impostos.

Esta organização estendeu-se depois a outras províncias, nomeadamente às de Bardez e Salcete. As diferentes povoações de cada região eram regidas por uma comunidade agrária chamada «*Comunidade da Aldeia*». Designavam-se assim instituições antiquíssimas que eram ao mesmo tempo entidades administrativas e cooperativas agrícolas. Constituíam uma espécie de corporações formadas pelos *Gancares*, cujas funções eram transmitidas por hereditariedade. Estes Gancares, segundo a própria definição do artigo I do «Foral», são «*Ministradores e Bemfeitores*» por direito hereditário.

Na sede da Província, funcionava a «*Câmara Geral*» que administrava e presidia aos negócios gerais das diversas Comunidades representativas dos interesses das aldeias. Era esta Câmara quem arrecadava o dinheiro das contribuições. O *Tanadar* presidia a toda esta organização, e exercia funções de Juiz nos pleitos a derimir.

Em 1526, AFONO MEXIA, Vedor da Fazenda da India, colige os preceitos consuetudinários que regulam as ins-

tituições locais e assim se constituem dois Forais: — um com o nome de «*Foral dos Usos e Costumes dos Gancares e Lavradores desta Ilha de Goa*», e o outro, a ele anexo, intitulado: «*Regimento para arrecadar os Direitos e Foros*», de que apenas se conhece um pequeno fragmento. Desta forma se integrava definitivamente na nossa legislação a orgânica administrativa tradicional dos hindus.

Assim, conforme o notou o Prof. MORSE STEPHENS, foi ALBUQUERQUE «*quem iniciou a junção das funções fiscais e judiciais e também a cooperação dos Indios com os funcionários europeus*». E EDGAR PRESTAGE, salientando este respeito dos Portugueses pelas tradições da vida indiana, põe em relevo uma única excepção, frizando que Portugal «*nunca hesitou em prohibir o sacrifício das viuvas, practica sanguinária que só em 1829 foi abolida na India Britânica*».

DIPLOMAS DE PROTECÇÃO AOS NATIVOS

A persistência deste espírito de simpatia cristã em face dos indianos é cuidadosamente mantida através dos mais diversos diplomas legislativos, de entre os quais apontamos os seguintes só no Século XVI:

Logo em 1512 é publicado um Alvará, datado de 4 de Maio, proibindo a prisão dos nativos baptizados, por dívidas inferiores a 20 xerafins.

Em 1536 outro Alvará manda dar alforria aos escravos baptizados. E para que tal determinação não pudesse ser iludida, o Vice-Rei D. CONSTANTINO DE BRAGANÇA publicou mais tarde um outro, condenando às

galés ou ao confisco dos bens quantos pretendessem impedir o baptismo dos gentios.

Em 1546 publica-se a Carta Régia, de 8 de Março, dispensando os nativos de trabalhos forçados em navios de guerra.

Em 1557, pela Carta Régia de 15 de Junho, concedem-se aos nativos de Goa *todos os direitos e liberdades de que usufruem os moradores portugueses da dita cidade.*

A letra desta Carta Régia não abrangia, como se vê, a India inteira. Porém uma provisão de D. SEBASTIÃO passada em 1571 corrigia este particularismo, certamente não intencional, tornando extensivas a todas as possessões da India os benefícios concedidos em qualquer das suas províncias.

Dez anos depois, em 1581, um Alvará de 24 de Fevereiro isentava de dízimos, durante 20 anos, os gentios convertidos.

Em 1599 outro Alvará manda castigar severamente os Senhores ou Patrões que tratem cruelmente os escravos, e proíbe a sua venda.

Independentemente destes diplomas legislativos encontram-se outros documentos que nos elucidam sobre a protecção que AFONSO DE ALBUQUERQUE dispensava aos nativos, condenando severamente os que os ofendiam, ou agrediam, ao pagamento de pesadas indemnizações, como se verifica por exemplo no Documento n.º 26 do Vol. IV das «Cartas».

Trata-se duma ordem, passada em 29 de Dezembro

de 1510 ao Feitor de Cochim, para que fosse descontada no soldo dum certo Paulo, marinheiro da nau *Cirne*, a quantia de dez cruzados, para serem entregues ao hindu Itaquela em reparação das pancadas que lhe dera.

Para se poder avaliar a importância da penalidade, é necessário saber que estes dez cruzados correspondiam a dez contos de réis da moeda actual. É esta a correspondência atribuída aos valores monetários daquela época pelo ilustre escritor COSTA BROCHADO na sua obra sobre Afonso de Albuquerque.

O PAI DOS CRISTÃOS

Como verificamos, constantemente se renovam e estabelecem novas modalidades de protecção, através de Cartas Régias, Provisões e Alvarás. Já em 1533 o Governador NUNO DA CUNHA criara um novo cargo na magistratura oficial: — o de *Pai dos Cristãos.*

A própria designação deste funcionário oficial nos impressiona pelo seu aspecto eminentemente afectivo. Quão longe estamos daquela atmosfera fria que nos sugerem os nomes das funções burocráticas! *Pai dos Cristãos!* Este nome, só por si, explica-nos um programa inteiro em que a função moral marca o predomínio sobre a função burocratizável.

Tinha o *Pai dos Cristãos* jurisdição cível, e incumbia-lhe por lei visitar diàriamente os presos da cidade para verificar se algum nativo estava sendo vítima de qualquer prepotência. Competia-lhe atender as suas queixas e dar andamento às suas reclamações. Cumpria-lhe também defender os serviçais dos maus tratos dos amos.

Em 1547 D. Frei João de Albuquerque pedia ao Rei que estas nomeações se estendessem a todos os lugares da India, elegendo-se os Pais dos Cristãos sob proposta apresentada à aprovação do Governador, pelos Missionários locais.

Em 1565 a Carta Régia de 20 de Fevereiro confirma superiormente o título e define as funções do *Pai dos Cristãos*.

LEGISLAÇÃO POMBALINA

Através de todos os Governos se vai mantendo a mesma cristianíssima dedicação pelos autóctones de Portugal de Além-Mar. Até mesmo o Marquês de Pombal, não obstante as tendências unificadoras e demasiado centralizadoras da sua política cesarista, e a insensibilidade cruel de que deixou tão abundantes provas, não deixou nunca de proclamar (e devemos até dizer que nunca ninguém o fez com tão enfática insistência) o dever de considerar, tanto os Indios como os Ameríndios, com um sentimento absolutamente fraternal. Impunha-os ao respeito de todos os reinóis sem qualquer sentimento de ordem racista, estabelecendo as garantias de igualdade absoluta, e dando-lhes até preferência no provimento de cargos públicos, militares e eclesiásticos.

É no Alvará de 2 de Abril de 1761 que se determina que todos os indivíduos «*nascidos na India Oriental e domínios* (...) *gozem das mesmas honras, prerrogativas e privilégios que gozam os naturais destes Reinos sem a menor diferença*», e que «*para as sobreditas honras, dignidades, empregos, postos e ofícios, atendam sempre*

nos concursos com preferência, aos naturais das respectivas terras».

Em seguida estabelece as penalidades para «*qualquer pessoa, de qualquer estado ou condição que seja, que desprezar ou distinguir no trato e na civilização os sobreditos naturais da India ou seus filhos*». Quem incorrer em faltas desta natureza, além de outras penalidades perderá o foro de fidalgo se o tiver; sendo nobre perderá a nobreza ficando reduzido à ordem dos peões; além de indemnização monetária e *prisão debaixo de chave na cadeia pública*.

É tão obcecante esta preocupação que não se perde o ensejo de constantemente a reafirmar, como se faz nas «*Instruções sobre o Restabelecimento do Colégio de Mininos e Clérigos*» a que atrás fizemos referência.

Nas «*Instruções*» para o Governador e Capitão General do Estado da India, e para o Arcebispo Primaz do Oriente, passadas em 1774, novamente se confirmam as disposições do Alvará de 1761.

Este aspecto da nossa legislação, designadamente no que se refere ao período pombalino, encontra-se largamente documentado, não apenas no que respeita à India mas ainda mais abundantemente no que respeita ao Brasil. O Dr. Alberto de Andrade revelou e comentou alguns destes diplomas legislativos, nos quais, em face dos ameríndios se repetem as linhas tradicionais do nosso pensamento civilizador, que nasceu com as origens da nossa expansão, e só séculos depois começou a ser aceite pelos outros povos colonizadores.

De resto a simpatia familiar com que se olhavam os gentios ameríndios, as relações entre a «Casa Grande e Senzala» foram o tema de admiráveis estudos sociológicos do notável Mestre brasileiro GILBERTO FREIRE. Também ali a legislação do Estado cuidou de ressalvar prudentemente a dignidade dos nativos, estabelecendo, no «*Directorio*» *de 1758, os castigos a aplicar aos maridos reinois que desprezassem as esposas índias*». E expediram-se Alvarás, nomeadamente o de Junho de 1755 a proclamar que os súbditos do Rei de Portugal que se casassem com as ameríndias, se tornariam por isso dignos da atenção de el-Rei.

Reportando-nos novamente à India, que foi o berço originário do pensamento da política racial que o Marquês perfilhou na legislação para o Brasil, verificamos que o «*talent de bien faire*» da divisa do grande iniciador dos descobrimentos, continuou a ser a palavra de evangelho da nação missionária. Por isso o Comandante SARMENTO RODRIGUES, actual Ministro do Ultramar e que de há muitos anos se notabilizou como colonialista de invulgar cultura, frisava em notável discurso proferido em 1 de Março de 1950: — «*E é um não mais findar de medidas cheias de liberdade que passam por todas as épocas. O Decreto de 16 de Dez.º de 1880, com o novo «Código dos Usos e Costumes dos Habitantes não Cristãos de Goa» é um verdadeiro monumento de respeito pelo semelhante, nobre diploma em que estão fixadas regras da maior importância no que respeita à constituição da família hindu...*»

Torna-se necessário evidenciar este aspecto da nossa obra civilizadora, realizada por uma acção conjunta no campo social e religioso, em que, ao lado das disposições legislativas e das actividades civis, avultam sobretudo as dos missionários que dilatavam a fé de Cristo.

RELAÇÕES COM OS INDIANOS NÃO CONVERTIDOS

É de notar que embora a protecção aos naturais comece por interessar em primeiro lugar aos índios convertidos, não deixa entretanto de abranger os pagãos ou os sectários das diversas religiões da India.

Os próprios muçulmanos eram por nós respeitados quando faziam parte da população e se não intrometiam na vida política dos portugueses. Muitos deles mesmo serviram o nosso Estado e foram elevados a notáveis situações. As relações de amizade com os mouros de Cananor são de tal ordem, que as conversões entre eles se davam ainda em maior número do que entre os hindus.

Quem os portugueses combatiam sistemàticamente não eram os maometanos da India. Eram sim os mouros de fora, conhecidos pelos *rumes*, que desesperadamente se opunham ao estabelecimento dos Portugueses, conspiravam e intrigavam com os Reis da India, atacavam as nossas feitorias e assediavam as nossas fortalezas.

De resto a política dos *rumes* era de tal modo insidiosa e traiçoeira, que os próprios indianos vinham constantemente pedir o nosso auxílio contra eles; e tão malquistos eram dos povos, que a ilha de Goa, por exemplo, foi por nós tomada a pedido dos próprios naturais!

A nossa tolerância por todos os cultos e respeito individual pelos sectários de todas as religiões, manifesta-se, com um pequeno eclipse, através dos tempos.

No célebre «*Foral dos Usos e Costumes*» de 1526, compilado por consequência já dezasseis anos depois da conquista e num reinado diferente, os costumes dos hindus não-cristãos ficam reconhecidos por lei, como no tempo de ALBUQUERQUE. Vinte e dois anos depois, tudo se mantém de tal forma que, a pedido da Câmara de Goa, elRei concede mesmo que os juramentos oficiais dos hindus possam ser tomados no Pagode de Bandorá. (*T. Tombo, cota in* SILVA REGO). O «Foral» indicava, como vimos, o Pagode de Uzoo.

OS HINDUS NA VIDA ADMINISTRATIVA

Muito antes de se publicar o Foral dos Usos e Costumes, já um hindu não convertido, o brâmane CRISNÁ, com quem os Franciscanos viviam em excelentes relações de amizade, acumulava nada menos de três cargos oficiais, segundo Frei VICENTE DE LAGUNA lembrava numa carta a elRei. Não eram três, eram quatro. Em 1520 viera CRISNÁ a Lisboa, onde elRei D. MANUEL atendendo aos grandes serviços prestados, lhe fez mercê dos cargos de Tanadar-Mor, Xabandar ou Patrão do Porto de Goa, Capitão das Tropas Indígenas e Corrector dos Cavalos de Goa, cargos em que foi confirmado por D. JOÃO III, que lhe fez mercê de mais cinco lugares!

O caso era tanto mais para notar quanto é certo que aos portugueses da Metrópole lhes era vedado exercer mais do que uma função.

Para se avaliar da importância deste lugar de Corrector dos Cavalos, é necessário lembrar que AFONSO DE ALBUQUERQUE fizera de Goa o entreposto do comércio de todos os cavalos para a India. Era por intermédio de Goa que Portugal tinha na sua mão todos os cavalos da Pérsia e da Arábia. E para se avaliar do movimento deste comércio basta dizer-se que só para o serviço das estrebarias eram necessários trezentos empregados.

A maior importância deste entreposto não estava porém no seu valor comercial, mas sobretudo no seu valor diplomático. A necessidade dos cavalos punha os potentados da India em tal dependência, que o Hidalcão e o Rei de Bisnagá começaram logo a assediar o Vice-Rei com demonstrações de estima e fidelidade procurando ambos uma situação de preferência. ALBUQUERQUE pensava que enquanto Portugal tivesse o senhorio do comércio de cavalos, o Vice-Rei teria nas suas mãos um trunfo de grande valor no jogo diplomático da política indiana.

Alguns dos títulos de que elRei lhe fez mercê deveriam ter sido apenas confirmados, pois segundo SCHURAHMMER, CRISNÁ já exercia o cargo de Capitão das Tropas Indígenas desde 1512. Grande devia ser o valor de CRISNÁ que não obstante continuar praticando a religião hindu foi armado Cavaleiro em 1536 pelo Capitão de Goa D. JOÃO PEREIRA em recompensa da bravura com que se houvera capitaneando as tropas indianas sob o comando de ANTÓNIO DA SILVEIRA na guerra contra SULEIMÃO AGHA, em defesa da Província de Salcete e na campanha contra o Hidalcão. A ele se devia verda-

deiramente a passagem de Salcete e de Bardez para o domínio de Portugal.

Não se cuide porém que a situação de CRISNÁ na vida indiana representava um caso puramente excepcional. O livro recentíssimo e de hoje em diante indispensável para o conhecimento da história de Goa, escrito pelo notável investigador PANDURONGA PISSURLENCAR, intitulado — *Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia (Hindus, Muçulmanos, Judeus e Parses)* —, dá-nos interessantíssimas notícias de muitos outros naturais não cristianizados que através de todos os tempos ocuparam lugares da maior distinção na vida social e oficial portuguesa, tal como tem acontecido em nossos dias.

Na sua obra perpassa a história biográfica duma série de indivíduos de diversas raças e diferentes credos, que serviram Portugal como Pátria adoptiva e depois como verdadeira Pátria, e que foram distinguidos com funções de relevo na administração e na vida diplomática.

Muitos nomes indianos compõem uma galeria de hindus que se integram e são recebidos com todas as honras entre os vultos notáveis do seu tempo na história da India Portuguesa. Entre eles sobressaem os nomes de RAMOGI SINAI COTTHARI, Corrector-Mor da Alfândega de Goa; a família dos VAGA, onde se sucederam desde 1719 até 1844 os «*Línguas do Estado*» e entre os quais se distinguiram BOGONA CAMOTIM, VITTOGI SINAI DHUMÓ e SACARANA NARAINA, o primeiro letrado de Goa, erudito

e poliglota, que falava, além do Português, o Latim e o Sânscrito, o Marata, o Francês e o Inglês.

Os filhos e descendentes de VITTOGI DHUMÓ prestaram igualmente altos serviços à Nação e fizeram parte da sociedade mais distinta de Goa no tempo dos Vice-Reis MARQUÊS DE ALORNA e CONDE DE SANDOMIL e dos Governadores que se lhes seguiram na segunda metade do Século XVIII.

Ocupavam também altas situações notáveis maometanos. De entre eles ergue-se a figura de ISMAEL KAN, muçulmano que foi nada menos do que nosso Capitão-de-Mar-e-Guerra, e de quem o Vice-Rei MARQUÊS DE TÁVORA dizia em 1753 que ninguém era mais hábil do que ele para prestigiar e fazer respeitar a armada portuguesa.

Por seu lado COGE ABRAHÃO, figura nesta galeria como representante dos Judeus. E em plena época de Inquisição, é agraciado por elRei D. SEBASTIÃO com 160$000 réis de tença!

RUSTOM MANOCK, Parse, adorador do Sol, é nomeado Corrector junto do Nababo de Surrate. E a galeria dos nativos, de que apenas damos alguns nomes, vem desde os primeiros tempos e atravessa toda a história da Índia até os nossos dias.

c) *A QUESTÃO RELIGIOSA*

A Inquisição de Goa — Intolerâncias

Como acabamos de ver, a evangelização não excluía o respeito e a consideração pelos indianos não convertidos.

Esta fraterna intimidade de raças e de religiões diferentes, aglutinadas por uma Pátria comum, manteve-se através dos tempos, embora, como é fatal, houvesse por vezes desmandos e lamentáveis dissidências, as quais, como adiante frisamos, foram notàvelmente agravadas nas narrativas dos nossos Cronistas. Entretanto elas não foram maiores na India Portuguesa do que o foram pela mesma época e mesmo depois na Europa, onde as lutas intestinas, tanto políticas como religiosas, de várias Nações, excederam certamente as violências que no decorrer dos tempos na India se possam apontar.

A INQUISIÇÃO DE GOA

Tanto respeito demonstra sempre el-Rei D. João III pelos hindus não convertidos, que apesar das instâncias que lhe foram feitas, não consentiu que na India se estabelecesse o Tribunal do Santo-Ofício! Disposição bem significativa no ânimo do Rei que, talvez devido a pressões externas, fora de facto o seu introdutor em Portugal!

Só três anos depois da sua morte se estabeleceu na India Portuguesa aquela instituição que, se é certo ter prestado serviços na moralização dos costumes, nem por

isso deixou de ser altamente nefasta à nossa obra política e social. O que importa fazer notar é que nem mesmo a Inquisição deixou de obedecer não só ao ponto de vista da protecção dos naturais convertidos, mas ainda ao respeito pelos infiéis, pois que o seu tribunal da India, como nota o Dr. ANTÓNIO BAIÃO, não perseguia «*os gentios e mouros indianos de qualquer religião*», salvo se se houvessem feito cristãos. Mas assim mesmo não se usavam para com eles dos rigores que havia para com os reinóis!

O clima espiritual não é o mesmo em todas as épocas. A própria sensibilidade em relação à dor humana, ainda em nossos dias se revela muitas vezes inexistente perante a insensibilidade do fanatismo político dos idealistas cruéis. Quando assim acontece no Século XX, não podemos deixar de compreender que Portugal não podia estar fora do Mundo no Séc. XVII. Era impossível que a vida portuguesa não reflectisse a dureza ascética, inflexível, dos conceitos religiosos que naquele tempo imperavam na Europa. Entretanto, como vimos, a verdade é que assim mesmo a tolerância religiosa dominou sempre as nossas relações com os nativos da India.

INTOLERÂNCIAS

Não procediam de igual forma os hindus não convertidos que muitas vezes não correspondiam a este espírito de tolerância que nós mantivemos quase ininterruptamente no decorrer dos tempos, na vida comum da Lusitânia do Oriente. Não só repeliam do seu seio

todos os que se convertiam à fé cristã, como os privavam ainda de todos os bens, deixando-os na miséria.

Estas violências e perseguições, volviam-se afinal numa guerra não só religiosa mas também política, feita exactamente nas regiões em que nós tomáramos a peito a prègação do Evangelho. E tal guerra era impossível que os Portugueses a consentissem nos seus Estados. As represálias tornavam-se inevitáveis.

Entretanto só muitos anos depois da nossa chegada à India elas entraram em execução, com o arrasamento dos Pagodes em 1540. E ainda assim, a perseguição visava os edifícios e não os crentes. Mesmo quando um Viso-Rei destruiu o dente de Buda, de Ceilão, não destruiu os seus adoradores, ao contrário do que faziam tantos Reis hindus, sob cujas ordens muitos Missionários foram bàrbaramente martirizados.

A liberdade suspensa em meados do século XVI depressa voltou. E tanto os hindus como os mouros, tornaram em breve a fazer as suas festas religiosas sem que as autoridades os impedissem.

Porém, mesmo no tempo em que os cristãos eram vítimas de perseguições nos lugares em que pretendiam estabelecer-se, Portugal preferia expor os Missionários ao martírio dos fanáticos hindus, a martirizar os pagãos ou quaisquer adeptos das religiões orientais. Santos como João de Brito, deixavam-se sacrificar sem uma revolta de malquerença, oferecendo as suas dores ao Céu em benefício espiritual dos próprios fanáticos a cuja intolerância eram bàrbaramente sacrificados.

...E AO PRÓXIMO COMO A NÓS MESMOS

Auxílio aos Povos Vizinhos — Instituições de Assistência — Hospitais de Cochim e de Goa — O Hospital Real de Goa — Extensão da Assistência Hospitalar — Gratuitidade da Assistência — As Rendas da India

Para bem se compreender o complexo do clima espiritual em que se realizou uma unidade pátria fundida com tantas raças e religiões, não basta porém estudar a cultura realizada pelo Ensino e pela Imprensa, nem a organização dos casamentos, nem as garantias de liberdade, a protecção, os direitos e as mercês que diziam respeito às condições civis e religiosas dos naturais.

Sempre tiveram os Portugueses particular predilecção pelas obras de assistência.

TALENT DE BIEN FAIRE! Aquela inclinação caritativa e generosa do espírito vinha-se manifestando desde sempre em numerosas obras e instituições fundadas, quer em vida, quer por disposições testamentárias,

as quais se encontram largamente historiadas no que respeita às origens metropolitanas, na obra exaustiva do Dr. FERNANDO CORREIA sobre as «Origens das Misericórdias»; e que, no respeitante à India, o Prof. LUÍS DE PINA relacionou num notabilíssimo estudo sobre os Hospitais e Misericórdias do Oriente.

Já tivemos ocasião de observar como toda a obra de cultura realizada nas Escolas e Colégios se encontra impregnada deste espírito profundamente cristão de assistência aos desprotegidos.

Tão agradáveis eram as obras desta natureza aos sentimentos afectivos da alma portuguesa, que a iniciativa da Rainha D. LEONOR teve uma ressonância de generosa comoção pelo País inteiro. A instituição das Misericórdias, que vinham dar uma forma orgânica mais perfeita às obras pias e sociais das iniciativas particulares fragmentadas (e por isso menos eficientes), ràpidamente se multiplicou pela Metrópole e se estendeu pelas terras descobertas, até às populações do Extremo Oriente, no mundo novo do Dai-Nippon.

Em 1546 o P.e MIGUEL VAZ, vindo da India a Lisboa, expunha a elRei a necessidade de socorrer os conversos que eram abandonados pela família, e escrevia no seu Relatório estas palavras fundamentalmente humanistas: — «*convém que tenham os homens alguma temporalidade para favor e ajuda desta espiritualidade*». Estas palavras fazem-nos lembrar a célebre frase que o grande humanista S. FRANCISCO DE SALES pronunciaria mais tarde: — *não prègueis moral a estômagos vazios*».

Acrescentava ainda MIGUEL VAZ estas considerações que bem revelam a sensibilidade do seu coração: — «*nem os homens, tendo caridade, poderão sofrer verem muitas coisas que entre eles ocorrem, sem lhes poder valer*».

AUXÍLIO AOS POVOS VIZINHOS

Assim era. E não apenas os cristãos participavam dos benefícios deste espírito de caridade tão peculiar às nossas gentes. Conta GASPAR CORREIA que à volta de 1540 houve uma fome terrível numa região da costa de Coromandel, e logo os Portugueses acudiram generosamente a todos os esfomeados, transportando para ali gratuitamente nos seus navios todos os géneros que podiam, distribuindo caridosamente grandes quantidades de arroz, milho e cocos. Tanta dedicação demonstraram neste auxílio aos desgraçados, que o Rei de Bisnagar, apesar de hostil aos Portugueses, por tal forma se sentiu sensibilizado pela maneira desinteressada como acudiram àquelas gentes, que lhes mandou emissários a manifestar o seu reconhecimento.

INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA

Entretanto, fora destes auxílios acidentais, as instituições de caridade propagam-se sobre todas as formas: *Recolhimentos, Asilos* e *Hospitais*. E quando atingem uma certa complexidade, organizam-se em *Misericórdias*. Os hospitais fazem mesmo parte integrante do primeiro núcleo de construções com que os portugueses instalam as suas feitorias: — Armazéns e Administração, Igreja e Hospital.

Ainda antes da tomada de Goa, já AFONSO DE ALBUQUERQUE providenciava para que nada faltasse na botica do Hospital de Cochim, fundado em 1506. Tomada Goa definitivamente em 25 de Novembro de 1510, logo Albuquerque mandou construir, conta GASPAR CORREIA, «*uma casa térrea comprida em que fez esprital para os doentes*». Estava lançado o *Hospital de El-Rei*, que mais tarde, depois de entregue à administração dos Jesuítas, havia de se transformar no mais perfeito hospital do Mundo.

Entretanto outros hospitais se fundavam em Goa, por iniciativa particular. E se o *Hospital de El-Rei* se destinava apenas aos Portugueses reinóis, a Câmara sustentava um hospital que era popularmente conhecido por *Hospital dos Pobres* ou *Hospital da Gente da Terra*, onde se recebiam enfermos de todas as origens sem distinção de cor, de raça ou de crenças. A *Misericórdia*, por seu lado, administrava um terceiro hospital inteiramente sustentado pela caridade dos moradores de Goa, e passou mais tarde a administrar também o Hospital da Câmara. Outro hospital especializado, o *Hospital de S. Lázaro*, existia desde 1532, e foi a este que S. FRANCISCO XAVIER deu grande desenvolvimento dedicando-se-lhe com particular devoção e convivendo fraternalmente com todos os gafos.

Em 1631, segundo refere ANTÓNIO BOCARRO, o CONDE DE LINHARES institui o *Hospital da Piedade*.

Se bem que os hospitais se multiplicassem por todas as terras onde os Portugueses se estabeleceram ao longo do Oriente, este *Hospital Real* merece especial referência pela perfeição das suas instalações, excelência de tratamento e largueza de assistência, que o colocaram em primeiro lugar entre todos os hospitais do Mundo.

Esta classificação que a nós próprios nos surpreende, é, sem dúvida, pelo menos insuspeita, pois se não colhe em documentos portugueses, sempre escassos em referências desta natureza, mas se encontra largamente afirmada e justificada, com minúcias elucidativas, em descritivos extensos de vários viajantes estrangeiros.

Não é só o célebre PYRARD DE LAVAL que lhe dedica largas e minuciosas páginas, descrevendo a majestade do edifício «que pela aparência mais inculca um palácio», dando notas circunstanciadas sobre o seu funcionamento, as suas camas lacadas ou douradas, as excelentes roupas de algodão «mui fino e branco», as cobertas de panos de seda, e as baixelas ricas em que os doentes eram servidos.

Não eram menos notáveis os cuidados constantes que se dispensavam aos doentes desde a sua admissão. Lavados num banho de água quente era-lhes cortado o cabelo, e logo se lhes fornecia um vestuário completo que era mudado de três em três dias, juntamente com lenços e toalhas individuais.

A comida era tão cuidada e abundante que nunca se servia menos de meia galinha a cada doente. O pão era fornecido em merendeiras pequenas de fabrico deli-

cado. E era em pequenos pães, porque uma vez encetados não voltavam a servir-se. Até os utensílios dos doentes lhes ficavam reservados.

Todos os quartos eram cuidadosamente «limpos e brancos como o papel». Tinham os internados visita médica duas vezes ao dia e nas enfermarias queimavam-se diàriamente substâncias aromáticas para desodorizar a atmosfera e purificar o ar. O serviço dos doentes era feito por auxiliares da terra, canarins ou brâmanes convertidos, que exerciam a sua assistência por forma modelar, sob vigilância constante dos Jesuítas.

Para a convalescença gozavam os doentes de aprazíveis passeios em galerias ou formosos jardins, e nem sequer lhes faltava o regalo da piscina! E à saída ofereciam-se fatos novos aos doentes que já não precisavam de estar hospitalizados.

O carinho com que os padres tratavam os enfermos é referido com sentido reconhecimento por todos os doentes. Toda a gente era ali igualmente tratada sem distinção entre o pobre e o rico, «por igual e sem preferência assim no que toca aos alimentos como aos medicamentos e outras coisas, sendo ali cada um servido no lugar que lhe cabe sem distinção entre grandes e pequenos».

O próprio PYRARD DE LAVAL, que lá esteve hospitalizado e várias vezes frequentou o hospital em visita a alguns amigos, se encontrou ali em situação precária, pois se achava sob prisão e sem ninguém que o protegesse. Isso porém não obstou a que o tratassem com tal carinho que se não cansa de o encarecer.

Não só a igualdade de tratamentos era perfeita entre nobres e plebeus, mas ainda se admitiam todos os doentes sem distinção de países ou de religiões.

Não eram só os enfermos que se utilizavam desta Instituição, pois anexo ao hospital funcionava também uma Albergaria para receber as pessoas que passavam por Goa. Ali esteve por várias vezes o viajante francês VINCENT LEBLANC na sua viagem pelas Indias, começada em 1587.

Fazendo a narrativa dos costumes e das grandezas da cidade tece os maiores elogios ao seu hospital, referindo-se aos quartos alegres, «*des chambres gays*», onde os doentes são alojados com finas roupas, aos bons remédios com que os tratavam, e aos «*beaux jardins*» em que os faziam passear. Afirma com conhecimento de causa que ele é o mais belo e perfeito que conhece:— «*j'oserai bien dire que ny celui de St. Esprit de Rome, ny l'enfermerie de Malte ou on este servy en vaisseles dargent, ne scauraient éstre egalez à celui-cy en richesses ordre et service. On y est mieux traité qu'en sa maison propre quelque riche que l'ont soit comme j'ai vu souvent*».

Outro estrangeiro, o espião e maledicente JOHANN HUIGHES VAN LINS CHOTTEN, afirma da mesma forma que é este hospital o melhor do Mundo, salientando o facto de serem gratuitos os seus medicamentos, e de ali se fazerem também curativos de clínica externa duas vezes ao dia.

Só este Hospital Real chegava a receber 3.000 doen-

tes por ocasião da chegada das naus do Reino e em ocasião de epidemias; mas os enfermos oscilavam entre 300 e 400, que eram os que normalmente continha.

A «*Relação*» do viajante alemão MANDELSLO, correspondente ao ano de 1639, refere, na ocasião em que ali esteve, uma frequência de 1.000 doentes. E também ele dispensa os mesmos elogios à sua farmácia e ao tratamento dos enfermos, que todos eram òptimamente alojados.

EXTENSÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

No «*Hospital das Gentes da Terra*», que mais tarde se fundiu com o da Misericórdia, eram os doentes de todas as raças e religiões tratados da mesma forma, *também sem qualquer dispêndio e sem restrições de medicamentos.*

O cuidado com a hospitalização dos nativos nestas condições começa logo no primeiro hospital das Indias, aberto em Cochim ainda no tempo de D. FRANCISCO DE ALMEIDA, no princípio de 1506. E no dizer do seu primeiro Provedor GASPAR FERNANDES, nada lhe faltava, sendo a comida dos doentes abundante e bem cuidada. Ali se tratavam igualmente Portugueses e Indianos. E para que em nada se sentisse qualquer diferença nas atenções entre reinóis e naturais, até quando os nativos morriam lhes era aberta sepultura no mesmo cemitério dos Portugueses.

Superior ao *Hospital de Cochim* era o *Hospital de Cananor*, também fundado por D. FRANCISCO DE ALMEIDA. Por ser edificado em lugar muito saudável, de bons ares

e boas águas que os físicos muito elogiavam, para ali eram enviados doentes de outros pontos da India.

GRATUITIDADE DA ASSISTÊNCIA

Todos os serviços hospitalares médicos e cirúrgicos, enfermagem, alimentação e até, (pelo menos no *Hospital Real*), roupas e vestidos, eram absolutamente gratuitos!

Obedecendo às ordens terminantes de D. MANUEL sobre a assistência hospitalar, o Veador da Fazenda da India, Dr. PERO NUNES, notificava o Feitor: — «It. *Isso mesmo notifiquo a vós senhor Feitor que ora sões e ao diante for, que ell Rey Nosso Senhor manda e quer que os doentes que estiverem nos seus Espritais sejam mui bem curados e remediados e dado tudo o que lhe fizer mister nas boticas*».

Como se engana quem pretenda ver Portugal transformado numa grande empresa comercial para a exploração das terras descobertas, com os olhos do corpo e do espírito absorvidos nos lucros dos seus negócios! É evidente que se utilizavam o melhor que se podia os bens que de lá nos vinham. Mas os sentimentos de D. MANUEL transmitiam-se ao filho, D. JOÃO III, que em carta ao grande Vice-Rei D. JOÃO DE CASTRO e em referência ao proveito dos nativos na obra de evangelização, escrevia: «*este he o proveyto que eu desas partes quero tirar; pois de todos hee o mayor e o que mais pretendo*».

Numas instruções dadas por D. JOÃO III ao P.e MIGUEL VAZ em 1546, encomenda elRei particularmente aos padres que andam por Ceilão e Maluco, (por serem

terras onde os Portugueses não haviam firmado ainda as suas instituições), que, *«para os pobres da mesma gente da terra, ordenem hospitais e os provejam disso o melhor que puderem»*.

Os Reis agradeciam particularmente o zelo demonstrado pelos Vice-Reis em benefício dos hospitais. Numa carta ao Vizo-Rei Matias de Albuquerque escrevia ElRei: — *«e vos agradeço o cuidado que me dizeis que tendes dos hospitais dese estado»*.

Não é possível, fora de uma monografia sobre o assunto, falar mais detidamente dos Hospitais, Misericórdias e outras instituições de assistência que os Portugueses espalharam pela índia e por todo o Oriente. O que importa fixar é que por toda a parte onde se instalavam davam princípio a uma fundação hospitalar e, aonde o número era suficiente, a uma Misericórdia.

NO GRÃO-MOGOL

Basta lembrar que até no Grão Mogol, e logo à chegada da primeira Missão a Fatehpur em 1580, uma das primeiras pretensões expostas ao Imperador ACBAR pelos Jesuítas que a compunham, foi a de fundarem um hospital, e, segundo refere Sir EDWARD MACLAGAN, dar princípio ao que chamaríamos hoje uma missão médica.

Se atendermos a que os Portugueses eram ali em número reduzidíssimo, bem compreenderemos que era sobretudo aos nativos que o hospital se destinava. E mais uma vez verificamos quanto a obra de assistência dirigida aos indígenas traduzia os sentimentos que presidiam

às nossas relações de simpatia cristã para com as gentes das Descobertas.

A REDE DE HOSPITAIS E DAS MISERICÓRDIAS NO ORIENTE E AS SUAS MÚLTIPLAS ACTIVIDADES

Era função das Misericórdias — que por todo o Oriente se espalharam — não apenas cuidar dos doentes ou asilados, mas ainda visitar e proteger os encarcerados, resgatar os cativos, dar de comer a quem tem fome, vestir os nus, proteger os que tinham fome e sede de justiça, praticar enfim todas as obras de misecicórdia.

Fundam e sustentam Hospitais, Asilos, Confrarias e Recolhimentos, cuidam dos órfãos, casam as donzelas e estabelecem entre os diversos pontos do Oriente: — África, Arábia, Pérsia, India, Indonésia, China e Japão — uma vasta rede de beneficência que se impunha à admiração de quantos viajantes percorriam o Oriente.

Eis uma lista das Misericórdias espalhadas por todo o Portugal de Além-Mar: *Na Costa Ocidental da África:* Cabo Verde — S. Tomé — Luanda — Massangano e Benguela. *Na Costa Oriental:* Moçambique e Mombaça. *Na Arábia:* Mascate. *Na Pérsia:* Ormuz. *Na India:* Dio — Taná — Damão — Baçaim — Chaul — Goa — Cananor — Cranganor — Mangalor — Meliapor — Cochim — Coulão — Negapatão. *Em Ceilão:* Manar — Columbo — Gale — Jafanapatão. *Na Indochina:* Malaca. *Na Indonésia:* Timor — Lurantuca (na Ilha das Flores). *Na China:* Macau — Liampó. *No Japão:* Nangasaki.

Em todas as terras onde havia Misericórdias havia pelo menos um Hospital. E havia ainda Hospitais em

muitas outras terras do Ultramar em que as Misericórdias não existiam. Assim, além das que já referimos apontamos ainda: *Na África:* Cacheu — Sena — Sofala — Zanzibar e Pemba. *Na India:* Asserim e Maduré. *Em Ceilão:* Cândia. *No Japão:* Funai, (hoje Oíta) — Velimé — Guifu.

Além destes Hospitais, existiam Médicos e enfermarias em todas as fortalezas, as quais prestavam, como é natural, serviços nas suas áreas.

A organização de uma tão vasta rede tinha alguma coisa de verdadeiramente surpreendente, imprevisto e inédito no Mundo! Montar uma empresa internacional para exploração de interesses comerciais, seria um empreendimento admirado e compreendido por todos. Porém, conceber e realizar uma tão vasta organização internacional, não para ganhar mas para gastar, resumindo as actividades a interesses meramente espirituais, era em boa verdade alguma coisa de inconcebível fora do espírito português!

Abarcava-se todo o Oriente, desde a África à Arábia Feliz e dali até ao Japão numa vasta rede de instituições destinads não a ganhar dinheiro, mas, pelo contrário... a dispendê-lo em benefício dos pobres!

Tudo isto criava uma atmosfera espiritual que envolvia de prestígio e simpatia a nossa civilização.

O próprio Turco admira a generosidade desinteressada e a honradez destas Instituições que na transmissão das heranças dos que morriam, aos seus herdeiros, iniciara um serviço de transferência de fundos entre pontos

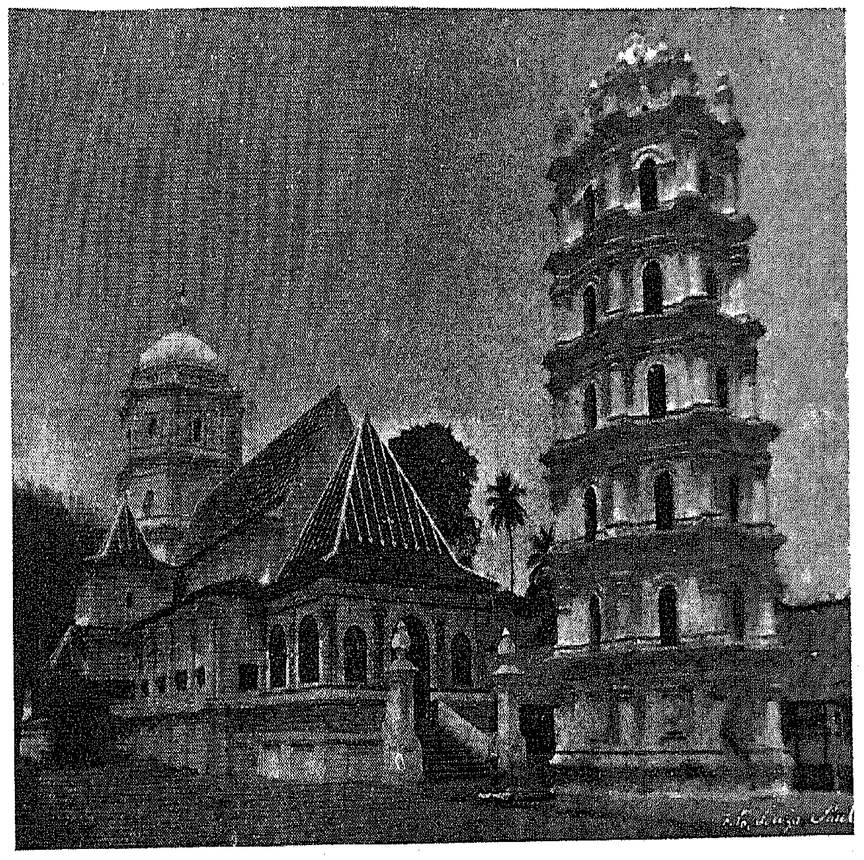
longínquos do Oriente, os quais constituíam verdadeiras operações bancárias sem lucro, realizadas apenas em proveito do próximo e serviço de Deus!

AS RENDAS DA ÍNDIA

Bem serviço de Deus era este, pois as rendas que a India trouxe ao erário português eram dispendidas tão largamente na propaganda da Fé, na sustentação de Escolas e de Colégios, no socorro de Hospitais, Asilos, e Misericórdias, que nestas obras de assistência e de civilização, — realizadas sobretudo pelas Missões e muito pelas instituições locais, iniciativas particulares e subsídios régios — se iam subvertendo, para benefício dos povos das Conquistas, grande parte do rendimento das pedras preciosas, do oiro e das especiarias.

É que toda a Assistência vivia principalmente dos frutos daquela prerrogativa que D. MANUEL inscrevera no próprio título dos Reis de Portugal: — *Senhores da Conquista, da Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia.* E a cada passo os Reis mostravam e recomendavam tanto interesse pelos súbditos do Reino como pelos povos das Conquistas. Era este interesse, constantemente relembrado em Alvarás e Cartas Régias, que se traduzia em palavras como as dos documentos a que atrás nos referimos e a que juntamos aquelas que em 1607, a propósito do Hospital Real, elRei dirige ao Vizo-Rei MARTIM AFONSO DE CASTRO recomendando-lhe que tenha «*sempre mais respeito a sua vida e saúde,* (dos doentes) *que ao que nisso se possa poupar da fazenda*» do Reino.

O senhorio da *Conquista da Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e India,* bem caro nos ficava, pois o nosso espírito civilizador por lá dispendia as riquezas orientais e as nossas, consumidas em *fazer cristandade,* espalhar o Ensino, e prodigalizar assistência *ao próximo,* a quem soubemos amar *como a nós mesmos.*



Pagode Indiano de Queulá

O ENTENDIMENTO MÚTUO

Antigos Reis e Titulares — Comunidades Hindus, Maometanas, Persas e Cojás — Religiões e Prelados

Descontados certos desmandos pessoais inevitáveis, manifestámos sempre o sentimento do respeito mútuo, a compreensão perfeita e dedicação constante da Pátria comum pelos naturais daquele Portugal de Além-Mar. O «*talent de bien faire*» desde os primeiros tempos e através dos tempos, é o que explica a unidade nacional portuguesa do Estado da India, persistindo em plena actualidade em meio do agitado tumulto do Indostão.

ANTIGOS REIS E TITULARES

Assim é que a saudar o MINISTRO DO ULTRAMAR em representação oficial do Estado Português, acorrem por toda a India as pessoas e entidades mais representativas daquele prolongamento oriental da Pátria comum. São as comunidades das diversas crenças e das diversas Raças. Reis e Altos Sacerdotes hindus. A Rainha e o

Príncipe da multissecular CASA REAL DE SUNDEM, que pertenceu ao vasto Reino de Bisnagar, acolhem o alto representante de Portugal recordando o nome do Rei SAVAI IMODO SADESSIVA, que, no dizer do orador oficial da Rainha, foi o primeiro dos seus antepassados que, há dois séculos e meio, «*se acolheu sob a égide protectora dos Portugueses*». E desde então, continua o orador, tem-se mantido «*constante e imutável a perpétua amizade e aliança expressa em termos inequívocos de tantos tratados e capítulos*» celebrados com o Governo Português.

É o RANES DE SANQUELIM que manifesta a sua lealdade «*à gloriosa Pátria que seus antepassados serviram sempre com orgulho*».

COMUNIDADES HINDUS, MAOMETANAS PARSES E COJÁS

São representantes das COMUNIDADES HINDUS que manifestam, como QUERSICHAND MOTICHAND, o reconhecimento dos Hindus pela *política igualitária* dos Portugueses.

É a COMUNIDADE MAOMETANA que pela boca de NURMONNOD SHEZAIN fala dos «*laços que nos unem ininterruptamente através dos séculos*», lembrando que é aos Portugueses que «*a Comunidade maometana, navegantes na sua maioria, deve a ciência da navegação*», e que «*em toda a parte onde se arvora a bandeira portuguesa, desaparecem as distinções de cor, e esquecem as diferenças de raça*».

A COMUNIDADE PARSE, fez-se ouvir em Damão pela voz do Dr. HORMIJI em Dadravala, que representava a

UNIÃO NACIONAL. É particularmente notável e admiràvelmente significativo que seja um Parse o representante da União Nacional! Em Dumortá, é outro Parse, o Dr. LUTH, Director duma Escola Guzarate, que vem saudar, em nome do seu corpo docente e discente, o representante da sua Pátria.

A COMUNIDADE COJÁ dos adeptos de ALI KHAN também acorre a saudar Portugal.

RELIGIÕES E PRELADOS

Depois são os representantes das MANZANIAS. O alto representante da Pátria é saudado no recinto sagrado do Templo em nome da *Devalaia* de *Xri Manguexa*.

Na *Devalaia* de *Xri Malsá* recorda-se a prerrogativa de ser aquele Templo hindu reconhecido pela autoridade judicial portuguesa para as decisões por julgamento religioso.

VISVONATA RUDRAGI SIRVOICAR, chefe da *Devalaia* de *Xri Xantadurjá*, de Pondá, recebe o Representante de Portugal no Templo, e ali afirma «*o fenómeno político, único na História da Humanidade e para muitos incompreensível nos tempos modernos, de povos de origem racial diversa, com costumes e crenças diferentes, com temperamentos e culturas variadas* (...) *jurarem a mesma fé política, realizarem a unidade nacional, chamarem-se todos portugueses, todos se orgulharem da mesma cidadania!*»

O SUAMI de Partagale, sentado no sólio da Prelazia, depois de celebrados os cantos védicos, lê a sua mensagem em língua sânscrita, agradecendo as prerrogativas con-

cedidas pelo Governo e pedindo para o Representante de Portugal e para a Pátria, as graças de *Xri Vixnu* invocada pelas preces dos sacerdotes.

No sólio da Prelazia do Templo de Queulá, RANADÊ XASTRI lê a mensagem, em sânscrito, do *Suami*, onde se afirma: — «*Desde os tempos antigos, a nossa variada actividade religiosa pôde ser praticada, mercê do auxílio que nos prestaram os governantes portugueses*». E acrescenta: — «*Não há dúvidas sobre este ponto*».

Falaram todas as Comunidades, todas as Raças e todas as Religiões.

Estas individualidades marcantes da India Portuguesa são também os representantes de culturas milenárias. Gentes habituadas ao culto e ao respeito pela História; e insuspeitos pela posição em que se encontram. Eles sabem que não são os episódios que tanto seduzem os derrotistas, por muito impressionantes que possam ser, o que marca o verdadeiro sentido e o valor da Verdade; que Ela transcende das grandes sínteses históricas em que avultam os valores reais, perduráveis, definitivos, que impõem uma obra e criam uma unidade espiritual através dos séculos e das gerações.

O MAGISTÉRIO MORAL E O PESSIMISMO CRÍTICO DOS CRONISTAS

A Função Moral da História — Outras Razões dos Erros dos Cronistas — A verdade aos olhos dos nativos

Se é certo que nem sempre o delírio da ambição, os excessos do espírito aventureiro, a exuberância da vida física e as seduções das liberdades dos costumes, se deixaram disciplinar pela moral de quem ordenava a política das Terras de Além-Mar, não é menos certo, que nunca os desmandos individuais deixaram de ser severamente condenados pela consciência da Nação.

HERNÂNI CIDADE compilou neste sentido vários passos dos nossos Cronistas, em «*A Literatura Port.ª e a Expansão Ultramarina*», cujo primeiro volume, publicado em 1943, deixou todos os leitores na expectativa e no desejo da conclusão duma obra de tão alto interesse.

Ao seriar num magnífico esquema as consequências nacionais e universais do Descobrimento da Índia,

MÁRIO DE ALBUQUERQUE afirma concludentemente: «*se se comparar a sociedade portuguesa com o resto da sociedade europeia nesse século, temos forçosamente de concluir que a Índia não nos desmoralizou, mas, ao contrário pela consciência duma missão a cumprir, do dever, elevou-nos espiritualmente*».

Podemos acrescentar que o mesmo aconteceu nos séculos que se sucederam, e que esta dignidade de consciência de quem tem uma missão a cumprir, se acha de facto largamente documentada em numerosos documentos que só agora começam a vir ao conhecimento dos estudiosos, e a cuja luz a visão sombria dos desmandos da India começa a desanuviar-se das sombras de pèssimismo em que se comprazem os historiadores descrentes da virtude dos homens.

Erros condenáveis, vários se podem apontar. É certo. Mesmo entre alguns dos que exerciam o mando. Porém, os crimes do abuso do poder não eram apanágio da nossa administração oriental. Eles eram correntes nos próprios Estados Europeus, não obstante os factos reprováveis estarem menos afastados da visão próxima dos Soberanos e dos órgãos Governativos.

Nem o Estado da India era povoado por anjos, nem se colocava fora do tempo e do espaço. A verdade porém é que nos Arquivos de Goa abundam os documentos demonstrativos de que esses casos de abuso de autoridade eram severamente reprimidos pelos altos poderes do Estado.

O Dr. PISSURLENCAR, Director do Arquivo Histórico

da India, a quem se deve a descoberta de numerosos e importantíssimos documentos, acaba de me confirmar como através deles se verifica o rigor com que se tomavam providências, ordenando devassas e castigando severamente os prevaricadores sempre que os desmandos chegavam ao conhecimento das autoridades superiores.

Toda a atmosfera da administração era dominantemente moral.

A FUNÇÃO MORAL DA HISTÓRIA

Necessário se torna em trabalho desta natureza precaver o espírito de quem lê as crónicas relativas à India. Habituaram-se os Portugueses a generalizar demasiadamente os casos mais indignos apontados pelos Cronistas. É necessário, porém, saber interpretar o valor dessas alusões.

Lembremo-nos de que a função de escritor implicava a consciência duma alta missão de probidade moral a cumprir. Porque a História era Mestra da Vida, fazer História era assumir a responsabilidade do exercício dum magistério moral para o presente e para o futuro. Não se tratava de criar um estilo, nem mesmo, muitas vezes, de registar factos com o fim de fazer historiografia, no sentido puramente científico; o escritor visava sobretudo a dar aos homens lições de dignidade e de grandeza, impondo a sua autoridade pela demonstração duma consciência superiormente recta e pura.

É este o espírito dum JOÃO DE BARROS, dum COUTO, dum CASTANHEDA, dum LUCENA, dum JERÓNIMO OSÓRIO

dum GASPAR CORREIA, e de quantos se ocuparam da história dos nossos feitos.

Daí o julgarem-se na necessidade de não deixar os erros na sombra, de expor à execração os prevaricadores e de estigmatizar os vícios, para apontar a todos o caminho da honra e fazer temer aos ambiciosos a ignomínia de deixarem os seus nomes execrados para sempre nas páginas da História.

Sobretudo em DIOGO DO COUTO, diz-me o Dr. PANDURONGA PISSURLENCAR, os factos apontados são frequentes vezes desmentidos pela verdade dos acontecimentos colhidos nas páginas dos arquivos e nas correspondências de vários Reis da Índia.

Resultou deste critério, aliás perfeito, o agravamento narrativo dos casos condenáveis, a descrição de malefícios tanto do agrado de quantos se deleitam em apoucar as virtudes e fazer estendal de defeitos.

O certo é que muitas das fontes impressas com intuitos moralizadores nem sempre estão em perfeita harmonia com as fontes manuscritas. São estas as fontes documentais que não se registaram para ser exibidas, e talvez por isso mesmo garantem superiormente o valor da sua imparcialidade.

Já o P.e DOMINGOS MAURÍCIO, com o seu grande conhecimento da história da India, se referia incidentalmente na *Brotéria*, ao facto de se encontrarem frequentes discordâncias desta natureza entre as fontes originais e as narrativas agravadas pelos Cronistas. À medida que se fazem mais confrontos, escreve D. M.:

«o pèssimismo das Décadas, e sobretudo do «Diálogo do Soldado Practico Português», como das «Lendas» de Gaspar Correia, atenua-se fortemente».

As boas intenções de quem pretendia moralizar ao fazer as narrativas dos acontecimentos poderiam ser úteis em relação ao tempo em que se escrevia, mas antes de se conhecerem os novos elementos históricos, ficaram a deformar a visão de tantos escritores que a séculos de distância se debruçaram sobre a nossa India, procurando a verdade da nossa vida e costumes através das suas obras.

OUTRAS RAZÕES DOS ERROS CRÍTICOS DOS CRONISTAS

Além da explicação deste pèssimismo que atrás justificámos considerando a intenção moralizadora dos Cronistas, há ainda uma outra razão que se nos afigura de real importância para explicar muitos dos frequentes desvios. Consideremos a vida actual. Os boatos sem fundamento, as falsidades que se propagam acerca de pessoas e factos, as notícias inverídicas que se transmitem intencionalmente através do livro e do jornal, são o pão nosso de cada dia.

Haja em vista as mentiras que sobre o procedimento de Portugal são lançadas aos quatro ventos pela União Indiana. Também nessas notícias, com que muitas vezes se faz a História, o nosso Governo é acusado de violências, que nunca existiram, contra criminosos que existem, mas que são proclamados como gente honesta. E estamos numa época em que os elementos de verificação da verdade estão garantidos pela fácil comunicação

entre os povos, e por mil possibilidades de colher a verdade por toda a parte onde não existam *cortinas de ferro*.

Entretanto, quantos não formam a sua opinião ludibriados pela história falsificada dos acontecimentos quotidianos? E o esclarecimento da verdade em notas oficiosas irrespondíveis, nem mesmo assim modifica o falso critério dos deturpadores de factos, mesmo depois de indubitàvelmente esclarecidos.

Ponhamos o caso na India, séculos atrás, com núcleos de populações separados uns dos outros, sem comunicação por terra e a muitos dias de distância por mar; com a natural maledicência e apaixonadas malquerenças pessoais; notícias vagas que fàcilmente se deturpam de boca em boca; e compreenderemos quanto os Cronistas, embora na melhor boa fé, se viam em presença de narrativas e tradições deformadas, para os quais um espírito pessimista como o de COUTO fàcilmente se inclinaria.

A VERDADE AOS OLHOS DOS NATIVOS

Bem sabiam os naturais das Terras em que dominávamos que nas lutas intestinas anteriores entre os Potentados Indianos, e, mesmo na paz, a situação dos humildes e dos vencidos era bem pior. Não só a violência era impiedosa como tantas vezes a dos Portugueses na guerra, mas, o que era pior, não havia como entre nós a tolerância e amizade na paz e o cuidado pela protecção dos oprimidos que um regime de castas tornava ainda mais desgraçados.

Eles tinham exemplos da justiça dos Vizo-Reis, desde AFONSO DE ALBUQUERQUE, terrível na guerra, e protector na paz. Quando em 1542 chegou à India MARTIM AFONSO DE SOUSA e teve queixas de que os pescadores do Malabar estavam sendo vítimas das arbitrariedades gananciosas da Capitania, logo ali mandou o Ouvidor Geral a «*tirar a devassa e desagravar esa gemte*». Terminada ela, foi o Capitão obrigado a restituir as extorsões feitas, e levado preso para Cochim (V. SILVA REGO, *ob. cit.*). Casos como estes não são raros, antes se repetem com frequência, como se verifica na documentação dos Arquivos da India.

Os índios bem sentiam que reparações como estas, só estavam dispostos a elas os altos governantes portugueses.

Às violências dos poderosos estavam os fracos acostumados. O que representava verdadeiramente alguma coisa de novo, e de notável, era esse carinho dos novos Senhores fundando oficialmente as instituições com que os beneficiavam, protegendo-os com tão variada assistência, dando-lhes as garantias civis, multiplicando por toda a parte a instrução, fomentando as ligações familiares a que ascendiam, elevando-os ao ministério da Religião que os dignificava, e provendo-os nos cargos públicos com que eram beneficiados e honrados.

PORTUGAL: — ESTADO MISSIONÁRIO E ANTICOLONIALISTA

Era uma atmosfera de carinho e de interesse o que constituía o clima espiritual necessário para a larga actividade de cultura que se manifestou em todo o Oriente pela fundação de numerosíssimos Colégios de educação gratuita; pela instalação das primeiras Tipografias da Ásia, na India, na China e no Japão; pela invenção do melhor método didáctico que até hoje foi realizado nas Artes Gráficas para o ensino das Línguas; pela edição de numerosos livros em edições mono- e bilingues, espalhados gratuitamente pelos novos cristãos; pelo florescimento da primeira Universidade da Ásia, frequentada por gentes de todos os povos Orientais desde a Costa Africana e Arábica até ao longínquo Dai Nipon; pela fundação das primeiras Escolas Médicas do Oriente na índia e no Japão; pela comunicação da nossa língua, persistente durante séculos em vários dialectos crioulos; pelo estudo didáctico dos idiomas orientais com a composição das suas Gramáticas, Vocabulários e Dicionários; por tudo enfim quanto se tornava necessário para po-

dermos comunicar de alma a alma e revelar a civilização ocidental, na sua melhor expressão de espírito e de cultura, aos povos dos continentes não europeus.

E se acaso algumas vezes decaiu o espírito xenófilo que presidiu a esta actividade de civilizadores, não é menos certo que o próprio POMBAL, que tanto se notabilizou pela crueldade autocrática dum absolutismo insensível e prepotente, foi em face da Índia e do Brasil, um perfeito intérprete do espírito da Nação no que respeitava à defesa e dignificação de todas as raças que constituíam o vasto Mundo Português nos cinco Continentes.

A Nação nunca sobrepôs a *auri sacra fames* ao sentido superiormente moral da nossa missão ecuménica. E assim foi que tudo sacrificámos a este imperativo que recebemos da vontade de Deus

Tão nobremente prezámos o nosso destino de missionários e civilizadores, que das rendas da India pode Portugal dizer, orgulhosamente desinteressado de bens materiais: — *a Índia as deu, a Índia as levou...*

No reinado da Restauração, com as finanças esgotadas, a India representava para nós um encargo económico particularmente oneroso, um sacrifício material que se suportava como quem cumpre um mandato divino.

Podíamos colher com a sua venda um lucro material da sua posse, livrando-nos de tão pesado sacrifício económico. Várias nações que sobre a India teriam uma visão menos humana, mais económica do que espiritual, — e por isso teriam as mãos certamente mais livres para a

exploração da Empresa, — fizeram propostas a Portugal para a compra daqueles territórios.

A Nação ainda recém-liberta do jugo espanhol, encontrava-se empobrecida pela depredação da administração estrangeira do seu erário, pela consumição da sua armada sacrificada aos interesses da política espanhola, e pelas constantes sangrias económicas das guerras da Restauração. Pois apesar disso, elRei não cede às vantagens económicas das operações financeiras que lhe são propostas pela Inglaterra, pela Holanda e pela França. Resiste com a consciência plena duma responsabilidade moral sobranceira a todas as vantagens materiais. E há uma explicação que define expressivamente a sua resolução inabalável: — é quando, respondendo ao embaixador francês MARQUÊS DE JANT, elRei lhe diz que *estremecia* só de pensar na venda da India. E a razão que lhe expõe não é outra: — o único motivo invocado é o sentimento dum dever para com Deus!

Passam-se três séculos. Renovam-se as ambições sobre a India Portuguesa. Agora porém a ambição vem insidiosamente mascarada com o pretexto duma reivindicação de direito natural, tão inexistente como as falsidades com que se pretende justificar a oportunidade de a exercer.

Para conseguir nomes luso-indianos ligados à acção antinacional contra a Pátria Portuguesa, necessita a União Indiana de se tornar solidária com criminosos de delitos comuns, estabelecendo argumentações sobre

desclassificados morais caídos na alçada da polícia e incursos no Código Penal estabelecido por todas as nações para castigo de todos os delinquentes.

A posição económica da India continua a mesma: um encargo oneroso para a Metrópole. Os tempos são outros. Os impulsos sentimentais cedem naturalmente o seu lugar aos aspectos cominativos das necessidades económicas impostas pela vida internacional. Porém mais uma vez, traduzindo como fiel intérprete o sentimento nacional, a voz de Aquele em cuja boca hoje se exprime a alma da Pátria, explica serenamente ao PANDITA NEHRU as razões espirituais que asseguram os nossos direitos invioláveis àquela Província de Portugal, e segundo as quais *«repugna à sensibilidade dos Portugueses negociar a cedência de Goa e a cidadania portuguesa dos seus habitantes, e não curar da sua defesa até aos limites das nossas forças»*.

E SALAZAR continua:

«Goa é uma comunidade portuguesa na Índia, representa uma luz do Ocidente em terras Orientais. O território é apenas o espaço onde essa comunidade vive; a terra, o farol onde essa luz se acendeu. Os nossos interesses são puramente morais — primeiro de portugueses, em seguida de homens do Ocidente».

É da elevada altitude espiritual onde se torna voz o espírito da Pátria, que SALAZAR afirma: — *«Lutamos por que, sem agravo para ninguém, Goa continue a ser o padrão dos descobrimentos portugueses e pequeno foco do espírito ocidental do Oriente, o qual, para se manter*

vivo precisa de estar ligado às origens como o fio de água à nascente».

A expressão não podia ser nem mais exacta nem mais lapidar.

Não se trata em boa verdade dum simples impulso de ordem sentimental, mas do mandato mais alto duma consciência reflectida na qual a ideia de Pátria se define como uma unidade substancial de corpo e alma: — a alma gregária e multissecular da Nação, e o corpo territorial onde nasceram e se sucederam as gerações de Portugueses que produziram a actual feição da sua geografia humana.

Hoje e sempre, como através do passado, a divisa daquele Infante a quem se deve o alto espírito de cruzada que lançou Portugal através do Mundo, continuará a repercutir-se de alma em alma com ressonâncias de Eternidade.

Ela será a palavra de ordem, transmitida de geração em geração, como herança espiritual a comandar os corações e a vontade de todos os Portugueses, tanto na paz como na guerra: — TALENT DE BIEN FAIRE.

RÉSUMÉ

LE «TALANT DE BIEN FAIRE» ET LE SENS PORTUGAIS DU MOT «CONQUÊTE»

«TALANT DE BIEN FAIRE», c'est sous le signe de cette devise du Prince Henri le Navigateur qu'ont été réalisées l'expansion portugaise et la Découverte de Nouveaux Mondes.

En vérité, cette devise de l'Infant a continué à être le mot d'ordre de tous les Portugais de la Renaissance.

C'est avec le «Talent de bien faire», dans le domaine des sciences, de la navigation et de la cosmographie, qu'a été fondée une école portugaise de navigateurs, en vue de préparer nos marins à la découverte du Monde.

L'épopée des Découvertes a été entreprise suivant une méthode éminemment scientifique, destinée à substituer à l'esprit primitif de l'aventure une science créatrice de technique pour l'Art de Naviguer.

C'est grâce à la création d'une *science nautique en latitude*, en opposition à cette *science en longitude* qui, depuis longtemps, s'était révélée incapable d'expansion universalisatrice, que les études et les navigations por-

LE «TALANT DE BIEN FAIRE» ET LE SENS PORTUGAIS DU MOT «CONQUÊTE»

«TALANT DE BIEN FAIRE», c'est sous le signe de cette devise du Prince Henri le Navigateur qu'ont été réalisées l'expansion portugaise et la Découverte de Nouveaux Mondes.

En vérité, cette devise de l'Infant a continué à être le mot d'ordre de tous les Portugais de la Renaissance.

C'est avec le «Talent de bien faire», dans le domaine des sciences, de la navigation et de la cosmographie, qu'a été fondée une école portugaise de navigateurs, en vue de préparer nos marins à la découverte du Monde.

L'épopée des Découvertes a été entreprise suivant une méthode éminemment scientifique, destinée à substituer à l'esprit primitif de l'aventure une science créatrice de technique pour l'Art de Naviguer.

C'est grâce à la création d'une *science nautique en latitude*, en opposition à cette *science en longitude* qui, depuis longtemps, s'était révélée incapable d'expansion universalisatrice, que les études et les navigations por-

tugaises ont pu réaliser pleinement la continuité géographique de la Planète.

Si le «Talent de bien faire» a marqué définitivement une direction scientifique et expérimentale pour la cosmographique et la science nautique, c'est ce même «talent de bien faire» qui a inspiré les relations œcuméniques des Portugais avec les peuples qu'ils ont découverts. C'est ce penchant humaniste qui les a poussés au désir constant de *se donner*, en s'efforçant toujours de communiquer avec les autres peuples et d'universaliser leur propre culture, aussi bien dans la sphère des activités sociales et morales que dans les domaines de la civilisation scientifique.

C'est justement cet aspect de l'action des Portugais, qui a fait d'eux les véritables transplantateurs des valeurs essentielles de la culture, dans le sens le plus vaste du terme, que nous nous proposons maintenant de mettre en lumière, par une série de notes, recueillies çà et là dans les livres et dans les manuscrits.

Ces éléments dispersés nous montrent cependant comment la *Politique de l'Intelligence*, conçue principalement par Emmanuel Ier (mais déjà mise en oeuvre par Jean II, dans les premiers contacts avec les peuples étrangers) a été la préoccupation constante de ces souverains portugais, qui ont dirigé d'une manière supérieure l'entreprise des Découvertes et déterminé les normes d'une politique à réaliser chez les peuples des «Conquêtes».

Et, en premier lieu, il importe de définir le sens

exact qu'avait à l'époque le mot «Conquête», si différent de celui qu'il nous suggère actuellement. C'est dans la méconnaissance de cette différence entre le concept chrétien et portugais de l'époque médiévale et de la Renaissance, et le concept international, despotique, inhumain, des siècles derniers, que résident d'innombrables confusions qu'il convient d'éclaircir.

Le terme, dans le langage portugais du Moyen-Âge et de la Renaissance, ne contenait pas l'idée actuelle de domination absolue, avec suppression de l'autonomie des peuples autochtones. Bien au contraire, il définissait l'idée de relations d'alliance et de services réciproques, utiles aux deux parties.

Et le sens des valeurs morales était si vif que le commerce lui-même a été soumis à des règles éthiques, fermement imposées par les gouvernants.

Les bénéfices conquis l'étaient dans une reconnaissance complète des intérêts communs.

SIDNEY WELCH a écrit, avec une parfaite notion de la valeur de la terminologie et des concepts sociaux de cette époque au Portugal: — *«Conquête», pour les Portugais, ne signifiait pas déposer le roi existant ou le remplacer par l'autorité du Roi du Portugal (...). Dans le système féodal, le vassalage était une condition honorable. Non pas pure sujétion, mais bien protection mutuelle basée sur l'amour et sur une échelle graduée de la royauté».*

C'est ainsi que les luttes menées dans l'Inde ne sont pas tellement dirigées contre les peuples locaux, aux-

quels nous avons presque toujours porté secours à leur demande, contre les *Rumes,* autrement dit les *étrangers,* avec lesquels nous allions rivaliser dans le commerce de l'Orient et qui n'avaient, au contraire des rois locaux, aucun titre à des droits qu'il eût fallu respecter.

Au Portugal, l'Etat maintenait vivant et inflexible le concept chrétien des rapports avec les peuples indigènes. Et ces rapports étaient dominés par la tradition médiévale d'un Droit soumis à la loi de Dieu et qui s'est évidemment toujours opposé à la création d'un simple droit de fait, que seule la force pouvait légitimer.

Il est certain que des actes de despotisme ont été commis à toutes les époques; cependant, ils n'ont jamais été sanctionnés par la loi; au contraire, ils ont constamment été combattus et sévèrement punis par nos Rois et par nos Vice-Rois.

Déjà, aux temps reculés des premières incursions sur le Continent Noir, le Prince Henri avait décidé de supprimer le commerce des esclaves, déterminant, comme l'écrit CA DA MOSTO, que les rapports avec les indigènes se limitassent «aux relations pacifiques et commerciales». Et il ajoute immédiatement: «et *l'Infant ne consent pas que l'on cause quelque dommage à aucun d'entre eux*».

C'est ici le moment de rappeler que ce sentiment exprimé par le Prince Henri, au XVe siècle, refléctait à tel point la sensibilité portugaise que le Portugal devait être le premier pays du Monde à abolir l'esclavage.

Les relations commerciales ne pouvaient jamais être imposées par la force, comme le signale JOÃO DE BARROS, faisant principalement allusion à notre commerce avec l'Orient, et qui affirme, avec toute l'autorité que lui confèrent ses fonctions d'Administrateur de la «Casa da India» *qu'il n'est pas licite de négocier en des termes qui ne seraient pas basés sur un juste et mutuel intérêt.*

Ce qui caractérise nos rappports officiels avec les peuples de l'Orient, c'est qu'ils ne se résument pas au simple désir de recevoir, mais qu'ils traduisent encore et toujours, comme nous l'avons déjà noté, le désir de *se donner.*

Ce sentiment de sympathie humaine ne se manifeste pas seulement dans des oeuvres de protection des indigènes, en particulier ces «Misericórdias» qui, à l'exemple de la première institution fondée dans la métropole par la reine Leonor, femme de Jean II, étaient progressivement installées en terres d'outre-mer, en Afrique et dans toute l'Asie; il se traduit d'une manière plus significative encore par l'institution de certaines fonctions, devenues plus tard officielles, commes celles du «Père des Indigènes». C'est ainsi que l'on désignait le fonctionnaire judiciaire chargé de défendre officiellement les populations désemparées, toutes les fois que les intérêts légitimes des naturels des Conquêtes étaient affectés ou menacés par l'ambition ou la prépotence individuelles de quelque Européen.

L'ENSEIGNEMENT DES LETTRES, DES ARTS ET DES MÉTIERS ET L'ÉLÉVATION SOCIALE DES PEUPLES DES DÉCOUVERTES

En Afrique Occidentale — Un centre d'études pour les Populations d'Outre-Mer — L'expansion de la Langue Portugaise — La Culture Occidentale en Abyssinie — L'Imprimerie, les Arts et Métiers — Dans l'Inde et dans les Îles Asiatiques

Ce penchant humaniste des Portugais se manifeste de toutes les manières.

C'est ainsi qu'ils ont enseigné à construire des palais et des ponts en Abyssinie; qu'ils ont porté l'enseignement, dans l'Inde, au plus haut degré atteint dans tout l'Orient; qu'ils ont enseigné les Mathématiques, l'Astronomie et la Mécanique en Chine; la Cartographie et les Arts Nautiques, la fabrication de la poudre et l'industrie du verre au Japon; qu'ils ont révélé l'imprimerie à tous les peuples des Conquêtes.

Ce désir d'élever par la culture les populations d'outre-mer se manifeste dès les premières Conquêtes

en Guinée, ce que nous avons déjà signalé et largement documenté dans notre précédent ouvrage intitulé: «*Da Famosa Arte da Imprimissão*».

Comme nous l'expliquions alors en détail, le premier envoi de livres à destination de la côte occidentale d'Afrique date de 1488. Et quand, en 1490, le Roi Jean II renvoya au Congo quelques indigènes venus dans la Métropole ceux-ci étaient déjà suffisamment instruits dans l'art de la lecture et de l'écriture; et ils étaient accompagnés de quelques moines *bons lettrés*, ainsi que de nombreux livres, parmi lesquels se trouvaient nécessairement les «cartilhas» (abécédaires) pour l'enseignement de la lecture, imprimées au Portugal, sans doute à l'imprimerie pré-hébraïque de Leiria.

Ces moines avaient pour mission d'enseigner et de former des indigènes de manière à les préparer à instruire eux-mêmes leurs compatriotes.

Ce qui est certain c'est que, peu de temps après leur débarquement, ces moines avaient déjà là-bas un maître indigène pour les assister dans l'enseignement.

CATALDO SICULO et MUNZER affirment que l'on ne s'efforçait pas seulement d'inculquer aux natifs les rudiments de notre langue, mais encore de leur enseigner le latin, qui était à l'époque la langue internationale du monde cultivé.

En 1504, le Roi Emmanuel Ier envoyait au Congo de nouveaux maîtres pour l'enseignement de la lecture et de l'écriture et les chargeait de multiplier les écoles pour indigènes.

L'initiative prospère à tel point qu'en 1514 déjà les écoles s'étaient multipliées et qu'il en existait quelques-unes jusqu'à 80 et 90 lieues de la côte, à la charge de maîtres indigènes formés les uns à Lisbonne, les autres à S. Salvador. Et la soeur même du Roi enseignait dans une école de petites filles!

En même temps que notre enseignement se répand sur le Continent Noir et que notre influence s'étend aux peuples civilisés de l'Inde commence à se faire sentir l'influence particulière du Collège de Saint-Eloi, qui se spécialise comme Centre d'Etudes pour les populations d'Outre-Mer.

Dans le désir d'élever le plus possible les peuples des Conquêtes, on cherche à les faire accéder, sans distinction de races ni de couleurs, à la plus haute dignité sociale et morale qui pouvait être atteinte: certaines personnalités indigènes, en effet, devaient être promues au rang de Princes de l'Eglise. C'est ainsi que le Roi Emmanuel insiste auprès du Pape Léon X pour que, surmontant la résistance du Sacré Collège, il nomme Evêque d'Utique le fils du Roi du Congo. Plusieurs prêtres africains et de nombreux autochtones de l'Inde ont été ordonnés prêtres.

C'est surtout dans l'Orient asiatique, dans l'Inde, en Chine et au Japon qu'est réalisée une œuvre remarquable d'enseignement et d'échanges culturels, par laquelle la langue se transmet, l'Imprimerie se révèle, la civilisation se répand, les âmes se fondent et (en particulier dans l'Inde) les races se conjuguent.

Mais c'est par l'Abyssinie que devait commencer la réalisation d'une œuvre civilisatrice et culturelle des Portugais, que l'on doit considérer comme capitale et sans égale dans l'histoire de la culture universelle: — la première expansion de l'Imprimerie hors de l'Europe et son introduction dans les terres inconnues du Levant.

Nous sommes en 1513. La technique de l'Imprimerie, récemment découverte, est encore dans l'enfance. En Europe même, les imprimeries sont encore en nombre restreint. En bien! La première ambassade envoyée en Abyssinie par le Roi Emmanuel Ier se caractérise déjà par cet aspect éminemment intellectuel: — l'offre d'une imprimerie! C'est la politique de l'esprit dans sa signification la plus élevée et la plus généreuse. Le problème des intérêts matériels est relégué au second plan, après le problème spirituel.

Cette imprimerie était la première qui, dans le Monde, traversait les mers pour être révélée à d'autres continents. Et elle était accompagnée d'un envoi de livres parmi lesquels un millier de *Cartilhas* (Abécédaires) destinées à l'enseignement de notre langue chez les Éthiopiens.

Quelques années plus tard on imprime des documents en caractères abyssins. En outre, on enseigne les arts et métiers; on construit les premiers ponts de l'Ethiopie; on édifie les premiers palais; on ouvre des écoles d'amharique et de portugais; on étudie les archives de l'Abyssinie; on fonde des collèges et des séminaires où

sont enseignés la langue, les arts et la musique; on rédige la Grammaire Amharique.

Du Portugal viennent des artisans qui initient les autochtones à la connaissance et à l'usage des outils et aux métiers de maçon, de menuisier, de tailleur de pierre, d'orfèvre et autres arts et métiers.

Aujourd'hui encore subsistent des constructions portugaises de cette époque, en particulier les châteaux de Gondar et de Gipub et le pont de Dildi: — le premier pont construit sur les eaux du Nil.

Immédiatement après, sur notre magnifique itinéraire en direction et le long des côtes du Monde Asiatique, surgissent les terres de cette Inde merveilleuse où notre action profondément humaine de communication avec les peuples orientaux devait porter ses plus beaux fruits.

Nos gens se répandent dans toute l'Inde, partant des terres les plus voisines du littoral, de Cochin à la Perse et à l'Arabie Heureuse. Ils longent la côte de Malabar et abordent à Ceylan. Doublant le Cap Comorin, ils remontent le long de la côte de Coromandel et atteignent Meliapor ou Calcutta. Ils franchissent le Fleuve Sacré, avancent à travers la Birmanie, l'Arakan, le Pegou, le Cambodge, le Siam, après s'être auparavant fixés à Malacca, et forment des noyaux plus ou moins durables ou éphémères dans toute la péninsule de l'Indochine.

La séduction de l'Orient ne connaît pas de bornes géographiques. Et, à partir de Malacca, nous découvrons de nouvelles mers, de nouvelles terres et de nouvelles îles.

Nous parcourons l'Indonésie, nous cotoyons la Chine, nous nous établissons à Macao et à Liampo et nous allons inaugurer un âge d'or dans la culture et le progrès industriel du Japon.

Le Portugal, cependant, n'est pas seulement un pays de navigateurs. C'est aussi un pays de pionniers.

Quittant la côte, nous remontons les terres les plus nordiques et les plus centrales de l'Hindoustan, nous pénétrons plus à l'intérieur de la Péninsule, déjà dans le massif du Continent asiatique. Nous nous installons dans l'Empire du Grand-Mogol, d'Agra à Delhi et à Lahore, et nous atteignons Srinagar, à l'intérieur du Cachemire, en vue des sommets montagneux de l'Himalaya. La présence des montagnes et de leur mystère anime l'ardeur aventureuse de BENTO DE GÓIS (qui, à la recherche du Catay, devait atteindre la construction cyclopéenne et presque inconcevable de la Muraille de Chine) et exalte la ferveur religieuse d'ANTÓNIO DE ANDRADE, qui devait être le premier Occidental à découvrir le Tibet et à établir là-bas une mission religieuse, pour la propagation de la foi de Jésus Christ.

L'ENSEIGNEMENT DANS L'INDE

Premières Ecoles et premiers Collèges — Antonio Galvão et l'Expansion de la Langue Portugaise dans l'Insulinde—Nouveaux Collèges d'Enseignement secondaire — La Première Université de l'Orient — Autres Collèges Jésuites et nouveaux établissements d'Enseignement Secondaire et Supérieur — Les Franciscains — Les Dominicains — Les Augustins — Le Problème de l'ordination des indigènes et le Régime des Castes — l'Ecole Agricole et des Métiers de Tana — Ampleur du Plan Educatif

Parmi toutes les terres découvertes, c'est dans l'Inde que notre civilisation s'est conservée la plus vive, et c'est là qu'a été créé le foyer d'oú ont rayonné les premières lumières de la culture occidentale sur toutes les nations et sur toutes les îles baignées par les mers de l'Orient.

Et tel est le désir des Portugais de se sentir là-bas comme dans leur Patrie, qu'ils établissent à Goa, pour

la première fois, et immédiatement après la Conquête, le même régime administratif qu'au Portugal.

Dans les points les plus éloignés de la Péninsule Hindoustanique et dans l'Empire du Grand Mogol sont fondés des Collèges pour l'enseignement de notre langue et l'expansion de notre civilisation; et l'on installe dans l'Inde la première imprimerie qui ait fonctionné en Orient.

Dès la fin de 1511 et au début de 1512, le Roi Emmanuel Ier fit expédier aux Indes un certain nombre d'abécédaires destinés à l'enseignement de notre langue aux enfants indiens. Et immédiatement Albuquerque ouvrit une école pour 100 garçons, fils des meilleures familles du pays.

Ainsi était inaugurée l'œuvre culturelle des Portugais dans l'Inde, œuvre qui devait connaître rapidement une grande splendeur, et atteindre son point culminant avec la fondation du grand Collège de Saint-Paul, la première Université de l'Orient.

A la suite de cette Ecole, d'autres devaient être créées et les résultats furent tels qu'en 1545 le Roi Jean III, voulant intensifier le travail réalisé par les ordres religieux, détermina que fussent ouvertes des écoles dans toutes les îles de Goa. A cette époque déjà les Franciscains avaient fondé divers collèges, surtout dans la partie occidentale.

Ce sont ces collèges qui, durant quarante ans, avant l'arrivée des Jésuites, s'occupent principalement de l'évangélisation et de l'instruction des populations natives.

Parmi ces Franciscains, il faut citer spécialement Frère António do Porto qui, non content de prêcher la doctrine avec une ferveur mystique, s'est consacré à répandre l'instruction parmi les Indiens à qui il a consacré sa vie entière, toute de fraternel amour.

En 1534, il établit à Agaçain le Collége de *Nossa Senhora da Luz*, destiné à 40 enfants orphelins qui y apprenaient à lire, à écrire et à compter. Six ans plus tard, ce Collège était détruit par les Maures. Mais, dès 1535, il avait fondé un autre Collège, à Caranjá. En 1547, il institue un troisième Collège, celui-ci à Baçain même, capitale d'un riche territoire insulaire qui englobait de nombreuses îles, parmi lesquelles celles de Salsette et de Bombay. Et, en 1560, il crée le Collège Royal de Salsette, dans la pagode abandonnée de Manazaper. Ce collège obéissait déjà à un plan plus vaste et était construit pour recevoir 100 élèves.

En 1540, un collège était fondé à Cranganore, le Collège de Santiago, où étaient éduqués 80 enfants, comprenant des natifs et des chrétiens du pays, à qui l'on enseignait non seulement les premiers éléments mais encore les Humanités, et dont beaucoup finirent par être ordonnés prêtres.

C'est à la même époque que, dans l'une des îles de l'Insulinde, à Ternate, le célèbre António Galvão, Gouverneur des Moluques, aussi valeureux capitaine, habile à manier les armes et à commander les batailles, que protecteur affectueux de tous les natifs, savant notable des Découvertes, naturaliste et géographe, que l'amiral

anglais BETHUNE considère comme le fondateur de la Géographique Historique, — fondait le premier séminaire du Monde.

L'Enseignement littéraire qui y était donné contribua à répandre la langue portugaise dans tout l'Archipel. De nombreux lusitanismes même s'introduisirent alors dans les langues malaises et dans les autres langues de l'Archipel, à tel point que HEILINGERS, MARRE et FOKKER reconnaisent qu'en-dehors de nombreux lusitanismes, rares sont les autres mots d'origine européenne que l'on trouve dans ces langues. EMERSON TENNENT mentionne que le portugais était la langue vernaculaire des classes moyennes dans toutes les villes d'une certaine importance.

L'assimilation et la persistance de notre langue dans les dialectes orientaux est la preuve flagrante de l'intérêt spirituel — et non pas seulement commercial — que nos colonisateurs ont consacré aux peuples de l'Orient, sous le signe d'une parfaite fraternisation.

L'enseignement ne se limitait pas aux études primaires. Dès 1535, sinon plus tôt, on donnait à la *Sé* (archevêché) de Goa un enseignement plus développé qui allait jusqu'à l'ordination d'Européens et d'Indigènes. C'était le premier pas sur la voie des études supérieures qui plus tard devait conduire à la formation d'un Collège Universitaire appelé à exercer une influence extrêmement vaste dans tout l'Orient, et qui devait être fréquenté par des étudiants appartenant à des dizaines de peuples asiatiques.

Fruit de l'initiative du Vicaire-Général MIGUEL VAZ, personnage savant, docteur en Droit Canon, et du Père DIOGO DE BORBA, dont le nom est resté célèbre dans l'histoire de l'enseignement dans l'Inde, le Collège de Santa Fé a commencé à être construit en 1541, sur le modèle du séminaire de Ternate; et ses fondateurs eux-mêmes, qui voulaient en faire un simple séminaire, n'auraient pu prévoir au début l'immense rayonnement que le petit collège allait avoir dans tout l'Orient.

L'établissement commença à fonctionner six mois après le début de la construction, en 1541, avec 60 élèves, sous la direction du recteur, le Père DIOGO, et parmi ces premiers élèves il n'y avait pas un seul Portugais! Tous étaient indigènes!

En 1544, ce séminaire fut confié à Saint-François Xavier, et tout de suite on commença à construire deux nouveaux édifices. Le premier, pour les études rudimentaires, était destiné à 100 élèves orientaux et petits orphelins portugais; tous étaient nourris et vêtus gratuitement; les élèves les plus doués étudiaient ensuite la Grammaire, la Rhétorique, les Humanités, la Philosophie, la Théologie et la Musique. Ceux qui n'avaient pas la vocation ou les qualités suffisantes pour continuer leurs études étaient affectés à un métier quelconque et la place devenue vacante était occupée par un autre élève.

Dans l'autre édifice, l'enseignement était plus développé et fut à tel point perfectionné que, quelques seize

ans plus tard, les études y prirent un caractère véritablement universitaire.

Jean III, le souverain dont l'action culturelle s'est fait le plus sentir dans les hautes études et qui a mérité les éloges, entre autres, d'ERASME et de FERNEL, après avoir réalisé une réforme profonde de l'Université et des Collèges Universitaires de la Métropole, ne perd pas de vue le Collège lointain du Vice-Royaume des Indes et détermine une réforme de son enseignement supérieur.

Le Collège de Saint-Paul engloba dès lors une Faculté des Arts, la classe d'Humanités, un cours de Philosophie, des cours de Théologie Morale et Spéculative et d'Ecriture Sacrée. Cette organisation scientifique était identique à celle des grandes universités européennes.

Auparavant déjà on soutenait au Collège des thèses de Médecine.

En outre on y réalisait de nombreuses solennités: distributions de prix, représentations théâtrales en latin, fêtes de toutes sortes qui servaient à développer le goût des élèves pour les distractions intellectuelles. Il faut noter que, sur l'ordre de Jean III, le Collège admettait non seulement des élèves internes mais encore des élèves externes qui ne se destinaient pas à la vie ecclésiastique.

Le Collège de Saint-Paul se développa rapidement et les effectifs augmentérent l'une année à l'autre. Dès 1563 on y comptait 645 élèves.

La renommée de l'établissement s'étend de plus en plus et l'on y instruit des élèves naturels des territoires

les plus lointains. Il y a des Cafres de Madagascar, du Mozambique et de Sofala; des Abyssins, des Arabes, des Arméniens, des Perses et des Gusarates; des Mongols; des Patanes, des Kanaras, des Paranas et des Malabars; des Cingalais et des Bengaliens; des Pégouans, des Siamois et des Malais, des Javanais et des Moluquois; des Chinois et même, plus tard, des Japonais.

En 1580 on parlait, parmi les élèves de cette Université de Goa, au moins 16 langues orientales!

Mais ce n'était pas seulement les étudiants de l'Orient qui fréquentaient cette Université: il y avait aussi des Occidentaux, provenant de diverses Nations. Et l'instruction était absolument gratuite, aux frais du Trésor public.

Les études étaient dirigées par les Jésuites qui, en-dehors de ce Collège, maintenaient d'autres établissements et séminaires à Salsette, Cochin, Vaypicote, Ambalacate, Ceylan, Ormuz, etc.

De leur côté, les Franciscains, les premiers fondateurs de collèges dans l'Inde, ne ralentissaient pas leur action et s'efforçaient d'élever la qualité de leur enseignement en enseignant dans leurs Collèges et Séminaires les Arts, la Philosophie et la Théologie.

Ils devaient être bientôt imités par les Dominicains et par les Augustins.

L'ordination des jeunes Indiens, œuvre admirable en elle-même, ne donnait cependant pas toujours les résultats que l'on pouvait espérer de cette action évangélisatrice dans l'Inde. Et la raison en était simple. C'est

que cette action était réalisée parmi des peuples qui se soumettaient déjà difficilement à la monogamie, et plus difficilement encore au célibat, et chez qui, en outre, les préjugés de castes étaient plus invétérés que partout ailleurs dans le monde. Nous savons à quel point, aujourd'hui encore, les divisions imposées par les castes dominent les rapports entre les différentes classes de la société dans l'Inde, où les criminels sont moins «intouchables» que les parias! De nos jours encore, dans la *démocratie* de Nehru, 60 millions de ces «intouchables», relégués en marge de la société, dans des villages reculés et misérables, vivent comme des êtres de condition inférieure à la condition humaine.

Ceci nous permet de comprendre les difficultés auxquelles se sont heurtés nos religieux indiens pour l'évangélisation de l'Inde. Chacun était méprisé par les individus des castes supérieures. Parmi les natifs ordonnés prêtres, seuls ceux qui appartenaient aux castes nobles rendaient d'importants services. Malgré tout, la formation du clergé indien était poursuivie intensément. Et, bien que les Jésuites fussent plus prudents, il consacraient cependant à cette formation plusieurs séminaires, à Goa, Salsette, Baçain, Coulão, Vaypicota et Tuticorin.

Et l'œuvre méritait bien tous ces efforts et ces sacrifices car, en dépit des inconvénients d'ordre général que nous avons mentionnés, il est certain que l'on est parvenu à ordonner des prêtres brahmanes et des métis,

qui se consacrèrent à leur apostalat avec une ferveur extraordinaire.

Il y avait donc des castes moins nobles auxquelles une instruction plus développée ne pouvait apporter d'avantages pratiques dans la vie sociale. L'instruction primaire ou secondaire n'offrait pas pour eux une grande utilité.

C'est pourquoi l'on fonda l'Ecole Agricole de Taná, afin de donner à ces individus un nouveau milieu social et une nouvelle communauté d'esprit et d'intérêts matériels.

L'Ecole et Colonie Agricole de Taná était destinée à donner une instruction élémentaire et à initier aux travaux agricoles les populations humbles et désemparées qui habitaient dans les campagnes. Oeuvre touchante d'assistance, car on y éduquait des enfants indiens des castes les plus déshéritées, enfants d'indigènes que leurs pères avaient coutume de vendre aux Maures et que les Jésuites parvenaient à acheter pour les libérer de l'esclavage et leur donner, avec des rudiments d'instruction primaire, une préparation pour les travaux agricoles, ou pour différents métiers. En effet, après la fondation de cette communauté agricole, on constata que l'on pouvait y adjoindre l'enseignement de métiers, tels que ceux de tailleur, cordonnier, serrurier, tisserand, etc. Ces activités étaient enseignées aux individus qui révélaient davantage de dispositions pour l'artisanat que pour les travaux agricoles.

Ce fut certainement la première école agraire de tout

l'Orient, si tant est qu'en Occident même il existât déjà des écoles à ce point spécialisées. L'école possédait tout le bétail et les instruments agricoles nécessaires à l'enseignement de l'agriculture et au travail de la terre. Dès la première année de fonctionnement, le nombre des habitants de la Colonie Agricole de Taná s'élevait à 500. Cependant, elle devait se développer à tel point que le nombre des élèves et des colons allait bientôt atteindre 3.000.

On y réalisa des travaux d'irrigation qui permirent d'effectuer des cultures extensives ainsi que l'exploitation de vastes potagers et de magnifiques vergers. La région de Taná se transforma en une splendide exploitation dont l'exemple constituait à lui seul une source importante d'enseignement.

On construisit des habitations aux endroits considérés comme les plus hygiéniques. Une administration exemplaire distribuait le travail à tous les membres de cette communauté, de manière à ce que personne ne restât sans rien faire; on institua en outre un service médical et hospitalier spécial pour la colonie, qui assurait également l'assistance aux orphelins, aux veuves, aux vieillards et aux invalides.

Pour que l'Ecole puisse exercer une action encore plus vaste dans le défrichement des terres plus éloignées, on prêtait de l'argent à ceux qui se proposaient d'exploiter directement les terrains à acquérir et on leur fournissait gratuitement les semences et les plants nécessaires.

Ainsi, la Colonie Agricole de Taná n'était pas seulement une Ecole et une institution d'assistance, mais encore un centre de mise en valeur agraire dans nos territoires de l'Inde.

L'œuvre éducative entreprise par les ordres religieux visait à la réalisation d'un enseignement supérieur qui, par la formation philosophique, devait ouvrir de nouveaux horizons à l'expansion métaphysique de l'intelligence indienne. C'était véritablement un esprit nouveau que l'on s'efforçait d'introduire, afin de dominer la culture existante de manière à ce que l'action éducative dépassât l'action immédiate et transformât dans leur essence les bases philosophiques et morales de la culture indienne.

L'INSTRUCTION PORTUGAISE A LA COUR DU GRAND MOGOL

Voyages au Catay et au Tibet — Le Théâtre à la cour du Grand Mogol — Le Collège d'Agra et ses vicissitudes

C'est dans cette atmosphère de sympathie humaine, affectueuse et paternelle, que l'on s'efforçait de porter l'enseignement jusqu'aux régions les plus reculées et de le faire pénétrer à l'intérieur de la Péninsule Hindoustanique. Et la renommée des vertus et du savoir des maîtres portugais s'étendit à tout l'Orient, remonta vers le nord, déjà dans le Massif du Continent Asiatique. L'Empereur de Mongolie, Akbar, nourrissait un tel enthousiasme pour la culture portugaise qu'il fit venir auprès de lui nos missionaires et que, dès 1580, ils s'exprimait en Portugais. D'après MACLAGAN, il possédait dans sa bibliothèque les «Comentários» d'ALBUQUERQUE, un exemplaire des «Ordenações Manuelinas», et la célèbre «Gramática Latina» de MANUEL ÁLVARES.

Son intérêt pour les problèmes théologiques et philosophiques était tel que le Père JERONIMO XAVIER, qui fit partie de la mission en 1595, écrivit pour lui, en portugais, et traduisit en persan différents ouvrages dont l'un met en scène Akbar lui-même, représenté sous la figure d'un philosophe à la recherche de la vérité.

Ce livre eut une grande influence à la cour et suscita une large polémique avec un auteur islamite, SAIAD AHMAD, qui écrivit à son tour un livre pour tenter de réfuter la doctrine du «Espelho da Verdade» et qui finit par se convertir lui-même à la foi chrétienne. Comme l'argumentation du Père JERÓNIMO XAVIER était surtout de nature philosophique et s'adressait davantage à l'intelligence qu'à la sensibilité, nous pouvons évaluer par là la vaste influence intellectuelle exercée par les missions portugaises parmi les peuples de l'Orient.

Plusieurs manuscrits de cet auteur se trouvent dans diverses bilbiothèques, entre autres à la Bibliothèque du Musée Britannique, à la Société Asiatique de Bengale, à l'Ecole des Etudes Orientales de Londres, à la Bibliothèque Nationale de Paris, et nombre de ces manuscrits portent le sceau d'Akbar.

A sa cour de Lahore, en 1551 les Jésuites ouvrirent une Ecole dont les élèves, parmi lesquels se trouvaient des princes et des nobles, commencèrent à apprendre à lire et à écrire notre langue. L'Empereur fit enseigner la langue portugaise à son fils, le prince Pahari ou Murad.

En 1594 arrive à Lahore une nouvelle mission dont

faisait partie un peintre portugais et le célèbre BENTO DE GÓIS qui, après avoir accompagné l'Empereur à Cachemire, se sent de telle manière attiré par les monts de l'Himalaya et par les mystères des terres inconnues du Catay qu'en 1602 il part à leur recherche et réalise une des explorations les plus audacieuses qui aient été jusqu'à présent effectuées dans l'histoire du Monde. Parti de Lahore et passant par Kaboul et Yarkand, jusqu'à Su-Cheu, il atteignit finalement, par le nord, la gigantesque muraille de Chine!

C'est également de la même mission dans l'Empire du Grand Mogol que vingt-deux ans plus tard, un autre Jésuite Portugais, le Père ANTÓNIO DE ANDRADE, partit à la découverte du Thibet, menant à bonne fin la première incursion européenne dans ces régions mystérieuses. Il traversa les neiges éternelles de l'Himalaya et le désert dangereux et agreste qui le séparait du pays que domine le Toit du Monde. Revenu dans l'Inde, il retourna l'année suivante au Thibet et parvint à établir sa mission parmi les couvents des Lamas, dans la capitale du royaume thibétain de Tsaparang, mission qui se maintient durant vingt-cinq longues années, jusqu'en 1850, dans l'isolement glacial de cet exil lointain et téméraire.

A la date de l'arrivée de la troisième mission dans l'Empire du Grand Mogol, en 1594, un fils et un petit-fils ou neveu d'Akbar, ainsi que les fils de quelques grands seigneurs de l'Empire étudiaient à l'Ecole de Lahore.

Le prince héritier SALIM ou JAHANGUIR, fils d'AKBAR,

subventionne en grande partie, sur son trésor privé, l'Eglise-mère édifiée en 1604.

Outre l'enseignement et la révélation des œuvres des peintres occidentaux, la mission portugaise initie les Mongols à l'Art Dramatique.

Les spectacles et la Crèche étaient montés avec grand apparat et disposaient d'une machinerie compliquée de jeux et de décors. A cet effet, on faisait venir des spécialistes de Goa et, parmi les pères eux-mêmes, il y avait des hommes de grand talent et d'une technique poussée. L'affluence des spectateurs était telle que la première représentation dut être répétée pendant 40 jours et de nombreux étrangers y accoururent, parmi lesquels plusieurs rajahs et le Catual. L'année suivante, on évalua à 4.000 le nombre de personnes de toutes les classes et de toutes les croyances qui vinrent journellement visiter la Crèche et assister aux représentations. Il en était de même à Agra, où le Père Xavier compta en un seul jour 14.000 personnes.

Ces fêtes, les processions publiques, les représentations de mystères et de fantaisies bibliques et apologétiques, les réjouissances, les feux d'artifice, etc. contribuaient à introduire dans ces terres lointaines nos coutumes, à y développer la foi et le prestige du nom du Portugal. Comme le mentionnent tous les auteurs, et en particulier, sur ce point, Sir EDWARD MAGLAGAN, tous les missionnaires, même les étrangers qui servaient dans nos missions, utilisaient la langue portuguaise et, avec le temps, notre langue devient si connue que, dans les

églises, les missionnaires commencent à faire leurs sermons en Portugais.

On doit à un grand potentat de la cour, MIZRA ZULKARNAIM, personnage extrêmement puissant, admiré et respecté dans tout l'Empire pour ses qualités intellectuelles et morales, musicien remarquable et grand poète, la fondation d'un autre Collège dans l'Empire du Grand Mogol. Ce grand seigneur chrétien s'intéressait à tel point à l'œuvre de nos missionnaires qu'il fit construire pour eux le grand Collège d'Agra, destiné à être le centre de toutes nos missions dans l'Empire du Grand Mogol.

En vue d'obtenir les revenus indispensables pour garantir la vie du Collège contre toutes les vicissitudes, MIZRA ZULKARNAIM offrit aux Pères de notre mission la somme nécessaire pour acheter deux villages près de Bombay, dont les revenus étaient considérés comme suffisants pour assurer le maintien du Collège et, en outre, pour subvenir aux besoins des chrétiens pauvres qui constituaient déjà une vaste colonie à Agra.

Ce Collège était donc un foyer d'influence portugaise en terres du Grand Mogol. Cependant, quelques années plus tard, à la suite de la cession de Bombay à l'Angleterre, les villages en question, dont les revenus garantissaient l'existence du Collège d'Agra, se trouvèrent en-dehors du territoire portugais. Les propriétaires tentèrent de faire valoir leurs droits de propriété qu'ils conservèrent pendant quelques années encore. Mais l'Angleterre finit par considérer ces biens privés comme

sa propriété et y installa le Palais du Gouvernement. C'est là que fonctionne aujourd-hui encore le Laboratoire Officiel de Bactériologie.

Ainsi disparut la garantie économique de la présence des Portugais en terres du Grand Mogol d'où ils durent se retirer, après y avoir exercé durant tant d'années cette action culturelle qu'ils se faisaient un devoir de réaliser partout où ils s'établissaient.

UN CHAPELET DE COLLEGES

Variété de l'Enseignement

Les Portugais se consacrèrent à l'instruction des indigènes dans tous les territoires d'Outre-mer. Ils considéraient l'enseignement comme un devoir sacré, inhérent à l'action missionnaire. L'enseignement primaire, secondaire et supérieur était donné partout où il y avait des religieux, quand il n'était pas exercé par des laïques.

Les écoles s'installent progressivement, comme les perles d'un immense chapelet, suivant tout d'abord la ligne de la côte, puis pénètrent bientôt à l'intérieur.

Nous avons déjà vu avec quelle profusion ces collèges avaient été établis au Congo, jusqu'à 90 lieues du littoral; comment ils avaient été introduits en Abyssinie. Nous les avons vus ensuite prospérer et se multiplier sur les côtes de l'Inde, comme s'ils avaient trouvé là-bas le terrain le plus propice à la culture de l'esprit. Ils s'installent ainsi sur les côtes de la Péninsule, puis immédiatement se répandent dans les îles de l'Insulinde, pénè-

trent dans l'Hindoustan et remontent jusqu'à l'Empire du Grand Mogol. Ils végètent dans des conditions précaires au Mozambique, à Sofala et à Mombaça. Mais ils sont florissants en Perse, à Ormuz, à Dio, à Damão, à Agaçain, à Baçain, à Tana, à Caranja, à Chaul, à Pangin, à Goa, à Margão, à Rachol, à Angediva, à Mangalore, à Cananore, à Calicut, à Cranganore, à Cochin et à Coulao. Ils s'installent à Ceylan, où les jésuites enseignent l'instruction primaire et de latin dans leurs Collèges de Colombo et de Janafapatam, tandis que les dominicains enseignaient la grammaire dans un au moins de leurs deux couvents et que les Franciscains entretenaient quatre collèges. Au milieu du XVIIe siècle, les Cingalais qui fréquentaient les 134 églises portugaises ouvertes au public étaient au nombre de 100.000 environ.

Sur la côte de Coromandel nous avons des écoles à Punicale, Tuticorin, Negapatam, S. Tomé de Meliapore (qui fut plus tard absorbée par la localité de Madras, fondée par les Portugais) et au Bengale. Notre enseignement s'étend encore au-delà, jusqu'à Arrakan, en Birmanie, et finit par se répandre dans toute l'Indochine après avoir prospéré à Malacca.

Notre enseignement, on ne le soulignera jamais assez, ne visait pas seulement l'instruction littéraire et la catéchisation. Il englobait, comme nous l'avons vu, les Arts et Métiers, la Construction, l'Agriculture, les Mathématiques, la Cosmographie, la Cartographie, les Arts Nautiques, la Musique, les Beaux-Arts, les Arts Graphiques et les Industries Nouvelles.

FERNÃO GUERREIRO nous parle de la leçon donnée, dans la forteresse de Velur, au Roi de Bisnaga, à qui fut offerte «une belle carte, avec indications en caractères badagas». L'enseignement de la Musique persiste aujourd'hui encore dans toutes les églises de Goa, à tel point que les artistes qui en sortent se répandent dans toutes les autres parties de l'Orient, «où ils se distinguent comme les seuls Asiatiques, presque, qui soient capables d'assimiler la musique occidentale sacrée et profane». Dans le domaine des arts, notre influence aboutit à la création en Ébénisterie, en Peinture, en Tapisserie et en Sculpture d'un nouveau style luso-indien.

En Chine, on enseigne les Mathématiques Supérieures, la Géographie, la Cartographie et la Mécanique Céleste. Les Portugais président le Tribunal des Mathématiques, dirigent les Observatoires d'Astronomie, impriment des cartes, divulguent des livres et fondent à Macao un Collège où l'on confère le diplôme de Maitre-ès-Arts, comme dans les Universités européennes.

Au Japon, ils donnent des leçons de Musique, ils enseignent la fabrication de la poudre et du verre. Ils fondent à Nangasaky un véritable «séminaire» de peinture et de gravure sur cuivre (art jusqu'alors complètement inconnu des autochtones), qui était fréquenté par d'innombrables Japonais, et c'est ainsi que, sous notre influence, surgit un nouveau style dans la peinture japonaise. Ils enseignent la Cartographie, dessinent des portulans, rédigent des routiers, divulguent des manuscrits de Cartes de Navigation et de Livres de Pilotes,

écrivent une œuvre sur la Médecine et fondent la première Ecole Médico-Chirurgicale du Japon. Ils introduisent des mappemondes et enseignent l'Astronomie. F. GUERREIRO nous décrit une scène qui se déroule à Osaka, où l'on explique les mouvements du soleil et de la lune à l'aide d'une sphère armilaire et où le Prince et tous les assistants sont «très satisfaits et non moins surpris de l'ingénieux et rare artifice avec lequel on montre les dits mouvements».

Nous avons été à tel point en avance sur toutes les autres nations occidentales, dans notre rôle de pionniers de l'instruction sur le Continent Asiatique, que l'Ecole de Médecine et de Pharmacie, fondée par nous à Goa, et celle que nous avons créée au Japon et qui s'y est maintenue jusqu'à la fin du XVIIIe siècle ont été les premières de tout l'Orient. Et notre titre de priorité dans l'exercice de l'enseignement secondaire, suivant les principes de notre époque, est également confirmé par l'installation du Lycée et de l'Ecole Normale de Pangin, les premiers établissements de ce genre qui aient été fondés par des Européens en Orient.

Grâce à ce magnifique travail de transmission de la culture de l'Occident, grâce à la réalisation constante de cette œuvre dans nos écoles de l'Inde, et aussi au grand nombre d'étudiants hindous dans les écoles de la Métropole, l'Inde Portugaise est aujourd'hui encore la plus belle fleur de la latinité en terres millénaires du sanscrit et du tamil.

GILBERTO FREIRE avait donc raison quand il affirmait:

«L'Orient et l'Occident s'accordent si bien dans l'Inde Portugaise que celle-ci est aujourd'hui un miracle à la fois de culture orientale et occidentale, une fleur de latinité épanouie en terres de l'Orient».

LES PREMIERES GRAMMAIRES DE L'ORIENT ET POUR L'ORIENT

La Première Grammaire de Langue Portugaise — La Première Grammaire Orientale — Les Missionnaires Etrangers et la Langue Portugaise — Au Japon—En Afrique—Les Ecoles Paroissiales

Pour faciliter l'enseignement des Lettres et de la culture occidentale aux peuples des Découvertes, on a rédigé de nombreuses grammaires des langues natives. Auparavant déjà, on avait écrit au Portugal la première grammaire de notre propre langue. Et — ce qui est véritablement remarquable — cette grammaire avait été spécialement écrite pour enseigner le portugais aux populations d'outre-mer, et en particulier du Continent Asiatique.

Elle avait été rédigée par João de Barros, le grand Chroniqueur de l'Asie, quand il était déjà Administrateur de la «Casa da India», fonctions où il avait été nommé en 1533. Et elle fut immédiatement utilisée au Collège de Saint-Eloi qui fonctionna comme Institut de Culture

pour les princes et les seigneurs d'Outre-Mer. De là sont sortis, après quelques années d'étude, imbus de la culture occidentale et instruits dans notre langue et dans les langues latines, de nombreux Africains et Asiatiques, dont quelques-uns ont été ordonnés prêtres et même nommés évêques dans les territoires d'Outre-Mer par le Souverain Pontife.

Cependant, les Portugais ne se limitent pas à enseigner leur langue maternelle, le latin et la culture occidentale. Ils s'intéressent de telle manière à l'étude des langues exotiques que, au dire de Frère JOÃO BAPTISTA, «le missionnaire qui ne sait pas la langue de ses ouailles est en pêché mortel». Et c'est ainsi que l'on rédige dans les différentes langues orientales des Abécédaires, des Dictionnaires, des Vocabulaires, des Grammaires, etc. On multiplie les manuels d'enseignement en langues tamoul (la plus noble et la plus parfaite de toutes les langues dravidiennes), bengali, mahrâthî, konkani, hindoustani et perse, sans compter les idiomes indochinois et le japonais.

Récemment encore, l'éminent Professeur de l'Université de Ceylan, Dr. THANI NAYAGAM, m'a fait part de la découverte, à la Bibliothèque Nationale, d'un manuscrit précieux pour l'histoire de la langue tamoul. Il s'agit de la première grammaire écrite dans cette langue par le célèbre Père HENRIQUE HENRIQUES, à laquelle l'éminent Professeur, éditeur de la publication «Tamil Cultur» attribue une date antérieure à 1555. Le Père HENRIQUE HENRIQUES fut un savant philologue des langues in-

diennes, et principalement du tamoul, pour l'enseignement duquel il fonda une école à Punicale, sur la côte de Coromandel. Le Père ANTÃO PROENÇA compose un Vocabulaire de cette langue et JOÃO CERQUEIRA son premier Dictionnaire. Il n'est pas une langue importante dans toute l'Inde pour laquelle les pères de nos missions n'aient composé de Grammaires, de Vocabulaires ou de Dictionnaires.

Au-delà de la péninsule hindoustanique, les Portugais continuent à propager la civilisation et la culture chrétiennes. Ils le font, comme nous l'avons vu, dans les hautes régions de l'Empire du Grand Mogol. Après le pays de langue bengali, pour laquelle Frère MANUEL DA ASSUNÇÃO écrivait un Vocabulaire et une Grammaire, ils pénètrent dans l'Indochine, où GASPAR DO AMARAL et ANTÓNIO BARBOSA composent le Dictionnaire Portugais et Annamite, plus tard complété par la partie latine, rédigée par le Père ALEXANDRE DE RODES, ancien élève du Collège de Saint-Paul.

Les Portugais ont acquis une connaissance si profonde des Lettres orientales que les autres peuples occidentaux venus après eux se voient obligés de suivre leur exemple dans le domaine de l'activité culturelle. Et ils n'y parviennent qu'en écrivant eux-mêmes en portugais ou en prenant la langue portugaise comme langue intermédiaire pour les Vocabulaires et Grammaires des différentes langues de l'Orient.

C'est ainsi que sont rédigés, par exemple, le Vocabulaire Portugais, Hindoustani et Perse; la Grammaire

de la Langue Perse; le Vocabulaire Latin, Portugais et Perse. Les membres des Missions du Grand Mogol ont été les premiers occidentaux à étudier à fond la langue persane. Le Père MANUEL PINHEIRO connaissait si parfaitement le persan que les Mongols en furent stupéfaits; et son intérêt pour les coutumes du pays était tel que les Jésuites l'appelaient «le Mogol».

Il existait de nombreuses Grammaires des langues orientales dans les Collèges Portugais. Les missionnaires protestants danois de la Mission établie à Trangambar, sur la côte de Coromandel se plaignaient en 1705 de ne pas avoir étudié suffisamment le portugais avant de quitter l'Europe, car ils ne pouvaient rien faire dans l'Inde sans la connaissance de cette langue.

A Batavia et à Colombo, au XVIIIe siècle encore, l'usage d'un Vocabulaire Portugais-Hollandais, imprimé à Amsterdam, était indispensable pour que les occupants pussent s'entendre avec les populations autochtones, en dépit de deux siècles de domination! Et les pères protestants imprimaient leurs livres de doctrine et d'enseignement en langue portugaise.

A Vepery, localité actuellement englobée dans la ville de Madras, les protestants anglais étaient également obligés d'imprimer leurs ouvrages dans notre langue.

C'est encore la langue lusitanienne qui sert de véhicule pour l'enseignement et pour la propagation de la culture occidentale, même dans la bouche d'étrangers, même dans la propagande de religions différentes de la nôtre!

Au Japon, l'œuvre culturelle des Portugais se poursuivit intensément par l'ouverture d'Ecoles et de Collèges et par l'enseignement des Beaux-Arts et des industries nouvelles, comme nous l'avons déjà mentionné. Là-bas, on rédige de nombreux Vocabulaires et Grammaires et, parmi ces ouvrages linguistiques, il faut signaler spécialement le célèbre Dictionnaire Portugais-Japonais et Latin, véritable monument linguistique qui provoque l'admiration de tous les studieux de la spécialité. Rédigé en 1445, c'était encore, au XIXe siècle, le seul ouvrage auquel pussent recourir les spécialistes de langue nippone; il a été réimprimé à Rome et transposé en français dans l'édition de Paris, à la fin du siècle dernier.

Sur le Continent Africain on rédigeait de même des Abécédaires et des Grammaires.

En Abyssinie, comme nous l'avons mentionné plus haut, l'action culturelle était largement organisée. Le Père LUIS AZEVEDO compose la Grammaire Amharique, la première qui ait été écrite dans cette langue, dans laquelle nos missionnaires rédigèrent de nombreux ouvrages.

Nous ne mentionnerons pas les innombrables livres écrits dans les langues indigènes et nous nous limiterons ici à signaler seulement les principaux de ces ouvrages linguistiques, car l'élaboration d'une bibliographie complète nous amènerait trop loin et n'entre pas dans les limites de cette brève étude, où nous prétendons seule-

ment donner une idée générale de notre action civilisatrice en terres d'Outre-Mer

Cette action ne se limitait pas, d'ailleurs, à la diffusion de notre culture.

Toute cette œuvre civilisatrice des Portugais, aussi bien laïques que missionnaires, constitue un titre de gloire pour le Portugal, même quand elle est réalisée par des missionnaires étrangers, car ces derniers agissent suivant un plan défini dès les premiers temps des Découvertes par les Rois Emmanuel Ier et Jean III, qui patronnent, orientent et financent toute notre action culturelle et évangélisatrice. Et ces missionnaires comprennent à tel point le caractère indiscutablement portugais de cette grande œuvre qu'ils s'y intègrent volontairement et, bien qu'appartenant à d'autres nations, tous parlent et enseignent la langue portugaise.

Les Ecoles et Collèges sont entretenus et subventionnés sur le Trésor public comme une œuvre de civilisation réalisée avec une ferveur louable, pour l'élévation épiscopale, en tant qu'organisation complémentaire, des Natifs.

Il est curieux de constater que, bien que le Marquis de Pombal ait sécularisé l'enseignement, la tradition missionnaire subsiste aujourd'hui encore dans les Ecoles Paroissiales de Goa. Celles-ci, à côté des Ecoles Primaires officielles, fonctionnent encore sous la direction épiscopale, en tant qu'organisation complémentaire, en annexe à toutes les Eglises de Goa. On y donne, outre

les éléments de l'instruction primaire, l'enseignement de la musique; et de telle manière que, comme nous l'avons dit plus haut, les musiciens qui en sortent sont aujourd'hui encore réputés dans tous les pays de l'Orient.

LES ECHANGES CULTURELS ET L'INTEGRATION DES COUTUMES RELIGIEUSES

Une Traduction Portugaise de Confucius—Adaptation des Textes et des Coutumes à l'Evangélisation Chrétienne — Autres Livres Sacrés des Indiens — Les Religions et la Loi Civile

L'action des missionnaires ne se bornait pas à la diffusion de notre culture.

Les Portugais n'étaient pas fermés à l'acquisition de connaissances et à l'étude des œuvres intellectuelles des peuples cultivés avec lesquels ils entraient en contact. C'est dans cet esprit, ouvert à tout ce qu'il pouvait y avoir d'intellectuel dans la culture des peuples exotiques, et dans le désir de le révéler à l'Europe qu'a été imprimée à Goa, en 1669, une traduction de CONFUCIUS, dont nous avons signalé l'existence, jusqu'alors inconnue chez nous, dans notre ouvrage «Da Famosa Arte da Imprimissão».

En Abyssinie, dans l'Inde, dans l'Empire du Grand Mogol, en Indochine, en Chine et au Japon, nos missionnaires étudiaient les œuvres religieuses et philoso-

phiques des grands penseurs de ces pays et étaient par tout prêts à soutenir des controverses publiques, surtout en présence des Princes et des Grands Seigneurs.

C'est principalement Confucius qui, par son intellectualité élevée, suscite chez eux un intérêt tout particulier.

Cette sympathie des missionnaires fut telle qu'elle en devint même suspecte et les esprits les plus intolérants accusaient les jésuites de troubler la pureté de la foi en y mêlant des usages païens, au détriment du rituel catholique. Ils ne savaient pas établir cette différenciation entre le politique et le religieux, sur laquelle les jésuites insistaient et que leurs adversaires considéraient comme hérétique et captieuse.

Cet fut lá l'origine d'acerbes controverses, telle par exemple celle qui s'éleva entre le dominicain espagnol DOMINGOS NAVARRETE et le jésuite portugais ANTÓNIO DE GOUVEIA. Ce dernier alléguait que l'on ne devait pas condamner tous les usages *in limine* mais qu'il fallait agir «*en séparant ce qui était précieux de ce qui était vil, et le culte divin et juste de la superstition et de l'idolâtrie*». Ainsi, poursuivait justement ANTÓNIO DE GOUVEIA, «*on a ouvert les portes à toutes sortes de natifs*» qui étaient facilement attirés par notre religion, sans qu'il fussent repoussés par la prohibition des usages dont le contenu moral s'ajustait si parfaitement aux préceptes de la loi de Dieu.

Cette dispute est largement documentée dans un livre intéressant, imprimé en xylographie à Pékin par

les jésuites, au début du XVIIIe siècle, et réédité par BOXER.

La chose venait de loin. Le Père RICCI déjà, qui avait d'abord étudié à Coïmbre, puis aux collèges de Goa et de Macao, suivait une orientation identique, plus d'un siècle auparavant, à la Mission de Chine. Il avait étudié profondément CONFUCIUS et LAO TSEU et démontrait aux Mandarins lettrés, en une habile spéculation philosophico-théologique, que le Christianisme était la formule finale, la conclusion logique où tendaient les doctrines de Bouddha et de Confucius.

On sait comment, dans l'Inde, les jésuites s'adonnèrent à l'étude du brahmanisme, et que le Père NOBILI en vint même à fréquenter en secret le Centre d'Etudes Hindoustaniques de Madoura, afin de mieux pénétrer les secrets ésotériques de sa théologie.

De leur côté, les missionnaires du Japon publiaient à Canzuca, en 1593, les «Fables de Phèdre»; et, dans leurs commentaires, destinés à l'enseignement dans leurs Colléges, ils utilisaient différentes transcriptions de CONFUCIUS, extraites d'œuvres classiques de la littérature japonaise.

On comprend tout l'attrait que pouvait exercer l'ascète chinois sur des esprits imbus de la philosophie occidentale, bien qu'il s'agît d'un auteur plus moraliste que philosophe.

Obéissant à leur propos de convertir les intellectuels, dans des controverses doctrinaires où ils discutaient leurs doctrines à la lumière de la théologie et de la phi-

losophie, les jésuites étudiaient à fond les livres sacrés de l'Orient, suivant l'exemple de Saint-François Xavier.

A cet effet, ils chargèrent un brahmane converti de faire la traduction en portugais de quelques-unes des œuvres les plus vénérées de la religion indienne.

Les premiers livres traduits furent «Les Episodes du Mahrabata, Bhagavat-Purana, Tulsi Mahatma et le Yoga-Raja-Tilak».

Ces traductions se trouvent aux Archives Générales de la Compagnie de Jésus à Rome. Les textes utilisés doivent être ceux qui sont conservés à la Bibliothèque de Braga.

Par ailleurs, dans le domaine civil, on pouvait constater à quel point la religion était garantie et respectée dans le «Foral dos Usos e Costumes». Effectivement, notre législation a admis depuis toujours, à l'exception d'un espace de temps relativement court, le serment sacré dans les pagodes de la religion hindoue.

Et ce fait, à lui seul, suffit à démonstrer la compréhension parfaite et le respect des Portugais pour tous les Indiens, quelles que soient leurs croyances. Ce respect n'excluait pas, mais bien au contraire stimulait la propagation de l'Evangile; il ne signifiait pas indifférence pour la vie morale et religieuse des autochtones, puisque notre désir le plus fervent n'était pas d'établir là-bas une colonie, mais bien de prolonger la Patrie; la catéchèse représentait l'intérêt fraternel pour le salut des âmes; et les Portugais n'hésitaient pas à agir, plutôt qu'en négociants habiles, en civilisateurs spirituels.

L'INTRODUCTION DE L'IMPRIMERIE DANS L'ENSEIGNEMENT DESTINE AUX PEUPLES DES DECOUVERTES

L'objectif didactique dans les Arts Graphiques — Arrivée de l'Imprimerie et premières Impressions — Les premiers Caractères Exotiques — Ephémérides de l'Imprimerie Asiatique — Gratuité des Publications

A l'œuvre réalisée par l'intermédiaire des Missions et des Collèges portugais devait bientôt s'ajouter un élément de culture qui, pour la première fois également, a été révélé à tout l'Orient par l'action des Portugais.

Dès le début, le livre commence à être utilisé avec profit dans l'enseignement de notre langue et de notre doctrine. Après les «Cartinhas» (Abécédaires) envoyés par Emmanuel Ier, l'enseignement se développe sous toutes ses formes au moyen des livres. Bientôt était embarquée à destination de l'Inde la seconde imprimerie qui, à bord de navires portugais, ait été expédiée du Vieux Monde dans les pays d'Outre-Mer.

L'objectif de cette imprimerie était entièrement didactique. Ce devait être un instrument d'enseignement au service des Portugais, dans l'accomplissement de leur mission de propagateurs de la civilisation occidentale. Et cette préoccupation essentiellement didactique leur inspire des méthodes originales de pédagogie des langues. La technique des arts graphiques, par ses dispositifs de composition, ses combinaisons de caractères différents et ses variations de couleurs s'adaptait parfaitement à ces objectifs et constituait une nouvelle méthode véritablement exemplaire.

Dans notre livre sur la «Famosa Arte da Imprimissão» nous avons révélé l'existence de l'exemplaire unique d'une «*Cartilha*» tout à fait remarquable à ce point de vue, imprimée en 1554.

L'impression est faite en groupes trilinéaires. La ligne du milieu, aux caractères les plus grands, est écrite celle du bas, en caractères sensiblement plus petits; celle du haut en très petits caractères, bien que mieux différenciés, du fait qu'ils sont imprimés en rouge. La ligne du milieu, aux caractères les plus grands, est écrite en langue tamoul; la ligne supérieure, imprimée en rouge, porte, au-dessus de chaque not du texte tamoul, le mot qui lui correspond dans la langue portugaise, sans aucune préoccupation de syntaxe; la ligne inférieure nous donne la traduction courante, dans la syntaxe portugaise.

On emploie déjà des signes de notation phonétique. Comme nous l'avons noté dans l'ouvrage en question, cette

«Cartilha» allait donc beaucoup plus loin que tout ce que GUSTAVE LE BON préconise dans sa *Psychologie de l'Education.* Nous pensons que l'invention de cette méthode et ces innovations graphiques, introduites il y a tant de siècles, peuvent être citées comme un exemple des conceptions admirables de la pédagogie portugaise. Et cette invention a été faite, comme nous l'avons noté, spécialement en vue de la propagation de la culture chez les peuples indiens.

Une telle perfection dans l'utilisation didactique des dispositifs graphiques de l'imprimerie n'a été dépassée ni même égalée, peut-être, de nos jours, dans aucun ouvrage imprimé.

C'est pourquoi nous pouvons affirmer que le Portugal occupe dans l'histoire de l'imprimerie une place unique dans le Monde, immédiatement après l'Allemagne, car, après avoir imprimé notre premier livre, six années seulement après le premier incunable de GUTEMBERG (voir notre ouvrage «Da Famosa Arte da Imprimissão»), nous sommes incontestablement le premier pays qui ait révélé l'imprimerie au Continent Africain et à tout le Continent Asiatique.

Le Portugal, avant toutes les autres nations, révèle et utilise le livre dans l'enseignement destiné aux peuples non européens. Il expédie des imprimeries en Orient à bord de ses navires, et, ce qui plus est, il fond pour la première fois des caractères exotiques — abyssins, indiens et japonais — et imprime dans ces carac-

tères les premières «Cartilhas» et les premières Grammaires des langues orientales.

Une des nefs qui, parties du Royaume, abordèrent à Goa, en 1556, apportaient avec les instructions de Jean III pour la réforme des Etudes de Saint-Paul, l'imprimerie destinée aux Indes et sur laquelle, en cette même année, fut imprimé le premier livre. Deux années plus tard, une nouvelle imprimerie, au moins, est installée à Goa. L'année suivante, deux nouvelles imprimeries encore surgissent dans la capitale de l'Inde et l'on imprime pour la première fois à Cochin.

En 1559, a lieu la première impression dans une langue orientale, la langue malabare. En 1560, on imprime en langue Konkani.

En 1577, l'architecte jésuite JOÃO DE FARIA installe une nouvelle imprimerie à Vaypicote, près de Cranganore, dans les montagnes du Malabar, et compose en langue tamoul les premiers textes imprimés dans le Monde en caractères exotiques, que lui-même a façonnés de sa propre main. Au même moment son compagnon, JOÃO GONÇALVES, fondait des caractères de la langue malayam. D'autres ouvrages sont imprimés en langue Souryane, qui était la langue cultivée ou ecclésiastique, à côté d'autres livres imprimés dans la langue populaire.

SCHURHAMMER et G. W. COTTRELL ont publié en en 1952 un travail intitulé «*The First Printing in Indic Characters*». Le livre en question était intitulé «*Doctrina Christaã*» et ses auteurs sont le Père HENRIQUE

HENRIQUES et le Père MANUEL DE S. PEDRO. Il a été édité à Coulao, en l'année 1578.

Un autre ouvrage, avec un titre identique — «*Doctrina Christtam en Lingua Malavar Tamul*» — et également traduit par le Père HENRIQUE HENRIQUES, a été découvert en 1928 à la Librairie de la Sorbonne, par Frère ROBERTO STREIT, O. M. I. Il s'agit de la célèbre «Cartilha» du Père MARCOS JORGE «*a maneyra de dialogo*» et est également imprimée en caractères tamoul. L'auteur pense qu'il y avait eu auparavant au moins une publication, en l'année 1577, en langue dravidienne, et il est même enclin à penser qu'il y en avait eu encore une autre pour justifier la production des caractères *malayaiam*.

De nouvelles imprimeries s'installent progressivement et les impressions faites dans les nouveaux ateliers montés à Ambalacate confèrent à ce nouveau centre d'éditions une position identique à celle de Goa, la cité incunable de toute l'Asie.

Jamais auparavant on avait imprimé quoi que ce fût dans le monde si ce n'est en caractères classiques. Grâce à nos Découvertes, et principalement à notre expansion dans l'Inde, l'Histoire de l'Imprimerie s'enrichit par l'impression de langues asiatiques et de caractères exotiques qui englobent, outre les idiomes de l'Inde, les langues éthiopienne et japonaise. Nos historiens de l'Inde mentionnent des livres publiés en canarim, en tamoul, en malabar, en malayaam, en mahrâlhî, en souryane, en brahmane populaire et en konkani.

D'un autre côté, beaucoup de ces livres bilingues étaient consacrés à l'enseignement des langues orientales aux Européens. Et l'intérêt du livre ne se limitait pas aux connaissances linguistiques. La publication de CONFUCIUS à laquelle nous avons fait allusion précédemment montre le désir que nous avions de faire connaître à l'Occident les aspects les plus élevés de l'esprit oriental.

On imprimait en prose et l'on composait en vers pour satisfaire le goût poétique des Indiens, et l'on offrait de nouveaux *Puranas* à leur penchant pour les livres mystiques.

Sept dates importantes de l'Imprimerie Portugaise en Orient doivent être enregistrées pour servir à l'Histoire Universelle de l'Imprimerie:

1556 — Introduction de l'imprimerie en Orient.

1559 — Première impression en langue asiatique.

1563 — Première édition, dans une imprimerie de l'Inde, d'un des plus grands poètes de l'Humanité: CAMOËNS.

1577 — Première fonte et impression de caractères exotiques de l'Asie.

1588 — Introduction de l'imprimerie à caractères mobiles en Chine.

1590 — Introduction de l'imprimerie et du livre au Japon.

1598 — Première publication en caractères et signes idéographiques japonais.

Si vifs étaient l'intérêt que nous apportions à l'instruction des natifs de l'Inde et notre désir de les faire participer à la vie intellectuelle et morale que *tous les livres publiés là-bas étaient fournis gratuitement* par les Collèges et dans les forteresses, non seulement à ceux qui le demandaient mais encore à tous les autres.

Cette œuvre de divulgation et d'enseignement suscite l'enthousiasme du Souverain Pontife qui va jusqu'à faire don à l'imprimerie de l'Inde d'une collection complète de caractères chaldéens pour l'instruction des chrétiens nestoriens qui étaient spirituellement dirigés par les pères syriens.

Il y aurait beaucoup à dire sur les éditions faites par nous en Chine et surtout au Japon, où l'œuvre des Portugais dans ce domaine est véritablement monumentale. Cependant, pour ne pas nous écarter de l'objectif que nous nous sommes fondamentalement fixés dans cette étude, nous sommes obligés de nous limiter à ces brèves allusions.

LE PORTUGAL, ETAT MISSIONNAIRE ET ANTICOLONIALISTE

(RÉSUMÉ)

Une atmosphère de dévouement et d'intérêt affectueux constituait donc le climat spirituel indispensable à cette vaste activité culturelle des Portugais. Celle-ci s'est manifestée dans tout l'Orient par la fondation d'innombrables collèges, *où l'éducation était donnée gratuitement;* par l'installation des premières imprimeries dans l'Inde, en Chine et au Japon, et par l'invention de la meilleure méthode didactique qui ait été jusqu'à ce jour réalisée dans les arts graphiques pour l'enseignement des langues; par l'édition de nombreux ouvrages imprimés en une ou en deux langues et distribués gratuitement aux nouveaux chrétiens; par la création et le développement de la première Université de l'Asie, fréquentée par des étudiants de tous les peuples orientaux, de la côte africaine et arabique aux terres lointaines du Daï Nippon; par la fondation des premières Ecoles de Médecine de l'Orient, dans l'Inde et au Japon; par l'expansion de notre langue, qui s'est

maintenue durant des siècles dans différents dialectes créoles; par l'étude didactique des idiomes orientaux et la composition dans ces langues de Grammaires, Vocabulaires et Dictionnaires; par tout enfin ce qui était nécessaire à la révélation de notre civilisation occidentale aux peuples des continents non européens.

Chez nous, le sens moral de notre mission œcuménique l'a toujours emporté sur l'*auri sacra fames*. Et c'est ainsi que nous avons tout sacrifié à cet impératif qui nous a été imposé par la volonté de Dieu.

Et nous fûmes si exclusivement attachés à notre destin de missionnaires et de civilisateurs que, por ce qui est des revenus des Indes, le Portugal a pu dire, orgueilleusement, désintéressé des biens matériels: l'*Inde nous les a donnés, l'Inde les a emportés...*

Sous la Restauration, alors que nos Finances étaient épuisées, l'Inde représentait pour nous une charge économique particulièrement onéreuse, un sacrifice matériel que l'on supportait comme l'on exécute un mandat divin.

Nous aurions pu, en la cédant, recueillir un bénéfice matériel important et nous débarrasser en même temps d'une lourde charge économique. Plusieurs pays ont fait des propositions au Portugal pour l'achat de ces territoires.

La Nation, encore tout récemment libérée du joug espagnol, était alors appauvrie par les déprédations que l'administration étrangère avait fait subir à son Tré-

sor, par la ruine de sa flotte, sacrifiée aux intérêts de la politique espagnole et par les saignées économiques constantes qu'avaient exigées les guerres de la Restauration. Et, malgré tout cela, le Roi ne se laisse pas séduire par les avantages économiques des opérations financières que lui proposent l'Angleterre, la Hollande et la France. Sa résolution, sur ce point, est inébranlable et, répondant à l'Ambassadeur de France, le MARQUIS DE JANT, il lui déclare qu'il frémit à la seule pensée qu'on pourrait vendre l'Inde Portugaise! Et la raison qu'il lui en donne, le seul motif invoqué est toujours le même: c'est le sentiment d'un devoir envers Dieu!

Trois siècles se sont écoulés. Et, de nouveau, des ambitions se font jour sur les territoires de l'Inde Portugaise. Mais maintenant, ces ambitions sont insidieusement déguisées sous le masque d'une revindication de droit naturel, aussi inexistant que les fausses raisons inventées pour justifier l'exercice actuel de ce droit.

Pour pouvoir citer des noms de Luso-Indiens ayant adhéré à la cause antinationale contre la Patrie Portugaise, l'Union Indienne doit se rendre solidaire de criminels de droit commun et baser son argumentation sur l'action d'individus moralement déchus qui, dans tous les Pays, tombent sous le coup de la police et des lois pénales.

La position économique de l'Inde est toujours la même; elle représente une charge financière pour la Métropole. Les temps sont différents, les impulsions sentimentales cèdent naturellement le pas aux néces-

sités économiques imposées par la vie internationale. Cependant, une fois de plus, interprète fidèle du sentiment national, l'homme qui a aujourd'hui la mission de conduire les intérêts de la Patrie explique sereinement au Pandit Nehru la raison spirituelle qui est à la base de nos droits inviolables sur cette province du Portugal, et qui fait qu'*«il répugne à la sensibilité des Portugais de négocier la cession de Goa et la citoyenneté portugaise de ses habitants et de ne pas veiller à leur défense jusqu'à la limite de nos forces»*.

Et SALAZAR poursuit:

«Goa est une communauté portugaise dans l'Inde. Elle représente une lueur de l'Occident en terres orientales. Le Territoire c'est seulement l'espace où vit cette communauté; la terre, c'est le phare où cette lueur a été allumée. Nos intérêts sont purement moraux — intérêts de Portugais d'abord, d'hommes de l'Occident ensuite».

Et, porte-parole du sentiment le plus profond de tous les Portugais, le Président du Conseil affirme: *«Nous luttons pour que, sans porter atteinte à personne, Goa continue à être le témoin de l'œuvre des navigateurs, liée à ses origines comme le cours d'eau à sa source.»*

L'expression ne pouvait être plus exacte ni plus lapidaire.

Il ne s'agit pas, en vérité, d'une question purement sentimentale, mais plutôt de l'accomplissement du mandat le plus noble qui s'impose à une conscience réfléchie

pour qui l'idée de Patrie se définit comme une unité substantielle de corps et d'âme: — l'âme grégaire et multiséculaire de la Nation et le corps territorial où sont nées et où se sont succédées les générations de Portugais qui ont donné origine à l'aspect actuel de sa géographie humaine.

Aujourd'hui et demain, comme dans le passé, la devise du Prince Henri, à qui l'on doit l'esprit de croisade qui a lancé le Portugal à la découverte du Monde, continuera à se répercuter d'âme en âme, avec des résonnances d'éternité.

Elle sera le mot d'ordre transmis de génération en génération, comme un héritage spirituel qui s'impose au cœur et à la volonté de tous les Portugais, dans la paix comme dans la guerre: TALENT DE BIEN FAIRE.

L'ACTION MORALISATRICE ET LE PESSIMISME CRITIQUE DES CHRONIQUEURS

(RÉSUMÉ)

La fonction morale et l'Histoire — Autres raisons des erreurs des chroniqueurs — La vérité, aux yeux des natifs

S'il est certain que la conscience morale de ceux qui dirigeaient notre politique en terres d'outre-mer n'est pas toujours parvenue à discipliner le délire de l'ambition, les excès de l'esprit d'aventure, l'exubérance de la vie physique et les séductions de la liberté des coutumes, il n'en est pas moins certain que jamais les exactions individuelles n'ont cessé d'être sévèrement condamnées par la conscience de la Nation.

On pourrait, certes, mentionner quelques erreurs condamnables. Cependant, les crimes d'abus de pouvoir étaient courants à l'époque, même dans les Etats européens.

Et l'Etat de l'Inde n'était pas peuplé par des anges ni n'était situé en-dehors du temps et de l'espace. La

vérité, cependant, est que dans les archives de Goa abondent les documents prouvant que ces cas d'abus d'autorité étaient sévèrement réprimés par les dirigeants.

L'atmosphère qui régnait dans toute l'administration était éminemment morale.

Il est nécessaire, dans une étude de cette nature, de prévenir l'esprit de ceux qui lisent les chroniques relatives à l'Inde Portugaise. Les Portugais se sont habitués à généraliser excessivement les cas les plus indignes mentionnés par les chroniqueurs. Mais il convient d'apprécier ces allusions à leur juste valeur.

N'oublions pas que la fonction de l'écrivain impliquait la conscience d'une haute mission de probité morale. L'histoire étant une leçon de vie, faire l'histoire, c'était assumer la responsabilité d'une action moralisatrice, pour le présent et pour l'avenir. Il ne s'agissait pas, bien souvent, d'enregistrer les faits, pour faire simplement œuvre d'historien, dans le sens purement scientifique du terme; l'écrivain visait surtout à donner aux hommes des leçons de dignité et de grandeur, imposant son autorité par l'exemple d'une conscience hautement droite et pure.

Tel est l'esprit de tous ceux qui ont relaté l'histoire de nos actes.

C'est pourquoi ils se sont crus dans l'obligation de ne laisser dans l'ombre aucune erreur, de vouer les prévaricateurs à l'exécration du public et de stigmatiser les vices, afin de montrer à tous le chemin de l'honneur

et de faire peser sur les ambitieux la honte de voir leurs noms à jamais exécrés dans les pages de l'histoire.

Chez Diogo de Couto, en particulier, les faits mentionnés sont fréquemment démentis par les événements véritables enregistrés dans les archives et dans la correspondance de plusieurs Rois de l'Inde.

Au fur et à mesure que ces confrontations se multiplient: «*le pessimisme des «Décadas» et surtout du «Diálogo do Soldado Practico Português» et des «Lendas» de Gaspar Correia s'atténue considérablement.*»

Outre l'intention moralisatrice des chroniqueurs, il y a encore une raison qu'il convient de considérer. Voyons ce qui se passe dans la vie actuelle. Les nouvelles sans fondement, les «bobards» qui se propagent sur les personnes ou sur les faits, les fausses nouvelles transmises intentionnellement par le livre ou par le journal sont notre plat quotidien.

Considérons les mensonges qui, de nos jours, sont lancés aux quatre vents par l'Union Indienne sur l'attitude du Portugal. Dans ces nouvelles aussi — et c'est avec de telles nouvelles que très souvent l'on fait l'Histoire! — notre gouvernement est accusé de violences qui n'ont jamais existé, contre des criminels qui existent, mais qui sont présentés comme des honnêtes gens! Et nous sommes en une époque où les communications faciles entre les peuples et autres moyens d'information permettent de vérifier aisément la vérité, dans tous les pays qui ne se retranchent pas derrière des *rideaux de fer*.

Malgré tout, nombreux sont ceux qui forment leur opinion sur les nouvelles erronées des événements quotidiens. Et le rétablissement de la vérité dans les notes officielles ne parvient pas à modifier cette opinion, basée sur des faits falsifiés, même quand ces derniers ont été indiscutablement réfutés.

Considérons maintenant la situation de l'Inde, il y a quelques siècles, avec ses noyaux de population séparés les uns des autres, sans communication par terre et à de nombreuses journées de distance par mer! la médisance naturelle et les haines passionnées; les nouvelles toujours vagues et vite déformées en passant d'une bouche à l'autre, et nous comprendrons facilement que les chroniqueurs, bien que de bonne foi, se soient trouvés en présence de récits et de traditions déformés qu'un esprit pessimiste, comme celui de COUTO, acceptait facilement.

Mais les Indiens, eux, qui voyaient et qui pouvaient comparer, savaient bien que si les Portugais étaient terribles pour leurs ennemis, ils étaient aussi des amis fervents dans la paix.

Ils savaient que les hauts dirigeants portugais étaient tous disposés à réparer les abus.

De tous temps, les faibles ont été exposés aux violences des puissants. Mais il y avait là-bas quelque chose de véritablement nouveau et de remarquable: c'était cette affection dont les nouveaux maîtres entouraient les autochtones, fondant officiellement des institutions dont ces derniers étaient les bénéficiaires, les protégeant par des œuvres d'assistance de toute sorte, leur donnant les garanties civiles, multipliant partout l'instruction, nouant avec eux des liens familiaux les élevant aux plus hautes dignités religieuses et les nommant à des fonctions publiques où ils étaient comblés d'honneurs et de bénéfices.

L'ENTENTE MUTUELLE

(RÉSUMÉ)

Les anciens rois et les nobles — Communautés hindoues, mahométanes, perses et khodja — Religions et prélats

A part donc quelques abus personnels et inévitables, c'est le «talent de bien faire» qui, dès les premiers temps et à travers les temps, explique l'unité nationale portugaise de l'Etat de l'Inde et qui persiste aujourd'hui encore, dans une Péninsule Hindoustanique agitée et tumultueuse.

C'est ainsi que, tout récemment, pour saluer le Ministre des Territoires d'Outre-Mer, représentant officiel de l'Etat Portugais, les personnalités les plus représentatives de ce prolongement oriental de la Patrie commune accourent de tous les points du territoire. Ce sont les communautés de diverses croyances et de diverses races, des souverains et de hauts dignitaires de la religion hindoue. La Reine et le Prince de la multiséculaire

MAISON ROYALE DE SUNDEM, qui a appartenu au vaste Royaume de Bisnagar, accueillent le haut représentant du Portugal en rappelant le nom du Roi SAVAI IMODO SADESSIVA qui, il y a deux siècles et demi «*s'est abrité sous l'égide protectrice des Portugais*». Et dès lors, poursuit l'orateur, «*la perpétuelle amitié et l'alliance, exprimées en termes catégoriques dans tant de traités et de documents*» signés avec le Gouvernement Portugais, se sont maintenues constantes et immuables.

C'est le RAJA DE SANQUELIN qui manifeste sa loyauté «*à la glorieuse Patrie que ses ancêtres ont toujours servie avec orgueil*».

Ce sont les représentants des COMMUNAUTÉS HINDOUES, tels que QUERSICHAND MOTICHAND, qui expriment la reconnaissance des Indiens pour la *politique égalitaire* des Portugais.

C'est la COMMUNAUTÉ MAHOMÉTANE qui, par la bouche de NURMONNOD SHEZAIN, rappelle «*les liens qui nous unissent sans interruption à travers les siècles*» et souligne que c'est aux Portugais que «*la Communauté Mahométane, composée en grande partie de navigateurs, doit la science de la navigation*» et que, enfin, *partout où flotte le drapeau portugais las distinctions de couleurs ont disparu et l'on oublie les différences de races*».

La COMMUNAUTÉ PARSE s'est fait entendre à Damao par la bouche du Dr. HORMIJI, qui représentait l'Union Nationale. Et il est particulièrement notable et significatif que le représentant de l'Union Nationale soit justement un Parse! A Dumorta, c'est encore un Parse, le

Dr. LUTH, Directeur d'une Ecole Guzarate, qui vient saluer, au nom du corps enseignant, le représentant de sa Patrie.

La COMMUNAUTÉ KHOOJA des adeptes d'ALI KHAN accourt également pour saluer le Ministre portugais.

Ce sont ensuite les représentants des MANZANIAS. L'éminent homme d'Etat portugais est salué dans l'enceinte sacrée du Temple au nom de la *Devalaia de Xri Manguexa*.

A la *Devalaia de Xri Malssá* on rappelle que ce temple hindou jouit du privilège d'être reconnu par l'autorité judiciaire portugaise pour les décisons par jugement religieux.

VIISVONATA RUDRAGI SIRVOICAR, chef de la *Develaia* de *Xri Xantadurjá*, de Pondá, reçoit le représentant du Portugal dans le Temple et souligne «*ce phénomène politique unique dans l'Histoire de l'Humanité, et pour beaucoup incompréhensible dans les temps modernes: des peuples d'origine raciale différente, avec des coutumes et des croyances différentes, des tempéraments et des cultures variés, jurant la même foi politique, réalisant l'unité nationale, se proclamant tous Portugais, s'enorgueillissant tous de la même citoyenneté!*»

LE SUAMI de Partagale, assis sur le seuil du temple, après la célébration des cantiques védiques, lit son message en langue sanscrite, où il exprime ses remerciements pour les prérogatives concédées par le Gouvernement et demande pour le Représentant du Portugal

et pour la Patrie tout entière les grâces de *Xri Visnu*, invoqué dans les prières des prêtres.

Sur le seuil du Temple de Queulá, RANADÉ XASTRI lit le message du *Suami* en sanscrit, où il est affirmé: «*Depuis les temps les plus reculés, notre activité religieuse différente a pu être pratiquée, grâce à l'aide que nous ont apportée les gouvernants portugais*».

Ainsi parlèrent toutes les communautés, toutes les races et toutes les religions.

L'AMOUR DU PROCHAIN

(RÉSUMÉ)

L'aide apportée aux peuples voisins — Institutions d'assistance — Hôpitaux de Cochin et de Goa — L'Hôpital royal de Goa — L'extension de l'assistance hospitalière — Gratuité de l'assistance — Les revenus de l'Inde

Pour bien comprendre la complexité du climat spirituel dans lequel s'est réalisée une unité nationale forgée de tant de races et de tant de religions, il ne suffit pas d'étudier la culture divulguée par l'enseignement et par la Presse, ni le régime des mariages, ni les garanties de liberté accordées, non plus que la protection, les droits et les privilèges relatifs aux conditions civiles et religieuses des natifs.

Il ne faut pas oublier que les Portugais ont toujours manifesté une prédilection particulière pour les œuvres d'assistance.

Nous avons déjà montré à quel point toute l'action culturelle réalisée dans les Ecoles et dans les Collèges

était imprégnée de cet esprit profondément chrétien d'assistance aux déshérités.

En 1546, le père MIGUEL VAZ, venu de l'Inde à Lisbonne, exposait au Roi la nécessité de secourir les frères convers qui étaient abandonnés par leur famille, et il écrivait dans son Rapport ces paroles essentiellement humaines: — «il convient que les hommes aient quelque temporalité pour aider et favoriser leur spiritualité».

Et ce ne sont pas seulement les chrétiens qui bénéficiaient de cet esprit de charité. GASPAR CORREIA nous raconte qu'aux environs de 1540 il y eut une famine terrible dans une région de la côte de Coromandel, et immédiatement les Portugais secoururent généreusement tous les affamés, en transportant dans cette région, à bord de leurs navires et gratuitement, toutes les denrées possibles — riz, maïs, noix de coco — qu'ils distribuèrent en grandes quantités. Ils firent preuve d'un tel dévouement que le Roi de Bisnagar, bien qu'hostile aux Portugais, leur envoya des émissaires pour leur témoigner sa gratitude.

Cependant, en-dehors de ces secours accidentels, les institutions permanentes de charité se propagent sous toutes les formes. abris, asiles, hôpitaux. Et quand elles atteignent une certaine ampleur, ces institutions sont organisées en *Misericórdias*.

Bien avant la prise de Goa déjà, Alphonse d'Albuquerque prenait des mesures pour que rien ne manquât à la pharmacie de l'Hôspital de Cochin, fondé en 1506.

Dés la première prise de Goa, Albuquerque y fit construire le premier hôpital, le célèbre *Hôpital du Roi* qui, plus tard, devait devenir l'établissement de ce genre le plus parfait du Monde.

Entretemps, d'autres hôpitaux étaient fondés à Goa, dûs à l'initiative privée, et si l'*Hôpital du Roi* était exclusivement destiné aux Portugais du royaume, le Conseil Municipal, lui, entretenait un Hôpital que le peuple désignait sous le nom d'*Hôpital des Pauvres* ou *Hôpital des Gens du Pays*, où étaient reçus des malades de toutes les origines, sans distinction de couleurs, de races ou de croyances. De son côté, la *Misericórdia* administrait un troisième hôpital, entièrement entretenu grâce à la charité des habitants de Goa, et administra plus tard également l'Hôpital du Conseil.

Un autre établissement spécialisé, l'*Hôpital de Saint-Lazare*, existait depuis 1532 et Saint-François Xavier, qui y maintenait des rapports fraternels avec tous les lépreux, lui donna un grand développement.

En 1631 fut institué l'*Hôpital de la Piété*.

Bien que les hôpitaux se multipliassent dans tous les territoires où les Portugais s'étaient établis en Orient, l'*Hôpital Royal de Goa* mérite d'être spécialement mentionné, étant donné la perfection de ses installations, la manière excellente dont les malades y étaient traités et l'ampleur de l'assistance qui y était donnée, qui en ont fait un des meilleurs hôpitaux du Monde.

Cette affirmation peut nous surprendre. Elle est

cependant indiscutable, car elle n'est pas basée sur des documents portugais, toujours rares en indications de cette nature, mais bien sur les descriptions minutieuses et parfaitement élucidatives de plusieurs voyageurs étrangers.

Le célèbre PYRARD DE LAVAL, entre autres, consacre à cet hôpital de nombreuses pages, où il nous décrit en détail la majesté de l'édifice et nous donne des indications complètes sur son fonctionnement, sur les lits laqués et dorés, le magnifique linge en coton «très fin et blanc», les couvertures en tissus de soie et la riche vaisselle dans laquelle les malades étaient servis.

Les soins constants donnés aux malades, dès leur entrée dans l'établissement, n'étaient pas moins remarquables. Après les avoir lavés dans un bain d'eau chaude, on leur coupait les cheveux et on leur fournissait des vêtements complets, qui étaient changés tous les trois jours, ainsi que des serviettes et des mouchoirs individuels.

La nourriture était abondante et soignée; le pain était distribué sous forme de petites miches qui, une fois entamées, n'étaient plus resservies. Même les ustensiles des malades étaient strictement individuels. Les chambres étaient «propres et blanches comme le papier». Les internés recevaient la visite médicale deux fois par jour et, dans les chambres, on brûlait journellement des substances aromatiques pour parfumer l'atmosphère et purifier l'air. A leur sortie de l'Hôpital, on offrait aux convalescents des vêtements neufs.

Le traitement était parfaitement identique pour les nobles et pour les plébéiens et tous les malades, sans distinction de pays ou de religion, étaient admis à l'Hôpital. VINCENT LEBLANC, à la suite de son voyage aux Indes, commencé en 1587, affirme en parfaite connaissance de cause que cet établissement est le plus beau et le plus parfait qu'il connaisse: — «*J'oserai bien dire que ny celui de St. Esprit de Rome, ny l'enfermerie de Malte ou on este servy en vaisseles dargent, ne scauraient éstre egalez à celui-cy en richesses ordre et service. On y est mieux traité qu'en sa maison propre quelque riche que l'ont soit comme j'ai vu souvent*».

Un autre étranger, JOHANN HUIGHES VAN LINS CHOTTEN, un espion médisant, affirme lui-aussi, cependant, que c'est le meilleur hôpital du Monde et souligne que les médicaments fournis sont gratuits et que l'on y donne également, deux fois par jour, des consultatations et des soins à des malades externes.

La «Relation» du voyageur MANDELSLO, relative à l'année 1639, signale qu'à cette date il y avait à l'hôpital un effectif de 1.000 malades; il fait l'éloge de la pharmacie de l'établissement et affirme que tous les malades étaient très bien logés.

A l'*Hôpital des Gens du Pays*, qui fut plus tard rattaché à l'Hôpital de la *Misericórdia*, les malades appartenaient à toutes les races et à toutes les religions, *tous étaient traités de la même manière, égale-*

ment sans frais, et recevaient, sans restriction, tous les médicaments nécessaires.

Dans le premier hôpital qui ait été installé aux Indes, à Cochin, au début de 1506, on recevait déjà sur un pied d'égalité, des Portugais et des Indiens. Et, pour bien montrer que l'on n'établissait aucune différence entre Européens et natifs, lorsque ces derniers mouraient ils étaient enterrés dans le même cimetière que les Portugais.

L'hôpital de Cananore était installé dans de meilleures conditions encore que l'Hôpital de Cochin.

Dans tous les hôpitaux, les soins médicaux et chirurgicaux, les traitements, la nourriture et même (tout au moins à l'Hôpital Royal) le linge et les vêtements étaient entièrement gratuits.

Partout où les Portugais s'installaient, ils fondaient un Hôpital et, quand les conditions le justifiaient, une *Misericórdia.*

Il suffit de rappeler que dans l'Empire même du Grand Mogol et dès l'arrivée de la première mission portugaise à Fatehpur, en 1580, une des premières prétensions soumises par les jésuites à l'Empereur Akbar a été de fonder un hôpital et, comme le rapporte Sir EDWARD MACLAGAN, ils ébauchèrent la création de ce que nous appellerions aujourd'hui une mission médicale.

Si nous tenons compte de ce que les Portugais étaient là-bas en nombre excessivement réduit, nous

comprendrons que c'était surtout aux natifs que l'hôpital était destiné.

Les fonctions des *Misericórdias,* qui ont été répandues dans tout l'Orient, ne consistaient pas seulement à s'occuper des malades ou des pensionnaires, mais encore à visiter et à protéger les prisonniers, à racheter les captifs, à distribuer de la nourriture et des vêtements aux déshérités, à protéger ceux qui étaient victimes d'injustices, à pratiquer enfin toutes les oeuvres de miséricorde.

Elles fondent et entretiennent des hôpitaux, des confréries, des refuges et des orphelinats; elles marient les jeunes filles et établissent dans les divers pays de l'Orient — en Afrique, en Arabie, en Perse, aux Indes, en Indonésie, en Chine et au Japon — un vaste système de bienfaisance, qui s'imposait à l'admiration de tous les voyageurs qui parcouraient l'Orient.

Voici une liste des *Misericórdias* disséminées dans tous les territoires portugais d'Outre-Mer: *Sur la Côte Occidentale l'Afrique:* Cap Vert — S. Tomé — Luanda — Massangano et Benguela. *Sur la Côte Orientale:* Mozambique et Mombaça. *En Arabie:* Mascate. *En Perse:* Ormuz. *Aux Indes:* Dio — Tana — Damao — Basseïn — Chaul — Goa — Cananore — Cranganore — Mangalore — Meliapore — Cochin — Coulao — Negapatan. *A Ceylan:* Manar — Colombo — Gale — Jafanapatan. *En Indochine:* Malacca. *En Indonésie:* Timor — Lurantuca (dans l'Ile des Fleurs). *En Chine:* Macao — Liampó. *Au Japon:* Nagasaki.

Dans tous les pays où il y avait des *Misericórdias* existait au moins un hôpital. Il y avait en outre des hôpitaux dans beaucoup de pays d'outre-mer où il n'y avait pas de *Misericórdias*, comme par exemple: *En Afrique:* à Cacheu, Sena, Sofala, Sanzibar et Pemba. *Aux Indes:* à Asserim et à Maduré. *A Ceylan:* à Kandy. *Au Japon: à Funai,* (aujourd'hui Oíta), Velimé et Guifu.

En-dehors de ces hôpitaux, il y avait des médecins et des infirmeries dans toutes les forteresses, qui fournissaient naturellement l'assistance médicale dans toutes la zone de leur ressort.

L'organisation d'un aussi vaste système avait quelque chose de véritablement surprenant, d'imprévu et d'inédit dans le Monde! Monter une entreprise internationale pour l'exploitation d'intérêts commerciaux serait une œuvre admirable et comprise par tous. Mais concevoir et réaliser une telle organisation internationale non pour gagner mais pour dépenser, c'était en vérité quelque chose d'inconcevable, en-dehors de l'esprit portugais.

Cette organisation embrassait tout l'Orient, de l'Afrique à l'Arabie Heureuse et au Japon, en un vaste réseau d'institutions destinées non pas à gagner de l'argent mais bien au contraire à en dépenser, au bénéfice des pauvres.

Tout ceci créait une atmosphère spirituelle qui suscitait autour de notre civilisation un grand prestige et une énorme sympathie. Les Turcs eux-mêmes admirent

la générosité désintéressée et l'honnêteté de ces institutions qui, pour la transmission des héritages de ceux qui mourraient, avaient institué un service de transfert de fonds entre des points éloignés de l'Orient et qui réalisaient ainsi de véritables opérations bancaires, sans bénéfice, dans le seul intérêt du prochain et au service de Dieu!

Et c'était bien uniquement pour le service de Dieu, car les revenus que l'Inde rapportaient au Trésor portugais était largement dépensés pour la propagande de de la Foi, pour l'entretien d'Écoles et de Collèges, d'Hôpitaux, d'Asiles et de *Misericordias*. Et cette œuvre d'assistance et de civilisation, réalisée surtout par les missions et aussi par des institutions locales, par des particuliers et enfin grâce aux subsides royaux, absorbait, au bénéfice des populations des Conquêtes, une grande partie du produit des pierres précieuses, de l'or et des épices!

Nos souverains payaient donc bien cher leur titre de «*Seigneur de la Conquête, de la Navigation et du Commerce de l'Ethiopie, de l'Arabie, de la Perse et de l'Inde!...*

PRÉPARATION DU CLIMAT SPIRITUEL DANS LEQUEL ÉTAIT RÉALISÉE LA POLITIQUE DE L'INTELLIGENCE

(RÉSUMÉ)

S'il est certain que toute l'action exercée par nos gens a obéi dès le début à une Politique de l'Intelligence, il n'en est pas moins vrai que cette politique n'a été possible et féconde que parce qu'elle a été basée sur des liens de sympathie créés par un rapprochement spirituel et par une assistance matérielle et morale profondément affective.

Ainsi l'exigeait le «talent de bien faire», cette devise du Prince Henri qui s'est toujours reflétée dans la conscience de nos colonisateurs.

Il est certain que, parmi les rudes hommes d'armes, endurcis par la vie brutale de l'aventure, il y en avait beaucoup chez qui les ambitions exaspérées prétendaient profiter avidement et sans perdre de temps de toutes les occasions.

Cependant, ce ne sont pas les cas individuels qui définissent l'attitude et l'esprit d'une Nation; ce qui

importe, c'est de voir comment les Rois et les Vice-Rois ont exercé une vigilance constante, protégeant les naturels et punissant les prévaricateurs, comme le prouve l'examen des archives de notre administration.

Cette politique affective était d'autant plus efficace qu'il est certain qu'elle n'obéissait à aucune arrière-pensée, mais qu'elle était bien plutôt l'expression spontanée de notre sympathie humaine.

C'est pourquoi MAURICE DE COLLIS écrivait dans *The Land of the Great Image* (histoire des pionniers du Royaume d'Arrakan, en Birmanie déjà) que, tandis que d'autres nations avaient pour seul idéal de faire du commerce, les Portugais s'occupaient surtout de civiliser.

a) LA POLITIQUE DES MARIAGES

L'idée d'Emmanuel Ier: opposer à l'occupation coloniale une création ethnique qui prolongerait la patrie en terres d'orient — Concepts génétiques du XVIIe siècle — Génétique et morale — Renouvellement des races — Les luso-descendantes de la colonisation française de l'Inde — Les luso-descendantes de la colonisation anglaise de l'Inde — Les Portugais de l'Inde dans la métropole.

Le premier soin d'Albuquerque, après la prise de Goa, a été de fixer les Portugais dans l'Inde. Dans sa lettre du 20 Août, le grand Gouverneur exposait au Roi qu'il désirait *que dans l'Inde vinsent les Portugais à titre d'habitants, et non pas d'hôtes passagers et de voyageurs.*

C'est ainsi que, dès le début, est inaugurée la fameuse politique des mariages, prescrite par le Roi Emmanuel Ier. C'est bien à ce dernier, en effet, qu'appartient l'idée de la fixation du Portugal par la création d'une race luso-asiatique, bien que Albuquerque l'ait adoptée

avec enthousiasme et l'ait réalisée avec la plus parfaite efficacité.

Il convient d'insister sur l'audace de cette conception, relativement à un pays comme l'Inde, où les préjugés de castes étaient alors, comme ils le sont aujourd'hui encore, les plus rigides et, disons-le, les plus barbares qui existassent dans le Monde. A cette époque, et sous la direction de ses Rois, le Portugal, à cinq siècles de distance, donnait déjà des leçons pratiques de démophilie au gouvernement actuel de NEHRU qui, en même temps qu'il se proclame *démocratique*, prétend anéantir le seul État, dans la Péninsule Hindoustanique, où le préjugé de caste ait totalement disparu, remplacé par une fraternité sociale parfaite.

Ce plan du Roi Emmanuel qui, pour la première fois dans le Monde, s'efforçait de substituer à l'idée de colonie le concept d'un prolongement de la Patrie, celle-ci n'étant plus considérée sous l'aspect étroit de la continuité territoriale, a été repris sous le règne de Jean III, dans le concept généalogique de la suprématie héréditaire de la masculinité.

En ce temps là, le concept des généalogies reposait exclusivement sur le principe, alors indiscutable, de la prédominance des caractères transmis par l'homme, à qui appartenait pour cela même, et dans tous les domaines, la représentation de la famille. On n'oubliait pas que c'est le père et non la mère qui transmettent ces caractères moraux prédominants qui allient aux qualités affectives et éthiques, communes aux deux

sexes, les qualités considérées comme spécifiquement masculines.

Or, les Portugais ne pouvaient manquer de se considérer comme une race supérieure, en cette époque de gloire où, à l'étonnement de l'Europe, ils découvraient le Monde et s'installaient partout, avec une foi sans limites dans les desseins de Dieu et dans leurs vertus de navigateurs, de pionniers et de soldats, de missionnaires et de civilisateurs.

C'est pourquoi, dans leur désir d'élever les autres peuples au même degré de civilisation, ils prétendaient leur transmettre ces qualités supérieures par la fusion des races.

Mais ces concepts de génétique n'étaient pas entachés de cette amoralité qui fait que la science d'aujourd'hui confond l'humanisme avec la zoologie et réduit le problème de l'homme aux problèmes de l'animal.

Une intelligence et une morale supérieures orientaient cette idée que l'avenir ne pouvait être abandonné au dérèglement purement animal des mœurs, à la fécondation accidentelle et sensuelle des natifs.

Deux mois après l'arrivée d'Albuquerque à Goa, on avait déjà célébré plus de 200 mariages. C'est lui qui choisissait les fiancées, parmi les races les plus blanches et les plus vertueuses. Il rejetait les négresses et les femmes *corrompues dans leur mode de vie et leurs coutumes.*

Cependant — et il faut insister sur ce point pour bien

comprendre la manière dont les ménages étaient organisés — *seules étaient encouragées les unions entre un homme portugais et une femme indienne, et non pas entre une femme portugaise et un homme indien.* Et cela, certainement, en obéissance aux idées philogénétiques mentionnées plus haut: si c'est le progéniteur qui doit transmettre les qualités de la race aux générations futures, il importait que la descendance fût de père portugais, et non de père indien. Il était naturel que l'on prétendît garantir la suprématie du sang lusitanien.

Cependant, les années s'écoulent et, quand les premières générations atteignent leur majorité, nous voyons s'ajouter une nouvelle pratique à cette grande expérience de génétique humaine qui, pour la première fois, était réalisée méthodiquement dans le Monde.

C'est ce que nous pourrions appeler le renforcement des sources génétiques par une nouvelle introduction de souches originaires.

Dès 1545, Jean III avait commencé à envoyer aux Indes, avec tous les honneurs et toutes les attentions voulues, d'innombrables orphelines, nobles ou plébéiennes, mais de bonne famille, qu'il faisait préalablement éduquer dans des Collèges spécialement orientés à cet effet, et il s'intéressait vivement à leur mariage avec de bons Portugais de l'Inde. On en fit de même au Brésil.

Cet envoi de fiancées du Portugal s'opposait aux

premières déterminations d'Emmanuel Ier. Pour ne pas entraver le développement rapide de la nouvelle race luso-indienne, ce souverain s'était opposé à l'embarquement pour les Indes de femmes portugaises.

Il semble, à première vue, que la politique de Jean III ait été diamétralement opposée. Mais en fait, elle ne l'était pas, car nous sommes déjà en 1545. Trente-cinq années s'étaient donc écoulées depuis les premiers mariages et, par conséquent, il y avait maintenant là-bas une vaste population de «luso-descendants» qui assurait la continuité de la race. Dans ces conditions, l'arrivée des jeunes filles nobles du Portugal non seulement ne s'opposait pas à la création de nouvelles races, mais venait au contraire renforcer encore les sources lusitaniennes de la race luso-indienne.

Et Jean III se consacre avec tant d'enthousiasme à cette œuvre, s'efforçant d'élever de plus en plus le niveau social de la population de l'Inde, qu'en un siècle, comme l'a constaté GERMANO CORREIA, plus de huit mille jeune filles affrontèrent tous les périls d'une si longue traversée pour se rendre dans cette portion lointaine de la Patrie portugaise, y organiser leur foyer et créer les générations qui devaient constituer la grande famille lusitanienne de l'Orient.

C'est parmi les descendantes de ces Portugaises, les «fort jolies Portugaises» — comme le dit MARGUERITE LABERNADIE, retraçant l'histoire de Pondichery, que les Français qui s'en allèrent fonder les colonies de l'Inde trouvèrent les fiancées qui leur *faisaient assez chérir*

le pays pour qu'ils ne souhaitassent pas retourner en France.

Sous le règne de Napoléon III, le Marquis FLEURIOT DE LANGUE, amiral d'une escadre qui aborda aux Indes en 1860, parlait avec ravissement des *belles lusitaniennes* de Goa qui, *si loin de leur patrie, n'ont rien perdu de la grâce de leurs mères*».

Une dame luso-indienne, JOANA DE CASTRO, naturelle de Basseïn, devint par son mariage la Marquise de Dupleix et rehaussait de l'éclat de sa présence la cour de Louis XV.

D'après de nombreuses monographies et biographies historiques de différents auteurs — entre autres MASTINEAU, GODAR, MARGUERITE LABERNADIE et GAEBELS, — JOANA DE CASTRO fut la plus grande Vice-Reine de l'Histoire française de l'Inde.

Une autre dame, JOANA DE CARVALHO, mariée au Gouverneur Général JEAN LAW LAWRISTON, eut le mérite d'organiser au Palais Royal de Pondichéry une vie du plus haut niveau social et artistique et d'être la mère d'un Maréchal, aide-de-camp de Napoléon Ier.

Si, durant de nombreuses années, la colonisation française fut réalisée avec des ménages luso-français, il en fut de même de la colonisation anglaise, car ce n'est que deux siècles et demi après les Portugaises que sont arrivées dans l'Inde les premières femmes anglaises. Jusque-là — écrit THEODOR GEORGE, dans une étude sur les relations raciales de l'Inde — les Anglais contractaient mariage avec les «Portuguese ladies».

Ainsi, l'admirable floraison des races européennes qui porta les Indes anglaise et française au niveau de la civilisation occidentale se rattachent aux ménages portugais que le Roi Jean III avait si soigneusement établis en Orient, en faisant éduquer à cette effet des jeunes filles d'une vertu notoire, nobles ou plébéiennes, et en les dotant de toutes les qualités de bonnes maîtresses de maison, indispensables à l'organisation d'un foyer stable.

Le Portugal n'a donc pas utilisé l'Inde, comme l'ont fait tant d'autres Nations, dans différentes colonies, comme un dépotoir d'individus indésirables, où étaient transportés tous les dévoyés sociaux qu'il convenait d'expulser de la Métropole.

La noblesse portugaise s'est fixée partout. C'était un peuplement de familles choisies. A Colombo, dans l'île de Ceylan, n'habitaient pas moins de 900 familles qui, durant vingt ans, défendirent héroïquement ce territoire portugais, jusqu'à ce qu'en 1656 la ville finît par tomber au pouvoir des Hollandais.

D'un autre côté, les Portugais naturels de l'Inde trouvaient dans la Métropole leur authentique Patrie.

«De ce territoire de l'Inde sont venus dans la Métropole, de génération en génération, des individualités d'un haut niveau moral et mental qui ont occupé des positions importantes dans le gouvernement de la Nation, dans l'enseignement universitaire et secondaire, dans la haute magistrature, aux postes militaires et diplomatiques, aux fonctions élevées de l'administration

civile, dans les assemblées parlementaires, dans les académies littéraires et scientifiques, aux fonctions hiérarchiques de l'Eglise Catholique et qui, partout, par leurs grandes vertus, se sont imposés à la considération générale.

Beaucoup ont contracté mariage avec des Portugaises de bonne famille, resserrant ainsi les liens de solidarité morale et de communion affective entre ces deux portions de la même Patrie. Ainsi, s'est établie l'unité nationale.

b) L'ORGANISATION DE LA VIE CIVILE

(RÉSUMÉ)

La municipalité de Goa — L'adoption des institutions traditionnelles — Lois de protection des natifs — Le «père des chrétiens» — La législation pombaline — Rapports avec les indiens non convertis — Les Indiens dans la vie administrative

Le régime administratif instauré dans l'Inde par Alphonse d'Albuquerque, dès la première conquête de Goa, établissait une entente parfaite entre la population native et le nouvel État que l'on allait fonder avec leur collaboration.

TIMOJA, chef des peuples opprimés qui avaient sollicité l'intervention des Portugais, fut le premier gouverneur des autochtones de Goa, et le vainqueur prit envers lui l'engagement de respecter non seulement les droits mais encore les us et coutumes des populations de Goa; après que Goa eut été prise pour la deuxième fois, TIMOJA fut remplacé par le prince indien MEL RAU,

appartenant à une famille régnante d'Onor et très estimé par toute la population indienne.

Ainsi fut établie à Goa, dès le début, une organisation civile identique à celle du Royaume. On créa le Sénat de la ville de Goa, le premier qui eût existé en-dehors de la Métropole, avec la même constitution que le Sénat de Lisbonne: 6 conseillers et 26 représentants des Métiers élus, comme dans la capitale du Royaume.

Cependant, ALBUQUERQUE voulait que le système administratif de l'Inde respectât autant que possible les institutions locales. Et il y parvint grâce à une adaptation parfaite de nos institutions à l'organisation traditionnelle des natifs. Et même il s'efforça d'organiser les cadres de l'administration avec des fonctionnaires choisis parmi les autochtones.

Il est certain qu'au XIXe siècle on a tendance à imposer dans tous les territoires d'outre-mer un modèle de gouvernement unique, identique à celui de la Métropole. Cependant, il faut souligner qu'après plus de trois siècles de vie commune et d'échanges constants, les us et coutumes s'étaient graduellement adaptés à nos habitudes et à nos concepts, ce qui rendait l'État de l'Inde apte à recevoir naturellement nos formules et nos systèmes.

Au début, notre *talent de bien faire* impliquait naturellement le respect pour l'organisation administrative et même pour la magistrature traditionnelle des peuples indiens.

A la tête de l'île de Goa on plaça donc un gouverneur autochtone qui fut officiellement désigné par le titre local de «Tanadar-Mor». Et on lui donna le droit de choisir et de nommer ses fonctionnaires pour l'administration et le recouvrement des impôts.

Cette organisation fut ensuite étendue à d'autres provinces, en particulier aux provinces de Bardez et de Salsette. Les différentes localités de chaque région étaient dirigées par une communauté agraire appelée «Communauté du Village». On désignait ainsi des institutions extrêment anciennes qui étaient à la fois des organismes administratifs et des coopératives agricoles. Elles constituaient une espèce de corporation formée par les *Gancares* dont les fonctions étaient transmises par hérédité.

Au chef-lieu de la province fontionnait la «*Camara Geral*», qui administrait et présidait les affaires générales des différentes communautés représentant les intérêts des villages. C'est cette Chambre qui encaissait l'argent des contributions. Le *Tanadar* présidait à toute cette organisation et exerçait également des fonctions de juge.

En 1526, AFONSO MEXIA, Administrateur du Trésor de l'Inde, groupa les préceptes consuétudinaires qui régissaient les institutions locales, et c'est ainsi qu'ont été constituées deux Chartes: une ayant le nom de «*Charte des Us et Coutumes des Gancares et des Agriculteurs de cette Île de Goa*», et l'autre, annexe à la première, intitulée «*Règlement pour la Perception des Droits et Revenus*». Ainsi, l'organisation administrative tradi-

tionnelle des Indiens s'intégrait définitivement dans notre législation. Comme l'a noté le Prof. MORSE STEPHENS, c'est ALBUQUERQUE «*qui a inauguré la jonction des fonctions fiscales et judiciaires et aussi la coopération des Indiens avec les fonctionnaires européens*».

Cet esprit de sympathie chrétienne à l'égard des Indiens a été soigneusement maintenu dans les documents législatifs les plus divers.

Dès 1512 est publié un décret, daté du 4 Mai, interdisant l'emprisonnement des natifs baptisés, pour des dettes inférieures à 20 *xerafins*.

En 1536, un autre décret prescrit l'affranchissement des esclaves baptisés. Et pour que cette détermination ne puisse être éludée, le Rice-Roi CONSTANTINO DE BRAGANÇA publie plus tard un autre décret condamnant aux galères et à la confiscation des biens quiconque prétendrait s'opposer au baptême des autochtones.

En 1546 est publiée l'Edit Royal du 8 Mars, exemptant les natifs des travaux forcés sur les navires de guerre.

En 1557, l'Edit Royal du 15 Juin concède aux natifs de Goa «*tous les droits et libertés dont jouissent les habitants portugais de ladite cité*».

Ce document, comme on le voit, n'englobait pas à la lettre tout le territoire de l'Inde. Cependant, une décision du Roi Sébastien, signée en 1571, corrigeait cette restriction qui, sans aucun doute, n'était pas intentionnelle, et étendait à toutes les possessions de l'Inde les

privilèges concédés dans l'une quelconque de ces provinces.

Plus tard, un décret daté du 24 Février 1581 exemptait du paiement des dîmes, durant vingt années, les autochtones convertis.

En 1599, un autre décret punit sévèrement les Maîtres ou Patrons qui traitaient cruellement les esclaves et interdit la vente de ces derniers.

Comme nous le voyons, c'est constamment que sont établies et renouvelées les modalités de protection, au moyen d'Édits royaux, de Décisions et de Décrets. En 1533 déjà, le Gouverneur NUNO DA CUNHA avait créé une nouvelle charge dans l'administration officielle: celle de *Père des Chrétiens*.

Le *Père des Chrétiens* exerçait une juridiction civile et il lui incombait, aux termes de la loi, de visiter quotidiennement les détenus dans les prisons de la ville pour vérifier si des natifs n'étaient pas victimes d'abus de pouvoir. Il lui appartenait de recueillir leurs plaintes et d'examiner leurs réclamations. Il devait également protéger les domestiques contre les mauvais traitements des maîtres.

Le décret du 2 Avril 1761 détermine que tous les individus «*nés dans l'Inde Orientale et dans ses domaines* (...) *jouissent des mêmes honneurs, prérogatives et privilèges dont jouissent les naturels de ce Royaume, sans la moindre différence*» et que «*pour la concession des susdits honneurs, dignités, emplois, postes et métiers il*

soit donné la préférence, dans les concours, aux naturels des respectifs territoires».

Puis ce même texte établit les pénalités encourues par «*toute personne, de quelque état ou condition que ce soit, qui mépriserait ou distinguerait, dans le traitement et dans la civilisation, les susdits naturels de l'Inde ou leurs enfants*». Quiconque pratiquerait une faute de cette nature, entre autres sanctions, perdrait ses droits de citoyen; s'il était noble il perdrait ses titres de noblesse et devrait en outre payer une amende en argent et serait «*emprisonné sous clef à la prison publique*».

En 1774, un nouveau texte confirmait les dispositions du décret de 1761.

Cette tradition de respect pour les naturels s'est maintenue à travers les temps. C'est pourquoi le Commandant Sarmento Rodrigues, actuel Ministre des Territoires d'Outre-Mer, remarquable figure de colonialiste, pouvait affirmer dans un discours prononcé le 1er Mars 1950: «*Et c'est toute une série interminable de mesures de liberté qui se succèdent à travers les âges. Le décret du 16 Décembre 1880, instituant le nouveau «Code des Us et Coutumes des Habitants non Chrétiens de Goa» est un véritable monument de respect pour le prochain, un document plein de noblesse où sont fixées des règles de la plus haute importance en ce qui concerne la constitution de la famille indienne...*»

Il faut noter que, bien que la protection des naturels s'adresse en premier lieu aux Indiens convertis, elle

n'en englobe pas moins les païens et les adeptes des diverses religions de l'Inde.

Les musulmans eux-mêmes étaient respectés quand ils faisaient partie de la population et qu'ils ne se mêlaient pas de la vie politique des Portugais. Un grand nombre même parmi eux servirent l'Etat et furent désignés à de hautes fonctions. Les rapports d'amitié avec les Maures de Cananore sont de tel ordre que les conversions parmi ces derniers étaient encore plus nombreuses que parmi les Indiens.

Ce n'est pas les mahométans de l'Inde que les Portugais combattaient systématiquement. C'était les Maures de l'extérieur, connus sous le nom de *rumes*, qui s'opposaient désespérément à l'établissement des Portugais, qui conspiraient et intriguaient avec les Rois de l'Inde, qui attaquaient nos comptoirs et assiégeaient nos forteresses.

D'ailleurs, la politique des *rumes* était à tel point insidieuse et perfide que les Indiens eux-mêmes sollicitaient constamment notre aide contre eux; et ces *rumes* étaient si mal vus des populations que l'île que Goa, par exemple, a été prise par nous à la demande de ses habitants!

La tolérance pour tous les cultes et le respect individuel des adeptes de toutes les religions se maintiennent, presque sans interruption, à travers les temps.

Dans la célèbre «*Charte des Us et Coutumes*» de 1526, les coutumes des Indiens non chrétiens sont reconnues par la loi, comme au temps d'ALBUQUERQUE. Même

les serments officiels des Indiens peuvent être prêtés dans les pagodes de leur religion.

Bien avant la publication de la «*Charte des Us et Coutumes*» déjà, un Indien non converti, le brahmane CRISNA, cumulait rien moins que trois charges officielles, comme le rapporte Frère VICENTE DE LAGUNA dans une lettre au Roi. En vérité, il cumulait non pas trois mais quatre fonctions. En 1520, CRISNA vient à Lisbonne, où le Roi Emmanuel, compte tenu des grands services rendus, lui confère les charges de *Tanadar-Mor*, de *Sabandar* ou Patron du Port de Goa, de Capitaine des Troupes Indigènes et de *Correcteur des Chevaux de Goa*, charges qui lui furent confirmées par Jean III, qui lui confère en outre cinq autres titres.

Le cas était d'autant plus remarquable qu'il était interdit aux Portugais de la Métropole d'exercer plus qu'une fonction.

Pour évaluer l'importance de cette charge de «*Correcteur des Chevaux*», il faut se rappeler qu'ALPHONSE ALBUQUERQUE avait fait de Goa le centre du commerce de tous les chevaux pour l'Inde. C'est par l'intermédiaire de Goa que le Portugal avait en main tous les chevaux de la Perse et de l'Arabie.

Cependant la plus grande importance de ce centre résidait non pas dans la valeur de son commerce mais dans son influence diplomatique. La nécessité où ils se trouvaient d'obtenir des chevaux plaçait les potentats de l'Inde sous la dépendance de Goa. Le Vice-Roi avait

ainsi dans ses mains un atout d'une grande valeur dans le jeu diplomatique de la politique indienne.

Et il ne faut pas croire que le cas de CRISNA eût été exceptionnel dans la vie de l'Inde. On compte un grand nombre d'Indiens parmi les personnalités les plus notables de l'Histoire de l'Inde portugaise, et l'on pourrait citer de nombreuses individualités mahométanes et parses à qui le Portugal a confié, à travers les temps, des fonctions officielles importantes.

c) LA QUESTION RELIGIEUSE

(RÉSUMÉ)

L'Inquisition à Goa — Les intolérances

Comme nous venons de le voir, l'évangélisation n'excluait pas le respect et la considération pour les Indiens non convertis. Cette intimité fraternelle de races et de religions différentes agglutinées dans une Patrie commune s'est maintenue à travers les temps bien que, comme il est fatal, il y eût parfois des abus et des écarts lamentables qui d'ailleurs, comme nous l'avons souligné plus haut, ont été considérablement exagérés dans les récits de nos chroniqueurs. Cependant, ces abus n'ont pas été plus grands ni plus nombreux dans l'Inde portugaise qu'ils ne l'ont été à la même époque, et même plus tard, en Europe, où les luttes intestines, aussi bien politiques que religieuses, qui sévirent dans différents pays, ont entraîné des violences identiques.

Ce qu'il importe de noter, c'est que l'Inquisition elle-même n'a pas manqué aux principes non seulement de protection des naturels convertis mais encore de respect pour les infidèles. Effectivement, son Tribunal, dans

l'Inde, ne persécutait pas «*les indigènes et maures indiens, de quelque religion que ce soit*», sauf s'ils s'étaient convertis au christianisme. Et même dans ces conditions, on n'usait pas à leur égard d'autant de rigueur qu'à l'égard des Européens.

Il était impossible que la vie portugaise ne réflétât pas la rudesse ascétique, inflexible, des concepts religieux qui dominaient à cette époque en Europe. Cependant, comme nous l'avons vu, la vérité est que, dans ces conditions même, la tolérance religieuse a toujours dominé les relations avec les natifs de l'Inde.

Les Indiens non convertis ne procédaient pas toujours de même et ne partageaient pas cet esprit de tolérance que nous avons maintenu presque sans interruption à travers les temps. Non seulement ils repoussaient de leur sein tous ceux qui se convertissaient à la foi chrétienne, mais encore ils les privaient de tous leurs biens, les laissaient dans la misère et persécutaient beaucoup de nos missionnaires et chrétiens sans défense, ce qui rendait évidemment les représailles inévitables. Et, malgré tout, ces réprésailles était exercées contre les édifices et non pas contre les gens.

Cependant, la liberté, un moment suspendue vers le milieu du XVIe siècle, fut bientôt rétablie. Et aussi bien les Indiens que les Maures purent de nouveau s'adonner à leurs cérémonies religieuses, sans que les autorités les en empêchassent.

(Traduit du portugais par JEAN HAUPT)

SUMMARY

THE «TALANT DE BIEN FAIRE» AND THE PORTUGUESE SENSE OF THE WORD «CONQUEST»

(ABSTRACT)

«TALANT DE BIEN FAIRE». The Portuguese expansion and the discovery of «New Worlds» was carried out in the light of this device of the Infante the Navigator.

In fact this same device of the Infante still was the lemma of all the Portuguese of the Renaissance period.

It was with the «Talant de bien faire» both in the field of navigation and of cosmography sciences, that a Portuguese school for navigators was founded with a view to training our sailors for the discovery of the World.

The Discoveries were started in accordance with an eminently scientific method the object of which was to substitute the original spirit of adventure by a science which would create the tecnics of the Art of Navigation.

It was by the formation of a «nautical science in latitude», using the expression of JAIME CORTESÃO, as

opposed to that «science in longitude» which had for a long time proved unable to advance in universalising exuberance, that the Portuguese studies and navigations completed the geographical continuity of the Planet.

If the «Talant de bien faire» definitely settled a scientific and experimental direction to Cosmography and to Nautics it was the same «talant de bien faire» that ruled the oecumenical relations of the Portuguese with the peoples they discovered.

This humanist disposition drove the Portuguese to constantly offer themselves, always trying to communicate and to universalise their own culture both in the fields of social and moral activities and in the fields of a scientific civilisation.

It is just this aspect of transplanter of the various essential elements of culture, in its widest sense, that we wish to recollect, in a series of notes taken here and there, in books and manuscripts. They show how the understanding policy mainly conceived by King Manuel (but already started by King John II in the first contacts with unheard of populations) was the constant preoccupation of those of our kings who highly directed the undertaking of the Discoveries and fixed the rules of a policy to be adopted with the populations of the Conquests.

In the first place it is necessary to define the exact meaning of the word «Conquest» in those days, meaning which at present is entirely different. The ignorance of this difference between the Christian and Portuguese

conception in the Middle Ages and Renaissance and the international, despotic and inhuman conception in the last centuries, is the reason why there are so many confusions which should be clarified.

In the Middle Ages and Renaissance Portuguese language, that word did not imply the present idea of absolute domination with an implicit annihilation of the autonomy of the aborigine peoples. On the contrary the word really meant the setting up of an intercourse of aliance and of rendering of services which were useful to both sides.

And the idea of the moral value of such intercourse and relationship was so much assured that, commerce itself was subject to ethical rules firmly imposed by the Governors.

The advantages were conquered in perfect agreement of interests.

SIDNEY WELSH, perfectly aware of the value of social and moral conceptions in Portugal, at that time, notes: «Conquest for the Portuguese did not mean to depose an existing king or to substitute him by the authorithy of the king of Portugal» In the feudal system vassalage was an honourable position. Not merely subjection but mutual protection based on friendship and on a graduated scale of royalty.

The battles occurred in India were always therefore less against the native people, who we almost always helped at their own request, than against the Rumes who were the strangers with whom we competed in

the Far-East commerce and who did not have, as the native kings had, any title to be respected.

In Portugal the Christian conception of the relations with the native populations was maintained alive and strict by the State. And such relations were dominated by the Middle Ages tradition of a Right subject to the Law of God which constantly over-ruled the formation of a Right merely of fact, the legitimacy of which would be grounded on force. Abuses of power have in all times been committed. But never were they confirmed by law, on the contrary they were constantly routed and severely punished by the Kings and Viceroys.

Already in those old days of the first incursions of the Discoveries in Africa the Infante D. Henrique had decided to suspend the slave market, establishing, as CA DA MOSTO writes, that the dealings with the natives were to be reduced «to peace and commerce of goods». Proceeding: «and the «Senhor Infante» does not consent damage to be caused to any of them».

It is opportune to remember that the feelings expressed by the Infante in the fifteenth Century represented so well the Portuguese sensibility that it was Portugal the first nation in the world to abolish slavery.

The *dealing with goods* could never be carried out by force, as JOÃO DE BARROS said when considering in particular our commerce in the East. Specially qualified as Administrator of the House of India, he said that

it is not licit to trade under conditions which are not based on a fair and mutual interest.

What is characteristic in our official relations with the peoples of East is that they are not limited to the wish of receiving benefits but also and always, as already noted, they include the wish of self-offering.

This sentiment of human sympathy is not shown up only in undertakings of protection to natives amongst which should be noted the charitable institutions called «Misericordia» which like the first, founded by Queen D. Leonor, wife of King John II, were gradually also founded in the Overseas territories through Africa and through Asia. This still becomes more of a higher significance with the institution of certain functions which were later officialised, such as that known as «Father of Natives» a name which could well be applied to the «Father of the Christians». This was the name of the judicial officer in charge of officially defending the unprotected people whenever the legitimate interests of the natives of the Conquests were in cause or were threatened by the ambition or the individual abuse of power of any of the metropolitan Portuguese.

THE TEACHING OF LITERATURE, ARTS AND WORKS AND THE SOCIAL RAISING OF THE PEOPLES OF THE DISCOVERIES

(ABSTRACT)

In West Africa — A centre of studies for the population of Overseas Territories — The expansion of the Portuguese language — The Western culture in Abyssinia — Typography, Arts and Works — In the sub-continent and the Asiatic Islands

In every way the humanist disposition of the Portuguese is shown.

That is how they taught to build palaces and bridges in Abyssinia; that they have raised the teaching up to the highest degree of all East, in India; that they taught Mathematics, Astronomy and Mechanics in China; Cartography and Nautics, the manufacture of gun powder and the glass industry in Japan; that they revealed the printed book and typography to all the populations of the Conquests.

This wish of raising the populations of overseas through culture starts immediately with the first conquest in Guinea, and is more largely dealt with and documented in our work «On the famous Art of Printing».

As we therein stated more in detail, the first remittance of books to the West Coast of Africa took place in 1488: and when in 1490 King John II ordered the return to Congo of some natives, they were already conveniently taught to read and write; and with them went some monks *good scholars* and many books, amongst which would have necessarily been found the «Cartilhas» for the teaching of reading. They must have been printed in Portugal at the Leiria pre-hebraic printers.

The Master Priests were gone with the charge of teaching and cultivating the negroes in such a way as to train them to instruct, they themselves, the other natives.

The fact of the matter is that within little time the recently arrived Masters already had there a negro teacher to help them in the teaching.

CATALDO SICULO and MUNZER witness that not only was it tried to cultivate the negroes in the rudiments of our language but also in the teaching of Latin, which was at the time the language of the greatest international culture.

In 1504 King Manuel sent to Congo more Masters

of reading and writing encharging them of multiplying the schools for the teaching of the natives.

The initiative produces its effects and in such a way that already in 1514 the schools had multiplied so much that there were some, 80 and 90 leagues distant from the coast, with negro masters, some of them taught in Lisbon and others in S. Salvador. The King's sister herself taught in a girls school!

At the same time as teaching is being done through the black continent and our influence on the civilized populations of India is spread, a particular aspect commences to be given to the college of Santo Eloi, which becomes specialised as a centre of studies for the peoples of overseas.

Princes of Congo, Syrian priests coming from Coulan, Naires of Calicut, Paravás of Malabar, all attended the college of Santo Eloi.

With the wish to ennobling as much as possible the populations of the Conquests, it was sought to raise them, irrespective of their races and colours, to the highest social and moral degree which could be attained, making them Princes of the Church. That is how King Manuel insists with the Holy See to obtain from the Pope Leon X the appointment of the son of the King of Congo as bishop of Utica in spite of the opposition made by the Sacred College. Many negro priests and many aboriginals of India were also ordained there.

It is mainly in the Asiatic East, in India, in China

and in Japan that a remarkable work of teaching and of intercourse will be effected, in which the language is communicated, the Press is revealed, the civilization is conveyed, the souls are allied and the races are joined (particulary in India).

It was under the influence of the situation in Abyssinia, that a historical fact began which must be considered most important and unique in the history of universal culture: — the first expansion of typography beyond the limits of Europe and its introduction in the unknown territories of Levant.

It was 1513. The discovery of the Press was still in the infancy of the technics of movable characters. In Europe itself the typographies were still very few. The first embassy sent to Abyssinia by King Manuel is already characterised by the following aspect eminently intellectual: — a grift of a typography. It is the policy of spirit in its greatest and most generous significance. The question of material interests remains entirely in the shadow in comparison with that of spiritual problems.

That typography was the first in the world to cross the seas in order to be revealed in other continents; and with this first typography a gift of books amongst which at least a thousand «Cartinhas» or «Cartilhas» should be mentioned which were destined to teach our language amongst the Ethiopians.

Some years after, printing in Abyssinian characters would be made. Arts and works are taught. The first

bridges in Ethiopia are constructed. The first palaces are built. Schools of Amaric and of Portuguese are opened. The archives of Abyssinia are studied. Colleges and Seminaries are founded where the Language, Arts and Music are studied. The Amarica grammer is composed.

Artisans who initiate the natives in the use of tools and in the arts of masonry, joinery, stone-cuting, and goldsmiths, in the art of building and in all professional works and arts are sent from Portugal. Some of the Portuguese buildings which were erected in those days such as the castles of Gondar and of Gipub and the bridge of Dildi: — the first bridge built on the Nile river — are at present still in existence.

Immediately after, and in the course of our magnificent itinerary towards and through the Asiatic world, we find the territories of that wonderful India where the best of our most human intercourse with eastern populations produced its finest results.

Our people is spread out over the whole of India, following, to begin with, the lands which were closer to the coast, from Cochin down to Persia and Arabia. They come down through Malabar and reach Ceylon. Turning the Camorin Cape they go up the coast of Coromandel and reach Meliapor or Calcutta. They cross the Sacred River advancing through Burma, Arakan, Pegu, Cambodja, Siam after having settled in Malaca and go on creating nucleus, more durable or more

transitory, all through the whole of the Indo-China peninsula.

The seduction of East has no geographical limits. And as from Malaca they discover new seas, new lands, and new islands. They cross Indonesia, they border China, they settle in Macau and Liampo and will initiate a precious period in the culture and industrial progress of Japan.

Portugal however is not only a Nation of Navigators; it is also a Nation of Pioneers.

Leaving the coast they go up to the most northern and central lands of Hindustan and even penetrate into the Asiatic continent. They settle in the Empire of the Great Mogul, from Agra to Delhi and Lahore, reaching Srinagar, inland Cachemira, at sight of the mountainous heights of the Himalayas. The mountains and their mistery exalt the adventurous seduction of Bento de Góis, who going after Cataio would reach the cyclopic and almost inconceivable construction of the Walls of China, and elevate the religious fervour of Antonio de Andrade who will be the first western person to enter Tibet and to settle therein the first religious mission for the spreading of the faith of Jesus Christ.

THE TEACHING IN INDIA

(ABSTRACT)

The First Schools and Colleges — Antonio Galvão and the expansion of the Portuguese language in Insulindia — More secondary schools — The first university in the East — Other schools of Jesuits and more colleges of secondary and university teaching — Franciscans — Dominicans — Augustineans — The problem of the ordination of the natives and the regime of castes — The school of agriculture and of works of Tana—Largeness of the teaching plan

Amongst all the territories discovered those of India were the ones where our civilization lasted more vividly, the centre from which the first light of western culture irradiated over all nations and over all islands bathed in the estern seas. The wish of the Portuguese to feel at home in those territories was such that in Goa, immediately upon its conquest, they established for the first time the same administrative regime as in Portugal.

In the most distant parts of the hindustanic peninsula and in the Empire of the Mogul schools for the teaching of our language and for the propaganda of our civilization are founded: and the first typography which prints in the East is introduced in India.

From about the end of 1511, or the beginning of 1512, King Manuel sent «Cartilhas» with a view to teaching our language to the Indian children. And Albuquerque there upon opened a school for 100 youths of the best families.

This was the start of the cultural work of the Portuguese in India which would rapidly attain the greatest splendour until culmination in the great College of S. Paulo, the first University in the East.

Other colleges follow this one and the results are such that in 1545 King John III, willing to intensify the work carried out by the Religious Orders, directs that schools are opened in all the islands of Goa. At that time the Franciscans had already founded various colleges, mainly in the western part.

The Franciscan are those who, mainly during 40 years, before the arrival of the Jesuits, undertake to preach and to teach.

In 1534 the college of «Nossa Senhora da Luz» was established in Agazain for 40 small orphan boys who learnt there to read, write and count. Six years later this College was destroyed by the Moors; but already in 1535 another College, that of Caranja, had been founded by Fr. Antonio do Porto. In 1547 he started a

third College, this one in Bazain itself, the capital of the beautiful and rich insular territory which was formed by many islands amongst which those of Salsete and Bombay: and in 1560 the Royal College of Salsete was started, in the abandoned pagodé of Manazaper. This College was already in accordance with a more vasty plan and was built to receive 100 pupils.

In 1540 a College in Cranganor was founded, the College of Santiago for the education of 80 small boys including natives and local christians to whom not only the first letters but also Latinities were taught and of whom many came to be ordained.

By that same time in one of the islands of Insulindia, in Ternate, the celebrated Antonio Galvão, Governor of the Molucas, as valiant a captain in the handling of weapons and in the commanding of battles as an affectionate protector of all the natives, notable scientist of the Discoveries, naturalist and geographer who the English admiral Bethune considered the founder of historical geography, founded the first seminary in the world.

The literary teaching rendered there spread our Portuguese language over the whole of the archipelago. Many Portuguese words were introduced in the Malayan language and in the other languages of Malaya. In such a way that HEILINGERS, MARRE and FOKKER recognised that in comparison with the considerable number of words of Portuguese origin, other words of European

derivation are very few. EMERSON TENENT recognises that the Portuguese language was «the vernacular language of middle classes in all cities of importance».

The fact of assimilation by and persistency in the eastern dialects of our language deeply demonstrates the spiritual and not only commercial interest which our colonists devoted to the population of the East in perfect fraternity.

The teaching was not limited to primary studies.

Already since 1535 in the See of Goa teaching was being carried out in a more developed level which even led up to the ordination of nationals and of natives. That was the first step in the way of the superior studies which later on would lead to the foundation of a University which would be of a remarkable influence all over the East and would be attended by many asiatic people.

The College of Santa Fé started six months after the commencement if its building, in 1541, with 60 pupils under the direction of P. Diogo. Not even one of the first pupils was Portuguese! All natives.

In 1544 this seminary was entrusted to St. Francis Xavier.

Directly, the erection of two new buildings was started. The first for rudimentary studies, for 100 eastern pupils and for the small orphan Portuguese boys, all being fed and clothed gratuitously; the more distinct pupils who passed to the studies of grammar,

rhetoric, latinity, philosophy, theology and music had access thereto.

Those who did not show inclination or capacity to continue the studies were employed in some work, the consequent vacancy being filled by another pupil.

In the other building the teaching was more developed; and in such a way this teaching became improved that soon, after six years had elapsed, the studies of this college were raised to a real university category.

John III, the king whose cultural action was even more noticeable in the superior studies, and who was praised, amongst others, by ERASMO and FERNEL, after having reformed the Metropolitan University and University Colleges, did not lose sight of that distant College of «Vice-Kingdom of Indias» and provided for a reformation of its higher studies.

The studies of St. Paul included then the faculty of arts, three classes of latinity, one course of philosophy, lessons on morals and speculative theology, and on the Sacred Scriptures. This scientifical organization was similar to that of the great European universities.

Previously, conclusions on Medical investigations were already asserted in the college.

Many solemn ceremonies, distribution of prizes theatrical performances in latin, feasts of various sorts were performed in which the taste of the pupils for intellectual recreations was developed.

It is to be noted that by order of John III this

college received not only interned pupils but also other pupils who were not to follow the ecclesiastical life.

With its rapid and incessant development the attendance of the college of St. Paul increases from year to year. Already in 1563 there are 645 pupils.

Its fame keeps extending and its teaching includes pupils of the farthest territories. There are Negroes from Madagascar, Mozambique and Sofala; Ethyopians, Arabians, Armenians, Persians and Guzareteans; Mongolians; Pataneans, Canareans, Paraneans and Malabarians; Peguans, Siamese and Malaquese; Malayans, Jauans and Molucos; Chinese, and even, later on, Japanese.

In 1580, amongst the pupils of this Goan University, at least sixteen eastern languages were spoken.

The attendants of that university were not only students from the East: also amongst the pupils there were in addition to the metropolitan Portuguese western pupils coming from different nations, and all this education and culture was gratis, at the expense of the Treasury of the Nation.

These studies were directed by the Jesuits who with this College maintained also colleges and seminaries in Salsete, Cochin, Vaipicota, Ambalasete, Ceylon, Ormuz, etc.

The Franciscans on their turn did not allow their activity of first founders of the colleges of India to decrease giving in their colleges and seminaries lessons

of grammar, arts, philosophy and theology. The Dominicans and Augustineans followed them.

The wonderful undertaking of ordinating the young Indians did not always produce the necessary results in that initial labour of evangelising India. The reason was easy to find and was that we were working amongst people who would hardly accept monogamy, and even more celibacy; and whose barbaric caste prejudices were not equal to any other in the world. We know that even to-day the division imposed by castes hinders communication between the various classes. Still in our time the criminals are there more touchable than the parians. Segregated from society to remote and most miserable villages, 60 million of untouchables continue still to-day to live as infra-human beings in full Nehrusian democracy.

We therefore understand the difficulty of Indian priests in taking into effect the evangelisation of India. Each one of them was despised by the castes who were above him. Only those who were ordinated from the noble castes rendered relevant services. In the meantime the formation of a native clergy continued intensely: and although the Jesuits appeared more anxious, even so, they dedicated themselves to the formation of the seminaries in Goa, Salsete, Bazaim, Coulon, Vaipicota and Tuticorin.

The undertaking was quite worthwhile because in spite of the general inconvenience which we have pointed out, the truth is that it was possible to ordinate

brahman and half-caste priests of the most edificial and fervent apostolic.

There were therefore less castes to whom a more developed education did not benefit, from the social point of view. The teaching of primary or secondary education was not of great consequence to them.

The agricultural school of Tana is then founded and thus a new social atmosphere with a new community of spiritual and material interests was formed for them.

The agricultural school and colony of Tana was for the teaching of the first letters and of farming to the poor and helpless people who lived in the country. Though a remarkable undertaking of specialised education, it was also a moving provident work, since there the Indian children of the most unfortunate castes were educated, the children of the natives whose parents used to sell them to the Moors and who the Jesuits achieved to buy in order to liberate them from slavery and give them, with the rudiments of primary instruction, preparation for agriculture and other works. Because, after the formation of that agricultural community the various arts and works such as tailors, shoemakers, locksmiths, weavers etc. became included therein. And there, in accordance with their inclinations, were taught those who preferred to be artisans than to take up farming work.

This was certainly the first Agrarian School of the whole of East, if even in the West already there were at all schools thus specialized.

It was provided with all the cattle and agricultural tools necessary for the teaching of farming and of cultivation of lands.

Immediately in the first year of its functioning the number of inhabitants of the agricultural colony of Tana increased to 500: but its action progressed in such a way that within a very short time the number of farmers and pupils rose to 3.000.

Irrigation works, which made it possible to do extensive cultures, with the exploitation of large kitchen gardens and orchards were taken into effect. The territory of Tana transformed itself into a beautiful grange, which became a great field of teaching because of its value as a model.

Houses were built in the sites which were considered most healthy. An excellent administration distributed work suitable to every member of that community in a way that nobody would be unemployed; and also allowed a private medical and hosiptal service, as well as assistance to orphans, widows and aged and invalids.

So that the school could be able to exercise an action even more vast in the cultivation of more distant lands, money was lent to those who were willing to directly exploit the lands to be acquired, and seeds and the necessary plants were supplied gratuitously.

Thus in addition to the School and the Assistance Committee the agricultural colony of Tana was still a work of agrarian encouragement in our lands of India.

The educative work sought to take into effect a

high teaching because through the philosophical formation new horizons were opened to the metaphysical inclination of Indian Intelligence. It was really a new spirit and that which one sought to introduce in order to dominate the existing culture in such a way that the educative action could exceed the immediate activity so as to transform in its essence the philosophical and moral basis of Hindu culture.

PORTUGUESE EDUCATION IN THE COURT OF THE GREAT MOGUL

(ABSTRACT)

Voyages to Cathay and to Tibet — The theatre in the Great Mogul — The college of Angra and its vicissitudes

It was in this atmosphere of so fatherly and fraternal human sympathy that the teaching sought to spread everywhere, going inland by the Hindostanic sub-continent. And the fame of the virtues and the wisdom of the Portuguese masters was spread throughout the whole East going upwards north, right into the largest part of the asiatic continent.

The intelectualism of Acbar, Great Emperor of Mongolia, is so enchanted with the culture of the Portuguese that their missionaries are requested by him to stay and in 1580 he was already speaking Portnguese. According to MACLAGAN, the «Comentarios» of Albuquerque, one book of the «Ordenações Manuelinas» and the famous «Gramatica Latina» by MANUEL ÁLVARES, formed part of his library.

His interest for theology and philosophical problems is so resolute that P. JERÓNIMO XAVIER who formed part of the mission of 1595, wrote him in Portuguese and translated into Persian different works in one of which appears Acbar himself represented by a philosopher who seeks the truth.

This book had a great influence in the Court, it having been the reason for a great controversy with the islamitic author SALAD AHMAD who wrote a book seeking to oppose the doctrinal account of the «Espelho da Verdade» and who ended by being converted himself to Christian Faith. As the allegations of P. JERÓNIMO XAVIER were mainly of a philosophical nature and directed more to intelligence than to sensibility, we can therefore estimate the great intellectual influence exercised by Portuguese missions amongst the populations of the East.

There are many manuscripts of this author in various libraries amongst which those of the British Museum, Asiatic Society of Bengala, the London School for Eastern Studies, the National Library of Paris and many of them with Acbar's seal.

In the Court of Lahore the Jesuits founded in 1591 a school where the pupils, (amongst whom there were princes and nobles) started to learn reading and writing in our language. The Emperor ordered that the Portuguese language should be taught to his son, Prince Pahari or Murad.

In 1594 a new mission reaches Lahore, to which

belonged a Portuguese painter and that famous BENTO DE GÓIS who because of having accompanied the Emperor of Cashmere is so attracted by the Himalayan mountains and by the mysteries of the hidden lands of Cathay, that in 1602 he puts everything into its discovery realising one of the most daring and famous explorations which have ever been made in the whole world. Continuing from Lahore through Cabul and Iarcanda, to Su-Cheu, he at last reached by north the cyclopic walls of China.

It was also out of this mission to the Great Mogul that 22 years thereafter another Portuguese Jesuit P. Antonio de Andrade left for the discovery of Tibet, having successfully completed the first European incursion in those mysterious territories. He crosses the eternal Himalayan snows and the dangerous and wild desert which separated the country where the ceilling of the world was. Back to India he returns in the following year to Tibet and he succeeds in founding his mission between the convents of the Lamas in the capital of the Tibetan Kingdom of Tsaparang, mission which is maintained during 25 long years up to 1650 in the glacial isolation of so distant and fearful a wilderness.

At the time of the arrival of the third Mission to the Great Mogul in 1594, a son and a grandson or nephew of Acbar and a few sons of various important men of the Empire attended the School of Lahore.

The heir, Prince Salim or Jahanguir, son of Acbar

finances, greatly out of his personal means, the largest church erected in 1604.

In addition to the teaching and to the relevation of western painting the Portuguese mission also initiates the Mogorese in theatrical art.

The performances and the «crib of Christ» were mounted with great apparatus and had complicated mechanics.

The affluence of spectators was so great that the first show was represented during 40 days, many strangers having appeared amongst which many Rejahs and Catuals.

In the following year the people of all classes and religions who came daily to visit the Crib of Christ and to attend to the performances, was estimated at 4.000. The same was done in Agra, where P. XAVIER counted in one sole day 14.000 people.

With these feasts, public processions, theatre performances and Biblical and apostolic fantasies, fairs with fireworks etc. our customs were being introduced and faith was being increased as well as the Portuguese name and prestige in those distant territories. As all authors state, and mainly in this aspect SIR EDWARD MACLAGAN, all the missionaries, even the foreigners, who served in our missions unanimously used the Portuguese language. And with time our language became so well known that in the churches the missionaries started their sermons in Portuguese.

Another College in the Greath Mogul is due to a

great potentate of the Court, a most powerful man, admired and respected in the whole of the Empire for his intellectual and moral qualities — MIZRA ZUIQARNAIM. He was a remarkable musician and a great poet. This great Christian man is so interested in our missionaries that he orders the building of a great college — Colégio de Agra — to be offered to them, for the purpose of being the centre of all our missions in the Empire of Mogul.

MIZRA ZUIQARNAIM willing to guarantee the necessary income to secure the life of the college against any vicissitudes, offered the priests of our mission the necessary amount for them to acquire two villages in Bombay, the income of which was considered sufficient for the maintenance of the college, and also for the maintenance of the poor christians who already formed a vast colony in Agra.

This appeared as a nucleus of Portuguese life in the territories of the Great Mogul. But some years later the transfer of Bombay to England caused that these properties which were the guarantee of the existence of the College of Agra, remained out of Portuguese territory. The owners well tried to maintain their rights of property, which they succeeded for a few years. England however ended up by considering those private assets as belonging to it, installing in the residence of the owners the Governor's Palace. It is there that even today functions the Bacteriology Official Laboratory.

Thus ended the economical guarantee of the presence

of Portugal in the lands of the Great Mogul where Portugal took into effect that cultural mission which the Portuguese did not desist of carrying out wherever they settled.

CHAPLET OF COLLEGES

(ABSTRACT)

Varieties of teaching

The Portuguese devoted themselves to teaching the natives of all territories of Overseas. The education was considered to be a sacred duty inherent to missionary action. The primary, secondary and high teaching was given wherever there were priests, when it was not given by laymen.

The schools are installed as the beads of a great chaplet following at first the lines of the coast. Soon however they go inland.

We have already seen how lavishly they were established in the Congo up to ninety leagues from the coast. How they were introduced inland Abyssinia. We have seen them afterwards develop and multiply along the coasts of India as though they were finding a more suitable field for spiritual culture. Thus they go on garnishing the coasts of the peninsula so as to flourish

in the Insulindia islands, penetrate in Hindustan and go up into Great Mogul. They have a precarious life in Mozambique, Sofala and Mombaza. But they grow exuberantly in Persia, Ormuz, Dio, Daman, Agazain, Bazain, Taná, Caranja, Chaul, Pangin, Goa, Margan, Rachol, Angediva, Mangalore, Cananore, Calcutta, Cranganore, Cochin and Coulon. They strew over Ceylon where the Jesuits tought primary studies and latin in the Colombo and Janafapatan colleges, whilst the Dominicans taught Grammar, at least in one of their two covents and the Franciscans had four. In the middle of the XVII Century the Ceylonese or Chigalans who attended the 134 Portuguese churches open to the public were about one hundred thousand.

In the coast of Coromandel there is teaching in Punicale, Tuticorin, Negapatan, S. Thome of Meliapore (which was later on absorbed by Madrasta also founded by the Portuguese) and in Bengal. Still going further up to the Arracan in Burma they cover the whole of Indo-China after flourishing in Malaca.

It is never too much to point out that teaching was not only literary and catechistic. As mentioned above there was teaching of Arts and Works, Building, Agriculture, Mathematics, Cosmography, Cartography, Nautics, Music, Liberal Arts, Arts of Printing and Engraving designs and new industries.

FERNÃO GUERREIRO gives us an account of the lecture given to the King of Bisnaga in the fortress of Velur, to whom «a beautiful map with Badaga letters» was

offered. The teaching of Music still continues in all the churches of Goa and in such a way that the artists who come out go over all parts of the East «where they can be noticed as being almost the only asiatics able to assimilate the sacred and profane western music». In the field of Arts our influence was the cause of a new Luso-Indian style, in Joinery, Carved-works, Painting, Tapestry and Sculpture.

Through China there is teaching of High Mathematics, Geography, Cartography and Celestial Mechanics. The Mathematics Tribunal is presided, astronomical observations are directed. Maps are printed, books are divulged. And in Macau a College, where the title of Master in Arts is given as in the European Universities, is founded.

In Japan there is teaching of Music and teaching of gun-powder and glass manufacture. A true «seminary» is founded for painting and engraving in copper (art which was completely unknown to them) attended by many Japanese of Nagasaki. And from our civilisation appears a new style in Japanese painting. Cartography is taught, Portulana are designed, Log-Books are written, manuscripts of Sea Maps and of Pilot Books are divulged. A work on Medicine is written and the first Medical-Surgical School in Japan is founded. Globes are introduced and astronomy is taught. F. GUERREIRO gives an account of an incident ocurred in Osaka in which the movements of the Sun and the Moon are explained with the help of a celestial globe, the Prince and all

others present having been left *most satisfied and not less astonished with the ingenious and unusual artifice by which the said movements were shown.*

We went always so much ahead in comparison with the western nations, as pioneers of education in the Asiatic Continent that the Medical and Pharmaceutical School, founded by us in Goa, and that which we founded in Japan and which subsisted up to the end of the XVIII Century, were the first of all East. The Lyceum and the Secondary School of Pangim, the first schools of this category founded by Europeans in the East, can also proudly claim priority in Secondary Teaching in accordance with the present pedagogical rules.

Due to all this wonderful work of communication of western culture, due to the constant maintenance of this work in the schools of India and also due to the Indian frequency in the Metropolitan schools, Portuguese India is still to-day the great flower of latinity in the millenarian lands of sanskrit and tamil.

GILBERTO FREIRE was right when saying:

«The East and the West combine so well in Portuguese India that she is today a miracle both of eastern and western culture, a flower of latinity flourishing on the soil of East».

THE FIRST GRAMMARS OF EASTERN LANGUAGES AND THE FIRST GRAMMARS FOR EASTERN TERRITORIES

(ABSTRACT)

The first grammar of the Portuguese language — The first Eastern grammars — The foreign Missionaries and the Portuguese language — In Japan — In Africa — Pombal and Teaching — Pombal's reformation of the College of St. Paul — Pombal and the Native languages — The Inquisition — Permanency of affection for natives — The Parochial Schools

Many grammars of native languages were composed for teaching of western letters and culture to the populations of the Discoveries. Just before that, had the first Grammar of our own language been written in Portugal. And what is really worth pointing out is that that very grammar was actually written for the purpose of teaching Portuguese to the Overseas populations and in particular to those in the Asiatic Continent.

It was composed by JOÃO DE BARROS the great Chronicler for Asia, when he was already the Administrator of the House of India, office for which purpose he was appointed in 1553. He started immediately to render his services in the College of St. Eloi which functioned as an Institute of Culture for Princes and notable men of Overseas. After a few years time, many Africans and Asiatics, some of whom were ordained and even appointed bishops for the Overseas Territories by His Holiness, left that College quite learned on western life and also on Latin and Portuguese languages.

The teaching of the Mother Country language, of latin and of western culture was not, however, enough. The Portuguese were so keen in studying exotic languages that, using the words of BROTHER JOÃO BAPTISTA, «the missionary who is not familiar with the language of his flock is in mortal sin». Catechisms, Dictionaries, Vocabularies and Grammar books are written and composed in various eastern languages. Then follow the compendiums for the teaching of Tamil (the most noble and perfect of all dravidian languages), Bengalian, Marasthian, Concani, Hindustani and Persian languages, not to mention those of Indo-China and Japan.

Just recently the eminent Professor of the University of Ceylon, Dr. THANI NAYAGAM informed me of the discovery in our National library of a precious workmanship for the history of the Tamil language. It is the first Grammar written in that language by the famous P. HENRIQUE HENRIQUES to which the eminent

Professor, who published the work «Tamil Culture», attributes a date prior to 1555. P. HENRIQUE HENRIQUES was an eminent philologer of Indian languages and in particular of Tamil, having founded a School in Punicale in the coast of Coromandel for its teaching. P. ANTÃO PROENCA composed a vocabulary in this language and JOÃO DE CERQUEIRA the first dictionary. There is no important language in India in which the priests of our Missions did not compose grammars, vocabularies and dictionaries.

Beyond the Hindustanic peninsula, the Portuguese continue to spread christian civilization and culture. They did it, as mentioned, in the higlands of the Mogul Empire. Further to the territories of the Bengalian language of which Brother MANUEL DA ASSUNÇÃO wrote the Vocabulary and the Grammar, they go into Indo-China where GASPAR DO AMARAL and ANTÓNIO BARBOSA compose the Portuguese and Anamita Dictionary later on enlarged with the Latin part by P. ALEXANDRE DE RODES, a pupil of the College of St. Paul.

The Portuguese had so deeply conquered the dominium of Eastern Letters that those who came after them were obliged to follow their example of cultural activity. They would not however have succeeded had they not themselves written in Portuguese or used Portuguese as an intermediary language for the vocabularies and grammars of the various languages of East.

Thus they compose, for example, the Portuguese, Hindustanic and Persian vocabulary; the grammar of

the Persian language; a Latin, Portuguese and Persian Vocabulary. The members of the Missions to the Great Mogul were the westerns who, for the first time, thoroughly studied the Persian language ,or as FERNÃO GUERREIRO calls it the persiana language. P. MANUEL PINHEIRO knew the Persian language so well that he astonished the Hindus; and he became so attached to the customs of the country that the Jesuits called him the «Mogul».

There were many Grammars of eastern languages in the Portuguese Colleges.

The Danish protestant missionaries of the mission of Trangambare in the coast of Coromandel in 1705 complained at not having studied enough of the Portuguese language before having left Europe because it was impossible for them to do anything in India knowing our language.

Even in the XVIII Century, in Batavia and Colombo, the use of a Portuguese-Dutch Vocabulary printed in Amsterdam was necessary for the comprehension of dominators in spite of two centuries of domination over the native population! And the protestant ministers printed the doctrine and the teaching books in the without knowing our language.

In Vepery, a village now absorbed by the town of Madrasta, the English protestants were obliged to print in our language.

It still is the Portuguese language that continues to serve as the means of communicating western

education and civilisation even by foreigners and through different religions.

As already mentioned, in Japan the cultural activity of the Portuguese continued intensely with the opening of Schools and Colleges and with the teaching of liberal Arts and new industries. There, many Vocabularies and Grammars are composed, it being worth while pointing out, amongst the linguistic works, that famous «Portuguese, Japanese and Latin Dictionary», a real linguistic monument which amazed all those who study such matters. Written in 1595, it was, even during the XIX Century, the only one available for the students of Japanese language, having been reprinted in Rome and converted into a French dictionary, edited in Paris at the end of the past century.

In Abyssinia, as mentioned before, cultural activity is largely organized. P. LUÍS AZEVEDO composed the Amarican Grammar, the first one to be written in that language in which our missionaries composed many works.

We do not refer to many books written in native languages since we are now limiting ourselves to speaking about some linguistic works with no intention of a complete bibliography which would take us too long and which is not within the object of this work where the only intention is to give a general view on our ways of civilization in the Overseas.

Besides, this activity was not limited to divulging our culture.

All civilization activity undertaken by the Portuguese, both secular and of the various Missions, represents a title of glory for Portugal even when, up to a certain extent, it was taken into effect by foreigners since the latter acted in accordance with a plan outlined since the commencement of the Discoveries by King Manuel and King John III who directed lead and subsidized, in a superior way, cultural and christian activity. Those Missionaries understood so well the indisputable Portuguese nature of this great undertaking which absorbed them, that although belonging to other nations they all spoke and taught in the Portuguese language.

It is worth noting that, in spite of the Marquis of Pombal having secularised teaching, the missionary tradition of the Parochial Schools in Goa still subsists in our days. In addition to the official primary schools there are still primary schools under the episcopal direction and as a complementary organization of all Goa churches. In addition to the rudimentary and primary teaching in these schools, there is teaching of music, which is so good that, as mentioned before, its musicians are, even to-day, admired in other parts of East.

CULTURAL INTERCHANGE AND INTEGRATION OF RELIGIOUS CUSTOMS

(ABSTRACT)

A Portuguese translation of Confucius — Adaptation of texts and customs to Christian evangelisation — Other sacred books of the Hindustani — Religions and Civil law

The action of the missionaries was not limited however to defining our culture.

The Portuguese saught to acquire knowledge and to study the intellectuel works of the cultivated peoples with whom they started friendly relations. It was with this spirit of being interested in whatever could exist of an intellectual nature in the culture of the asiatic populations and with the wish of revealing it to Europe that a translation of Confucius, the existence of which was unknown to us until it was revealed in «About the Famous Art of Printing», was published in Goa in the year 1669.

In Abyssinia, in India, in the Empire of the Great

Mogul, in Indo-China, in China and Japan, our missionaries studied the religious and philosophical works of the philosophers, everywhere, being always prepared to take part in public discussions, mainly before the Kings and the great men.

Confucius specially was the author whose great intellectuality merited their particular esteem.

This missionary esteem was such that it became mistrusted. More intolerant spirits accused the Jesuits of disturbing the purity of Faith mixing pagan customs to the detriment of Catholic religion. They would not distinguish the difference between the political and the religious aspects, difference on which the Jesuits insisted and which their adversaries considered heretical and insidious.

This had an old origin. More than a century before in the mission of China, already P. RICCI who studied first in Coimbra and afterwards in our colleges of Goa and Macau had identical views. He thoroughly studied Confucius and Lao Tseu and he demonstrated to the learned Mandarins in an intelligent philosophical and theological speculation that Christianism was the final formula, the logical conclusion to which all Buddhist and Confucian doctrines pended.

It is known how in India the Jesuits tried the high studies of Brahmanism, P. NOBILI even having attended, duly disguised, the centre of Hindustanic studies of Madura so that he would better penetrate the esoteric secrets of its theology.

On their side missionaries to Japan published in Canzuca, in 1593, «Fedro's Fables»: and in the comments which were used for the lessons in their colleges they used various transcriptions of Confucius, extracted from different classical works of Japanese literature.

It can be understood how much the work of the ascetic Chinese could attract the learned spirits of western philosophy although he was more of a moralist than of a philosopher.

Complying with the plan of converting the intellectuals through doctrinary discussions in which their doctrines were discussed in the light of theology and philosophy, the Jesuits thoroughly studied the sacred books of the East, following the example of St. Francis Xavier.

In view of this they encharged a converted Brahman of preparing a Portuguese translation of some of the most worshipped works in the Hindustanic religions.

The first books to be translated were: «The Episodes of Mahabarata», «Bhagavat-Purana», «Tulsi Mahatma» and «Yoga-Raja-Tilak».

These translations are now in the General Archives of the Company of Jesus in Rome. The texts which were used must be those which are now in the Library of Braga.

On the other hand, in the civil field, it could be seen how the religion was respected and guaranteed in the «Foral dos Usos e Costumes». In fact our law always

allowed, except for a relatively small lapse of time, the sacred oath of the pagans of the Hindu religion.

And this fact is in itself sufficient evidence of the perfect understanding and respect of the Portuguese for all the Indians, whatever might be their beliefs. This respect dit not exclude, on the contrary it encouraged, the preaching of the Bible, since it was far from signifying indifference for their moral and religious life, as our greatest wish was not to establish a colony but to prepare an extension of the Mother Country; the catechism represented the fraternal interest for the salvation of souls: and the Portuguese did not hesitate between being skilful traders or spiritual civilisers.

THE INTRODUCTION OF TYPOGRAPHY IN THE TEACHING OF THE POPULATIONS OF THE DISCOVERIES

(ABSTRACT)

The didactical trend in typography and engraving designs — The arrival of the Press and the first printing works — The first exotic characters — Ephemerides of the Asiatic Press — Gratuity of the Publications

To the work carried out through the missions and the Portuguese colleges soon is joined another element of culture which was also for the first time shown to all East by Portugal.

From the very beginning books start profitably being utilised in the teaching of our language and our doctrine. Following the «Cartinhas» sent by King Manuel, teaching through books is by all means multiplied. In a short time we shipped to India the second typography which was leaving the Old World in Portuguese vessels.

The destination of this press was entirely didactical: an instrument of teaching which Portugal in its mission of Preceptor of Western Culture was providing to Eastern souls. And this destiny, purely didactical, inspires original methods of pedagogy regarding languages. The technics of typography and engraving designs fit together with a new and real exemplar system through means of composition, combinations of different bodies, and of variations of colours.

In the book which we have published on the «Famous Art of Printing» we have shown the existence of the unique copy of a «Cartilha» most notable under this aspect. It was printed in 1554.

The printing is effected in trilinear groups. The middle line is composed of a larger body. The one below in a smaller body. The one above, printed in a much smaller body, is even more different because it is printed in red. The middle line, the one of the larger body, is writen in the Tamil language. The top line, printed in red, contains over each word of the Tamil text the corresponding word in the Portuguese language, with no concern about the syntactical order. In the lower line there is the current translation agreeing with that of the Portuguese syntax.

Signs indicating the phonetic values are already used. As we have then shown much more was being done than what GUSTAVO LE BON preconises in his «Psychology of Teaching». We believe that the invention of the method and that the innovations of the graphical

adaptation brought into effect so many centuries ago may be proclaimed as a remarkable conception of Portuguese pedagogy. And such invention was made as we said above to serve the culture of Hindu peoples.

So high a perfection in the didactical use of graphical achievements of typography, has certainly not attained up to the present time, any better or even as good a work.

In view of all this we can say that Portugal has in this chapter of the History of Press a unique place in the world, immediately after Germany, since having printed its first book only six years before the first incunabula of Gutenberg (see the «Famous Art of Printing») it is undoubtedly the first country to show the Press to the African Continent and to the whole of the Asiatic Continent.

Before all other nations, Portugal reveals and uses the book in the teaching of non-European peoples; ships typographies to the East and aboard its vessels; and, which is even more, produces and prints for the first time in exotic characters — Abyssinian, Hindu and Japanese — and composes the first «Cartilhas» and the first Grammars in the Eastern languages.

In one of the vessels of the Kingdom reaching Goa in the year of 1556 and in which was taken the reformation of the studies of St. Paul, as ordered by King John III, the Patriarch of Ethiopia disembarked with the typography destined to India which in that

same year printed its first book. Two years later at least one typography is installed in Goa. In the following year two other printing plants appear in the capital of India and printing takes place for the first time in Cochin.

In 1577, the Jesuit architect JOÃO DE FARIA instals a new typography in Vaipicota, near Cranganor, in the mountains of Malabar, and prints in Tamil characters the first exotic letters to be engraved in the world the types of which he himself handled. At the same time his colleague JOÃO GONÇALVES produced characters in the Mallayan language. There, many works come to light in the Syrian language, which was the cultural and ecclesiastic language, together with other books printed in the popular idiom.

SCHURHAMMER and G. W. COTTRELL published in 1952 a work called «The First Printing in Indic Characters». This book is known as «Christian Doctrine» and its authors are P. HENRIQUE HENRIQUES and P. MANUEL DE S. PEDRO. It appeared in Ceylon in the year 1578.

Another work with a similar title — «Christian Doctrine in Malavar Tamil language» and also translated by P. HENRIQUE HENRIQUES, was discovered in the Sorbonne Library by Fr. ROBERTO STREIT O. M. I. This is the celebrated «Cartilha» of P. MARCOS JORGE «The manner of Dialogue» and is also printed in Tamil characters.

The author thinks that previously there was at least

one dravidian edition in the year 1577, or perhaps even two, to justify the production of Malayan characters.

The erection of new printing plants proceeds; and the printings effected in the new work offices installed in Ambalacate, raise this new editorial centre to a category similar to that of Goa, the incunabula city of all Asia.

No printing had been done in the world except in classical alphabets. It is in our Discoveries and particularly in India, that the history of Press is enriched with the engraving of Asiatic and exotic characters of the Abyssinian and Japanese languages in addition to the idioms of India. Our historians of India refer to books published in Canarese, Tamil, Malabar, Malayan, Maratha, Surian, common Brahman and Concanin

On the other hand many of these bi-lingual books were used in teaching Europeans the Eastern languages. And the interest of books was not limited to linguistic knowledge. The publication of CONFUCIUS to which we have already referred, shows the wish of our transmitting to the West the best aspects of the Eastern spirit.

Printing was effected both in prose and in verses to satisfy the poetical taste of the Hindus; new «Puranas» being thus offered to their trend for mystical books.

For the Universal History of Typography seven dates of Portuguese Press in the East should be remembered:

1556 — Introduction of Typography in the East.

1559 — First printing in an Asiatic language.

1563 — First printing in an Indian press of a work of one of the greatest poets of Humanity — LUÍS DE CAMÕES.

1577 — First founding and printing with exotic types of Asia.

1588 — Introduction of the printing system with movable types in China.

1590 — Introduction of the press and the book in Japan.

1598 — First publication with ideographical Japanese characters and signs.

The love for teaching the natives in India and the wish of making them spiritually take a part in our intellectual and moral life was so fascinating that all the books which were published there, were supplied gratuitously by the colleges and in the fortresses, not only to whoever asked for them but even also to those who did not.

The Pope was so enthusiastic about this work of divulgation and of teaching that he decided to offer to the Press of India a complete supply of Caldean characters for the teaching of Nestorian Christians who were spiritually directed by Syrian priests.

Much more could be said about the printings effected by us in China and mainly in Japan where the editorial work of the Portuguese is really great.

However the wish of focusing our activity in India in order not to get away from the object of this work, forces us not to go beyond the slight references which are being made.

PREPARATION OF THE SPIRITUAL AMOSPHERE IN WHICH THE POLICY OF INTELLIGENCE WAS DEVELOPED

(ABSTRACT)

If it is certain that all the activity of our people is, as from the beginning, directed by a policy of intelligence, it is not less certain that if that policy was possible and successful that was due to it having been based on mutual understanding relations which were created by a spiritual approach and by a material and moral support deeply affectionate.

The «talant de bien faire», that device of the «Infante» which was forever in the conscience of our colonizers, thus determined it.

It is true that among the rustic men of arms hardened by the rough life of adventure, there were many in whose spirit the exasperated ambitions attempted to greatly take advantage of time and circunstances.

The attitude and the spirit of a nation however are

not shown by individual cases. What is important is to see how the Kings and Vice-Roys vigilantly protected the natives and punished the bribers, as can fraquently be verified through the study of the Archives relating to our administration.

Our policy of kindness was very successful, due to the certainty that it did not obey to reserved purposes, but it was also the spontaneus expression of our human sympathy. That is why MAURICE DE COLLIS wrote in «The Land of the Great Image» (history of the pioneers of the Kingdom of Arrakan in the Burma peninsula) that while other nations had commerce as their only ideal, the Portuguese mainly occupied themselves in civilizing.

a) THE POLICY OF MARRIAGES

The idea in the reign of King Manuel of opposing to colonial occupation the obtention of an Empire which might extend the Mother Country in the East — Genetical Concepts in the XVII Century — Genetics and Morals — Renewal of races — The Luso-Descendants in the French colonization of India — The Luso-Descendants in the British colonization of India — Women in the epopee and in social life — The Luso-Descendants in the defence of Portuguese India — the Portuguese of India in the Mother-Country

The first care of Albuquerque after the conquest of Goa was that of settling the Portuguese in India. In

his letter of 20th August the great Governor wrote to the King that he wished that «in India the Portuguese were considered as neighbours (residers) and not as guests or passers-by».

That is why immediately the policy of marriages is commencend, in accordance with King Manuel's orders.

The idea of the settlement of Portuguese through the creation of a Luso-Asiatic race is in fact that of King Manuel, although Albuquerque had adopted it with enthusiasm and had executed it with the most perfect efficiency.

It is necessary to insist upon the daringness of this conception with reference to a country like India where the caste prejudices were then, as they are still now, the most rigid, and, let us say, the most barbaric existing in the whole world. In those days and under the protection of its Kings, five centuries ago, Portugal already laid down practical standards of equity to the present Government of Nehru who at the same time it proclaims itself to be democratic attempts to annihilate among the other peoples of the Hindustanic peninsula the only State in which the caste prejudice has completely disappeared and has been substituted by a perfect social fraternity.

This plan of King Manuel, who for the first time in the world attempted to substitute the idea of colonies by that of extensions of the Mother-Country which, considered under such angle beyond the narrow idea of

territorial continuity, is followed in the reign of King John III in a most remarkable way in what concerns the genealogical concept of the hereditary supremacy of the male line.

In those days the concept of the genealogists was entirely based on the principle then indisputable of the domination of the characters transmitted by the male, to whom therefore was attributed for every purpose the representation of the family.

Sight was not lost of the fact that the fathers and not the mothers were the transmitters of those dominant moral characters which join to the affective and ethic qualities of both sexes, the qualities which were specifically considered of the male line,

The Portuguese could not help considering themselves a superior race in those magnificent days when, to the amazement of Europe, they discovered the World and occupied it everywhere with an unlimited faith in the will of God and in their virtues as discoverers and navigators, pioneers and soldiers, missionaries and civilizers.

With their wish of raising other populations to the same degree of civilisation they had in mind to transmit to them their superior qualities through the breeding of races.

These genetical concepts were not however touched by any lack of morals as shown nowadays by science when it lays humanism and zoology in the same level

reducing the problem of man to the rude category of the problem of the beast.

With superior intelligence and morals directing the formation of a new ethnic, the idea that the future could be left only to beastly licentiousness of customs with the accidental and sensual fecundation of natives was, since the beginning, repelled.

Two months after Albuquerque entered Goa more than two hundred marriages had already been celebrated. He selected the brides amongst the white and most virtuous races. He repelled the negresses and the «corrupted in their way of living and in their customs».

But — and it is necessary to stress this point in order to thoroughly appreciate the way in which the couples were organised — only the marriages of Portuguese men with Hindu women and not those of Portuguese women with Hindu men were privileged. Certainly in accordance with the phylogenic ideas referred to above, if it was the progenitor who would transmit the qualities to be fixed in the generations it was naturally necessary that the descent was of Portuguese fathers and not of Hindu fathers. It was natural to wish the supremacy of Portuguese blood to be guaranteed.

In the meantime the years go passing by and now, when the first generations had attained the majority, we see a new practice to this great experience of human genetical which for the first time was carried out in the world methodically.

It was what we might call the revigoration of the original races.

Since 1545 King John III commenced to send to India, with all due honours and distinctions, many orphan girls either nobles or otherwise, all of good families, who previously he educated in colleges specially directed towards that object, taking great interest in the celebration of their marriages with the brave Portuguese of India. The same was done in Brazil.

This convoy of brides from Portugal was opposed to the first directions of King Manuel. In order not to hinder the quick development of the new Luso-Indian race, King Manuel made it difficult for ladies from Portugal to embark for India.

At first sight it looks as though the policy of King John III was completely opposed. But in fact it was not so, because that was in 1545. Already 35 years had elapsed after the first marriages and consequently there was now a large population constituted by the descendants of the race. In those circumstances the arrival of noble brides from Portugal not only did not hinder the formation of a new ethnic but on the contrary it was a means of revigorating the lusitanian sources of the Luso-Hindu race.

King John III dedicated himself so much to this work, trying to raise each time the dignity of social life in India, that only during the XVI century, as investigated by GERMANO CORREIA, more than 8,000 brides took the risk of the great dangers involved in so

long voyages and sought that piece of Portugal in order to organise their homes and to form the generations which would constitute the great Portuguese family of Eastern Portugal.

It was among the girls descending from these Portuguese brides, «fort jolies portugaises» — as MARGUERITTE LABERNADIE called them, when writing the history of Pondichery — that the French who formed the colonies in India selected their brides who «fesaient assez chérir le pays pour qu'ils ne souhaitaient pas retourner en France».

In the time of Napoleon III, the MARQUIS FLEURIOT DE LANGUE, Admiral of a navy which reached India in 1860, spoke of the charm of the «belles lusitaniennes» of Goa, who «si loin de leur patrie n'ont rien perdue de la grace de leurs mères».

Their grace and education was so remarkable that a luso-Indian D. Joana de Castro of Bazaim, became by marriage the Marchioness of Dupleix, and as such, she stood out as a great lady in the Court of Luis XV. According to various monographies and biographies of various authors, namely among others, that of MASTINEAU, GODAR, MARGUERITTE LABERNADIE and GAEBELS, D. Joana de Castro was the greatest Vice-Queen of French history in India.

Another, D. Joana de Carvalho, married to the Governor-General Jean Law Lawriston, had the merit of organising in the royal Palace of Pondichery a standard of living of the best social and artistical level

and of being the mother of a Marshal of France, aide de camp of Napoleon I.

If during many years the French colonisation was carried out by Luso-French couples the same happened with the English colonisation because only two centuries and a half after the arrival of the Portuguese girls, girls from England arrived in India. Until then — as THEODOR GEORGE writes in a study on the racial relations in India — the English celebrated their marriages with the Portuguese ladies.

We ought to stress that in this way all the admirable development of the European races which introduced the English and French India into the level of western civilization, finds its origin in the Portuguese couples who were so carefully established in the East by King John III, having for such purpose educated virtuous girls, daughters of nobility or not, giving them every opportunity of becoming good housewives for a thorough organization of family life.

Portugal did not use India, as many nations did in various colonies, as a rubbish heep for undesirable people, as a banishment place for people who it was thought convenient to get away from the respective metropolis. Portuguese nobility settled everywhere. It was an establishment of people belonging to chosen families. In Colombo, only in the island of Ceylon, there lived 900 noble families who during 20 years heroically defended the Portuguese occupation until 1656 when the city was taken by the Dutch.

On the other hand also in the Mother-Country the Portuguese of India always found themselves, from the beginning, to be at home.

«From the heart of that territory of Portugal, from generation to generation, individualities of a high moral and mental standard came to the Mother-Country in order to take up important functions in the Government, in the universitary and secondary teaching, as magistrates, of the High Courts; in military and diplomatic positions, in the high charges of civil administration; in the parliamentary assemblies, in the literary and scientifical academies, in the hierarchal functions of the Catholic Church, becoming remarkable and imposing themselves to general respect. Almost all of them, except for the ecclesiastic people, married Portuguese ladies of good families, thus tightening the relations of moral fraternity and of common affection. Thus was established the national unity.

b) THE ORGANISZATION OF CIVIL LIFE

The Municipality of Goa — Adaptation of traditional institutions — Diplomas for the protection of natives — The Father of the Christians — Laws of Pombal — Relations with the non-converted Hindus — The Hindus in the administrative life

The regime started by Afonso de Albuquerque immediately after the first conquest of Goa, when he

organized the administrative life in India, established a perfect understanding between the native peoples and the new State which was going to be founded with their collaboration.

Timoja, leader of the oppressed peoples who sought the intervention of the Portuguese, was the first Governor of the conquered territory; and in his presence the conqueror undertook to respect not only the rights but also the customs of the people of Goa. After the second conquest Timoja was substituted by the Hindu Prince Mel Rau of the reigning family of Onor, and much beloved by the Hindu population.

From the beginning, civil organisation similar to that of the Kingdom, was given to the Government of Goa. A senate of the Municipality of Goa was established, the first to exist outside the Mother-Country, with the same constitution of the Senate of Lisbon: — six aldermen and the representatives of the Offices, (elected as in the capital of the Kingdom) who there attained 26 in number.

But Albuquerque did not wish the administrative system in India to cease to include as much as possible the local institutions. He attained this object by a perfect adaption of our institutions to the traditional organizaton of the natives. With this view he even tried to organize the running of the administration with officials chosen from amongst the natives.

It is true that during the XIX Century there is a tendency to impose upon all the overseas territories,

one sole standard, that of the Mother-Country. It is however necessary to point out that, after more than three Centuries of life in common and constant intercourse, their customs had been gradually adapted to our habits and concepts, enabling the State of India to naturally receive our formulae and systems.

At first our «talant de bien faire» involved the spontaneons respect for the administrative organization, and even for the traditional magistrates of the Hindu peoples.

For the administration of the island of Goa a native Governor was appointed under the local official designation of Tanadar-Mor. And he was given the right to choose and appoint his officials for the administration and the collection of taxes.

This organization was afterwards extended to other provinces namely to those of Bardez and Salsete. The various villages of each region were directed by an agrarian community called the «Community of the village». Thus were designated the most ancient institutions which were at the same time administrative entities and agricultural co-operatives. They formed a sort of corporation constituted by the Gancares whose functions were transmitted by heredity.

In the head office of the province a «General Chamber» functioned for the administration and direction of the general business of the various communities, representing the interests of the villages. This Chamber was the one that collected the tax contributions. The

Tanadar took part in all these organizations, and exercised the function of Judge in litigations to be decided.

In 1526, Afonso Mexia, Treasurer of India, combines the customary provisions which govern the local institutions and thus two laws are formed: — one with the name of «Law of the customs of the Gancares and farmers of this island of Goa», and the other, annexed to it, called «Regulations for the Collection of Rights and Rents». In this way the traditional organic administration of the Hindus was definitely embodied in our legislations.

As pointed out by Professor MORSE STEPHENS, it was thus Albuqueque «who started the joining of fiscal and judicial functions as well as the co-operation of Hindus with the European officials».

The continuance of this spirit of Christian sympathy towards the Hindus is carefully maintained throughout the issuing of different laws.

In 1512 a law dated 4th May is published whereby the imprisonment of baptised natives, for debts below 20 xerafins, is prohibited.

In 1536 another law provides that the baptised slaves must be released. And in order for such a provision not to be eluded the Vice-Roy D. CONSTANTINO DE BRAGANÇA published later on another law punishing with the galleys and with the confiscation of goods whoever tried to hinder the baptism of the natives.

In 1546 the King's Law of 8th March is published,

whereby the natives are dispensed from forced labour aboard warships.

In 1557 by the King's Law of 15th June, it is granted to the natives all the rights and liberties which the Portuguese residing in the said city are entitled to.

The wording of this Portuguese law did not cover as can be seen, the whole of India. But a provision of King Sebastian issued in 1571 corrected this limitation which was certainly not intentional, extending to all possessions in India the benefits granted in any of the other provinces.

Ten years later, in 1581, a law of 24th February exempted from taxes during 20 years, the converted natives.

In 1599 another law provides that the masters or employers who may cruelly treat the slaves must be severely punished, and prohibits the sale of slaves.

As stated, new means of protection are constantly renewed and established through the Kings Law provisions and laws. Already in 1533 the Governor Nuno da Cunha had created a new office of magistrate: — that of «Father of the Christians».

The «Father of the Christians» had civil jurisdiction and it was up to him under the law, to visit daily the prisoners of the city in order to see whether there was any native who might be the victim of any abuse of power. It was up to him to hear their complaints and to give effect to their claims. It was up to him also to

defend the servants from the ill-treatment of their masters.

By Law of 2nd April 1761 it is provided that all individuals «born in East India and dominions ... should benefit from the same honours, prerogatives and privileges which are given to the natives of these Kingdoms without the least difference» and that «for such honours, dignities, employments, posts and offices, preference should always be given to the natives of the respective territories».

After this, penalties are established for «any person, whatever his status and condition may be, who may despise or distinguish in treatment or in civilization the said natives of India or their children». Whoever may incur such faults in addition to the other penalties shall lose the right of «fidalgo» if he has it; if he is noble he shall lose the nobility and shall be reduced to the category of footman; in addition to the monetary indemnity, strict imprisonment in a public prison.

In 1774 the provisions of the Law of 1761 are again confirmed.

This tradition of respect for the natives continues at all times. In view of this, Commander SARMENTO RODRIGUES, the present Overseas Minister, who many years ago became notable as a colonist of uncommon culture, stressed in his famous lecture on 1st March 1950: — «And it is an endless providing of measures full of liberty which pass through the ages. Decree of 16th December 1880, with a new «Code of Usages and

Customs of the non Christians of Goa» is a real monument of respect towards one's neighbour, a noble diploma in which the rules of utmost importance concerning the formation of the Hindu family are established...».

It is to be noted that although the protection to the natives starts by interesting, in the first place, the converted Hindus, it does not however fail to cover the pagans or followers of the various religions in India.

The Mahommedans themselves were respected by us when they formed part of the population and did not interfere with the politics of the Portuguese. Many of them even served our State and were promoted to responsible posts. The friendly relations with the Moors of Cananore are such that the conversions amongst them attained even a higher number than those amongst the Hindus.

Who the Portuguese fought systematically were not the Mohammedans of India but the Moors from outside known as the «Rumes» who desparately opposed the establishment of the Portuguese, plotted against us and intrigued with Kings of India, attacked our establishments and besieged our fortresses.

Furthermore the policy of the Rumes was so insiduous and treacherous that the Hindus themselves constantly came to seek our help against them; and they were so hated by the people, that the island of Goa, for example, was taken by us at the request of the natives themselves!

Our tolerance for every culture and individual respect towards the followers of all religions was shown, except for a very small lapse of time, throughout the ages.

In the famous «Regulation of the Usages and Customs» of 1526, the customs of the non Christian Hindus are recognised by law as in the time of Albuquerque. The Hindu official oaths themselves may be taken in the Pagodes of their religion.

Long before the «Regulation of the Usages and Customs» had been published, a non-converted Hindu, the Brahman Crisna, had at least three official charges as Fr. VICENTE DE LAGUNA noted in a letter to the King. They were not three but four. In 1520 Crisna came to Lisbon when King Manuel, in consideration of the great services rendered, granted him the charges of Tanadar-Mor, Xabandar or Lord of the Port of Goa, Captain of the native troops and Broker of the Horses of Goa, which charges were confirmed by King John III, who appointed him for a further five offices.

This was more so noticeable as actually the Portuguese of the Mother-Country were not permitted to exercise more than one function.

In order to estimate the importance of the charge of Broker of the Horses, it should be remembered that Afonso de Albuquerque made Goa the centre of the trade of all the horses of India. It was through Goa that Portugal had the control of all the horses of Persia and Arabia.

The greatest importance of this centre was not however represented by the value of its trade but mainly by its diplomatic merits. The need of horses practically made the potentates of India dependent upon Goa.

The Vice-King had in his possession a most valuable trump in the diplomatic game of Indian politics.

It should not be thought however that the position of Crisna in Indian life represented a purely exceptional case.

Many Indian names compose a gallery of Hindus who are received with every honour amongst the notable individualities of their times, who take an integrant part in the History of Portuguese India and of whom the author mentions various Hindu, Mahommendan and Persian remarkable men to who Portugal, throughout the ages entrusted important official and honorary charges.

c) THE RELIGIOUS QUESTION

The Inquisition in Goa — Intolerances

As we have just seen the evangelization did not exclude the respect and consideration for the non-converted Indians.

This brotherly intimacy of different races and religions joined together by a common Mother-Country, was maintained throughout the ages, although as is

necessarily the case, there were at times disorders and lamentable discussions which, as can later be seen, were considerably aggravated in the reports of our chroniclers. Nevertheless they were not greater in Portuguese India than what they were in those days, and even afterwards, in Europe where the internal fights, both political and religious, of various nations, certainly exceeded the outbreaks which may be pointed out in India throughout the ages.

What is important to stress is that not even the inquisition failed to obey the principle not only of protection of the converted natives but also of respect to the infidels, since the Indian Tribunal did not persecute «the gentile and the Indian Moors of any religion» unless they had been converted into Christains. But even so the severe treatment existing for the Metropolitan Portuguese was not used against them.

It was impossible that Portuguese life did not reflect the ascetic, inflexible hardness of the religious concepts which in those days ruled Europe. Nevertheless, as we have seen, the truth is that even so the religious tolerance always directed our relations with the natives of India.

The non-converted Hindus did not act in a similar way; often they did not correspond to this spirit of tolerance which we maintained almost uninterruptedly throughout the ages. They not only repelled all who were converted into Christian faith but they also deprived them of all the goods, leaving them in misery,

and torturing many of our missionaries and defenceless Christians. The reprisals became inevitable.

And even so such reprisals were taken against the buildings and not against the people.

However the liberty which was suspended in the middle of the XVI Century soon returned. And both the Hindus and the Moors were soon again allowed to perform their religious ceremonies with no impediment on the part of the authorities.

AND YOUR NEIGHBOUR AS YOURSELF

(ABSTRACT)

Help to neighbouring peoples — Assistance institutions — Cochin and Goa hospitals — The Goa Royal Hospital—Extension of hospital assistance — Gratuity of assistance — The rents of India

In order for a clear understanding of the complexity of the spiritual atmosphere in which a national unity, established with so many races and religions, was accomplished, it is not enough to study the culture obtained through the Teaching and the Press, nor the organization of marriages nor the guarantees of liberty, the protection, the rights and privileges regarding the civil and religious conditions of the natives.

The Portuguese have always had a particular inclination for social assistance works.

We have already observed how every cultural work carried out in the Schools and Colleges is imbued with that deep Christian spirit of assistance to the unprotected.

In 1546 P. MIGUEL VAZ arriving in Lisbon from India reported to the King about the necessity of helping the converted who were cast off from their families and wrote in his Report the following fundamentally human words: — «it is convenient for the men to have some temporality so as to favour and help this spirituality».

So it was. And not only the Christians benefited from this charitable spirit. GASPAR CORREIA reports that around 1540 there was a terrible famine in a territory near the coast of Coromandel and that the Portuguese immediately and generously helped all the famished, bringing them gratuitously in their ships all the goods they could, and charitably distributing great quantities of rice, maize and cocoa-nuts. So much devotion was demonstrated that the King of Bisnagare although hostile to the Portuguese sent messengers to them in order to express his gratitude.

In the meantime and in addition to these incidental helps, charitable institutions spread out in every shape: Retiring Places, Asylums and Hospitals. And when they reach a certain complexity «Misericordias» (Charitable Institutions) are organized.

Even before the conquest of Goa Afonso de Albuquerque provided that nothing should be lacking in the pharmacy of the Cochin Hospital founded in 1506. Immediately after the conquest of Goa Albuquerque ordered the construction of the first hospital. This was the celebrated King's Hospital which, later on, after

having been given over to the administration of the Jesuits would be turned into the most perfect hospital in the World.

In the meantime other hospitals were founded by private initiative in Goa. And if the King's Hospital was destined only to Portuguese metropolitans, the Municipality maintained a hospital which was commonly known as Hospital of the Poor or Hospital of the Natives where the diseased of every origin, regardless of colour, race or religion, were sheltered. The «Misericórdia» in its turn administered a third hospital entirely maintained by the charity of people residing in Goa, having also taken over later on the administration of the Hospital of the Municipality. Another specialised hospital, the Hospital of St. Lazarus, was in existance since 1532 and this was the one which was largely developed by St. Francis of Xavier who fraternally lived in common with all the lepers.

In 1631 the Hospital of Piety was formed.

Although the number of hospitals increased in all the territories throughout the East where the Portuguese settled this Royal Hospital deserves a special reference in view of its perfect installations, excellent treatment and liberal assistance which made it one of the first among all the hospitals in the World.

This classification which is surprising even to us, is undoubtedly, at least trustworthy, since it is not based on Portuguese documents, always rare in references of this sort, but it is largely expressed and justified

with elucidating details in long reports of various foreign travellers.

It is not only the celebrated PYRARD DE LAVAL who deals with it in a long and detailed account describing the majesty of the building, giving full particulars on its functioning, its lac or golden beds, the excellent cotton clothing «very fine and white», silk bed-covers and the rich plates in which the diseased were served.

The constant care with which the diseased were treated, as from their admission, was not less remarkable. They were washed in a hot-water bath, their hair was cut, and they were completely dressed anew every three days and each person had his own handkerchiefs and towels.

The food was good and abundant. The bread was served in small slices which once being cut would not be served again. Even the utensils of the diseased were of strict personal use. The rooms were «clean and white as paper». The medical assistance to the diseased took place twice a day and aromatical substances were daily burnt in the infirmaries in order to extinguish any odours in the atmosphere and to purify the air.

New clothes were offered to the patients on their departure from the hospital.

Not only was the treatment perfectly equal both for noble and ordinary people, but also all diseased regardless of their origin or religion, were accepted.

The French travaller VINCENT LEBLANC in his voyage notes through India, voyage which commenced in 1587,

says with practical knowledge, that the hospital is the finest and the most perfect he has known — He wrote: «j'oserai bien dire que ny celui de St. Esprit de Rome, ny l'enfermerie de Malte ou on este servy en vaisseles dargent, ne scauraient éstre egalez à celui-cy en richesses ordre et service. On y est mieux traité qu'en sa maison propre quelque riche que l'ont soit comme j'ai vu souvent».

Another foreigner, the spy and malicious JOHANN HUIGHES VAN LINS CHOTTEN, likewise says that this hospital is the best in the World, pointing out the facts that its medicines were gratuitous and also that curings of external clinic were there made twice a day.

The report of the German traveller MANDELSLO, relating to the year 1639 contains a reference to 1.000 diseased assisted therein on the occasion of his own stay. Also he himself praises its pharmacy and the treatment given to the patients who were very well lodged.

In the «Hospital for the Natives» which later on was joined to the one of the «Misericórdia» the diseased of all races and religions were treated in the same way «also with no change and with no medical restrictions».

The care which was taken with the natives in hospital in the aforesaid conditions starts with the first hospital in India founded in Cochin in the beginning of 1506. Portuguese and Indian were equally treated there. And so that no difference whatsoever could be

felt between metropolitan Portuguese and natives they were burried in the same cemetery as the Portuguese.

Superior to the Cochin Hospital was the Cananore Hospital.

All the hospital, medical and surgical services, infirmary services, alimentation and even (at least in the Royal Hospital) linen and clothing were absolutely gratuitous. This assistance is constantly recommended by the various kings as is seen in many documents.

Everywhere the Portuguese settled they started a hospital and wherever there was sufficient number of Portuguese they started a «Misericórdia».

It should be enough to remember that even in the Great Mogul and immediately after the arrival of the first Mission in Fatehpure in 1580, one of the first things requested from the Emperor Acbar by the Jesuits that formed it, was that of starting a hospital and, as Sir EDWARD MACLAGAN refers, that of starting what would be nowadays called a medical mission.

Taking into consideration that the Portuguese were very few there, it should be well understood that the hospital was mainly destined to natives.

The object of the «Misericordia» — which were spread out through all the Eeast — was not only to look after the ill and aged, but also to visit and to protect the prisoners, rescue the captives, feed the famished, clothe the naked, and protect those who sought justice, in short, to carry out every work of mercy.

They found and maintain hospitals, asylums, religious brotherhoods and places of retirement; they look after the orphans, they get the young girls married and establish between the various places of the East: — Africa, Arabia, Persia, India, Indonesia, China and Japan, — a vast net of beneficence, which was admired by every traveller who travelled in the East.

Here is a list of the «Misericórdias» spread throughout the Portuguese Overseas territories: In the West African Coast: Cape Verde — S. Thome — Loanda — Massangano and Benguela. In the Eastern Coast: Mozambique and Mombaza. In Arabia: Mascate. In Persia: Ormuz. In India: Dio — Tana — Daman — Bazaim — Chaul — Goa — Cannanore — Cranganore — Mangalore — Meliapor — Cochin — Coulan — Negapatan. In Ceylon: Manar — Columbo — Gale — Jafnapatan. In Indo-China: Malaca. In Indonesia: Timor — Larantuca (in the Flores island). In China: Macau — Liampo. In Japan: Nagasaki.

In all countries where there were «Misericórdias», there was at least one hospital. And there were further hospitals in many other overseas countries where there were no «Misericórdias». In addition therefore to those already mentioned there were also: In Africa — Cacheu — Sena — Sofala — Zanzibar and Pemba. In India: Asserin and Madure. In Ceylon: Candia. In Japan: Funai (nowadays Oita) — Velime — Guifu.

Apart from these Hospitals there were doctors and infirmaries in all fortresses which naturally rendered services within their areas.

The organization of such a vast net was somehow really surprising, unexpected and exceptional in the World. The setting up of an international enterprise for the exploitation of commercial interests would be an undertaking worth the admiration and the understanding of everybody. But to conceive and to execute such a vast international organization involving no pecuniary profit and, on the contrary, very heavy expenses, limiting the activities to merely spiritual interests was in fact unconceivable, out of the Portuguese spirit!

The whole East, from Africa to Arabia and from Arabia to Japan, was covered by a vast net of institutions which were created not to make money but on the contrary ..... to spend it for the benefit of the poor.

All this was the cause of a spiritual atmosphere which covered our civilization of prestige and sympathy.

The Turks themselves admire the disinterested generosity and the honesty of these institutions which, regarding the transmission of inheritances from those who died to their heirs, had started a service for the transfer of funds between distant places in the East, representing a true banking activity executed with no profit and only for the benefit of the persons concerned and the service of God.

No doubt this was serving God since the income which India brought into the Portuguese Treasury was so largely spent in the expansion of Faith, in the maintenance of Schools and Colleges, in helping hospitals, asylums and «misericordias» that in these works of

assistance and civilization executed mainly by the missions and considerably by the local institutions, private initiatives and the royal contributions, a great part of the proceeds of precious stones, gold and spices, was being subverted for the benefit of the peoples of the Conquests.

The dominion «of the Conquest, of the Navigation and Commerce of Ethiopia, Arabia, Persia and India» was most expensive.

MUTUAL UNDERSTANDING

(ABSTRACT)

Ancient Kings and Nobles — Hindu, Mohammedan, Persian and Coja Communities — Religions and Priests

Except for certain inevitable personal insubordinations the «talant de bien faire» ever since the beginning and throughout the ages constitutes the explanation of the Portuguese national unity of the State of India proceeding fully in our days in spite of the agitated tumult of Hindustan.

That is why the most representative persons and entities of that eastern extension of the Nation hasten to welcome the Minister of Overseas officially representing the Portuguese State. The communities of the various religions and of the various races. Hindu Kings and High Priests. The Queen and the Prince of the many centuries old Royal House of Sundem receive the high representative of Portugal calling to mind the name of the King Savai Imodo Sadessiva who, two and a

half centuries ago, «found shelter under the protection of the Portuguese». And since then has been maintained «constant and unchangeable the perpetual friendship and aliance expressed in unequivocal terms of so many treaties and chapters» entered into with the Portuguese Government.

It is «Ranes de Sanquelim» that shows his loyalty «to the glorious Nation which his ancestors always served with pride».

The representatives of the Hindu Communities, such as Quersichand Motichand, are those who manifest their gratitude on behalf of the Hindus for the «equalitarian policy» of the Portuguese.

The Mohammedan Community represented by Nurmonnod Shezain mentions the «ties which unite us uninterruptedly throughout the centuries» reminding that it is to the Portuguese that «the Mohammedan Community, the majority of which is constituted by sailors, owes the navigation science» and that «everywhere the Portuguese flag is raised, the colour bar disappears and the differences of races are forgotten».

The Persian Community expressed itself through Dr. Hormiji in Dadravala who represented the National Union party. It is particularly remarkable and admirably significant that the representative of the National Union party should be a Persian! In Dumorta, Dr. Luth the director of a School in Guzarate is the person who welcomes the representative of his Nation on behalf of teachers and pupils.

The Coja Community of the followers of Ali Khan also hastens to welcome Portugal.

Then come the representatives of the Manzania. The high representative of the Nation is welcomed in the sacred compass of the Temple on behalf of the *Devalaia* of *Xri Manguexa.*

In the *Devalaia de Xri Malsá* the privilege of that Hindu temple being recognised by the Portuguese judicial authorities for the decisions taken in religious judgements is remembered.

Visvonata Rudragi Sirvoicar, chief of the *Devalaia Xri Xantadurja,* of Ponda, receives the Representative of Portugal in the Temple and there he says «the political phenomenon unique in the History of Humanity and for many people inconceivable in our days, of peoples of different racial origin, with different customs and religions, of different natures and cultures ..... to adopt the same political faith, to accomplish the national unity, all of them to call themselves Portuguese and all of them to be proud of their nationality».

The Suami of Partagale, on the throne of the «*Prelazia*», after the Vedic songs, reads his message in the Sanskrit language, giving thanks for the privileges granted by the Government and praying for the Representative of Portugal and for the Nation the grace of *Xri Vixnu* invoked by the priests' prayers.

On the throne of the *Prelazia* of the Temple of Queula, Ranade Xastri reads a message in Sanskrit from the Suami where it is said: «Since the old days our

varied religious activity could be practised due to the help granted us by the Portuguese authorities». And he adds: — «There are no doubts on this point».

All communities, all races and all religious manifested themselves.

THE MORAL MASTERSHIP AND THE CRITICAL PESSIMISM OF THE CHRONICLERS

(ABSTRACT)

The moral function of History — Other reasons for the chroniclers' errors — The truth as seen by the natives

If it is certain that not always the frenzy of ambition, the exagerations of an adventurous spirit, the exuberance of physical life and the seduction of licentious customs could be disciplined by the morals of who directed the policy adopted in the Overseas territories, it is not less true that the individual insubordinations never failed to be severely disapproved by the conscience of the Nation.

Many blamable faults may be pointed out. That is true. But the crimes of abuse of power were current even in the European countries.

Neither was the State of India peopled with angels nor was it situated out of time and out of space. The truth however is that in the Archives of Goa there are

many documents showing that such cases of abuse of power were severely restrained by the high officials of the State.

All the administrative atmosphere was dominantly moral.

In a work of this nature it becomes necessary to inform beforehand the spirit of whoever reads the chronicles regarding India. The Portuguese got used to excessively generalizing the most shameful cases mentioned by the Chroniclers. It is necessary however to know how to interprete the value of such allusions.

One should remember that the office of writer involved the conscience of a high mission of moral honesty to carry out. Exactly because History is the Master of Life, to write History was to undertake the responsibility of exercising a moral mastership for the present and for the future. It was not often a matter of noting facts with a view to making historiography, in its purely scientifical sense; the writer's object was mainly to give men lessons on dignity and on greatness, imposing his authority through the demonstration of a highly pure and straight conscience.

This is the spirit of all those who dealt with the history of our achievements.

Consequently they considered it necessary to bring faults to light, to expose the bribers to execration and to condemn vice so as to show everyone the way of honour and make the ambitious fear the disgrace of allowing their names to be execrated forever in History.

Mainly as far as DIOGO COUTO is concerned, the facts mentioned are frequently contradicted by the true facts as shown by the documents in the archives and in the correspondence of the various Kings of India.

As more comparisons are made «the pessimism of the «Decadas» and especially of the «Dialogue of the Portuguese Practical Soldier» and of the «Legends of GASPAR CORREIA are considerably attenuated».

In addition to the moralizing attempts of the Chroniclers there is still another reason. Let us consider present day life. The ungrounded rumours, the false reports which are spread out about people and facts, the untrue news which is intentionally transmitted through books and news-papers, are present day events.

Take the lies that are thrown into the air by the Indian Union about the behaviour of Portugal. Also in those news with which History is very often made our Government is accused of outbreaks which never existed, against criminals who exist, but who are called honest people. And ours is a time in which the necessary data to find out the truth are guaranteed by easy communications of peoples and by a great number of possibilities of ascertaining the facts in every place where no iron curtains exist.

Nevertheless, how many persons do not in fact believe in the falsified accounts of daily facts? And the clarifying of truth in undisputable official notes is not, even so, enough to modify the false criterions of those

who purposly disfigure facts, even after undoubtedly having been clarified.

Take the case of India some centuries ago, with inhabited centres separated from each other, with no overland communications and many days away from the sea; with natural detractions and personal and passionate malevolences; vague news, easily misunderstandable when passed from mouth to mouth; and we must understand how much the Chroniclers, although in good faith, found themselves faced with incorrect reports and traditions towards which a pessimistic spirit like that of COUTO would easily be favourably disposed.

The Hindus were those who saw, compared and considered that if the Portuguese were terrible towards their enemies they were on the other hand devoted friends in peacetime.

They well knew that only the Portuguese high officials were disposed to compensate recognised offences.

The feeble were used to the violence of the powerful. What was really something new and remarkable was that devotion of the new masters officially founding the institutions for their benefit, protecting them with so varied an assistance, giving them civil guarantees, everywhere developing education, encouraging the family union from which they ascended, raising them to the Religious offices which dignified them, and appointing them for public charges in which they were benefited and honoured.

PORTUGAL

A Missionary and Anti-Colonial State

(ABSTRACT)

This atmosphere of devotion and of interest formed the necessary spiritual conditions for the large cultural activity which took place in all the East through the foundation of many Colleges for gratutions teaching; through the installation of the first Asiatic typographies in India, China and Japan; through the discovery of the best didactic method which, up to now, has been applied in typography and engraving designs in the teaching of languages; through the publication of many books in editions of one or two langues, gratuitcusly distributed by the new Christians; through the growth of the first University in Asia attended by people of all Eastern populations from the African and Arabian coasts up to distant Dai Nipon; through the formation of the first Medical Schools of the East, in India and in Japan; through the communication of our

language absorbed in various creole dialects; through the didactical study of the eastern languages including the composition of their Grammars, Vocabularies and Dictionaries; through everything that might have become necessary for us to reveal the western civilization in its best spiritual and cultural expression to the populations of the non-European continents.

The Nation has never preferred the *auri sacra fames* to the superior moral sense of our oecumenical mission. And that is how we sacrificed everything to this imperative rule imposed on us by the will of God.

We have so nobly honoured our destiny of missionaries and of civilizers that out of the rents produced by India, Portugal proudly disinterested in material benefits, can say: — *India produced them, India consumed them.....*

In the reign of Re-establishment of the Independency of Portugal, with exhausted finances, India represented to us an economical charge particularly heavy, a material sacrifice which was endowed as if it represented a divine mandate.

With its sale we could have collected a material profit from its possession. Various nations proposed to purchase those territories from Portugal.

The Nation still recently freed from the domination of Spain, was impoverished due to the depredation of its treasury by a foreign administration, and to the distress of its navy which was sacrificed to the interests of Spanish politics and due to the constant economical

bleeding caused by the wars of this Restoration period. In spite of this the King does not yield to the economical advantages of the financial operations which are offered him by England, Holland and France. There is an explanation which defines in an expressive way his firm resolution: — When, answering the French Ambassador Marquis de Jant, the King says that he *trembled* only to think of the sale of India. And the reason which he gives is no other: — the only ground invoked is a feeling of a duty towards God.

Three Centuries have elapsed. The ambitions regarding Portuguese India are renewed. Now however the ambition makes its appearance duly disguised with the pretext of a claim of natural law, as non existent as the false accounts with which it is intended to justify that this is the right moment to bring forward such claim.

In order to obtain Luso-Indian names connected with the anti-national action against the Portuguese nation, the Indian Union has to fraternize with common criminals establishing disputes over morally undesirable persons who have fallen under the police jurisdiction and who are within the applicability of the Penal Codes established by all nations for the punishment of all criminals.

The economical situation in India continues the same: a financial charge on the Mother-Country. Times have changed. The sentimental impulses naturally leave their place to the threatening aspects of economical needs imposed by international life. However, once again,

faithfully interpreting the national feelings, the Man who nowadays expresses the soul of the Nation, serenely explains to Pandita Nehru the spiritual grounds which guarantee our inviolable rights to that Province of Portugal and in accordance with which «it is repugnant to the sensibility of the Portuguese to negotiate the cession of Goa and the Portuguese citizenship of its inhabitants and not to care to defend them up to the limit of our forces.

And SALAZAR continues:

«Goa is a Portuguese community in India, it represents a light of the West in an Eastern land. The territory is only the place where that community lives; the land is the lighthouse where that light shines. Our interets are purely moral — first of Portuguese and then of men of the West».

It is from the great spiritual heights where the spirit of the Nation speaks that SALAZAR says: — «We fight to no-one's offence, for Goa to continue the monument of the Portuguese Discoveries, and a small focus of the western spirit in the East which, in order to be kept alive, must be tied to its origin like the small brook to its source».

The expression could be neither more exact nor more lapidary.

It is not really a case of a mere impulse of a sentimental nature but of a higher mandate of an attentively considered conscience in which the idea of Home Country is defined as a substantial unity of body and

soul: — The many centuries old soul of the Nation and the territorial body where the generations of Portuguese who produced the present aspect of its human geography were born and lived one after the other.

To-day and always, as throughout the past, the device of that «Infante» to whom we owe the high crusade spirit which spread Portugal throughout the World shall continue to find an echo from soul to soul with resonances of Eternity.

It will be the lemma to be transcribed from generation to generation as a spiritual inheritance commanding the hearts and the will of all Portuguese, both at peace and at war: — TALLANT DE BIEN FAIRE.

BIBLIOGRAFIA DOS AUTORES E DAS OBRAS MAIS DIRECTAMENTE LIGADAS A ESTE TRABALHO

ALBUQUERQUE (Afonso de) — *Cartas.*

ALBUQUERQUE (Braz ou Afonso de) — *Comentários de Afonso de Albuquerque.*

ALBUQUERQUE (Mário de) — *O Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia. Suas Consequências Nacionais e Universais.*

ANDRADE (P. António de) — *O Descobrimento do Tibet.* (Narrado em duas cartas do mesmo religioso).

ANDRADE (António Alberto de) — *O Tradicional Anti-Racismo da Acção Civilizadora dos Portugueses.*

ARCHIVO Português Oriental.

BAIÃO (António) — *A Inquisição de Goa.* = *Afonso de Albuquerque.* = *A Política de Francisco de Almeida, de Afonso de Albuquerque e de D. João de Castro (in História da Expansão no Mundo).*

BARBOSA (Duarte) — *Livro em que dá Relação do que viu e ouviu no Oriente.*

BARROS (João de) — *Décadas da Ásia.*

BOXER (C. R.) — *A Propósito dum Livrinho Xilográfico dos Jesuítas de Pequim.*

BRITO (Maria José de Palma) — *A Evangelização do Oriente e o*

Colégio de S. Paulo de Goa. (Dissertação para licenciatura na Fac. de Letras de Lisboa). Inédito.

BROCHADO (Costa) — *Affonso de Albuquerque.*

CADAMOSTO — *Navegações.*

CASTANHEDA (Fernão Lopes de) — *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses.*

CIDADE (Hernâni) — *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina.*

COLLIS (Maurice de) — *Na Terra da Grande Imagem.*

CORREIA (Prof. A. Mendes) — *A Cultura Portuguesa na África e no Oriente.*

CORREIA (Fernando) — *Origem e Formação das Misericórdias Portuguesas.*

CORREIA (Gaspar) — *Lendas da Índia.*

CORREIA (Germano) — *História da Colonização Portuguesa da Índia = O Hospital Real de Goa.*

CORTESÃO (Jaime) — *O Império Português do Oriente (in História de Portugal, Ed. de Barcelos). = Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses.*

COUTO (Diogo do) — *Décadas da Ásia = Soldado Prático.*

FARINHA (P. António Lourenço) — *A Expansão da Fé no Oriente.*

FREIRE (Gilberto) — *O Mundo que o Português criou.*

GUERREIRO (Fernão) — *Relação Anual do que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas Missões.*

LAVAL (Francisco Pyrard de) — *Viagem.*

LOBO (Sertório Crisólogo da Costa) — *Origens do Ensino na Índia desde o Séc. XVI. Primeira Universidade Indiana na Cidade de Goa, (in Memórias para a História Eclesiástica da Arqui-Diocese de Goa).*

LOPES (David) — *Expansão da Língua Portuguesa no Oriente.*

LUCENA (João de) — *História da Vida do P. Francisco de Xavier.*

MACLAGAN (Sir Edward) — *Os Jesuítas no Grão Mogol.*

MARTINS (José Ferreira) — *História da Misericórdia de Goa.*

MAURÍCIO (P. Domingos) — *Filosofia Portuguesa no Ultramar, (in Revista de Filosofia).*

NAYAGAM (Prof. Thani) — *Nota manuscrita.*

PENA (Luís de) — *Expansão Hospitalar Portuguesa,* in *Brotéria.*

PEREIRA (Francisco Maria Esteves) — *Estudo histórico sobre o descobrimento do Tibet.*

PINTO (Américo Cortez) — *Da Famosa Arte da Imprimissão. — Da Imprensa em Portugal às Cruzadas de Além-Mar.*

PISSURLENCAR (Panduronga) — *Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia (Hindus, Muçulmanos, Judeus e Parses).*

PRESTIGE (Edgard) — *Portugal Brasil e Grã-Bretanha.*

REGO (P. António da Silva) — *História das Missões do Padroado Português do Oriente.*

RELAÇÃO DA PRIMEIRA VIAGEM DO MINISTRO DO ULTRAMAR ÀS PROVÍNCIAS DO ORIENTE.

RODRIGUES (Comandante Sarmento) — Discurso Parlamentar de 1-III-1950.

SALDANHA (Prof. Mariano) — in *História da Expansão Portuguesa no Mundo.*

SANCEAU (Elaine) — *D. João de Castro. — Afonso de Albuquerque.*

SANTA RITA (José Gonçalo de) in *História da Expansão Portuguesa no Mundo,* V. II.

SCHURHAMMER, e COTTRELL — *The First Printing in Indic Characters.*

SOUSA (António Caetano de) — *História Genealógica da Casa Real.*

SOUSA (Filipe Nery Caetano do Rosário) — *Notícia Histórica e Legislativa da Instrução Primária, Secundária e Superior na Índia Portuguesa.*

SOUSA (Francisco de) — *O Oriente Conquistado.*
WELCH (Sydney R.) — *A África do Sul sob El-Rei D. Manuel.*
XAVIER (Alberto) — *A Índia Portuguesa à Face da Razão e do Direito.* = *A Boceta de Pandora.*
ZURARA (Gomes Eanes de) — *Crónica dos Feitos da Guiné.*

ÍNDICES

ÍNDICE

CAPÍTULO I

Pág.

O «TALANT DE BIEN FAIRE» E O SENTIDO PORTUGUÊS DA PALAVRA «CONQUISTA» 7

O sentido português da palavra «conquista» 11

CAPÍTULO II

O ENSINO DAS LETRAS, ARTES E OFÍCIOS E A ELEVAÇÃO SOCIAL DOS POVOS DAS DESCOBERTAS 17

Na África Ocidental, 18. — Um Centro de Estudos para os Povos de Além-mar, 19. — A expansão da Língua Portuguesa, 21. — A cultura ocidental na Abissínia. A Filosofia, as Artes e Ofícios, 22. — No Subcontinente e nas Ilhas Asiáticas, 25.

CAPÍTULO III

O ENSINO NA ÍNDIA 27

Intercâmbio com o Oriente, 27.—Pensamento e Cultura. Cultura e Civilização, 29. — Pensamento Oriental, 30. — Primeiras Escolas e Colégios, 31. — António Galvão e a expansão da Língua Portuguesa,

Pág.

na Insulindia, 34. — Mais Colégios Secundários, 36. — A primeira Universidade do Oriente, 38. — Outros Colégios Jesuíticos e mais Colégios de Ensino Secundário e Superior, 41. — O problema da ordenação dos Nativos e o regime de castas, 43. — A Escola Agrícola e de Ofícios de Taná, 45. — Largueza do plano educativo, 48.

CAPÍTULO IV

A INSTRUÇÃO PORTUGUESA NA CORTE DO GRÃO MOGOL 49

Viagens ao Cataio e ao Tibet, 52. — O Teatro no Grão Mogol, 53. — O Colégio de Agra e as suas vicissitudes, 55. — A embaixada científica do Grão Mogol a Portugal em 1729, 57.

CAPÍTULO V

ROSÁRIO DE COLÉGIOS 59

Variedades do Ensino, 61.

CAPÍTULO VI

AS PRIMEIRAS GRAMÁTICAS DO ORIENTE E PARA O ORIENTE 65

A primeira Gramática da Língua Portuguesa, 65. — As primeiras gramáticas orientais, 67. — Os Missionários estrangeiros e a Língua Portuguesa, 69. — No Japão, 70. — Na África, 71. — Pombal e o Ensino, 71. — Reforma pombalina do Colégio de S. Paulo, 73. — Pombal e as Línguas Nativas, 73. — A Inquisição, 74. — Permanência do amor pelos Nativos, 75. — As Escolas Paroquiais, 75.

CAPÍTULO VII

Pág.

INTERCÂMBIO CULTURAL E INTEGRAÇÃO DOS COSTUMES RELIGIOSOS 77

Uma tradução portuguesa de Confúcio, 77. — Adaptação de textos e costumes à evangelização cristã, 78. — Outros Livros Sagrados dos Indus, 82. — As Religiões e a Lei Civil, 83.

CAPÍTULO VIII

A INTRODUÇÃO DA TIPOGRAFIA NO ENSINO DOS POVOS DAS DESCOBERTAS 85

O didatismo nas Artes Gráficas, 86. — A chegada da Imprensa e as primeiras impressões, 88. — Os primeiros caracteres exóticos, 88. — Efemérides da Imprensa, 92. — Gratuitidade das Publicações, 92.

CAPÍTULO IX

PREPARAÇÃO DO CLIMA ESPIRITUAL EM QUE SE DESENVOLVIA A POLÍTICA DA INTELIGÊNCIA 95

A) A POLÍTICA DOS CASAMENTOS 97

A ideia Manuelina de opor à ocupação colonial a realização duma Etnia que prolongasse a Pátria no Oriente. Conceitos Genéticos do Séc. XVI, 99. — Genética e Moral, 101. — Renovamento das estirpes, 103. — As Luso-descendentes na colonização francesa da Índia, 106. — As Luso-descendentes na colonização britânica da Índia, 107. — As mulheres na Epopeia e na Vida Social, 108. — Os Luso-descendentes na Defesa da Índia Portuguesa, 109. — Portugueses da Índia na Metrópole, 110.

Pág.

B) A ORGANIZAÇÃO DA VIDA CIVIL 111

A Câmara de Goa, 112. — Adopção das Instituições Tradicionais, 114. — Diplomas de Protecção aos Nativos, 115. — O Pai dos Cristãos, 117. — Legislação Pombalina, 118. — Relações com os Indianos não convertidos, 121. — Os Hindus na Vida Administrativa, 122.

C) A QUESTÃO RELIGIOSA 126

A Inquisição de Goa, 126. — Intolerâncias, 127.

CAPÍTULO X

...E AO PRÓXIMO COMO A NÓS MESMOS 129

Auxílio aos Povos vizinhos, 131. — Instituições de Assistência, 131. — Hospitais de Cochim e de Goa, 132. — O Hospital Real de Goa, 133. — Extensão da Assistência Hospitalar, 136. — Gratuitidade da Assistência, 137. — No Grão Mogol, 138. — A rede dos Hospitais e das Misericórdias no Oriente e as suas múltiplas actividades, 139. — As rendas da Índia, 141.

CAPÍTULO XI

O ENTENDIMENTO MÚTUO 143

Comunidades Hindus, Mahometanas, Parses e Cojás, 144. — Religiões e Prelados, 145.

CAPÍTULO XII

O MAGISTÉRIO MORAL E O PÈSSIMISMO CRÍTICO DOS CRONISTAS 147

A função moral da História, 149. — Outras razões dos erros críticos dos Cronistas, 151. — A Verdade aos olhos dos Nativos, 152. — Portugal, Estado Missionário e Anti-colonialista, 155.

ÍNDICE DAS GRAVURAS

O Infante D. Henrique *segundo a iluminura do Manuscrito de Paris da* «Crónica dos feitos de Guinee» 6/7

O Imperador Acbar presidindo a uma controvérsia entre os Jesuítas da 1.ª Missão e os Cacizes Mussulmanos — Quadro de Narsingh, pintor Mogol da Corte de Acbar, Séc. XV 48/49

Reprodução de uma página da «Doctrina Christiana» *impressa em 1578* en Lingua Malauar Tamul. *É este por enquanto o exemplar mais antigo que se conhece impresso em caracteres exóticos dum alfabeto indiano. Os caracteres foram abertos pelo arquitecto e Jesuíta P. João de Faria* 88/89

O extraordinário continuador da obra de D. João II, D. Manuel I, o Rei Venturoso, cuja inteligência superior, energia forte e tenacidade reflectida presidiram à organização da Pátria Portuguesa nas terras de Além-Mar 96/97

Pagode Indiano de Queulá 142/143

Este livro, realizado pela Ática Limitada, Rua das Chagas, 23 a 27, Lisboa, foi composto e impresso durante o mês de Setembro de 1955

UNIVERSITY OF BOMBAY
HISTORY RESEARCH CENTRE
Panjim - Goa
LIBRARY

To be returned on or before the last date stamped below.

UNIVERSITY OF BOMBAY
HISTORY RESEARCH CENTRE
Panjim - Goa
LIBRARY

Author Pinto, Americo Cortes

Title "Talent de bien faire" a divisa do Infante e a .....

Call No. ..... *Accession No.* 832

To be returned on or before the last date stamped below.